



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

Rua Barão de Jeremoabo, nº 147 – CEP 40170-290 – Campus Universitário Ondina – Salvador-BA
Tel./Fax: (71) 3283-6256 – Site: <http://www.ppglinc.letas.ufba.br/> – Email: pgletba@ufba.br

**A EMERGÊNCIA DOS MARCADORES DE ESPECIFICIDADE
AÍ/LÁ NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA PROPOSTA A
PARTIR DA ANÁLISE E DA DESCRIÇÃO DE LÍNGUAS
AFRICANAS NO ESPAÇO ATLÂNTICO**

Salvador
2024

RAMON AREND PARANHOS

**A EMERGÊNCIA DOS MARCADORES DE ESPECIFICIDADE
AÍ/LÁ NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA PROPOSTA A
PARTIR DA ANÁLISE E DA DESCRIÇÃO DE LÍNGUAS
AFRICANAS NO ESPAÇO ATLÂNTICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de doutorado.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva

Salvador
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Paranhos, Ramon Arend

A EMERGÊNCIA DOS MARCADORES DE ESPECIFICIDADE
AÍ/LÁ NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA PROPOSTA A PARTIR
DA ANÁLISE E DA DESCRIÇÃO DE LÍNGUAS AFRICANAS NO
ESPAÇO ATLÂNTICO / Ramon Arend Paranhos. -- Salvador,
2024.

310 f.

Orientador: Maria Cristina Vieira de Figueiredo.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Língua
e Cultura) -- Universidade Federal da Bahia,
INSTITUTO DE LETRAS, 2024.

1. Marcadores de especificidade. 2. Contato
linguístico. 3. Português Brasileiro. 4. Línguas
africanas. I. Figueiredo, Maria Cristina Vieira de.
II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA (PPGLINC)

ATA Nº 11

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA (PPGLINC), realizada em 29/04/2024 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM LÍNGUA E CULTURA no. 11, área de concentração HISTÓRIA E FUNCIONAMENTO DAS LÍNGUAS NATURAIS / LINHA - TEORIA DA GRAMÁTICA, do(a) candidato(a) RAMON AREND PARANHOS, de matrícula 2020111332, intitulada A EMERGÊNCIA DOS MARCADORES DE ESPECIFICIDADE AÍ/LÁ NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA PROPOSTA A PARTIR DA ANÁLISE E DESCRIÇÃO DE LÍNGUAS AFRICANAS NO ESPAÇO ATLÂNTICO. Às 14:00 do citado dia, Remota, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Profª. Dra. MARIA CRISTINA VIEIRA DE FIGUEIREDO SILVA que apresentou os outros membros da banca: Profª. Dra. SONIA MARIA LAZZARINI CYRINO, Profª. Dra. LILIAN TEIXEIRA DE SOUSA, Prof. Dr. WELLINGTON SANTOS DA SILVA e Profª. Dra. WÂNIA MIRANDA ARAÚJO DA SILVA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. A banca examinadora declarou o doutorando aprovado e emitiu o seguinte parecer: a tese apresentada é inovadora, demonstra qualidade e profundidade da pesquisa empreendida. Além disso, a tese revisita um tema tradicionalmente tratado na literatura, porém sob a perspectiva inovadora das teorias de contato linguístico. Como resultado dessa abordagem, a tese amplia o conhecimento sobre a história do português brasileiro e apresenta uma literatura relevante sobre as características das línguas africanas que participaram do cenário multilíngue ocorrido no Brasil colonial. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Documento assinado digitalmente
WELLINGTON SANTOS DA SILVA
Data: 29/04/2024 13:25:17-0300
Verifique em <https://validar.ufg.br>

Dr. WELLINGTON SANTOS DA SILVA, UFRJ

Examinador Externo à Instituição

Documento assinado digitalmente
WÂNIA MIRANDA ARAÚJO DA SILVA
Data: 29/04/2024 13:25:17-0300
Verifique em <https://validar.ufg.br>

Dra. WÂNIA MIRANDA ARAÚJO DA SILVA, UNILAB

Examinadora Externa à Instituição

Dra. SONIA MARIA LAZZARINI CYRINO, UFBA

Examinadora Interna



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA (PPGLINC)

Documento assinado digitalmente

gov.br

LILIAN TEIXEIRA DE SOUSA

Data: 25/04/2024 13:38:00-0300

Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Dra. LILIAN TEIXEIRA DE SOUSA, UFBA

Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente

gov.br

MARIA CRISTINA VIEIRA DE FIGUEIREDO SILVA

Data: 25/04/2024 20:52:12-0300

Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Dra. MARIA CRISTINA VIEIRA DE FIGUEIREDO SILVA, UFBA

Presidente

RAMON AREND PARANHOS

Doutorando(a)

Documento assinado digitalmente

gov.br

RAMON AREND PARANHOS

Data: 25/04/2024 20:18:52-0300

Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível de ser realizado se não houvesse tantas contribuições. Seria difícil nominar todas as pessoas envolvidas, pois, para fazer uma tese, há diversos tipos apoios e de trabalhos que são realizados das mais diferentes formas, desde um abraço, uma sugestão, uma escuta, uma palavra de conforto, até indicações concretas no texto.

Agradeço e dedico este trabalho ao apoio, ao cuidado, à paciência e ao empenho da minha primeira orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Ilza Ribeiro (*In memoriam*). Ela me ensinou linguística, pesquisa, escrita acadêmica e, entre tantos aprendizados, respeito com o fazer científico

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª Cristina Figueiredo, ou Cris, pela imensurável generosidade e parceria. Cris assumiu o desafio de me orientar, incentivou para que eu continuasse. Pude finalizar este estudo graças à sua participação em todas as etapas.

Aos membros da Banca de Qualificação e/ou de Defesa da Tese, Prof^ª. Dr^ª. Sônia Cyrino, Prof^ª Lilian Teixeira de Sousa, Prof. Dr. Wellington Santos da Silva, Prof^ª. Dr^ª. Wânia Miranda Araújo pelas disponibilidades, leituras e contribuições que deram para este estudo ao discutir dados, indicar bibliografias, trazer correções e sugestões.

Ao Prof^ª. Dr^ª. Enoch Aboh, por ter disponibilizado agenda para conversar sobre dados e por ter me indicado caminhos para resolver as dificuldades de descrição e de explicação do fenômeno.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), órgão ligado à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), do Governo Estadual da Bahia, pela concessão de bolsa de doutorado no período de julho de 2022 a fevereiro de 2024. Essa bolsa permitiu a realização deste estudo, sem o qual esta tese não teria sido possível.

Aos meus familiares, em especial minha companheira, Larissa Murussi, minha mãe, Eliete Arend, e minha irmã, Raquel Paranhos e meu padrasto, Paulo Cunha, que me ajudaram, me incentivaram, me cuidaram e acreditaram em mim quando nem mesmo eu acreditava. Algumas de suas contribuições extrapolaram os laços familiares e se materializaram na escrita desta tese, como a organização das referências, a lista de abreviaturas e as traduções.

Agradeço a meus amigos e minhas amigas, que compreenderam minha ausência durante o período da pesquisa e me incentivaram para concluir esta tese: Anderson Costa; Carla; Davi; Fernanda; Henrique; Luciano; Mila; Mafê; Marina; Mariana(s); Mirela; Nicole; Nei; Priscila; Raquel; Reny; Stephanie, Tamires, entre outros.

RESUMO

Neste estudo, descrevo as propriedades sintáticas de *aí* e de *lá* como marcadores de especificidades (SpMs) na frase nominal (DP) do Português Brasileiro (PB) a partir dos pressupostos da teoria gerativa no modelo cartográfico (Giusti, 2002; Aboh, 2004; Laenzlinger, 2017). Busco explicar como esse fenômeno emerge do resultado do processo de contato linguístico no espaço Atlântico, fazendo uso da hipótese da competição e seleção (Mufwene, 2001; Aboh, 2015). As questões centrais foram: 1) O que são SpMs?; 2) Por que *aí* e *lá* atuam como SpMs no PB? Para tanto, realizei a revisão bibliográfica de: (i) a especificidade em línguas humanas, principalmente as línguas africanas que estiveram em contato com o português; (ii) fatores sócio-históricos da participação de diversos grupos sociais e linguísticos no Atlântico que envolvem a escravização e o colonialismo e foram fundamentais para a emergência de uma cultura crioula atlântica. Após levantamento, descrevi os SpMs no PB com base na literatura gerativista e analisei suas propriedades semânticas, pragmáticas e sintáticas, partindo do pressuposto de que esse é um fenômeno da interface. Quando o falante faz uso de *aí* ou de *lá* em um DP indefinido, expressa sua intenção pragmática em especificar um subconjunto ancorado no discurso. Discuto as propriedades pragmáticas e como esses marcadores são usados em contextos de especificidade referencial, de escopo e de leitura epistêmica. Os SpMs podem indicar leitura de tipo, com nomes massa, ou de grau, com nomes abstratos, podem coocorrer também com nomes nus, indicando uma leitura de tipo, e com pronomes indefinidos, mas, nesse último caso, a especificidade pode ser anulada. Em relação às propriedades sintáticas, argumento que *aí* e *lá* ocupam a posição de Top^o, tendem a ser pós-nominais, exceto em contexto de relativa. Apresento representações arbóreas do DP com uso da especificidade e operações de *move*. Em seguida, discuto como o PB emerge em situação de contato, apresentando fatos sócio-históricos para delinear a ecologia de contato. Demonstro que as principais línguas africanas faladas no Brasil foram as línguas gbe, o iorubá e as línguas bantu. Nas línguas gbe e no iorubá, há SpMs pós-nominais que marcam especificidade e ocupam a posição de Top^o. Nas línguas bantu, o aumento (ou pré- prefixo) atua como SpM e é sempre pré-nominal. Defendo a tese de que SpMs ocupam a posição de Top^o, conforme ocorre nas línguas africanas analisadas, e emergiram no PB em contextos indefinidos porque são selecionados em um processo de competição de traços, já que são relacionados à interface sintático-discursiva (Aboh, 2015). Sistematizo quatro argumentos para defesa dessa tese de ordens distintas: histórica, descritiva, teórica e comparativa. Demonstro que as formas de *aí* e de *lá* foram selecionadas por causa de suas propriedades sintático-discursivas dêiticas e que a emergência de SpMs, em contextos definidos, foi bloqueada por demonstrativos e por possessivos que eram mais competitivos em termos de interfaces.

Palavras-chave: Marcadores de especificidade; Contato linguístico; Português Brasileiro; Línguas africanas.

ABSTRACT

In this study, I describe the syntactic properties of 'aí' and 'lá' as specificity markers (SpMs) in the nominal phrase (DP) of Brazilian Portuguese (BP) within the generative theory in the cartographic model (Giusti, 2002; Aboh, 2004; Laenzlinger, 2017). I seek to explain how this phenomenon emerges as a result of linguistic contact processes in the Atlantic space, employing the hypothesis of competition and selection (Mufwene, 2001; Aboh, 2015). The central questions were: 1) What are SpMs?; 2) Why do 'aí' and 'lá' act as SpMs in BP? Therefore, I conducted a bibliographic review on: (i) specificity in human languages, especially African languages that have been in contact with Portuguese; (ii) socio-historical factors involving the participation of various social and linguistic groups in the Atlantic, which involves slavery and colonialism and were crucial for the emergence of an Atlantic creole culture. After the review, I described SpMs in BP based on generative literature and analyzed their semantic, pragmatic, and syntactic properties, assuming it as an interface phenomenon. When speakers use 'aí' or 'lá' in an indefinite DP, they express their pragmatic intention to specify a discourse-anchored subset. I discuss the pragmatic properties and how these markers are used in contexts of referential specificity, scope, and epistemic reading. SpMs can indicate type reading, with mass nouns, or degree reading, with abstract nouns, they can also co-occur with bare nouns, indicating a type reading, and with indefinite pronouns, but in this last case, specificity may be annulled. Regarding syntactic properties, I argue that 'aí' and 'lá' occupy the position of Top^o, tending to be post-nominal, except when there are relatives. I present tree representations of DP using specificity and *move* operations. Then, I discuss how BP emerges in a contact situation, presenting socio-historical facts to delineate the contact ecology. I demonstrate that the main African languages spoken in Brazil were the Gbe languages, Yoruba, and Bantu languages. I describe the use of SpMs in these languages. In Gbe languages and Yoruba, there are post-nominal SpMs that mark specificity and occupy the position of Top^o. I argue that SpMs occupy the position of Top^o and emerged in BP in indefinite contexts because they are selected in a process of competition of features since they are related to the syntactic-discursive interface (Aboh, 2015). I systematize four arguments to support this thesis of different orders: historical, descriptive, theoretical, and comparative. I demonstrate that the forms 'aí' and 'lá' were selected due to their deictic syntactic-discursive properties and that the emergence of SpMs, in defined contexts, was blocked by demonstratives and possessives that were more competitive in terms of interfaces.

Keywords: Specificity markers; Linguistic contact; African languages; Brazilian Portuguese.

FIGURAS

FIGURA 1: Rotas de navegação no Atlântico Sul	166
FIGURA 2: Regiões de concentração do tráfico transatlântico com o Brasil	177
FIGURA 3: Divisão administrativa da América portuguesa (1621)	196

QUADROS

QUADRO 1: Função e distribuição de determinantes, demonstrativos e modificadores no PB	116
QUADRO 2: Propriedades semânticas e pragmáticas de aí e de lá em DP indefinido.....	133
QUADRO 3: Coocorrência de aí/lá em contextos indefinidos com demonstrativos, artigos definidos, nomes próprios, artigos indefinidos, BNs, pronomes indefinidos.....	148
QUADRO 4: Traços de especificidade, definitude no PB em coocorrência com artigos definidos, demonstrativos, artigos indefinidos e pronomes indefinidos	149
QUADRO 5: Síntese das propriedades sintáticas de aí/lá em DPs indefinidos	158
QUADRO 6: Quantidade estimada de escravizados sequestrados da África (por portos de embarque).....	173
QUADRO 7: Quantidade estimada de escravizados sequestrados da África (por frotas de países)	173
QUADRO 8: Quantidade estimada de escravizados sequestrados da África (por portos de desembarque).....	174
QUADRO 9: Quantidade estimada de escravizados desembarcados no Brasil (por região específica).....	174
QUADRO 10: Uso de SpMs e suas propriedades sintáticas nas línguas gbe, nas línguas defoide e nas línguas bantu.....	272

ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

[±DEF]	Traço definido ou não-definido	MS	Marcador de saliência
[±ESP]	Traço específico ou não-específico	N	Noun Phrase
∅	Categoria vazia	NEG	Marcador de negação
Ã	Projeção não argumental	NOM	Marcador de caso nominativo
ABL	Marcador de caso ablativo	NP	Noun Phrase
ACC	Marcador de caso acusativo	NRAL	Marcador de numeral
ADJ	Marcador de Adjetivo	NUM	Marcador de número plural
ADJP	Adjective Phrase	NumP	Number Phrase
AgrP	Agreement Phrase	OBL	Marcador de complemento oblíquo
BN	Bare Nouns (nomes nus)	PAS	Marcador de tempo passado
CCA	Cultura Crioula Atlântica	PB	Português Brasileiro
CL	Marcador de classificação nominal	PE	Português Europeu
CP	Complementizer Phrase	POS	Marcador de possessivo
D	Núcleo de DP	PP	Preposition Phrase
DAT	Marcador de caso dativo	PPF	Pré-prefixo
DefP	Definiteness Phrase	PRES	Marcador de tempo presente
DemP	Demonstrative Phrase	PROG	Marcador de aspecto progressivo
DET	Marcador de determinante	Q°	Marcador quantificacional
DM	Marcador de categoria discursiva	QP	Quantifier Phrase
DP	Determiner Phrase	REF	Marcador de reforçador
EXCL	Marcador de exclusividade	REL	Marcador de palavra ou expressão relativa
FI	Full interpretation	SC	Crioulo Surinamenho
FinP	Finiteness Phrase	SLE-1	Primeiro Sistema Luso-Atlântico Escravista
FOC	Marcador de foco	SLE-2	Segundo Sistema Luso-Atlântico Escravista
FOCP	Focus Phrase	Spec	Specifier
GEN	Marcador de caso genitivo	SpMs	Specificity markers
HAB	Marcador de aspecto habitual	SpP	Specifier Phrase
HC	Crioulo Haitiano	SuperIP	Superlative Phrase
IMP	Marcador de modo imperativo	SVO	
IP/TP	Inflexion Phrase ou Tense Phrase	TOP	Marcador de tópico
L2	Segunda Língua	Top°	Núcleo da projeção de TopP
LG	Língua Geral	TopP	Topic Phrase
LGM	Língua Geral de Mina	VP	Verbal phrase
LOC	Marcador de locativo	WH	Marcador de palavra interrogativa
MG	Marcador de genericidade	ZP	Projeção Phrase

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
ORGANIZAÇÃO DA TESE	21
1 A ESPECIFICIDADE EM CONTEXTOS INDEFINIDOS: O ESTADO DA ARTE	24
1.1 O FENÔMENO DA ESPECIFICIDADE	24
1.2 A ESPECIFICIDADE E A DEFINITUDE	30
1.3 TIPOS DE ESPECIFICIDADE EM CONTEXTOS INDEFINIDOS	34
1.3.1 Especificidade referencial	36
1.3.2 Especificidade de escopo	40
1.3.3 Especificidade epistêmica	42
1.3.4 Especificidade partitiva	45
1.3.5 Especificidade (por topicalidade)	47
1.3.6 Especificidade (por notabilidade e por proeminência discursiva)	50
1.3.7 Especificidade (por ancoragem)	53
1.4 SOBRE AS TEORIAS DA ESPECIFICIDADE.....	55
2 ESTRUTURA SINTÁTICA DO DP E A ESPECIFICIDADE	60
2.1 A ESTRUTURA DO DP E O PARALELISMO SINTÁTICO	63
2.1.1 A hipótese DP	63
2.1.2 Paralelismo sintático	67
2.1.3 Periferia esquerda do DP	71
2.2 ESPECIFICIDADE E PROJEÇÃO DE TÓPICO (TopP).....	76
2.3 ARTIGOS E O NÚCLEO D.....	83
2.4 DEMONSTRATIVOS: PROPRIEDADES SINTÁTICAS, PROJEÇÃO FUNCIONAL E COCORRÊNCIA COM REFORÇADORES	88
2.5 SÍNTESE SOBRE A ESTRUTURA DO DP E A RELAÇÃO COM A ESPECIFICIDADE	98
3 AS PROPRIEDADES SINTÁTICAS DO DP E A ESPECIFICIDADE NO PB.100	100
3.1 ARTIGOS DEFINIDOS E INDEFINIDOS	100
3.2 ESPECIFICIDADE E O USO DE <i>BARE NOUNS</i> NO PB.....	104
3.3 PRONOMES INDEFINIDOS	107
3.4 DEMONSTRATIVOS E REFORÇADORES	109
3.5 COCORRÊNCIA COM OUTROS MODIFICADORES DO DP E MARCAÇÃO DE ESPECIFICIDADE	111
3.5 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA NOMINAL NO PB	116
4 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS USO DE SPMS NO PB.....	118
4.1 ESTUDOS SOBRE AS PROPRIEDADES SEMÂNTICAS E PRAGMÁTICAS DE AÍ E DE LÁ COMO SPMS NO PB	118

4.2	ANÁLISE E DESCRIÇÃO SOBRE O USO DE AÍ E LÁ COMO SPMS NO PB ...	123
4.2.1	Análise de <i>aí/lá</i>: contextos de ambiguidade e de impedimento da variação	124
4.2.2	Análise sobre as propriedades semânticas e pragmáticas de <i>aí</i> e de <i>lá</i>	129
4.3	ESTUDOS SOBRE AS PROPRIEDADES SINTÁTICAS DE SPMS NO PB	133
4.4	ANÁLISE DAS PROPRIEDADES SINTÁTICAS DE AÍ E DE LÁ COMO SPMS .	138
4.4.1	Análise da coocorrência de SpMs com artigos indefinidos, pronomes indefinidos e BNs	140
4.4.2	Coocorrência de <i>aí/lá</i> com outros modificadores: adjetivos, possessivos, genitivos e relativas	149
5	A EMERGÊNCIA DO PB NO ESPAÇO ATLÂNTICO	160
5.1	CARACTERIZAÇÃO DO ATLÂNTICO E DE SUAS ESTRUTURAS ECONÔMICAS E SOCIAIS	163
5.1.1	Atlântico	164
5.1.2	Escravidão	167
5.1.3	Colonização e Portos de trato: relações desenvolvidas no Atlântico	179
5.2	SISTEMAS LUSO-ATLÂNTICO ESCRAVISTAS E CICLOS ECONÔMICOS NO BRASIL	182
5.2.1	Primeiros empreendimentos colonizatórios na América portuguesa	188
5.2.2	A ampliação do trabalho escravizado africano no Brasil	193
5.2.3	Transformações coloniais portuguesas	195
5.2.4	Etapa desenvolvida do SLE-2 e integração das terras brasileiras	200
5.3	ECOLOGIA MULTILÍNGUE.....	204
6	A EMERGÊNCIA DE AÍ E DE LÁ COMO MARCADORES DE ESPECIFICIDADE NO PB: DADOS DE LÍNGUAS AFRICANAS	219
6.1	GRAMÁTICAS HÍBRIDAS E A HIPÓTESE DA COMPETIÇÃO E SELEÇÃO ...	221
6.1.1	Crítica a pressupostos de abordagens excepcionalistas sobre línguas pidgin e línguas crioulas	222
6.1.2	A hipótese da competição e da seleção: convergência e interfaces	227
6.2	O USO DE SPMS NAS PRINCIPAIS LÍNGUAS AFRICANAS QUE FORAM FALADAS NO BRASIL.....	238
6.2.1	As línguas gbe	241
6.2.2	O iorubá e as línguas defoide	249
6.2.3	As línguas do subgrupo bantu	259
6.3	A EMERGÊNCIA DE AÍ E LÁ COMO MARCADORES DE ESPECIFICIDADE NO PB A PARTIR DO CONTATO LINGUÍSTICO COM LÍNGUAS AFRICANAS ...	269
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	284
	REFERÊNCIAS	289

INTRODUÇÃO

Neste estudo, descrevo formalmente as propriedades sintáticas de marcadores de especificidade (*Specificity markers* ou SpMs) em construções nominais do Português Brasileiro (PB) e busco explicar como esse fenômeno emerge como resultado do processo de contato linguístico no espaço Atlântico. De forma simples e objetiva, esse é o objeto deste estudo. No entanto, algumas palavras-chave compartilham de um ou mais significados e, para definir adequadamente o objeto, considero necessário provocar algumas inquietações, tais como: 1) O que são SpMs? 2) Como as línguas marcam especificidade? 3) Como esse fenômeno é realizado no PB? 4) Por que *aí* e *lá* atuam como SpMs? 5) Qual a importância do contato para emergência de gramáticas híbridas (ou “línguas crioulas”)¹? 6) Como o português foi imposto como língua de prestígio nas terras brasileiras? 7) Por que algumas línguas que emergiram do contato têm um SpMs? 8) Quais línguas entraram em contato na emergência do PB? E, entre outras, 9) Como elas se estruturaram?

No início, diante de tantas inquietações, a depender de quem me perguntasse sobre o eu estava pesquisando no doutorado, a resposta mudava entre “contato”, “especificidade”, “teoria gerativa”, “história”, “línguas africanas”. Logo percebi que as respostas diferentes estão relacionadas ao fato de o objeto de investigação estar necessariamente entrelaçado com outros (*contato*, *Atlântico*, etc). Trata-se, portanto, de um estudo multidisciplinar que se vincula à *História Linguística*, tal como proposto por Negrão e Viotti (2012), em que é necessário fazer mais uso da história externa da língua para entender as relações e interações linguísticas que deram suporte para a formação do PB². Sendo uma tese de linguística, eu poderia construí-la dando atenção apenas aos aspectos linguísticos, ignorando o contexto histórico e social? Com qual intenção eu faria isso? Estaria reproduzindo um viés colonizador ao ignorar a história e as sociedades por trás da complexidade do fenômeno? Estaria subordinando a disciplina da História como mera fonte de informações, dados e tabelas e desconsiderando suas

¹ O uso do termo crioulo nesta tese pode ter diversas acepções a depender da fonte do texto citado. Eu evito usar o termo por entender que pode carregar sentido pejorativo, nos termos de Mattos e Silva (2011). Na linguística, essa terminologia tradicionalmente tem sido usada para definir línguas que emergiram do contato, atribuindo noções excepcionalistas. Tal como Mufwene (2001) e Aboh (2015), tenho divergência com essa acepção e assumo que o termo pode ser usado para caracterizar línguas que emergem em contexto de contato prolongado e que tiveram traços doadores de línguas tipologicamente distintas. Desenvolvo essa concepção na seção 6.1, em que sistematizo críticas às abordagens excepcionalistas das línguas crioulas.

² “Suas investigações [da História Linguística] devem partir de fatos da história econômica e social do Brasil, e dos fatores geográficos e políticos que, muitas vezes, estão por trás desses fatos, para buscar uma explicação mais abrangente para o conjunto dos fenômenos linguísticos que têm sido apontados como caracterizadores do português brasileiro” (*acréscimo meu*, Negrão e Viotti, 2012, p. 311).

epistemologias e suas atualizações (tal como fazem com fenômenos da linguagem quando a usam para fins políticos, eleitorais ou, entre outros, midiáticos)? Com qual intenção?

Embora apresente diversas perguntas, reafirmo que não entro na seara de questionar o que é ciência, linguística e método. Também não me prendo a responder sobre as intencionalidades por trás da delimitação de um objeto. Ainda que tais questionamentos sejam importantes, muitos já o fizeram e alguns desses fazem parte desta tese ainda que como pressuposto. Também não tenho a intenção de responder a todas as questões, mas talvez traçar problemas complementares a serem pensados. Para realizar esta tese, na medida do possível, compreendendo os entrelaçamentos que compõem qualquer objeto, busco seguir os ensinamentos de tantos estudos que me antecederam. Nesta introdução, começo pela tentativa de delimitar a questão central: “Como *aí* e *lá* marcam especificidade no PB?”.

Existem investigações sobre o fenômeno no PB, feitas por Martelotta e Rêgo (1996), Tavares (2001 e 2002), por Pereira (2011), por Confessor (2013) e, entre outros, por mim (Paranhos, 2019). Esses autores observaram que elementos tradicionalmente descritos como dêiticos têm a função de marcar especificidade, quando realizados em um sintagma nominal (faço uso de *Determiner Phrase* (DP)) indefinido, como se pode observar nos exemplos de *aí* em (1)³:

- (1) a. A Cátia deve vencer [DP uma atleta **aí**] se quiser ser a primeira do ranking
 b. A Cátia deve vencer [DP uma atleta] se quiser ser a primeira do ranking
 (Tavares, 2001, p. 212).

De acordo com Tavares (2001, p. 212), no exemplo em (1a), *aí* atua como um SpM, indicando uma atleta específica que precisa ser vencida para que *Cátia* seja a primeira do ranking. Quando o SpM não está expresso, como em (1b), a interpretação é ambígua, inferindo uma referência específica, de uma atleta específica, ou não-específica, em que *Cátia* precisaria vencer qualquer atleta para ser a primeira do ranking.

Para Pereira (2011, p. 192), *lá*, assim como *aí*, atua como um SpM em um DP, como no exemplo em (2):

³ Na tentativa de padronizar os exemplos, demonstro o início e o final do DP por meio de colchetes. Os SpMs *aí* e *lá* do PB serão grafados com negrito. A fonte do exemplo é sinalizada entre parênteses. Caso não tenha fonte, significa que o exemplo é elaborado por mim nesta tese. Os exemplos em língua estrangeira seguem o padrão de marcar o DP entre colchetes e relatar a fonte.

(2) Comprei [DP um livro **lá** da COPEC].

(Pereira, 2011, p. 192).

Para Pereira (2011), no exemplo em (2), *lá* não marca propriedades dêíticas e atua como um SpM, indicando um livro específico que o falante tem em mente, mas o ouvinte não.

Confessor (2013) analisa o uso de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* em vários *corpora* orais de norma urbana do PB, identificando processos de gramaticalização de advérbios em direção a SpMs. Os dados de *aí* e *lá* são mais numerosos do que os de *ali* e *aqui*, levando o autor a concluir que:

Por fim, acredito que o estudo de ALI e AQUI entre os marcadores de especificidade ainda não parece estar plenamente assegurado, visto que seu processo de emergência ainda me parece bastante incipiente, podendo vir a se intensificar no futuro ou não. Talvez a utilização em maior escala de AÍ e LÁ possa desestimular o uso desses itens como marcadores de especificidade (Confessor, 2013, p. 164).

Nesta tese, defendo que *aí* e *lá* marcam especificidade no PB em contextos indefinidos porque o falante faz uso desses elementos com a intenção de ancorar um referente que pode ser pressuposto e o ouvinte tem a capacidade de identificar essa ancoragem. Caracterizo que a marcação de especificidade é um fenômeno relacionado à interface sintático-discursiva e tem propriedades semânticas de função de ancoragem. Portanto, são concatenados como núcleos em uma projeção da interface sintático-discursiva, Top^o, e, para licenciamento do traço, ocorre a operação de *pied-piping*⁴ de outros elementos do DP para a posição SpecTopP

Nesta tese, descrevo que esses marcadores podem coocorrer com artigos indefinidos, pronomes indefinidos e nomes nus (*Bare Nouns* ou BNs), atribuindo sentidos diferentes a depender da estrutura em que coocorrem. Com uso do modelo cartográfico (Giusti, 2002 e 2006; Aboh, 2004 e 2015; Laenzlinger, 2017, entre outros), analiso as propriedades sintáticas e caracterizo que a posição pós-nominal desses elementos é resultado de operação de *pied-piping*.

Um fato curioso sobre o uso de *aí* e de *lá* como SpMs é que não ocorre no português europeu (PE) ou em demais línguas românicas.

⁴ Caracterização de *pied-piping* por Heck (2008):

β movimenta-se por *pied-piping* dominando α se somente se for permitido

- a. O movimento de β depende da presença de X em β ;
- b. X não é marcado em α ;
- c. O movimento na verdade não afeta β , mas afeta α .

(Heck, 2008, p. 3)

o PB se diferencia das línguas românicas em geral, pois parece ser a única língua que utiliza o advérbio, *a priori* locativo, com uma função totalmente diferenciada deste. Não é de conhecimento que, nas línguas românicas, um locativo tenha se transformado em marcador de especificidade (Pereira, 2011, p. 211-212).

A segunda questão a se fazer, então, é “Por que *aí* e *lá* emergem como SpMs no PB?”. Defendo a tese de que esses SpMs, exemplificados em (1) e (2), emergiram a partir da situação de contato entre a língua portuguesa e as línguas dos povos escravizados nas terras brasílicas⁵ por que são elementos relacionados à interface sintático-discursiva e foram selecionados no processo de competição e de seleção de traços (Mufwene, 2001; Aboh, 2015).

Para minha análise, parto do pressuposto de que a marcação da especificidade com elementos “*a priori*” dêiticos ocorre em gramáticas híbridas que emergiram do contato com línguas tipologicamente distantes, como é o caso do Crioulo Haitiano (HC), exemplificado em (3a), e compartilha de semelhanças, em termos sintáticos e semânticos, com dados de línguas africanas, como as línguas gbe, exemplificadas de (3b) a (3e)⁶.

(3) a. [DP *pè-a*] [HC]

Padre=SpM [+DEF; +ESP]

“O padre (específico)”

(Aboh, 2015, p. 176)

b. *xwé ló* [gungbe]

c. *xwé ó* [fongbe]

d. *àxwé á* [gengbe]

e. *àfé a* [ewegbe]

casa DET [+DEF;+ESP]

“a casa (específica)”

(Aboh, 2004, p. 31)

⁵ O conceito de terras brasílicas está relacionado a proposta de Alencastro (2000) de que as regiões invadidas por portugueses na América do Sul, estiveram, por longa duração de tempo, separadas uma da outra pelo mar e pela terra, sendo vinculadas apenas quando os ventos marítimos permitiam e quando havia interesses mercantis e comerciais para se fazer uma viagem. A noção de Brasil como uma unidade nacional só pode ter essa acepção durante a fase do Brasil império.

⁶ Nos exemplos em outras línguas, exceto o inglês, faço a identificação das glossas na linha abaixo e a tradução adaptada para o português brasileiro. Evito usar símbolos e abreviaturas para ter uma leitura dinâmica. Demarco alguns usos que são estão correlacionados com o estudo desta tese, como quando há uso de SpMs, determinantes (DET), demonstrativos (DEM), reforçadores (REF). Algumas línguas descritas neste estudo fazem uso de marcadores de caso (por exemplo, Nominativo (NOM)), de categorias funcionais discursivas (por exemplo, Tópico (TOP)), entre outras. Há autores que não fazem uso de glossas, como é o caso do quimbundo (Chatelain, 1889), ou que usam padrões de glossas de difícil compreensão, como é o caso do samoano (Mosel e Hovdhaugen, 1992), em que tive que seguir a proposta de tradução de Lyons (1999).

No HC, em (3a), é feito o uso de um SpM em posição pós-nominal, *a*, e é usado para indicar uma referência definida e específica, *o padre específico*. Nos exemplos de (3b) a (3e), os determinantes podem ter formas diferentes entre as línguas, mas rigidamente ocupam a posição final do DP e indicam uma referência definida e específica. De formas parecidas, esse fenômeno pode ser observado em outras línguas que emergem da situação de contato, como por exemplo, o Crioulo Mauriciano (cf. Guillemin, 2007, 2010 e 2011), ou Crioulo Surinamenho (Aboh, 2015), e em línguas africanas, como no iorubá (Ajíbóyè, 2005) e nas línguas do grupo bantu, Givón (2001), de Velde (2019), Choti (2021).

Para buscar uma adequação explicativa sobre a emergência de *aí* e de *lá* como SpMs no PB, faço uso da competição e seleção, de Mufwene (2001) e de Aboh (2015), e entendo que a emergência de *aí* e *lá* como SpMs pode ser explicada por que, a partir do contato com diferentes gramáticas e variantes, os falantes formam um banco de traços (*feature pool*) com traços e padrões que entram em competição. Esse processo ocorre em dois níveis: mental e social. Os traços mais convergentes são selecionados e podem vir a ser reestruturados. Assumo que os traços da especificidade tendem a ser selecionados já que estão relacionados à interface sintático-discursiva⁷. Exponho dados de línguas africanas que foram faladas no Brasil e que fazem uso de SpMs⁸, principalmente, as línguas do subgrupo gbe, como o gungbe ou fongbe; do subgrupo defoide, com destaque para o iorubá; e do subgrupo bantu, com destaque para o quimbundo⁹, kicongo e umbundo. Em seguida, construo um quadro comparativo e busco explicar a emergência de SpMs com o uso de *aí* e de *lá* em contextos indefinidos.

Para organização desta tese, parto de um objetivo geral, que é descrever o uso de SpMs, *aí* e *lá*, entendendo-o como um fenômeno resultante do contato do português com outras línguas, principalmente, as línguas africanas faladas em terras brasílicas.

Para atender tal objetivo geral, considero os seguintes objetivos específicos:

- conglobar bibliografia sobre fatores sócio-históricos das relações desenvolvidas por portugueses no Atlântico, relacionando com as possíveis influências na emergência de línguas em contexto de contato;

⁷ Desenvolvo a apresentação dessa hipótese e de seus pressupostos teóricos e metodológicos na seção 6.1.

⁸ Na seção 5, discuto a importância dessas línguas para a formação do português brasileiro e, na seção 6.2, descrevo o uso de SpMs e suas propriedades semânticas e sintáticas.

⁹ Rosa (2019) discute como algumas terminologias (como *mbundu*, *ambundu*, *bunda*) foram usadas nas descrições da língua feitas por estrangeiros no século XIX, mas, desde os estudos de Chatelain (1889), usa-se *kimbundu* (ou *quimbundo*) para designar a língua e o povo que a fala.

- reunir bibliografia sobre a especificidade em línguas humanas, principalmente aquelas que estiveram em contato com o português, as línguas africanas do subgrupo *bantu* (principalmente de Angola, como o quimbundo, umbundo), do subgrupo *defoide* (iorubá) e do subgrupo *gbe* (fongbe, gungbe, ewegbe));
- descrever a sintaxe dos SpMs pós-nominais e a estrutura do DP no PB, a partir da abordagem cartográfica (Giusti, 2002; Aboh, 2004; Laenzlinger, 2017, entre outros);
- explicar a emergência de SpMs no PB como resultado do contato linguístico tendo como auxílio a hipótese da Competição e Seleção, de Mufwane (2001) e de Aboh (2015) e o Programa Minimalista (Chomsky, 1995) da Teoria Gerativa.

Cabe destacar que este estudo é continuação de trabalhos que desenvolvi sobre o uso de *aí* e de *lá* no PB, mais especificamente, na análise sobre o uso desses elementos indicando especificidade ou deiticidade em dados de comunidades rurais afro-brasileiras (Paranhos, 2019). No mestrado, descrevi que *aí* e *lá* (e *aqui* e *ali*) podem ser usados como reforçadores ao coocorrer com demonstrativos em contextos definidos em dados dessas comunidades. Em Helvécia, as informantes da faixa etária 3¹⁰ fazem uso de apenas um único demonstrativo (*esse*) e os reforçadores são essenciais para estabelecer contraste dêitico (Ribeiro e Cyrino, 2011). Descrevi que há outro sistema de deiticidade usado entre os informantes da faixa etária 2 e 1, com uso de dois demonstrativos que se opõem (*esse* x *aquela*), mas ainda assim a estrutura [DEM NP REF] é necessária para estabelecer contraste, demarcando proximidade do falante (*aqui*), proximidade do ouvinte (*aí*), distância medial do falante e do ouvinte (*ali*) ou distância do falante e do ouvinte (*lá*).

Além dos usos dêiticos, *aí* e *lá*, diferentemente de *aqui* e de *ali*, em dados de todos os falantes, independentemente da faixa etária, podem ser usados para indicar especificidade com uso da estrutura [DET_[-DEF] NP SpMs]. Trata-se de uma estrutura prototípica em que o falante indica uma referência específica e o DET pode não ser realizado fonologicamente. Considerei a necessidade de desenvolver mais estudos para compreender como esse fenômeno emerge em comunidades rurais afro-brasileiras e quais os vínculos podem ser estabelecidos com a teoria da competição e da seleção. Neste estudo, dou continuidade ao que foi observado, no intuito de descrever o uso de *aí* e de *lá* como SpMs e de atingir uma adequação explicativa do fenômeno.

Quando à metodologia, diante de objeto desta tese, escolho trabalhar com uma perspectiva multidisciplinar, analisando fatos da língua sob a ótica da linguística e

¹⁰ Os informantes são classificados em três faixas etárias: 1, de 20 a 40 anos; 2, de 40 a 60 anos; 3, com mais de 60 anos. Para mais informações, conferir Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009).

correlacionado com fatos políticos e sociais, com a ótica de outras disciplinas. Busco compreender as estruturas sintáticas de SpMs no PB, uma gramática que emerge como resultado do contato. Esta tese, portanto, relaciona-se, com outra agenda de pesquisas que toma como base as análises linguísticas de Mufwene (2001 e 2002), DeGraff (2005), Aboh e Ansaldo (2007) e Aboh e DeGraff (2017) e, principalmente, Aboh (2015). Assumo que as línguas que emergem em situação de contato não são diferentes ou mais simples do que outras línguas, tendo também fenômenos complexos que são reestruturados a partir de traços que foram selecionados pelos falantes em contexto de contato linguístico (Aboh e DeGraff, 2017)¹¹.

Assumo que o recorte histórico exige metodologias específicas de análise da história e da sociedade, com suas devidas contradições, e elas são importantes para compreender a emergência do PB.

(...) nossa proposta é dar maior ênfase à elaboração de uma reconstituição histórica das relações socioeconômicas subjacentes às interações linguísticas que ocorreram nos séculos coloniais. Para tanto, temos de recorrer à Ciência da História para busca informação sobre as intrincadas relações que ocorriam na colônia portuguesa. A nosso ver, é isso o que vai nos permitir levantar hipóteses a respeito das causas de emergência de alguns fenômenos inovadores do português brasileiro, para além das causas que levaram esses fenômenos a se espalhar pelo território nacional. (Negrão e Viotti, 2012, p. 314)

Ao mesmo tempo, existem fenômenos na emergência de uma língua que precisam ser analisados pela ótica da linguística e recorro a bibliografias e metodologias específicas de análise da Língua-I. Faço uso do referencial teórico gerativista, assumindo a linguagem humana como um órgão, um subsistema que é parte de uma estrutura mais complexa. Para Chomsky (1970 e, entre outros, 1995), há uma inseparável relação entre linguagem e organismo humano, caracterizando como uma propriedade genética comum a todos os seres humanos. Ao mesmo tempo, esse órgão é constituído de outros sistemas internos e módulos (sintaxe, fonologia, semântica). Tomando como pressuposto os estudos de Giusti (1996, 2002 e 2006), Ihsane e Puskás (2001), Longobardi (1994); Cinque (2005) Aboh (1999, 2004 e 2015), e, entre outros, Laenzlinger (2017), assumo o modelo cartográfico da gramática a partir da noção de que categorias funcionais exigem a realização de projeções máximas.

No decorrer da tese, assumo uma abordagem multidisciplinar e argumento que, ao compreender a língua como um sistema inerente e natural, é necessário aplicar uma

¹¹ Desenvolvo a caracterização dessa agenda de pesquisas na seção 6.1.1.

metodologia própria, que me forneça o instrumental teórico e analítico para explicar fenômenos naturais. Ao recortar fenômenos linguísticos que emergem como resultado de um processo de contato, argumento que o objeto de análise é também social e histórico, sendo necessário correlacionar a disciplina da linguística com metodologias, com pressupostos e com lógicas de outras disciplinas.

Os procedimentos metodológicos tomam como base prioritariamente o conjunto de análises já desenvolvidas sobre os temas estudados. Entre eles estão o levantamento bibliográfico:

- 1) da literatura sobre as propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas de SpMs nas línguas humanas, tendo como suporte o modelo cartográfico da gramática gerativa;
- 2) da área da linguística, produzidos sobre o fenômeno da especificidade, dando foco àqueles relacionados à marcação da especificidade na estrutura do DP em línguas que participaram da situação de contato em terras brasílicas, tais como as línguas africanas do subgrupo bantu (principalmente da região próxima aos antigos reinos do Kongo e do Ndongo, como o quimbundo, o kicongo e o umbundo), do subgrupo defoide (principalmente, o iorubá) e do subgrupo *gbe* (fongbe, gungbe, ewe));
- 3) de dados sócio-históricos do processo de expansão de Portugal no Atlântico que contribuem para o estudo do fenômeno, compreendendo os processos econômicos, sociais e históricos que deram base à emergência do PB.

Após análise da literatura, descrição dos dados e construção de representações arbóreas, defendo que a emergência de um traço funcional que exige a realização fonológica de Top° é resultado do contato com línguas africanas e foi selecionado porque tem propriedades da interface sintático-discursiva. Elenco argumentos de quatro ordens em defesa da minha tese: histórica; descritiva; teórica e comparativa. A forma desse traço emergiu com a reestruturação de *aí* e de *lá* porque são invariáveis, tônicos e são elementos dêiticos que constituem recursos pragmáticos importantes para a aquisição de segunda língua (L2)(Levinson, 2018). Além disso, *aí* e *lá* estabelecem relações semântico-pragmáticas não apenas de deiticidade, assumindo diversas funções. A emergência de SpMs ocorreu em contextos indefinidos e foi bloqueada em contextos definidos porque outros elementos marcam especificidade, como demonstrativos e como possessivos em coocorrência com artigos definidos. Esses foram selecionados porque têm mais propriedades da interface sintático-discursiva.

ORGANIZAÇÃO DA TESE

Na primeira seção desta tese, apresento o conceito de especificidade como uma propriedade característica da interface semântico-pragmática, observada em contextos indefinidos em que o falante insere uma entidade nova no discurso que tende a ser retomada. Observo diversas estratégias para identificar esse fenômeno como o conteúdo descritivo do DP, o uso de relativas e o uso de SpMs. Em seguida, retomo estudos sobre a caracterização semântica e pragmática, diferenciando a especificidade da definitude, descrevendo 7 tipos distintos de especificidade que são agrupados de diferentes modos a depender da abordagem teórica e expondo as principais linhas teóricas de análise do fenômeno.

Na segunda seção, meu principal intuito é responder a seguinte questão: “como se expressa sintaticamente a especificidade nas línguas humanas?”. Demonstro que boa parte dos estudos se concentram em analisar a especificidade em contextos indefinidos e evidencio que essa pode ocorrer também em contextos definidos. Faço uso da abordagem cartográfica, pressupondo o paralelismo sintático entre a estrutura nominal e a estrutura da sentença. Analiso que a especificidade é um fenômeno da interface sintático-discursiva e que sua interpretação é possibilitada pela projeção de TopP no DP (Giusti, 2002; Alexiadou, Haegeman e Stavrou; 2007, Aboh, 2015).

Na terceira seção, exponho análises sobre a estrutura do DP no PB e dos usos de artigos definidos, artigos indefinidos, BNs, demonstrativos, possessivos, adjetivos e relativas. Ao mesmo tempo, faço representações arbóreas dessas construções e das operações de *move*. Proponho que TopP é projetado apenas quando há ambiguidade entre leituras específicas e não-específicas. Nas leituras genéricas ou quantificacionais, há estruturas diferentes.

Na quarta seção, descrevo as características semânticas, pragmáticas e sintáticas dos SpMs no PB. Analiso a estrutura sintática do DP com base na hipótese de que a *aí* e *lá* são concatenados em Top^o. Descrevo os usos em coocorrência com artigos indefinidos, pronomes indefinidos e com BNs. Faço as representações arbóreas e descrevo que há operações de *pied-piping*. Em seguida, analiso as possibilidades de coocorrência com modificadores, como adjetivos, possessivos e relativas. Quando esses modificadores são realizados após *aí* e *lá*, têm interpretação de foco. As construções relativas ocupam sempre a posição pós-nominal e ocorre o *pied-piping* do DP interno. O uso de *aí* e de *lá* como SpMs assim como as operações de *pied-*

piping dentro do DP não é encontrado nas línguas românicas¹². Diante disso, aponto a necessidade de entender a emergência do fenômeno a partir da situação de contato.

Na quinta seção desta tese, faço uso de estudos da História (vinculados com perspectivas da Sociologia, da Geografia, entre outras) para compreender as aproximações e os afastamentos entre povos de diferentes territórios que estiveram em contato com a língua portuguesa no processo de domínio do Atlântico. Busco responder à questão: “Como foram os contatos linguísticos do português no Brasil?”. Para chegar a essa resposta, reviso as análises sobre os conceitos de Atlântico, de Colonização e de Escravização bem como suas transformações. Argumento que, embora existam particularidades entre os diferentes povos e territórios, o Atlântico foi organizado sob a mesma base estrutural: a escravização e o sequestro de povos africanos. Sob o olhar Atlântico, as diferenças são explicadas pelo que há de semelhante. Assim, defendo que a mesma causa possibilitou a existência de consequências distintas, pois os agentes europeus efetuaram relações diplomáticas, políticas, comerciais e coloniais próprias para cada realidade. Um dos resultados desse processo é a formação de diferentes expressões de uma Cultura Crioula Atlântica (CCA). Na última parte da seção, reflito sobre os multilinguismos presentes na formação brasílica e como continuaram a existir, influenciando na emergência do PB.

Na sexta seção, descrevo a hipótese da competição e da seleção e os pressupostos adotados por essa abordagem. Demonstro a crítica a pressupostos de hipóteses excepcionalistas, que concebem línguas “crioulas” como defeituosas, simples ou incompletas. Em seguida, demonstro como a hipótese analisa a formação de ecologias linguísticas complexas que emergem da situação de contato e como os traços são selecionados em processo de competição de seleção. O intuito dessa sistematização é me aproximar das respostas sobre “por que *aí* e *lá* atuam como SpMs em línguas formadas em contato com o português no Atlântico?”. Ao elencar as possíveis explicações, defendo a tese de que a especificidade emerge como resultado de um processo de competição e de seleção em que os traços relacionados às interfaces são mais propensos de serem selecionados (Aboh, 2015). Exponho as propriedades sintáticas e semânticas da especificidade em gramáticas que emergem da situação de contato, como o Croulo Haitiano e o Crioulo Surinamenho. Além disso, apresento dados em línguas faladas de uso de SpMs em línguas do continente africano, como o quimbundo, o iorubá, o gungbe (Givón, 2001; Choti, 2021; Ajíbóyè, 2005; Aboh, 2004 e 2015). Defendo que os SpMs do PB (*aí* e *lá*)

¹² Heck (2008, p. 97-102) demonstra que há possibilidade de ocorrer *pied-piping* secundário em construções interrogativas em línguas românicas, como no francês, no espanhol e no romeno. A autora demonstra construções no espanhol com o uso de *pied-piping* dentro da estrutura nominal.

emergem como resultado da competição e da seleção de traços, em que foram selecionados porque envolvem fenômenos da interface sintático-pragmática. A forma desses SpMs foi tomada de elementos dêiticos porque também são mais competitivos em termos de interface sintático-discursiva.

Por fim, formulo as considerações finais deste estudo, retomando as sínteses, as descrições, as análises e as explicações. Sistematizo os resultados por meio de tópicos. Para retomar as análises e as avaliações, formulo um quadro com questões estabelecidas e possíveis caminhos de respostas.

1 A ESPECIFICIDADE EM CONTEXTOS INDEFINIDOS: O ESTADO DA ARTE

Tomando como base diversos estudos (Martelotta e Rêgo, 1996; Tavares, 2001 e 2002; Pereira, 2011, Confessor 2013; e Paranhos, 2019), assumo que *aí* e *lá* atuam como marcadores de especificidade (*Specificity markers* ou SpMs) em contextos indefinidos no PB, como pode ser observado nos exemplos em (4), abaixo:

- (4) a. Se [DP uma pessoa **aí**] vier para a festa, América ficará contente.
 b. Se [DP uma pessoa] vier para a festa, América ficará contente.

A interpretação de (4a), possibilita identificar que, caso uma pessoa específica apareça na festa, América ficará feliz, no entanto, em (4b), há uma ambiguidade e a frase pode ter duas interpretações: ou América espera a vinda de uma pessoa específica ou espera a vinda de qualquer pessoa para a festa.

Antes de chegar na análise desses marcadores no PB (cf. Seção 4), meu objetivo para esta seção é trazer uma revisão bibliográfica sobre a especificidade em contextos indefinidos para compreender suas características semânticas e pragmáticas, com o objetivo de apresentar as principais abordagens teóricas e as discussões sobre o tema. Darei foco à compreensão da especificidade em contextos indefinidos porque parece ser assim que ela se manifesta com o uso dos marcadores *aí* e *lá* no PB. As principais perguntas que pretendo responder nesta seção são: O que é especificidade? Como as línguas marcam especificidade em contextos indefinidos? Quais as propriedades semânticas e pragmáticas da especificidade? Como as teorias linguísticas descrevem o fenômeno?

Organizo formalmente esta seção em quatro partes: na primeira, exponho a caracterização geral sobre o fenômeno; em seguida, diferencio a definitude da especificidade; na terceira, sistematizo tipos diferentes de caracterização do fenômeno; na quarta, faço a exposição das principais teorias sobre a especificidade.

1.1 O FENÔMENO DA ESPECIFICIDADE

Para conceituar a especificidade, antes é necessário ressaltar como a linguística tem feito suas análises tendo como suporte diferentes perspectivas teóricas e metodológicas que dialogam. Em primeiro lugar, as caracterizações do fenômeno são influenciadas por

formalizações lógico-filosóficas, englobando noções de conjunto, de pressupostos e, entre outras, de verdade¹³. Em segundo lugar, os estudos sobre a especificidade estão rapidamente se transformando. Esses estudos têm vinculação teórica com semântica formal, com a pragmática e com a sintaxe, introduzindo novas e diferentes definições (Von Heusinger, 2011, p. 1025-9).

O que normalmente se tem em comum entre boa parte dos estudos é que “a especificidade é uma noção semântico-pragmática que distingue entre diferentes usos ou interpretações de frases nominais indefinidas” (Von Heusinger, 2011, p. 1025)¹⁴. As sentenças em (5) e (6) permitem observar esse fenômeno:

- (5) a. I bought [DP **a car**].
 “Eu comprei um carro”.
 b. Pass me [DP **a book**].
 “Passe-me um livro.”
- (6) a. Peter intends to marry [DP **a banker**] – even though he doesn’t get on at all with her.
 “Peter pretende se casar com uma comerciante, no entanto ele não vai se envolver com ela.”
 b. Peter intends to marry [DP **a banker**] – though he hasn’t met her yet.
 Peter pretende se casar com uma comerciante, no entanto ele não conhece nenhuma ainda.

(Lyons, 1999, p. 165-6)

Para Lyons (1999, p. 165-6), em (5a), *um carro* é um DP indefinido e específico, pois o falante reconhece ou identifica o referente, mas o ouvinte não. Já em (5b), em uma frase imperativa, tanto o falante como o ouvinte desconhecem o referente, então é um DP indefinido e não específico. Em (6a), Peter já reconhece ou identifica a comerciante com a qual pretende se casar, sendo uma referência específica em um contexto indefinido. Enquanto em (6b), ele não reconhece ou não identifica uma comerciante específica¹⁵. Lyons (1999, p. 167) parte do pressuposto de que se o falante conhece a referência, é específico – se não conhece, não é específico. Então, o conceito de especificidade seria um conhecimento que está na mente do falante. Mais adiante, analiso os diferentes tipos de conceitos da especificidade.

¹³ Cf. Partee, Meulen e Wall (1990).

¹⁴ Para Von Heusinger (2002, 2011 e 2019) a especificidade também pode ser observada em contextos definidos, não sendo restrita a contextos indefinidos.

¹⁵ Cabe destacar que, nos exemplos em (6), é feito o uso de um verbo de atitude proposicional (ou intensional), *pretende*. Trata-se de um verbo que opera o valor de verdade na proposição, no que é dito. É possível diferenciar de verbos extensionais, como *comprou*, *vendeu*, entre outros, que operam o valor de verdade no mundo real (Fodor e Sag, 1982). Agradeço à Prof^ª. Wânia Miranda por indicar a necessidade de acrescentar essa informação.

As primeiras tentativas de caracterização da especificidade são formuladas para compreender as características de artigos indefinidos em duas investigações de Karttunen (1968, 1969), seguido pelos estudos de Fodor (1970), Partee (1970), Kripke (1977)¹⁶ (Von Heusinger, 2011, p. 1025-7 e 1031).

Karttunen (1968, 1969) propõe que há diferença no uso de artigos definidos e de artigos indefinidos, bem como há entre tipos diferentes de usos indefinidos, sendo uns específicos e outros não específicos. Os exemplos entre (7) e (9) são importantes para entender sua análise:

- (7) a. Anna owns [DP the Porsche]. It is red.
 “Anna possui o Porsche. Ele é vermelho.”
 b. Anna owns [DP a Porsche]. It is red.
 “Anna possui um Porsche. Ele é vermelho.”
 c. Anna owns [DP every Porsche]. *It is red.
 “Anna possui todo Porsche. Ele é vermelho.”
- (8) a. Cris wants to own [DP the Porsche]. It is red.
 “Cris quer possuir o Porsche. Ele é vermelho.”
 b. Cris wants to own [DP a Porsche]. *It is red.
 “Cris quer possuir um Porsche. Ele é vermelho.”
- (9) a. Cris wants to own [DP this_[-DEF] Porsche]. It is red.
 “Cris quer possuir um certo Porsche. Ele é vermelho.”
 b. Cris wants to own [DP a Porsche he saw a day before]. It is red.
 “Cris quer possuir um Porsche que viu a um dia. Ele é vermelho.”

(Von Heusinger, 2011, p. 1031)

Karttunen (1968, 1969) considera, diante da possibilidade de uso da anáfora discursiva (*ele*)¹⁷, que: a) definidos e indefinidos, diferente de quantificadores, têm a capacidade de introduzir referentes discursivos em um contexto episódico, como nos exemplos em (7); b) nos exemplos em (8), é utilizado um verbo de atitude proposicional, *querer*, e definidos, como em

¹⁶ Primeiramente, Karttunen (1968) propõe duas representações lexicais para a especificidade. Em seguida, o autor (1969, p. 26; 1976, p. 378) propõe que são ambíguas em termos de escopo indefinido. Partee (1970) argumenta que a especificidade está relacionada com a definição de Donnellan (1966) de que há distinção entre referencialidade e leitura atributiva para definidos. De acordo com a autora, indefinidos não-específicos contribuem para o conteúdo descritivo da afirmação de uma sentença enquanto indefinidos específicos referem-se a seus referentes em uma sentença afirmativa que predica sobre eles. Kripke (1977), no entanto, argumenta que o contraste entre especificidade é pragmático, um princípio comunicativo geral que não está relacionado com efeitos de valor-verdade.

¹⁷ Nos exemplos, no inglês, usa-se o pronome *It*, retomando o carro específico que foi referenciado.

(8a), conseguem inserir um referente discursivo no escopo do verbo *querer* (ao menos com uma leitura mais proeminente), enquanto os indefinidos não específicos, em (8b), bloqueiam a retomada de um pronome anafórico; c) nos exemplos em (9) também com verbos de atitude proposicional, alguns tipos de indefinidos são específicos porque conseguem introduzir um referente discursivo que é retomado pelo pronome anafórico.

Em um outro momento, formam-se outras tradições de estudos sobre a especificidade¹⁸. Entre elas, a que mais contribuiu para os estudos sobre o tema foi a de Fodor e Sag (1982)¹⁹ (Von Heusinger, 2011, p. 1025-7; 2019, p. seção 9.2). Os autores (1982, p. 358-365) sintetizam alguns indicadores que ajudam a identificar contextos com maior probabilidade de haver especificidade.

A. tamanho do DP, pois quanto mais há conteúdo nominal maior é a probabilidade, conforme exemplos em (10):

- (10) a. [DP A student that Betty used to know in the Arkansas] cheated on the exam.
 “Um estudante que Betty conheceu no Arkansas trapaceou no exame.”
- b. [DP A friend of mine] cheated on the exam.
 “Um amigo meu trapaceou no exame.”
- c. [DP A student] cheated on the exam.
 “Um estudante trapaceou no exame.”

(Fodor e Sag, 1982, p. 359)

B. vinculação a elementos topicalizados ou deslocados à esquerda:

- (11) a. As a Frenchmen that I met in Tokyo, one of them is [DP a linguist].
 “Quanto aos franceses que eu conheci em Tóquio, um deles é um linguista.”
- b. Of the Frenchmen that I met in Tokyo, at least one is [DP a linguist].
 “Dos franceses que conheci em Tóquio, ao menos um é um linguista.”

(Fodor e Sag, 1982, p. 360)

¹⁸ Tais como: o uso partitivo (Enç, 1991); a topicalidade (Portner, 2002; e Endriss, 2009); ou, entre outras, a notabilidade (MacLaran, 1982; e Ionin 2006).

¹⁹ Fodor e Sag (1982) propõem que *a*, em NPs com DET_[-DEF], podem ter ambiguidade lexical, podendo ter uma interpretação referencial (ou seja, [+ESP]) ou existencial (ou seja, [-ESP]). A primeira, diferente da segunda, permite leituras *de re* em contextos de opacidade; revela um comportamento de escopo especial; e apresenta contribuição epistêmica. Boa parte dos estudos subsequentes (Farkas, 1981; Abusch, 1994; Reinhart, 1997; Winter, 1997; Schwarz, 2001, etc) deram continuidade às investigações propostas por esses autores.

C. uso de SpMs em construções indefinidas, como nos exemplos em (12) e (13), respectivamente do inglês e do português brasileiro²⁰:

(12) [DP This girl in the syntax] class cheated on the exam.

“Uma garota (específica) da aula de sintaxe trapaceou no exame (onde não há uma garota localizada deiticamente)”

(Fodor e Sag, 1982, p. 359)

(13) a. A Cátia deve vencer [DP uma atleta **aí**] se quiser ser a primeira do ranking

b. A Cátia deve vencer [DP uma atleta] se quiser ser a primeira do ranking

(Tavares, 2001, p. 212).

D. existência de relativas restritivas, (10a) (14a) e, principalmente, explicativas, (14b), em comparação com a dificuldade de realizar relativas explicativas com o uso de quantificadores, como em (15)²¹:

(14) a. [DP A student in the syntax class who has a P.h.D. in astrophysics] cheated on the exam. (restrictive)

“Uma estudante da aula de sintaxe que tem um Ph.D. em astrofísica trapaceou no exame. (restritivo)”

b. [DP A student in the syntax class, who has a P.h.D. in astrophysics], cheated on the exam. (non-restrictive)

“Uma estudante da aula de sintaxe, que tem um Ph.D. em astrofísica, trapaceou no exame. (explicativo)”

(15) a. *[DP No/Few students in the syntax class, who have a P.h.D.’s in astrophysics], cheated on the exam.

“Nenhuma estudante da aula de sintaxe, que tem um Ph.D. em astrofísica, trapaceou no exame.”

²⁰ Lyons (1999, p. 59 e 178) observa que outras línguas também têm SpMs, como o sango, hausa, sissala, além do alemão, francês, inglês e etc, tornando um fenômeno observável em várias línguas naturais. Trato como esse fenômeno se manifesta no PB na seção 4 e como se manifesta em línguas africanas que estiveram em contato com português no Brasil na seção 2.2 e na seção 6.

²¹ Parece que no PB é possível ter uma interpretação com relativa explicativa desde que haja uma pressuposição a depender do contexto. Por exemplo, na sala há muitos estudantes com PhD em astrofísica, poucos ou nenhum trapacearam no exame, mas os demais (que não têm PhD em astrofísica, sim). Agradeço a Prof^a. Dr^a Wânia Miranda por essa observação.

- b. *[DP Every/Each student in the syntax class, who has a P.h.D.'s in astrophysics], cheated on the exam.

“Todo estudante da aula de sintaxe, que tem um Ph.D. em astrofísica”, trapaceou no exame.

(Fodor e Sag, 1982, p. 361-2)

E. uso de modificadores como *certo* ou *particular*, tais como em (16):

- (16) a. I accused [DP a certain student] of cheating.

“Eu acusei um certo estudante de trapacear no exame.”

- b. [DP A (one) particular claim in this paper] is false.

“Uma alegação particular deste artigo é falsa.”

(Fodor e Sag, 1982, p. 362)

F. possibilidade de uso específico em contextos com expletivos, tal como *there-insertion*, como nos exemplos em (17) em que é possível usar o *this*²²:

- (17) a. There is [DP a girl in our class] who cheated on the exam.

- b. There is [DP this girl in our class] who cheated on the exam.

“Há uma garota (específica) na nossa classe que trapaceou no exame.”

(Fodor e Sag, 1982, p. 361)

G. impossibilidade de uso indefinido específico em contextos imperativos:

- (18) a. *Mary, marry [DP a conversational Swiss from a small village of Lärbro]!

“Mary, case-se com um suíço conversador de uma pequena vila de Lärbro!”

(Von Heusinger, 2019)

Além dos contextos citados, Von Heusinger (2011, p. 30-1), com base em Karttunen (1968 e 1969), sugere que pronomes anafóricos podem contribuir também para a identificação

²² Para os autores (1982, p. 360-1), construções de *there-insertion* normalmente são interpretadas como introdutórias de uma leitura quantificacional, impossibilitando uma leitura referencial. No entanto, defendem que não têm efeito diretamente correlacionado a como o indefinido será usado.

de um contexto específico, tal como nos exemplos entre (7) e (9)²³.

Nas línguas, há diferentes estratégias para identificar se há especificidade. Na subseção 2.5, exponho exemplos e discussões daquelas que fazem uso de artigos que diferenciam NPs com relação à especificidade, a saber, o samoano. Nesta seção, centralizo a análise para contextos específicos indefinidos porque é o conteúdo que tem sido mais estudado e porque é nesses contextos que *ai* e *lá* são usados como SpMs, como nos exemplos em (4).

Diversos estudos buscam teorizar sobre o fenômeno, adaptando, modificando ou assumindo posições distintas. No primeiro momento, há duas principais teorias: (i) a teoria da ambiguidade lexical, que argumenta em defesa da existência de ao menos dois artigos indefinidos homófonos, um existencial e outro específico; (ii) a teoria do escopo, que argumenta que a ambiguidade é estrutural, resultado de estruturas sintáticas distintas, em que as relações de escopo determinam a alteração do sentido. Essas se desenvolvem, tendo ao menos quatro principais expressões (teorias do escopo, teorias referenciais, teorias da familiaridade, teorias da proeminência discursiva). Em termos científicos, o conceito de especificidade é usado, pelo menos, de 7 (sete) formas diferentes (Von Heusinger, 2011, p. 1027-9). Nesta e na próxima seções, demonstro que os indicadores em A, B e C, de Fodor e Sag (1982), podem ajudar a identificar a especificidade, mas são restritos a contextos específicos; e os indicadores de D a G são restritos para marcação de especificidade. Eu assumo que no PB há ambiguidade com relação a especificidade [\pm ESP], por causa da existência de diferentes estruturas sintáticas, que são observadas principalmente em contextos indefinidos. Argumento que *ai/lá*, SpMs, são inseridos pelo falante com a intenção de fazer uma ancoragem referencial, marcando sempre [$+$ ESP]. Antes de aprofundar sobre o tema, na subseção a seguir, discuto sobre a relação entre *definitude* e *especificidade*.

1.2 A ESPECIFICIDADE E A DEFINITUDE

Nesta seção, meu intuito é apresentar, de modo mais geral, conceitos importantes para compreender fenômenos semântico-pragmáticos relacionados à *definitude* e à *especificidade*.

Em geral, diversos estudos demonstram que um DP é caracterizado como definido quando há *definitude*, um traço que possibilita a seleção de um objeto na classe de possíveis

²³ Para o autor (2011, p. 1031), pronomes anafóricos exercem três papéis: 1) são um dos principais fenômenos para o entendimento da especificidade indefinida; 2) são usados para retirar a ambiguidade de leitura [$+$ ESP] x [$-$ ESP]; 3) revelam, a depender do pronome usado, que se trata de seu antecedente ou não (cf. nota 8). O autor alerta que há outras discussões sobre o tema (cf. Partee, 1970).

objetos. Além disso, outros subtraços contribuem para a discussão sobre a possibilidade de um DP ser definido como: *familiaridade*, ou seja, a entidade denotada é reconhecida tanto pelo falante como pelo ouvinte; a *identificabilidade*, a intenção do falante em denotar uma entidade que o ouvinte pode pressupor como familiar; a *unicidade*, a capacidade de identificar que se trata de uma entidade única, podendo ser contextual ou absoluta; a *maximalidade*, a denotação de todas as entidades que compõem um conjunto contável ou de massa; e a *anaforicidade*, definidos forçam uma leitura anafórica em relação a um antecedente enquanto indefinidos têm uma referência variável (Lyons, 1999; Ihsane e Puskás, 2001; Von Heusinger, 2002; Ionin, Ko e Wexler, 2004; Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007; entre outros, Heim, 1982, 2011). Os exemplos de (19) a (22) possibilitam identificar esses traços.

(19) a. [DP The book] arrived.

“O livro chegou.”

b. [DP The books] arrived.

“Os livros chegaram.”

c. [DP The ink] arrived.

“A tinta chegou.”

d. [DP A book] arrived.

“Um livro chegou”.

(Heim, 2011, p. 997-8)

Heim (2011, p. 997-9) observa que, em (19a), o uso do artigo definido denota um livro único e familiar, que pode ser pressuposto. Em (19b), trata-se de livros (contáveis) que envolvem a *maximalidade* do que é pressuposto. Definidos demonstram também a capacidade de anteceder nomes massas e plurais, como em (19c), atribuindo *maximalidade* ou *inclusividade*. Enquanto, em (19d), há um livro não definido, em que o ouvinte não reconhece sobre qual seja, não podendo pressupor *unicidade* ou *familiaridade*²⁴.

²⁴ Heim (2011, p. 997-1001) retoma a análise de Russel (1905) que argumenta que os artigos definidos e indefinidos expressam aspectos quantificáveis, mas há condições distintas para que tenham valor de verdade. Em (19a), a sentença tem valor de verdade se existe um livro e esse livro chegou (sendo falsa o contrário (não existe nenhum livro, ou se existe mais de um livro ou se ele não chegou)), enquanto em (19d) há valor de verdade se ao menos um livro chegou (e de falsa se nenhum livro chegou). Heim (2011, p. 1000-1) discute as possibilidades de indefinidos estarem em um DP com traço [+ pressuposição] em contextos específicos, como sujeito de uma sentença predicativa ou em DPs movidos por scambled.

I. I don't know if he sent us any Papers with mistakes in them. But if

a. ?? a mistake in this paper is serious, it has to be sent back.

b. there is a serious mistake in this paper, it has to be sent back.

- (20) a. [DP The sun] arrived.
 “O sol chegou.”
 b. [DP The winner] arrived.
 “O vencedor chegou.”
- (21) a. I wonder who [DP that anesthetist] is.
 “Eu me pergunto quem é o anestesiologista do turno.”
 b. I’ve just been to a wedding. [DP The bride] wore blue
 “Eu acabei de ir a um casamento. A noiva usava azul.”

(Lyons, 1999, p. 7)

Lyons (1999, p. 7-9) justifica que a unicidade consegue explicar os usos de definidos antes de referentes únicos, como nos exemplos em (20), em que há referentes inerentemente únicos, sendo, portanto, absoluta. Para o autor, exemplos como (21a) e (21b), possibilitam afirmar que a familiaridade não é uma característica prototípica da definitude porque o falante e o ouvinte pressupõem a existência de uma entidade única em um ambiente cirúrgico ou em um casamento, mas não necessariamente ambos conhecem a entidade, desse modo, há apenas identificabilidade.

- (22) a. [DP O saco verde] é pro lixo orgânico e [DP o saco verde] é para o lixo reciclável.
 b. [DP Um saco verde] é pro lixo orgânico e [DP um saco verde] é para o lixo reciclável.
- (Prim, 2015, p. 108)

Nos exemplos em (22a) e (22b), o definido pode ter leitura anafórica, retomando o mesmo saco para ser usado como lixo orgânico e reciclável²⁵, enquanto o uso do indefinido insere um novo referente no discurso, indicando sacos distintos.

Tomando como base Heim (1982; 2011), assumo que a definitude é um fenômeno da interface semântica-pragmática que é marcado como um traço do DP na periferia esquerda, podendo atribuir subtraços a depender da composição estrutural da língua: *inclusividade*, em coocorrência com nomes massivos; *maximalidade*, em coocorrência com nomes contáveis pluralizados. Ou seja, assumo que a definitude é um traço que estabelece a função semântica

Para a autora, independentemente da possibilidade de indefinidos terem leitura pressuposicional, para que isso ocorra, é necessário que sejam acionados axiomas que acionem a disposição do falante em julgá-los como valores de verdade.

²⁵ No exemplo em (22a), parece haver uma leitura ambígua, podendo ter um contexto com apenas um único saco ou com dois sacos desde que situados deiticamente de modos distintos.

de ancoragem de um referente familiar no discurso ou pressuposto por conhecimentos enciclopédicos; ao mesmo tempo, tal como argumentado por Lyons (1999), está necessariamente ancorada em propriedades pragmáticas já que o falante tem a intenção de pressupor uma denotação, assumindo que o ouvinte reconhece o(s) referente(s). Essa discussão é secundária para esta tese, sendo tomada como pressuposto para argumentar que definitude não é marcada em D^o, conforme demonstro nas seções seguintes.

Enquanto a definitude denota uma entidade, tendo diversos subtraços semântico-pragmáticos, que podem variar de uma língua para outra, a especificidade normalmente está associada à *referencialidade*, a capacidade de identificar um referente (Enç, 1991; Fodor e Sag, 1982; Lyons, 1999)²⁶.

Para Von Heusinger (2002, p. 249-53), as distinções entre definitude e especificidade têm três características incorretas: a) a identificabilidade está restrita à definitude; b) a especificidade é uma subcategorização de indefinidos em que o falante conhece a referência e o ouvinte não; c) a possibilidade de ter uma leitura definida não-específica é descartada. Com base nos exemplos em (23) e (24), pode-se estabelecer os limites dessas descrições:

(23) a. John is looking for [DP the dean, whoever it might be].

“John está procurando o reitor, quem quer que seja ele.”

b. John is looking for [DP the dean, namely for Smith, who happens to be the dean].

“John está procurando o reitor, que se chama Smith e parece estar no cargo.”

(24) a. John is looking for [DP a pretty girl], whoever he will meet, he will take her to the movies.

“John está procurando uma garota bonita e, quando ele conhecer, convidará ela para o cinema.”

b. John is looking for [DP a pretty girl, namely for Mary].

“John está procurando uma garota bonita, que se chama Maria.”

(Von Heusinger, 2002, p. 249-50)

Nos pares em (23), o reitor que John procura é definido, mas não é referencial e nem identificável em (23a), enquanto em (24b) é referencial, embora pareça ser uma referência que não é conhecida pelo falante. No exemplo em (24a), trata-se de uma garota não definida, não-

²⁶ Lyons (1999, p. 165) relata que há divergências sobre o uso do termo ‘referencialidade’ para relações de definitude, que seriam exclusivas da especificidade. Do mesmo modo, o verbo ‘denotar’ parece ser usado apenas para expressar relações de definitude. Na matemática, esse está associado à capacidade de atribuir um símbolo a um conceito ou uma ideia.

específica e não identificável, que John procura; em (24b), a garota indefinida, mas é referencial e identificável. Para o autor, a especificidade é uma propriedade de construções nominais em geral. Assumimos, tal como proposto por Von Heusinger (2002), que DPs [+DEF] e [-DEF] podem ser [+ESP] ou [-ESP]. Retorno a essa discussão na seção 2.2.

Em geral, as discussões sobre definitude e especificidade envolvem a tentativa de caracterizar e diferenciar os dois fenômenos, em termos sintáticos, semânticos e pragmáticos ora localizando particularidades, ora reconhecendo similaridades. Entendo que são traços funcionais marcados sintaticamente por projeções diferentes, então não existe uma necessária oposição entre definitude e especificidade, mas entre formas diferentes de marcação de cada um desses traços a depender da língua. Na seção 1.4, desenvolvo sobre as caracterizações teóricas da especificidade.

1.3 TIPOS DE ESPECIFICIDADE EM CONTEXTOS INDEFINIDOS

Von Heusinger (2011, p. 1027-9; 2019, seção 9.3) sistematiza, a partir dos seguintes pares distintivos, os diferentes conceitos de especificidade:

(25) *especificidade referencial*

- a. Paula believes that Bill talked to [DP an important politician].
“Paula acredita que Bill falou com um político importante.”
- b. (→ existe um político importante)
- c.. (mas não existe um político importante específico)

(26) *especificidade de escopo*

- a. If [DP a friend of mine from Texas] had died in the fire, I would have inherited a fortune.
“Se um amigo meu do Texas tivesse morrido em um incêndio, eu teria herdado uma fortuna.”
(leitura possível: existe um amigo meu e se ele tivesse morrido em um incêndio...)
- b. If [DP each friend of mine from Texas] had died in the fire, I would have inherited a fortune.
“Se cada amigo meu do Texas tivesse morrido em um incêndio, eu teria herdado uma fortuna.”
(leitura não possível: para cada um dos meus amigos, se um deles tivesse morrido em um incêndio...)

(27) *especificidade epistêmica*

- a. [DP A student in Syntax 1] cheated in the exam. I know him: It is Jim Miller.
 “Um estudante de sintaxe trapaceou no exame. Eu conheço-o: é Jim Miller.”
- b. [DP A student in Syntax 1] cheated in the exam. But I do not know who it is.
 “Um estudante de Sintaxe 1 trapaceou no exame. Mas, eu não sei quem é.”

(28) *especificidade partitiva*

- a. 50 students entered the room. I knew [DP two girls].
 “50 alunos entraram na sala. Eu conhecia duas garotas.”
- b. 50 students entered the room. They greeted [DP two girls (already in the room)].
 “50 alunos entraram na sala. Eles cumprimentaram duas meninas (já na sala).”

(29) *especificidade por topicalidade*

- a. [DP Some ghosts] live in the pantry; others live in the kitchen.
 “Uns fantasmas vivem na despensa; outros vivem na cozinha.”
- b. There are [DP some ghosts] in this house.
 Há alguns fantasmas nessa casa.

(30) *especificidade por notabilidade*

- a. He put [DP a/this 31 cent stamp] on the envelope, and only realized later that it was worth a fortune because it was unperforated.²⁷
 “Ele colocou um selo de 31 centavos (específico) no envelope e só depois percebeu que perdeu uma fortuna porque não era perfurado.”
- b. He put [DP a/#this 31 cent stamp] on the envelope, so he must want it to go airmail.
 “Ele colocou um selo de 31 centavos (não-específico) no envelope, então deve querer enviar por correio aéreo.”

(31) *especificidade por proeminência discursiva*

- a. There was [DP a king] and the king had a daughter and he loved his daughter...
 “Havia um rei e o rei tinha uma filha e ele amava sua filha...”

²⁷ Há um sentido cultural que está implicado no uso de um selo de 31 centavos e que é expresso por meio do uso do *this*. Uma tentativa de tradução seria:

- I. Ele colocou uma foto do Pelé na carta, mas só depois percebeu que perdeu uma fortuna porque estava autografada.
 II. Ele colocou uma foto do Pelé na carta, então deve querer enviar por correio.

b. #There was [DP a king] and the season was very short and hot...

“Havia um rei e a estação era muito curta e quente...”

(Von Heusinger, 2011, p. 1027)

O autor (2011, p. 1027-29) considera o exemplo em (25) como sendo de uma *especificidade referencial*, em que há uma sentença ambígua em contexto opaco, visto que há uso de um verbo intensional (ou de atitude proposicional), *acredita*, podendo atribuir duas leituras: uma vinculada (25b) e outra não (25c). Em (26), há uma *especificidade de escopo* (que também se confunde com a referencial), em que certos indefinidos podem escapar de ilhas como condicionais, como em (26a), enquanto quantificadores universais não podem, como em (26b). A *especificidade epistêmica* expressa o conhecimento, (27a), ou a ignorância (ou indiferença), (27b), do falante sobre a referência não definida. No par em (28), a especificidade pode ser parte de um conjunto previamente introduzido, como em (28a), ou não, como em (28b). Esse é um dos exemplos de quando a especificidade é definida em associação a tipos de familiaridade, como d-linking, partitivo ou pressuposicional. Nos exemplos em (29), a especificidade relaciona-se à topicalidade, em que permite uma leitura específica do elemento que é topicalizado. No inglês, o *this* pode ser usado como um indefinido que marca especificidade e que apresenta um tema de um discurso subsequente ou tem uma propriedade notável, ou seja, uma característica inesperada e interessante. A *especificidade por notabilidade* assume que o falante tem a intenção de demarcar uma propriedade notável de uma referência, como no exemplo em (30a), enquanto em (30b) não ocorre com o mesmo sentido. Por fim, a *especificidade como uma proeminência discursiva* revela a capacidade de um indefinido introduzir uma referência que será retomada em seguida, como em (31a)²⁸.

1.3.1 Especificidade referencial

Segundo Von Heusinger (2011, p. 1031-5), a especificidade (referencial) pode ser observada em contextos indefinidos em que há elementos *indutores de opacidade*, tais como verbos intensionais, negação, tempo verbal no futuro, entre outros²⁹. Primeiramente, apresento

²⁸ Embora o autor (2011, p. 1027) apresente 7 pares distintos para 7 tipos diferentes de especificidade, retoma os exemplos em (30) e em (31) como partes da especificidade de proeminência discursiva. Além disso, a especificidade por topicalidade não parece condizer com exemplo em (29), que é descrito na parte sobre interpretação partitiva.

²⁹ Nesses contextos, uma das leituras interpretáveis é contrafactual, potencial ou hipotética, impossibilitando a substituição do NP por uma expressão correferencial (Lyons, 1999, p. 166).

(I) Peter pretende se casar com uma comerciante. Ela é sua vizinha de porta

a noção de *escopo*, a partir dos exemplos em (32) e (33). Depois desenvolvo como esses indutores interferem para que o DP tenha leituras distintas de escopo (por exemplo, estreita, ampla).

- (32) [DP Every politician]_i admires herself_i
 “Todo política se admira.”
- (33) [DP Some citizen]_i admires [DP every politician]_j.
 “Algum cidadão admira todo político.”

(Winter, 1997, p. 340)

Em (32), o pronome reflexivo retoma a referência do sujeito. É possível explicar a relação de escopo de sujeito entre o NP com quantificador e o pronome reflexivo, em que há uma relação por *c-comando*. Em (33), a interpretação referencial de *algum cidadão* é modificada se alterarmos *todo político* por *políticos* ou *um político* ou *algum político*. Esse exemplo expressa outra possibilidade de escopo, pois o objeto se sobrepõe ao sujeito, exercendo um escopo amplo (Winter, 1997, p. 340-1). Diferencia-se duas possibilidades de escopo nesses contextos: quando o elemento tem escopo sobre o outro, chama-se *escopo amplo*. Quando o elemento exerce escopo por si, chama-se *escopo estreito* (Lyons, 1999, p. 169-70). Essas diferentes leituras podem ser observadas em (34) e (35), a seguir:

- (34) a. John met [DP a stranger].
 “João conheceu um estrangeiro.”
 b. $\exists x$ (estrangeiro(x) & conhece (João, x))
- (35) a. John didn't meet [DP a stranger].
 “João não conheceu um estrangeiro.”
 b. $\sim \exists x$ (estrangeiro (x) & conhece (João, x))
 c. $\exists x$ (estrangeiro (x) & \sim conhece (João, x))

(Lyons, 1999, p. 169)

Os símbolos representam o quantificador existencial (\exists), a variável (x) e o operador de negação (\sim). A leitura interpretativa de (34) pode ser feita do seguinte modo: “Existe x, tal que

(II) Peter pretende se casar com uma comerciante (qualquer). *Ela é sua vizinha de porta.
 Leitura 1: específica > possibilidade de substituição ou pronominalização.
 Leitura 2: não-específica > impossibilidade de substituição ou pronominalização.

x é um estrangeiro e João conhece x”. Em (35), existe um contexto opaco que possibilita duas leituras: uma não-específica (“Não é o caso que existe x, tal que x é um estrangeiro e João conhece x”, ou “João não conhece nenhum estrangeiro”), de escopo estreito, em que o quantificador existencial é subordinado ao operador; e outra específica (“Existe x, tal que x é um estrangeiro e não é o caso que João conhece x”, ou “João não conhece um estrangeiro específico”), de escopo amplo, em que o indefinido exerce escopo sobre o operador (Lyons, 1999, p. 169-170)³⁰.

Com base em Fodor e Sag (1982) e Von Heusinger (2011, p. 1031-5), em contexto opaco, três leituras são possíveis. A leitura *de dicto* (sobre o que foi dito, do ponto de vista do sujeito) é não-específica e não-existencial; “João não conhece o que é um estrangeiro” e duas leituras *de re* (sobre a coisa, do ponto de vista do objeto do que foi dito), sendo uma não-específica e existencial, e outra específica e referencial, respectivamente transcritas como: “João não conhece nenhum estrangeiro”; “João não conhece um estrangeiro específico”³¹. Nos exemplos em (36), observa-se também as três leituras:

(36) a. Paula believes that Bill talked to [_{DP} an important politician].

“Paula acredita que Bill falou com um político importante.”

b. (→ existe um político importante)

b’. Acredita (p, falou_com (b, a_[+ESP] x [importante_político (x)])

b”. $\exists x$ [importante_político (x) & acredita (p, falou_com (b, x))]

c. (→ mas não existe um político importante)

c’. Acredita (p, $\exists x$ [importante_político (x) & falou_com (b, x)]).

(adaptado de Von Heusinger, 2011, p. 1032-3)

Nas duas leituras *de re*, nos exemplos em (36b), existe um político importante seja do ponto de vista do falante, (36b’), seja do ponto de vista do sujeito da ação, (36b”). Na primeira, o falante considera que existe um referente particular que tem em mente para o qual Bill falou, podendo-se inferir qual foi; na segunda, o falante diz que Paula tem a crença de que há um

³⁰ Cabe destacar que os verbos em (34) e (35) são extensionais.

³¹ Prim (2015, p. 110) resume as leituras *de re* e *de dicto* a partir do seguinte exemplo:

I. Pedro acredita que o reitor é sábio.

II. Pedro não acredita que o vizinho de José é sábio.

Na leitura *de dicto*, as duas sentenças podem ser verdadeiras mesmo que o referente seja o mesmo (o reitor = o vizinho de José), já que o foco está sobre a crença do sujeito para o falante. Na leitura *de re*, do ponto de vista da coisa, não seria possível uma interpretação plausível porque o vizinho de José corresponde ao reitor. Lembro que, nesses exemplos, são usados verbos intencionais, portanto, a leitura *de re* não é favorecida.

referente particular em mente com o qual Bill falou, mas nem o falante e nem o ouvinte podem inferir quem é. Ou seja, na primeira interpretação, refere-se a uma entidade específica; na segunda, há a uma entidade que é determinada pela ação do sujeito verbal. Na leitura *de dicto*, em (36c), o falante faz uma asserção de que Paula tem uma crença de que Bill está envolvido em atividades relacionadas a falar com políticos importantes, tendo como foco a atitude do sujeito do verbo “acredita”. Nesse sentido, a crença é atribuída para o sujeito do verbo (Von Heusinger, 2011, p. 1031-5).

Von Heusinger (2011, p. 1033-5; 2019, seção 9.4.1) apresenta três abordagens teóricas que buscam explicar o fenômeno da especificidade (referencial): teoria ambiguidade lexical (Karttunen, 1968; Fodor e Sag, 1982, entre outros); teoria do escopo (Karttunen, 1969, entre outros); teoria *type-shifting* (da mudança de tipo) (Partee 1987; Zimmermann, 1993; entre outros).

Do ponto de vista da teoria da ambiguidade lexical, assume-se que há pelo menos duas formas lógicas homófonas para indefinidos em contextos opacos, uma com artigo indefinido referencial inerente, usado para marcar [+ESP]; outra com um artigo indefinido existencial, que marca [-ESP]; e outra com um quantificador. Quando há mais de uma leitura existencial (*de re x de dicto*), o indefinido pode se comportar como uma criação quantificadora (QR), tendo escopo livre, permitindo uma outra condição de verdade para a sentença. Um argumento que contribui para essa interpretação é a existência de línguas que têm dois tipos de indefinidos, um específico e outro não específico, como é o caso do árabe marroquino, em que há um artigo definido (*l-*) e dois indefinidos, sendo um específico (*wahed-l*) e outro não específico (*shi*). No russo, há pronomes indefinidos compostos por palavras-wh que podem indicar especificidade (*koe-kakoj* [+ESP]; *kakoj-to* [-ESP]) (Von Heusinger, 2011, p. 1029-30). Os exemplos dessas línguas estão, respectivamente, em (37) e em (38):

(37) a. Ja [DP wamed l-weld].

veio DET [+ESP] o-garoto

“Um certo garoto veio.”

b. Ja [DP shi weld].

veio DET[-ESP] garoto

“Um garoto veio.”

(38) a. [DP Koe-kakoj student] spisyval na ekzamene. Ego zovut Ivan Petrov.

Qual-DET estudante trapaceou no exame. Ele é-chamado Ivan Petrov

“Um estudante (conhecido para o falante) trapaceou no exame. O nome dele é Ivan

Petrov.”

- b. [DP *Kakoj-to student*] spisyval na ekzamene Ja pytajus' vyjasnit', kto eto byl.
 Qual-DET estudante trapaceou no exame. Eu tento descobrir quem ele foi
 “Um estudante (não conhecido para o falante) trapaceou no exame. Eu estou tentando descobrir quem foi.”

(Von Heusinger, 2011, p. 1029-30)

Do ponto de vista da teoria do escopo, existe uma entrada que licencia leituras diferentes: a primeira tem escopo amplo, *de re*, indicando uma leitura existencial que pode ser específica ou não-específica, e a segunda tem escopo estreito, *de dicto*, para leitura quantificacional³². Um argumento que ajuda na abordagem do escopo é a existência de leituras intermediárias ou leituras restritivas (desenvolvo a seguir).

Do ponto de vista da teorias *type-shifting*, o indefinido específico pode se comportar de tipo distinto em contexto opaco, porque ele pode ocupar uma posição mais alta do que o operador intensional mais recente, possibilitando o licenciamento por anáforas discursivas³³.

1.3.2 Especificidade de escopo

Conforme apresentei na subseção anterior, contextos de opacidade permitem interpretações ambíguas quanto à leitura de indefinidos. Nesta seção, observa-se como o sentido do indefinido é alterado ao estar relacionado a outros operadores semânticos em uma mesma sentença. As leituras indefinidas específicas foram diferenciadas pela capacidade de escapar do escopo de operadores em ilhas, enquanto quantificadores não podem (Fodor e Sag, 1982; Winter, 1997; Lyons, 1999; entre outros), como nos exemplos em (39) e (40):

- (39) a. Five boys on this street are in love with [DP a girl on this street].
 “Cinco garotos dessa rua estão apaixonados por uma garota dessa rua.”
 b. Five boys on this street are in love with [DP every girl on this street].
 “Cinco garotos dessa rua estão apaixonados por cada garota dessa rua.”

³² Para Von Heusinger (2011, p. 1033), a leitura existencial aplicada para [+ESP] é muito forte para frases em que os sujeitos são fadas ou dragões.

³³ Para a *type-shifting theory*, artigos (indefinidos e definidos), podem se comportar como tipo semântico $\langle\langle e, t \rangle, e \rangle$, ou seja, são funções que vinculam um predicado ($\langle e, t \rangle$) a um indivíduo ($\langle e \rangle$) (Heim 1982; Partee 1987). De acordo com Von Heusinger (2011, p. 1034), essa análise é muito ampla e não inclui a possibilidade de uso de pronomes anafóricos em outros contextos indefinidos que não são opacos.

- (40) a. If [_{DP} a friend of mine from Texas] had died in the fire, I would have inherited a fortune.
 “Se um amigo meu do Texas tivesse morrido incendiado, eu teria herdado uma herança.”
- b. If [_{DP} each friend of mine from Texas] had died in the fire, I would have inherited a fortune.
 “Se cada um dos meus amigos do Texas tivesse morrido no incêndio, eu teria herdado uma fortuna.”

(Von Heusinger, 2011, p. 1033 e 1036)

Em (39a), é possível ter apenas uma leitura estreita, em que a quantidade de garotas varia de acordo com a quantidade de garotos. Em (39b), há duas possíveis leituras, uma de escopo amplo, em que há uma garota específica pela qual os cinco garotos estão apaixonados, e uma de escopo estreito, em que, para cada garoto, há uma menina pela qual estão apaixonados. Nos exemplos em (40), de sentenças com ilhas formadas por condicionais (ou por *that-complements*) um indefinido pode estabelecer leitura de escopo amplo, indicando especificidade, como ocorre em (40a). No entanto, em (40b), a leitura de escopo ampla é inviável, assim seria necessário que todos os amigos morressem para que o falante ganhasse uma fortuna (Von Heusinger, 2011, p. 1033-6).

Diante dos dados em (40), Fodor e Sag (1982) argumentam contra a teoria do escopo, pois, ou quantificador existencial não é uma representação adequada para todos os indefinidos, ou tem comportamento mais flexível com relação a ilhas de escopo. Além disso, demonstram que não há posições intermediárias de escopo.

No entanto, diversos estudos têm demonstrado a possibilidade de ter uma leitura de escopo intermediário, tal como nos exemplos em (41):

- (41) a. Each teacher overheard the rumor that [_{DP} every student who read a book on the semantics-pragmatics interface].
 “Cada professor recompensou cada estudante que leu um livro sobre interface semântico-pragmática.”
- b. Leitura 1 - escopo amplo: um livro > cada professor > cada estudante.
 “Existe um livro específico sobre interface semântico-pragmática que cada professor recompensa cada estudante que o lê (...).”

- c. Leitura 2 - escopo intermediário: cada professor > um livro > cada estudante
 “Para cada professor, existe um certo (possivelmente diferente) livro sobre interface semântico-pragmática para o qual o professor recompensa cada estudante que o lê (...)”
- d. Leitura 3 - escopo estreito: cada professor > cada estudante > um livro
 “Cada professor recompensa cada estudante que lê algum livro sobre interface semântico-pragmática.”

(Farkas, 1981 *apud* Von Heusinger, 2011, p. 1037)

A sentença em (41a), em contexto de opacidade, possibilita três leituras distintas, uma de escopo amplo, (41b), uma de escopo intermediário, (41c) e uma última de estreito (41d).

Von Heusinger (2011, p. 1037-44), analisando a literatura e debates produzidos sobre o tema, considera que: (i) existe a possibilidade de ter um escopo intermediário funcional e outro genuíno (por exemplo, com uso de *certo*, *algum*); (ii) Fodor e Sag (1982) estavam errados sobre a impossibilidade de leituras intermediárias; (iii) não é verdade que apenas indefinidos apresentam um comportamento excepcional de escopo em ilhas, pois outros tipos de indefinidos possibilitam uma leitura ampla; (iv) a especificidade de escopo não permite ser um indicador razoável para a distinção entre uma leitura específica e não-específica.

1.3.3 Especificidade epistêmica

O termo “ambiguidade epistêmica” é empregado para caracterizar a intenção referencial do falante em especificar uma entidade que tem em sua mente mesmo em contextos em que não exista um operador de opacidade. Esse fenômeno pode ser observado quando o indefinido ocupa a posição de sujeito ou tópico, como, por exemplo em (42):

- (42) a. [DP A student in syntax 1] cheated on the final exam. It was the guy who sits in the very back.
 “Um estudante de Sintaxe 1 trapaceou no exame. Foi o garoto que se senta no fundo.”
- b. [DP A student in syntax 1] cheated on the final exam. I wonder which student it was.
 “Um estudante de Sintaxe 1 trapaceou no exame. Eu me pergunto quem foi.”
- c. [DP A student that Betty used to know in Arkansas] cheated on the exam.
 “Um estudante que Betty conheceu em Arkansas trapaceou no exame.”
- d. [DP A friend of mine] cheated on the exam.
 “Um amigo meu trapaceou no exame.”

e. [DP Someone] cheated on the exam.

“Alguém trapaceou no exame.”

(Fodor e Sag, 1982, p. 355)

Em (42a), há uma interpretação específica, o falante tem uma pessoa em mente e comenta sobre ela. Em (42b), o falante expressa a existência de um conjunto de estudantes que trapaceou no exame e esse não é vazio, não tendo uma leitura específica. Em (42c) e (42d), é possível ter uma leitura menos ambígua quanto a especificidade, pois há uso de relativas e de possessivos. Em (42e), há uma leitura não-específica, com o uso de *someone* (Von Heusinger, 2011, p. 1044).

A especificidade epistêmica tem como suporte a noção de que há uma referência semântica a uma entidade que está em sua mente. Em primeiro lugar, essa concepção tem como pressuposto a ideia de que a especificidade só ocorre em contextos indefinidos. Cabe estabelecer uma relação entre as noções de especificidade e de leitura atributiva, como demonstro nos exemplos em (43), a seguir:

(43) a. [DP The man who lives in Apt. 3] is insane.

“O homem que mora no apartamento 3 é insano.”

b. [DP Whoever lives in Apt. 3] is insane.

“Quem quer que more no apartamento 3 é insano.”

(44) a. John wants to murder [DP the man who lives in Apt. 3].

“João quer matar o homem que mora no apartamento 3.”

b. John believes that Lauri talked with [DP a logician].

“João acredita que Laura falou com um filósofo.”

(Von Heusinger, 2011, p. 1045)

Tal como discutido por Rivero (1975), e Ihsane e Puskás (2001) e Von Heusinger (2011), considero que leitura atributiva é similar a leitura não-específica; e que leitura referencial é similar a leitura específica. Os exemplos em (43) possibilitam estabelecer um paralelo entre essas duas categorias³⁴. Em (43a), há uma leitura definida específica em que o falante identifica uma única identidade. Em (43b), *whoever* possibilita uma leitura atributiva (não-específica), a identidade é única e familiar, mas não é conhecida pelo falante. Em (44), as duas sentenças têm

³⁴ Retomo essa discussão em outros dois momentos diferentes: no início da seção 2 e na seção 2.2.

ao menos uma leitura *de re* e uma leitura *de dicto*. Em termos de leitura *de re*, na primeira sentença, (44a), *John* quer matar uma entidade intencionalmente indicada pelo falante como única e familiar, que mora no apartamento 3. Ele pode não reconhecer a identidade da entidade, e ainda assim faz uso de artigo definido e marca especificidade. No exemplo (44b), entre as possíveis leituras ambíguas, a interpretação específica perpassa pela capacidade de identificar um referente indefinido conhecido pelo falante, *a logician*, com o qual Laura falou.

A partir das sentenças em (43), pode-se também considerar que não são as relações semânticas que determinam a noção de epistemicidade, pois é resultado de uma escolha pragmática. Qual seria a intenção do falante em fazer uso de um artigo definido ou de um indefinido? Assume-se que a leitura definida permite que o ouvinte também deva ser capaz de identificar o referente da intenção do falante. Na leitura indefinida e específica, o referente deve ser não-familiar para o ouvinte (Von Heusinger, 2011, p. 1045-6).

Em segundo lugar, o que consiste ser uma referência que está na mente do falante? Como identificar isso em termos de intencionalidade? Esse conceito foi modelado de diferentes maneiras, pois nem sempre o falante é responsável pelo referente, tal como em (45), ou nem sempre um indefinido com SpM terá uma leitura de escopo amplo, como em (46):

- (45) a. George (to Lisa): I met [DP a certain student from Austin] today.
 “George (para Lisa): Eu conheci um certo estudante de Austin hoje.”
 b. Lisa: George said that he met [DP a (certain) student from Austin] today.
 Lisa: “George disse que conheceu um (certo) estudante de Austin hoje.”
- (46) a. Every true Englishman adores [DP a certain woman]. Namely the Queen.
 “Todo verdadeiro homem inglês adora uma certa mulher. A rainha.”
 b. Every true Englishman adores [DP a certain woman]. Namely his mother.
 “Todo verdadeiro homem inglês adora uma certa mulher. A sua mãe.”

(Von Heusinger, 2011, p. 1046)

Em (45a), o falante (*George*) pode ter uma entidade em sua mente e faz uso do SpM *certo*. Em (45b), a entidade não está na mente da falante (*Lisa*), mas ela pode referenciar com o uso do indefinido e do marcador. Em (46a), *uma certa mulher* refere-se a uma entidade específica, *a rainha*, tendo escopo amplo. Em (46b), o escopo é estreito, subordinado ao sujeito, indicando a mãe de cada homem inglês.

1.3.4 Especificidade partitiva

A proposta da especificidade partitiva é feita por Enç (1991) com base na análise marcação do objeto direto na língua turca. Embora seja diferente das outras formas vistas até aqui, compartilha de semelhanças. Indefinidos geralmente introduzem referentes novos no discurso, a leitura partitiva toma um referente do discurso familiar. Distinguem-se dois tipos de pressuposição discursiva em oposição *which* (d-linked) x *who/what* (não d-linked).

- (47) a. Ali [DP bir kitab-ı] aldı.
 Ali DET livro-ACC [-DEF; +ESP] comprou
 “Ali comprou um livro (específico).”
 b. Ali [DP bir kitap] aldı.
 Ali DET livro [-DEF; -ESP] comprou
 “Ali comprou um livro (não específico).”
- (48) a. Odam-a [DP birkaç çocuk]ı girdi.
 Meu-quarto-DAT várias crianças entraram
 “Várias crianças entraram no meu quarto.”
 b. [DP İki kız-ı]ı tanıyordum.
 Duas garotas-ACC[-DEF; +ESP] eu-conhecia
 “Eu conhecia duas (específicas)”
 c. [DP İki kız] tanıyordum.
 Duas garotas [-DEF; -ESP] eu-conhecia
 “Eu conhecia duas garotas (que não fazem parte do grupo)”

(Enç, 1991, p. 5-6)

No turco, quando há morfema de caso acusativo, ((y)ı), a leitura do DP é obrigatoriamente específica, como se observa em (47a). Quando não há o morfema, o DP é indefinido e não é específico, o caso não é marcado no DP (47b)³⁵. Observa-se um contexto em que várias crianças entraram no quarto, em (48a), mas as sentenças em (48b) e (48c) diferenciam-se quanto a vinculação discursiva. O acusativo pode estar relacionado a um

³⁵ Enç (1991, p. 5-6) argumenta que a relação entre especificidade, no turco, não tem correlação direta com o escopo amplo. É possível ter um escopo estreito para a sentença em (47a), a depender do contexto. Por exemplo, em uma circunstância em que Ali decide ter dois livros em casa e resolve comprar um e pegar o outro emprestado e não se importa com qual vai comprar e qual alugar. Tem-se aí uma situação discursiva anterior que permite que ele escolha entre um deles.

elemento previamente mencionado no discurso, em (48b), indicando duas garotas do conjunto de crianças que entraram no quarto. Em (48b), a ausência do morfema acusativo, indica que se trata da primeira referência introduzida no discurso, ou seja, não são garotas que pertencem ao grupo das crianças que entraram no quarto. Enç (1991, p. 5-8) propõe a existência de uma especificidade partitiva, indicando uma parte indefinida de um conjunto *d-linked*.

Von Heusinger (2011, p. 1051-2) argumenta que o partitivo é um tipo diferente de construção discursiva, pois tanto no inglês como no turco, podem ter leitura específica ou não-específica, como nos exemplos em (49) e (50):

- (49) a. John wants to marry [DP one of Steve's sisters] (He doesn't care which)
 “João quer se casar com uma das irmãs de Steve (ele não se importa com qual).”
 b. [DP One of Steve's sisters] cheated on the exam (We have to find out which).
 “Uma das irmãs de Steve trapaceou o exame (nós temos que descobrir qual).”
- (50) a. Alibüro-ya çocuklar-dan [DP iki kiz-ı] alacak.
 Ali-trabalho-DAT crianças-ABL duas garotas-ACC[-DEF; +ESP] contratará
 “Das crianças, Ali contratará duas garotas (específicas) para o escritório.”
 b. Alibüro-ya çocuklar-dan [DP iki kiz] alacak.
 Ali-trabalho-DAT crianças-ABL duas garotas [-DEF; -ESP] contratará
 “Das crianças, Ali contratará duas garotas para o escritório.”

(Von Heusinger, 2011, p. 1051-2)

Em (49a), há uma leitura partitiva indefinida e não-específica, em que John pode se casar com qualquer uma das irmãs de Steve. Do mesmo modo, em (49b), a leitura partitiva não impede que se tenha uma referência não-específica (em termos de especificidade epistêmica ou referencial). Em (50a), no turco, há uma leitura partitiva com uso do marcador morfológico de acusativo, indicando especificidade. Em (50b), embora tenha uma leitura partitiva, não há o marcador morfológico e só é possível ter uma leitura não-específica. O autor (2011, p. 1052) considera que há diferença entre a leitura partitiva e a leitura específica. Enquanto o primeiro é ancorado no conjunto do discurso que é anteriormente apresentado, o segundo é ancorado discursivamente pela intenção referencial do falante (ou algum outro agente). Eu concordo com essa análise e retomo esse tipo de caracterização para argumentar contra o pressuposto adotado por estudos da especificidade no PB (cf. seção 3.3).

1.3.5 Especificidade (por topicalidade)

A relação entre especificidade e a topicalidade tem sido recentemente discutida. O fato de indefinidos terem uma leitura vinculada ou não possibilita compreender que há gradações de sentido que podem ser motivadas ou derivadas por mecanismos interpretativos, vinculados às relações com o domínio do tópico, tal como exemplos em (51) e (52):

(51) [TopP \emptyset_i [Mary met [DP a_i certain man]]]

“Maria conheceu um certo homem.”

(Portner, 2002, p. 1)

(52) [TopP \emptyset_i [Every professor rewarded every student who read [DP $some_{i-j}$ book he had reviewed for the *New York Times*]]]

“Todo professor recompensou todo estudante que leu algum livro que ele revisou para o *New York Times*.”

(Kratzer, 1998 *apud* Portner, 2002, p. 2)

Em (51), a frase nominal indefinida é vinculada com um operador de tópico nulo permitindo uma leitura específica que é resultado da combinação entre o conceito pragmático independentemente necessário do tópico e a semântica comum de indefinidos. Em (52), há a leitura mais específica, de um conjunto único (um livro específico que foi revisado), e uma leitura menos específica, de um conjunto mais amplo (um livro que cada professor revisou). Elas se diferenciam por causa da capacidade de se vincular ao tópico. Para os autores, a proposta tem vantagens porque não precisa caracterizar diferentes entradas lexicais de indefinidos (Portner e Yabushita, 1998 e 2001; e Portner, 2002).

Uma evidência que contribui para compreender a relação entre tópico e especificidade é fornecida na análise de línguas tal como o turco, o mandarim e o japonês, que identificam a especificidade (ou sua ausência) por meio de deslocamento à esquerda ou de topicalização (Von Stechow, 2011, p. 1051-2). No mandarim, indefinidos topicalizados são interpretados como específicos, como nos exemplos (53).

(53) a. You yi xie [DP $xuesheng$] chuxi.le huiyi.

há um CL estudante participou reunião

“Há alguns estudantes que participaram da reunião.”

- b. [DP Xuesheng] you yi xie chuxi.le huiyi.
 estudante existe um CL participou reunião
 “Algum dos estudantes participou da reunião.”

(Portner, 2002, p. 2)

A diferença entre (53a) e (53b) é que, na primeira, a leitura é indefinida e não-específica e, na segunda, em que ocorre topicalização do DP, a leitura é indefinida e específica (Portner, 2002, p. 2)³⁶.

No japonês, ocorre o contrário, os indefinidos e os quantificadores não ocupam a posição topicalizada, não podendo anteceder *wa*, um marcador de tópico sentencial. No entanto, *wa* pode acompanhar um DP definido, um pronome ou um nome, conforme exemplos a seguir:

- (54) a. [DP Heya] wa subete biichi ni menshite-imasu.
 quarto TOP cada praia LOC dá-para
 “Cada quarto dá para uma praia.”

- b. ?? [DP Subete no heya] wa biichi ni menshite-imasu.
 cada de quarto TOP praia LOC dá-para

(Portner e Yabushita, 2001, p. 276)

- (55) Otoko-no-hito ga neko o mitsukemashita
 Homem NOM gato ACC encontrou
 *[DP Aru onna-no-hito] wa sono neko o uchi ni tsurete-kaerimashita
 Alguma mulher TOP esse gato ACC casa LOC levando-retornar-casa
 “Um homem encontrou um gato. Uma mulher levou o gato para casa.”

(Portner e Yabushita, 1998, p. 119-20)

³⁶ Portner (2002) conclui que há três argumentos em defesa da proposta de topicalização para o mandarim: (i) o indefinido específico é marcado na posição topicalizada; (ii) em conjunto com a topicalização, no mandarim, há o uso de um marcador distributivo (DM), *dol*, que pode coocorrer com artigos indefinidos para indicar especificidade; (iii) indefinidos específicos não podem ser licenciados quando *mei* (cada) está presente sem o marcador de distributivo, *dol*, como em:

- (I) Mei yi ge haizi dou mi yi ge gexing.
 Cada uma CL criança DM toma-fã uma CL cantora-estrela
 “Cada criança gosta de uma cantora pop star.”
 (II) Mei yi ge haizi mi yi ge gexing.
 Cada uma CL criança toma-fã uma CL cantora-estrela
 “Cada criança gosta de uma cantora pop star.”

Em (I), é possível ter uma leitura específica e indefinida, enquanto em (II) só é possível ter uma leitura não-específica. Ou seja, o marcador distributivo exerce uma função para a marcação de especificidade, indicando que houve movimento e que a especificidade é um traço característico da relação entre o tópico e o DP. O fato de não ser possível ter uma leitura específica em (II) é uma evidência de que a leitura de *mei* torna-se dependente do indefinido “Para cada criança, há uma cantora pop star”, e o tópico não atribui traços para uma função pragmática.

Em (54), há duas construções com o uso do *wa*, marcador de tópico. Na primeira, (54a), quarto é topicalizado, indicando cada quarto de um conjunto preestabelecido, de um hotel, por exemplo, que tem visão para a praia. Não seria aceitável que o quantificador estivesse topicalizado, mesmo que já tivesse sido mencionado anteriormente. A sentença em (55) não é gramatical porque é introduzido *um gato* no discurso, e a construção topicalizada é *uma mulher*. Por não ter sido mencionada anteriormente, não se pode usar *wa*³⁷. Com base nos dados do japonês e do mandarim, os autores (1998 e 2001) argumentam que há uma vinculação discursiva relacionada, independentemente do necessário, ao tópico, possibilitando ou inviabilizando a interpretação da especificidade no DP. Assumem que o conjunto restritor de um indefinido é topicalizado, seja explicitamente, como os partitivos, seja implicitamente, por outras informações.

Outra argumentação da especificidade por topicalidade está relacionada a interpretação de escopo intermediário (Ebert, Endriss e Hinterwimmer, 2009).

(56) a. Every student will leave the party if [DP some lecturer] shows up.

“Cada estudante sairá da festa se um orientador aparecer.”

b. Every student announced that she will leave the party if [DP some lecturer] shows up.

“Cada uma das estudantes anunciou que sairá da festa se um orientado aparecer.”

(Ebert, Endriss e Hinterwimmer, 2009, p. 4)

Em (56), as duas sentenças permitem uma leitura de escopo amplo (ou seja, se um orientador específico aparecer) uma leitura de escopo amplo funcional (ou seja, eles sairão se seu orientador aparecer), mas apenas (56b) permite uma leitura intermediária (isto é, Ana sairá

³⁷ Portner e Yabushita (1998 e 2001) argumentam que o japonês se assemelha ao turco. É necessário ter um discurso que anteceda indicando uma quantidade de referentes. Só assim o referente pode ser retomado, na condição de tópico, indicando uma noção partitiva de um conjunto dado, como se pode observar nos exemplos em (I) e (II):

(I) Jon wa kafe de onna-no-hito ni aimashita, soshite toshokan de betsumo onna-no-hito ni
John TOP café LOC mulher DAT conheceu e livraria LOC outra mulher DAT
aimashita. Kare ga kafe de atta onna-no-hito wa totemo omoshiroi hito deshita.
conheceu ele NOM café LOC conheceu mulher TOP muito interessante pessoa era
“John conheceu uma mulher no café e outra mulher na livraria. A mulher que ele conheceu no café é uma
pessoa interessante.”

(II) Jon wa kafe de onna-no-hito ni aimashita. ??Kare ga kafe de atta onna-no-hito wa
John TOP café LOC mulher DAT conheceu ele NOM café LOC conheceu mulher TOP
totemo omoshiroi hito deshita
muito interessante pessoa era
“John conheceu uma mulher no café. A mulher que ele conheceu no café é uma pessoa interessante.”

se Vagner aparecer, Carla sairá se Fred aparecer, etc). Para Ebert, Endriss e Hinterwimmer (2009, p. 8-10), a leitura específica está vinculada ao tópico que tem escopo sobre o comentário. Na leitura intermediária, o tópico exerce escopo sobre a asserção feita, assim o falante introduz um tópico para separar de um ato de fala, possibilitando um contraste de especificidade.

Para o Von Heusinger (2011) a topicalização, embora esteja relacionada, é diferente da especificidade, tendo efeitos muito similares. Conforme demonstra Leonetti (2004), não há um vínculo necessário entre a topicalização e a especificidade, como em (57):

(57) a. [DP Un libro], l' ho letto.

DET livro CL o li

“Um livro, eu o li.”

b. [DP Una ragazza], te la presenterò.

DET garota te ela apresentarei

“Uma garota, eu te apresentarei ela.”

(Leonetti, 2004, p. 1 e 7)

De acordo com Leonetti (2004), no espanhol, a topicalização e o uso de pronome resumptivo não dissolve a ambiguidade de uma leitura indefinida, pois, em (57a), *un libro* pode ser específico ou não-específico. Do mesmo modo, no italiano, em (57b), o DP topicalizado pode ter leitura ambígua mesmo com a presença de um pronome anafórico. Desse modo, a topicalização não necessariamente é um recurso de marcação de especificidade. No entanto, quando o DP é topicalizado com o SpM, a ambiguidade deixa de existir e é obrigatório o uso de pronome tônico. Concordo com Leonetti (2004) e com Von Heusinger (2011) ao considerar que o deslocamento à esquerda é um recurso importante para identificar a especificidade, mas não explica³⁸.

1.3.6 Especificidade (por notabilidade e por proeminência discursiva)

Para Von Heusinger (2011, p. 1053-4), existem três principais características da relação entre discurso e especificidade: (i) notabilidade; (ii) persistência referencial; (iii) continuidade tópica.

A notabilidade é capacidade de introduzir um referente no discurso por meio de uma

³⁸ Consequentemente, tenho divergência com a análise de Fodor e Sag (1982) sobre a importância da topicalização ou do deslocamento à esquerda para identificação da especificidade, conferir seção 2.1.

característica inesperada e interessante que o falante fez questão de mencionar através de um indefinido. Para Ionin, Ko e Wexler (2004), é a intenção de especificar a referência, independente de existir um conhecimento partilhado entre falante e ouvinte, conforme definição em (58) e exemplo em (59):

(58) [+ específico] – quando o falante pretende referir-se a um indivíduo único no conjunto denotado pelo NP e considera que esse indivíduo possui alguma propriedade notável³⁹.

(Ionin, Ko e Wexler, 2004, p. 5)⁴⁰

(59) a. He put [_{DP} a/this 31 cent stamp] on the envelope, and only realized later that it was worth a fortune because it was unperforated.

“Ele colocou um selo de 31 centavos (específico) no envelope e só depois percebeu que perdeu uma fortuna porque não era perfurado.”

b. He put [_{DP} a/#this 31 cent stamp] on the envelope, so he must want it to go airmail.

“Ele colocou um selo de 31 centavos (não-específico) no envelope, então deve querer enviar por correio aéreo.”

(Von Heusinger, 2011, p. 1053)

Em (59a), o falante pode fazer uso do *a* ou *this* para indicar uma referência específica, que é introduzida no discurso, que tem alguma propriedade notável e que vale a pena ser mencionada. Pela perspectiva do falante, existe uma propriedade digna de ser especificada no selo não furado, trata-se, portanto, de um DP [-DEF] e [+ESP]. Em (59b), o uso do *this* pode ser interpretado como um dêitico porque não há nenhuma propriedade notável em evidência, dificultando uma interpretação específica.

A persistência referencial e a continuidade tópica fazem parte da especificidade por proeminência discursiva. A primeira está relacionada à propriedade de um referente ser frequentemente retomado em um discurso subsequente e a segunda é a propriedade de se manter como tópico de um discurso.

Indefinidos específicos apresentam um grau maior de persistência referencial e de

³⁹ “[+specific], then the speaker intends to refer to a unique individual in the set denoted by the NP and considers this individual to possess some noteworthy property” (Ionin, Ko e Wexler, 2004, p. 5, *tradução nossa*).

⁴⁰ Baseado em Fodor e Sag (1982, p. 389), com modificações, Ionin (2003, p. 56) propõe a seguinte definição formal para especificidade:

Especificidade - Uma sentença da forma [_{sp} α] ζ expressa uma proposição somente naqueles contextos de enunciados *c* onde a seguinte condição é satisfeita: O falante pretende se referir a exatamente um indivíduo *x_c* em *c*, e existe uma propriedade φ que o falante considera notável em *c*, e *x_c* é ao mesmo tempo α e φ em *c*. Quando esta condição é satisfeita, [_{sp} α] ζ expressa uma proposição que é verdadeira em um índice *i* se *x_c* é ζ em *i* e falso no sentido oposto (Ionin, Ko e Wexler, 2004, p. 6).

continuidade tópica do que indefinidos não específicos. Uma primeira evidência é do uso de formas anafóricas. Quando um referente é introduzido por *this*, no inglês, tende a ser mais retomado com nulo ou com pronome anafórico do que quando é introduzido por um artigo indefinido. Outra evidência é observada em pesquisas em que falantes completam frases com contextos específicos, preferindo fazer uso do *this* ou do *diesen*, no alemão (Von Heusinger, 2019, seção 9.3.7), conforme exemplos a seguir:

(60) a. There was [DP a king] and the king had a daughter and he loved his daughter...

“Havia um rei e o rei tinha uma filha e ele amava sua filha...”

b. #There was [DP a king] and the season was very short and hot...

“Havia um rei e a estação era muito curta e quente...”

(Von Heusinger, 2011, p. 1028)

(61) Laura will [DP diesen / einen Kommilitonen] mit auf die Party bringen. Sie hat ihn

Laura quer esse um colega com para a festa trazer Ela tem ele

im Englischkurs kennen gelernt.

na turma de inglês conhecido.

“Laura quer trazer um colega (específico) para a festa. Ela o conheceu na turma de inglês.”

(Von Heusinger, 2019)

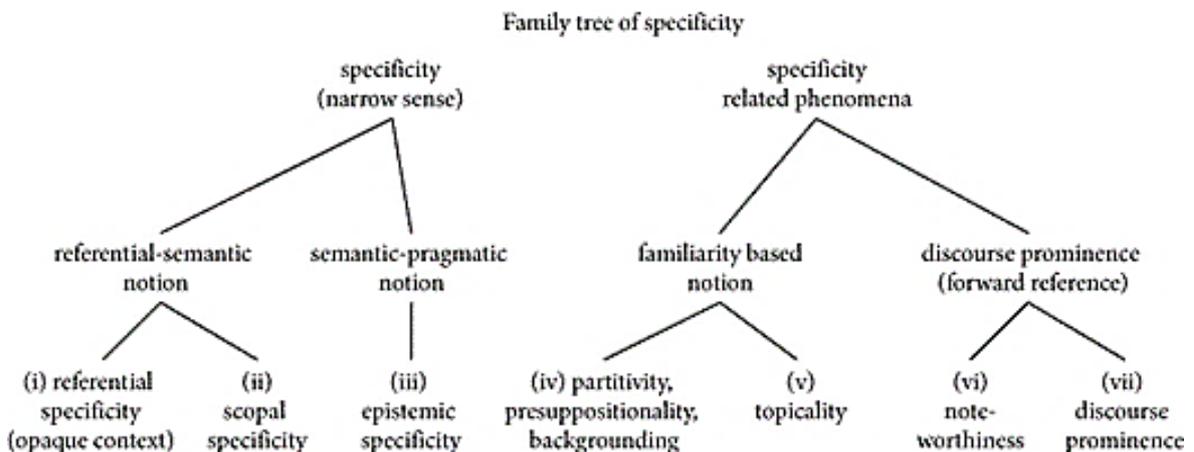
Em (60a), o referente introduzido no discurso é retomado tanto por repetição como por pronominalização, tendo sequência discursiva. Em (60b), a sentença não é aceitável porque há quebra de expectativa lógica, já que o referente introduzido não é retomado. Em (61), há possibilidade de uso do *diesen* e do *einen*. Ambos, dentro desse contexto, permitem a leitura indefinida e específica, mas o primeiro é preferido em detrimento do segundo porque esse pode ser usado também para leitura não-específica.

O autor (2011, p. 1054) compreende que um olhar pragmático leva a análise de que a especificidade força o ouvinte a estabelecer permanentemente um referente no discurso ou o falante teria que reforçar ao ouvinte sobre suas intenções. Ao mesmo tempo, considera que o entendimento da especificidade deve levar em consideração que há uma vinculação discursiva.

1.3.7 Especificidade (por ancoragem)

Até aqui, fiz a exposição dos tipos de especificidade com base na divisão organizada por Von Heusinger (2011 e 2019). Para o autor (2011, p. 1047-51), uma generalização pode ser feita: a especificidade envolve uma associação com uma noção comunicativa de intenção referencial. Dos 7 tipos apresentados, 3 são prototípicos: referencialidade; vinculação com outros operadores; e intencionalidade. Os outros (leitura partitiva, topicalidade, notabilidade e vinculação discursiva) exprimem propriedades vinculadas ou próximas à especificidade, mas que são diferentes. O autor sistematiza as propostas na seguinte árvore de tipos:

(62)



(Von Heusinger, 2019, seção 9.3.8)⁴¹

Segundo Von Heusinger (2019), os estudos linguísticos agrupam a especificidade de modos distintos. Enquanto Fodor e Sag (1982) entendem que a especificidade está restrita aos tipos de (i) a (iii), Enç (1991) reconhece apenas o tipo (iv) e Farkas (1994) argumenta que engloba os tipos de (i) a (iv); Ionin (2006) foca nas propriedades discursivas do tipo (vi). A proposta do autor (2002, 2011 e 2019) agrupa as noções de (i) a (iii) vinculando com (vi) e (vii), em torno do conceito de especificidade por ancoragem. Com base em Fodor e Sag (1982) e Heim (1982 e 2011), Von Heusinger (2002) propõe a existência de uma ancoragem referencial em que “o referente da expressão específica é vinculado por uma função saliente

⁴¹ Árvore familiar da especificidade: [nível 1 Especificidade (sentido restrito) [nível 2 noção semântica-referencial [nível 3 (i) especificidade referencial (contexto opaco)] [nível 3 (ii) especificidade de escopo]] [nível 2 noção pragmática semântica [nível 3 (iii) especificidade epistêmica]]] - [nível 1 Fenômeno relacionado à especificidade [nível 2 noção baseada em familiaridade [nível 3 (iv) partitividade; pressuposicionalidade; situação de fundo] [nível 3 (v) topicalidade]] [nível 2 proeminência discursiva (referência avançada) [nível 3 (vi) notabilidade] [nível 3 (vii) proeminência discursiva]]]]

contextualmente ao referente de outra expressão”⁴² (Von Heusinger, 2002, p. 45), ou seja, as propriedades do determinante são conectadas a propriedades discursivas, tal como formalizado em (63) e (64):

(63) Condição de familiaridade⁴³

Um NP_i em uma sentença φ em relação à característica F (familiar) e um domínio de característica $Dom(F)$ é:

- (i) [+DEF] se $i \in Dom(F)$
- (ii) [-DEF] se $i \notin Dom(F)$

(Heim, 1982, p. 369)

(64) Condição da especificidade⁴⁴

Um NP_i em uma sentença φ com respeito à característica F e o domínio da característica $Dom(\varphi)$ é:

[+ESP] se existe uma função f tal que $i = f(j)$ e $j \in Dom(\varphi)$.

(Von Heusinger, 2002, p. 31)

Em (63), há a formalização de Heim (1982) para caracterizar sentenças definidas, que podem ter um NP com traço familiar, em que tanto o ouvinte como o falante reconhecem o(s) referente(s) ou sentenças indefinidas, sem o traço familiar. Em (64), a especificidade está relacionada a uma função que referencia uma variável que deve estar ancorada em outro item discursivo. Assim considera que, para que a especificidade ocorra, é necessário: (i) um contexto que proporciona uma função de ancoragem; (ii) uma ancoragem que é familiar para o falante e para o ouvinte (embora a referência seja não familiar para o ouvinte, diferenciando-se assim da ancoragem da definitude)⁴⁵; (iii) um falante que denote uma função de ancoragem para um referente não familiar para o ouvinte; (iv) e um ouvinte que reconheça a ancoragem. Em resumo, a especificidade envolve relações semânticas e pragmáticas que precisam ser satisfeitas para se efetivar. É a partir dessa noção de especificidade que busco analisar as funções de *aí* e de *lá* como SpMs.

⁴² The referent of the specific expression is linked by a contextually salient function to the referent of another expression. (*tradução nossa*)

⁴³ An NP_i in a sentence φ with respect to a file F and the Domain of filenames $Dom(F)$ is:

- (i) [+definite] if $i \in Dom(F)$, and it is
- (ii) [-definite] if $i \notin Dom(F)$

⁴⁴ Specificity Condition:

An NP_i in a sentence φ with respect to a file F and the Domain of filenames $Dom(\varphi)$ is: [+ specific] if there is a contextual salient function f such that $i = f(j)$ and $j \in Dom(\varphi)$.

⁴⁵ Essa ancoragem retoma um conjunto que o falante tem a intenção de denotar sua notabilidade.

Além da proposta formalizada de Von Heusinger (2002, 2011, 2019), em (61), há outras duas. A primeira é de Kamp e Bende-Farkas (2006) que distingue a ancoragem externa (de um referente discursivo relacionado a um objeto do mundo) da interna (de um outro referente do discurso). Para os autores, o falante introduz o referente discursivo por meio de uma ancoragem externa e o ouvinte reconhece a ancoragem realizada pelo falante no interior do discurso. Falante e ouvinte, portanto, negociam a referência e demarcam sua representação. Onea e Geist (2011) realizam uma outra proposta de ancoragem. Para eles, indefinidos são quantificadores existenciais para os quais são acrescentadas operações pragmáticas. Diferenciam restrições de domínio de ancoragem: no primeiro, há uma redução do conjunto de elementos, tal como uma leitura partitiva; na segunda há especificação de um elemento do conjunto.

As três formas de definição da ancoragem trazem contribuições que permitem compreender as propriedades semânticas e pragmáticas do fenômeno em estudo. Concordo com a análise de Von Heusinger (2011 e 2019) sobre alguns aspectos: (i) há diferentes definições sobre especificidade e o tema ainda carece de maiores investigações; (ii) é necessário diferenciar as leituras partitivas (ou de restrição de domínio), bem como as leituras puramente pragmáticas e discursivas das interpretações específicas; (iii) a proposta da ancoragem parece ter vantagens explicativas em relação a três características concretas do fenômeno (referencialidade, possibilidade de leituras intermediárias e escolha epistêmica).

1.4 SOBRE AS TEORIAS DA ESPECIFICIDADE

Para fazer uma análise sobre a especificidade em contextos indefinidos, como apresentamos, a primeira grande divergência teórica se formou com as **abordagens que defendem a existência de ambiguidade lexical x ambiguidade estrutural**. Desenvolveram-se pelo menos quatro principais teorias, teorias de escopo excepcional, teorias referenciais, teorias da familiaridade e teorias da prominência discursiva. Von Heusinger (2019, seção 9.4) sistematiza e comenta sobre essas teorias, conforme foi exposto por mim nesta subseção.

As teorias de *escopo excepcional* já foram previamente apresentadas e argumentam que existe ambiguidade estrutural, pois o artigo indefinido consegue estabelecer escopo interpretativo de modo distinto. Essa ambiguidade é resultado do escopo que um argumento tem sobre outro dentro de uma sentença. Desse modo, os indefinidos têm um valor semântico próprio, ou seja, as propriedades semânticas fornecem a base para que haja diferentes interpretações semânticas. Para essa abordagem teórica, há três diferentes interpretações:

(i) possibilidade de mudança de escopo de longa distância, em que o quantificador

existencial tem menos restrições de movimento (Schwarz, 2001) – a vantagem dessa abordagem é que não precisa criar categorias novas para explicar as diferentes interpretações, no entanto, pressupõe a existência de muitas leituras intermediárias de escopo, que não são possíveis (Von Heusinger, 2019).

- (ii) função de escolha, em que o artigo indefinido fica *in situ* e introduz uma variável de função que permite vinculação de escopo livremente, podendo selecionar um elemento de um conjunto não vazio ou atribuir um dos seus elementos a um conjunto (Winter, 1997) – a vantagem dessa abordagem é que permite leituras sem violar as condições de escopo de ilhas e cria ferramentas formais para indefinidos, mas gera controvérsias sobre a adequação das ferramentas, tendo problemas com conjuntos vazios.
- (iii) restrição de domínio, em que se acrescenta material descritivo ao indefinido até que ele referencie apenas uma única entidade, dando a ilusão de que há um escopo amplo (Portner, 2002; Ebert, Endriss e Hinterwimmer, 2009). Essa abordagem toma características de quantificadores para compreender as projeções intermediárias, sem criar excessivas leituras, tais como a análise de especificidade partitiva e de especificidade por topicalidade. Uma das desvantagens é que não fica claro se a restrição a um conjunto único é uma necessidade, nem como é justificada.

As *teorias referenciais* partem da noção central de que há intencionalidade do falante ao introduzir um referente identificável no discurso, e essa propriedade é parte da relação semântica de indefinidos. Ou seja, a vinculação ao referente ocorre contextualmente, relacionada a aspectos pragmáticos. Várias abordagens são desenvolvidas:

- (i) teoria da indexicalidade – sugere a possibilidade da existência de um indexador contextual ao indefinido específico que, tal como demonstrativos, introduz um referente dependendo apenas do contexto do enunciado (Fodor e Sag, 1982; Heim, 2011). Para isso, toma-se como pressuposto a existência de ambiguidade lexical. Uma desvantagem dessa abordagem é a dificuldade de explicar leituras intermediárias que não se comportam nem como quantificadores nem como especificadores.
- (ii) abordagem da função de escolha vinculada contextualmente – Kratzer (1998) combina a proposta de um indexador (Fodor e Sag, 1982) com a proposta de uma função de escolha e assume que o contexto determina a variável da função de escolha. O conteúdo descritivo permanece *in situ* e a variável pode ser vinculada a diferentes lugares, resultando em distintas propriedades de escopo. Essa abordagem consegue explicar fenômenos como as leituras intermediárias de escopo. No entanto, há muita flexibilidade

para as representações das funções de escolha, gerando controvérsias. Além disso, uma vez que não permitem conjuntos vazios, as funções não permitem vinculações existenciais.

- (iii) abordagem da representação da entidade – proposta por Kamp e Bende-Farkas (2006), entre outros, caracteriza que, tal como um nome próprio ou um demonstrativo, há uma ancoragem externa e uma ancoragem interna (cf. subseção 1.3.7). Pressupõem a existência de princípios comunicativos e reconhecem que não se aplicam do mesmo modo para nomes próprios, demonstrativos e indefinidos, pois variam entre expressões referenciais e existenciais e
- (iv) ancoragem referencial – tal qual apresentado na subseção 1.3.7, consiste na proposta de Von Heusinger (2002, 2011 e 2019), em que analisa a ancoragem como uma função, no entanto parte do pressuposto de que a situação comunicativa entre o falante e o ouvinte exige a especificação de um referente que seja familiar a ambos. O falante pode não conhecer a referência do mundo externo, mas introduz no discurso um referente específico que ambos conseguem identificar.
- (v) Sæbø (2013) demonstra que indefinidos não apenas carregam uma intenção de referenciar, mas também têm efeitos referenciais em um discurso. Indefinidos específicos podem servir como antecedentes em um relato de fala, tendo conteúdo igual ou menos informativo do que o enunciado original⁴⁶.

As *teorias da familiaridade* reconhecem que a familiaridade está presente tanto em definidos como em indefinidos. Definidos têm familiaridade única e identificável enquanto partitivos e específicos são formas de restrição da familiaridade até que se atinja a entidade singular. Por um lado, os partitivos têm noções de inferência complexas, enquanto os definidos e indefinidos introduzem um novo referente discursivo quando são ligados por uma relação dada pelo ouvinte em um discurso ancorado. A diferença é que os primeiros introduzem referentes discursivos familiares, enquanto os últimos introduzem referentes novos. Uma desvantagem dessas teorias é que, em geral, partem do contexto discursivo anterior para compreender a capacidade do indefinido de inserir novos referentes no discurso. Outra está

⁴⁶ Se supormos o contexto: uma pessoa diz (I) para a sua esposa e a pessoa indicada relata isso em (II).

(I) Eu conheci outra pessoa.

(II) Ele disse para a esposa dele que me conheceu.

O conteúdo discursivo inserido pelo indefinido específico pode ser retomado pronominalmente em uma situação discursiva reportada, possibilitando interpretar que específicos não apenas introduzem referentes no discurso como também têm intenções referenciais. (Von Heusinger, 2019, seção 9.4.2, parte v)

relacionada a ausência de análises voltada para o papel do falante, sendo orientadas apenas pelo ouvinte.

Enquanto as duas primeiras linhas teóricas divergem se a especificidade epistêmica faz parte da representação semântica, há estudos sobre a proeminência discursiva que partem da noção de que é a propriedade pragmática que governa as relações semânticas de indefinidos. Desse modo, o falante reitera discursivamente uma entidade específica e repete no universo do discurso com recorrência, caracterizando proeminência. Não se trata exatamente de teorias, mas há cada vez mais estudos demonstrando a relação entre as interações pragmáticas e as alterações semânticas.

Entre essas abordagens, há pelo menos quatro controvérsias: (i) a principal é que “as teorias referenciais representam corretamente a intenção referencial, mas são muito fortes com relação às condições de verdade de uma sentença” (Von Heusinger, 2019). Assim, sentenças em que o falante tem uma entidade em mente podem ser verdadeiras mesmo que não corresponda a entidade referenciada; (ii) para entender de onde parte a intenção referencial que diferencia *this* de *certain*, a análise teria que supor a existência de três classes de indefinidos (referenciais x específicos x não específicos) e para isso as propriedades semânticas de indefinidos específicos deveriam estar vinculadas a propriedades discursivas (tal como faz a ancoragem); (iii) as teorias de familiaridade não se encaixam na mesma linha de análise das demais teorias de especificidade, pois pressupõem a restrição de um conjunto a partir de uma situação discursiva já dada; (iv) a relação entre a semântica de indefinidos e as questões pragmáticas envolve uma discussão que carece de maiores investigações.

Essa revisão bibliográfica foi importante para compreender as diferentes abordagens e perspectivas teóricas. Assumo a perspectiva de Von Heusinger (2002, 2011 e 2019), de Ionin, Ko e Wexler (2004), e de Ionin (2006) de que há possibilidade de marcação de especificidade em contextos definidos (cf. seção 2.2) e de que se trata de uma relação referencial, em que o falante tem a intenção de introduzir uma ancoragem referencial no discurso, independente da possibilidade de ser familiar (cf. seção 2.3). Assumo que não há ambiguidade lexical, mas há estruturas diferentes em que o traço de especificidade pode ser marcado positiva ou negativamente (cf. seção 3). No PB, é possível fazer uso de SpMs *ai* e *lá* em contextos indefinidos. Na seção 4, demonstro que esses marcadores são usados no sentido restrito da especificidade e têm propriedades pragmáticas de indiferença.

No início desta seção, apresentei o objetivo e perguntas que pretendia responder para compreender a especificidade. Com base na bibliografia usada, busquei definir a marcação de

especificidade em contextos indefinidos, descrevendo seus tipos e suas abordagens teóricas. Normalmente, é compreendida como um traço relacionado à interface semântico-pragmática, pois é necessário ter um contexto em que tanto o falante como o ouvinte compreendam que se trata de uma entidade introduzida no discurso. As línguas fazem usos de estratégias distintas para marcar o traço de especificidade, como o uso de relativas, de topicalização e, entre outras, de marcação por caso. Descrevi o desenvolvimento teórico sobre a especificidade, demonstrando a existência de quatro abordagens teóricas, identificando suas perspectivas, semelhanças e controvérsias.

Na próxima seção, apresento estudos que fazem parte dos arcabouços analíticos que assumo para descrever os usos de *aí* e *lá* no PB. Apresento três hipóteses: do DP; do paralelismo sintático; e da projeção de TopP. Por meio delas, desenvolvo a noção de especificidade em contextos definidos e indefinidos.

2 ESTRUTURA SINTÁTICA DO DP E A ESPECIFICIDADE

Após realizar a revisão bibliográfica sobre os estudos especificidade em contextos indefinidos, agora é importante desenvolver outras propriedades que atravessam a análise do fenômeno em estudo que são importantes para compreender como é marcada no PB. A fim de iniciar a discussão, retomo o exemplo (4a), agora como (65):

(65) Se [DP uma pessoa *aí*] vier para a festa, América ficará contente.

No PB, o uso de *aí* pós-nominal em um DP indefinido, como ocorre em (65), atribui uma leitura específica. Duas observações precisam ser feitas: (i) *aí* é um elemento que também tem valor de reforçador, com sentido dêitico para indicar proximidade do ouvinte (Tavares, 2001 e 2002, Pereira, 2011; Paranhos, 2019, entre outros⁴⁷); (ii) *aí* só parece marcar especificidade em contextos indefinidos (Tavares, 2001; Confessor, 2013)⁴⁸. Desenvolvo a discussão dos SpMs no PB na seção 4. Nesta seção tenho como objetivo apresentar os pressupostos teóricos e metodológicos que dão base para análise que desenvolvo sobre o PB (seção 3) e sobre os SpMs no PB. Pretendo contribuir para responder às questões: Como sintaticamente as línguas realizam a especificidade no domínio nominal? Quais são as análises sobre o fenômeno? Quais as formas de marcação de especificidade? Qual a relação entre artigos e especificidade? Qual a relação entre demonstrativos e especificidade? Considerando os objetivos desta tese, algumas perguntas exigem esforços maiores e pretendo contribuir com sistematizações para responder a todas as perguntas.

Nas línguas naturais, a necessidade de expressar especificidade exige diferentes estratégias estruturais. Apresentei, na seção 1, por exemplo, que o mandarim faz uso da topicalização para marcar especificidade, (66a), e que o turco marca especificidade com o uso de marcador de caso acusativo, (66b).

⁴⁷ Em estudo anterior (Paranhos, 2019), analisei o uso de demonstrativos e de reforçadores no PB em dados da comunidade rural de Helvécia e identifiquei que o demonstrativo (*esse*) tinha propriedades dêiticas genéricas [\pm proximidade], não estabelecendo relações opositivas em relação ao falante. Os reforçadores (aqui, *aí*, ali e lá) marcavam tais relações indicando, respectivamente, proximidade do falante, proximidade do ouvinte, distanciamento medial do falante, distanciamento remoto do falante. Desse modo, pode-se caracterizar que tais elementos atuam como reforçadores.

⁴⁸ Pereira (2011) considera que *lá* marca especificidade em contextos indefinidos mesmo antecedido por demonstrativos e artigos definidos. Localizei evidências de que *lá* e *aí* podem ser usados em contextos que parecem ser definidos, pois há familiaridade e tanto o falante como o ouvinte podem retomar a referência, não necessariamente sendo introduzida pela primeira vez no discurso (cf. Paranhos, 2019). Esses casos não serão desenvolvidos nesta tese por entender que cabe maiores investigações sobre o tema. Na próxima seção, trato das situações em que a especificidade é marcada com determinantes indefinidos, o que parece ser generalizado no PB.

(66) a. [DP Xuesheng] you yi xie chuxi.le huiyi.

estudante existe um CL participou reunião

“Algum dos estudantes participou da reunião.”

(Portner, 2002, p. 2)

b. Alibüro-ya çocuklar-dan [DP iki kız-ı] alacak.

Ali-trabalho-DAT crianças-ABL duas garota-ACC[+ESP] contratará

“Ali contratará, para o escritório, duas garotas (específicas) das crianças.”

(Von Heusinger, 2011, p. 1051-2)

Os exemplos de (66) são importantes para evidenciar que a especificidade é um traço importante para a construção sintática da sentença em diversas línguas e a sua marcação interfere também em outros fenômenos pragmáticos e sintáticos.

Em algumas línguas românicas, verifica-se uma relação entre a marcação de especificidade e a morfologia do modo verbal, como no espanhol, em (67):

(67) a. Quiere casarse con [DP la/una muchacha [que sea rubia y con pecas]].

Quer casar-se com a / uma garota que seja loira e com sardas

“Ele quer se casar com a/uma garota que seja loira e com sardas.”

b. Quiere casarse con [DP la/una muchacha [que es rubia y con pecas]].

Quer casar com a / uma garota que é loira e com sardas

“Ele quer se casar com a/uma garota que é loira e com sardas.”

(Rivero, 1975, p. 40)

Rivero (1975) demonstra, a partir de exemplos como em (67a), que, para expressar uma interpretação não-específica, o falante pode fazer uso de uma estrutura sintática em que o verbo da relativa está no modo subjuntivo. Em (67b), o verbo da relativa está no modo indicativo e a leitura é necessariamente específica. O DP dos exemplos em (67) pode ser realizado com artigo definido e com artigo indefinido. Para a autora (1975, p. 39-40), exemplos como os em (67), do espanhol, comprovam que a especificidade é um fenômeno relacionado a interface semântica-sintática e não é exclusivo de contextos indefinidos, podendo ser realizada também em contextos definidos. Acrescento que o uso de modos diferentes configura um teste que determina se a construção é específica ou não em algumas línguas românicas, mas, ao mesmo tempo, revela que, entre as estratégias usadas para expressar especificidade, está o uso do modo

verbal da expressão relatividade. Tomo os exemplos em (67) como o principal teste para localizar contextos específicos e não específicos no PB ⁴⁹.

Nesta seção, faço a discussão de como esse traço é projetado e checado no sintagma nominal. Para isso, assumo, como pressuposto, uma análise formalista da linguagem, fazendo uso do arcabouço teórico e metodológico da linguística gerativa chomskyana (Chomsky, 1995). Compreendo o fenômeno a partir de dados de diversas línguas, assumindo uma perspectiva cartográfica, em que traços funcionais ocupam projeções próprias que são concatenadas para checagem de traços (Giusti, 2002; Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007, entre outros). Adoto a hipótese do DP, compreendendo seu paralelismo com a estrutura da sentença e a ampliação da periferia esquerda (cf. seção 2.1). Em seguida, assumo a possibilidade de a especificidade ser um traço checado na relação entre o núcleo e o especificador de uma projeção da periferia à esquerda da frase nominal, o TopP (cf. seção 2.2). Apresento análises sobre outros núcleos funcionais da estrutura nominal que são projetados ou movidos para a periferia esquerda e que se vinculam à especificidade, os artigos (seção 2.3) e os demonstrativos (seção 2.4). Por fim, na seção 2.5, retomo as discussões e hipóteses para refletir sobre nossos objetivos.

Reconheço que essa não é a única possibilidade de descrição e de explicação da relação entre especificidade e sintaxe. Em decorrência dos distintos arcabouços analíticos, tal como apresentado na seção anterior, há outras abordagens para entender o fenômeno, como possibilidade de explicá-lo por meio da ambiguidade lexical do artigo indefinido, projetando-o na mesma posição, com leituras semânticas distintas (Fodor e Sag, 1982, entre outros)⁵⁰. Não sistematizo essas duas propostas e cabe destacar que não é de meu conhecimento que exista um estudo que sistematize e compare as diferentes proposições para identificar as mais elegantes. A caracterização apresentada aqui não consiste em uma tentativa de contribuir nesse sentido⁵¹.

⁴⁹ A partir de sistematização bibliográfica de Santos, C. (2019, p. 36-41), há quatro características que devem ser observadas na sentença matriz para possibilidade de uso de indicativo ou de subjuntivo: (i) a relativa precisa ser restritiva; (ii) os predicados precisam ser intensionais fortes, em que não há comprometimento com o valor de verdade do complemento; (iii) os verbos não podem ter duração episódica; (iv) o DP relativizado não pode ter demonstrativo. Para uma análise mais detalhada conferir Santos, C. (2019).

⁵⁰ Uma evidência dessa hipótese é a existência de línguas, como o maori, que têm um artigo indefinido específico (*tētahi/teetahi*) e um artigo indefinido e não-específico (*he*), conforme exemplos a seguir:

- (I) a. Kāore tētahi tangata i waiata mai.
PRES-não uma pessoa PRES cantar para-aqui
“Uma pessoa (específica) não canta”
b. Kāore he tangata i waiata mai.
PRES.não uma pessoa PRES canta para-aqui
“Uma pessoa não canta” = “Nenhuma pessoa canta”

(Chung e Ladusaw, 2004, p. 40)

⁵¹ Uma experiência é feita por Falco (2002, p. 136-7). O autor afirma que, desde os anos 80, sintaticistas têm reconhecido a importância da especificidade para explicar outros fenômenos (como anti-reconstrução, extração de ilhas fracas ou a concordância do particípio passado do francês), no entanto ignoram boa parte das contribuições de semanticistas sobre o tema, partindo de noções intuitivas com base na proposta de *Discourse linking (D-linking)*,

Somado ao fato de haver diferentes concepções sobre a teoria da especificidade, em geral, observo hipóteses voltadas para noções semântico-pragmáticas distintas para línguas específicas, por vezes, não formulando análises que abarcam diversas línguas. O meu esforço é de tentar compreender as estruturas que dão base para marcação da especificidade nas línguas humanas, buscando adotar um modelo que dê conta da presença de um marcador de especificidade no PB em posição nominal no DP (Ishane e Puskás, 2001; Aboh, 2015, entre outros).

2.1 A ESTRUTURA DO DP E O PARALELISMO SINTÁTICO

Nesta subseção, trato sobre a estrutura da frase nominal assumindo três hipóteses: (i) do DP; (ii) do paralelismo sintático; (iii) da expansão da periferia esquerda do DP. Descrevo essas hipóteses para compreender a análise da especificidade, buscando propor a estrutura da frase nominal. Formalmente, a seção é subdividida em partes no intuito de ajudar na compreensão didática do fenômeno e na sua sistematização.

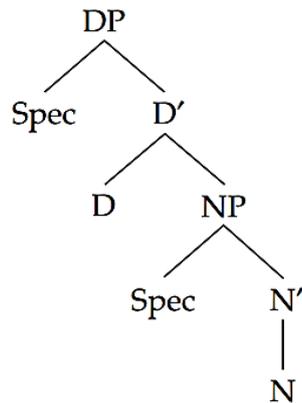
2.1.1 A hipótese DP

As frases nominais são compostas e hierarquizadas em torno de um nome (N^o) que compartilha de propriedades gramaticais comuns, tais como a possibilidade de pluralização, de coocorrência com determinantes e de serem substituídos por outros elementos, sejam concretos ou abstratos. O N^o exerce a função de núcleo da projeção lexical NP (*Noun Phrase*) ao qual se concatenam outros modificadores, como adjetivos, possessivos, genitivos e determinantes, e estabelecem concordância de gênero, de número. Tal como um verbo é gerado em uma posição da sentença e é movido para satisfazer condições de checagem de traços de tempo e de número por meio da relação Spec-Head, N^o faz o mesmo para gênero e número (Radford, 1997, p. 37-47; Lyons, 1999, p. 40-6, entre outros).

A primeira contribuição da hipótese do DP é assumir que essa é uma projeção funcional que ocupa a posição mais alta de uma estrutura nominal, selecionando o NP como um de seus complementos. Abney (1987, p. 18-9) considera que o determinante e o demonstrativo naturalmente ocupam o núcleo D, tal como representado em (68).

de Petesky (1987), que trouxe importantes contribuições para compreender as consequências discursivas para a Forma Lógica.

(68)



(Bernstein, 2001, p. 537)

Em (68), D^o ocupa a posição de núcleo do DP, selecionando um NP como seu complemento. Em termos gerais, a hipótese é assumida por diversos estudos e têm algumas vantagens, tais como: (i) ajuda a compreender o paralelismo entre a estrutura nominal e sentencial; (ii) padroniza a formulação teórica de projeções, pois as categorias lexicais podem ser caracterizadas como complementos de projeções funcionais; (iii) contribui para a adequação descritiva como na capacidade de analisar como os pronomes participam da estrutura nominal (Lyons, 1999, p. 289-91).

Há evidências morfológicas, sintáticas e semânticas que sustentam a hipótese. Em línguas como o húngaro, por exemplo, o núcleo nominal é marcado morfológicamente, concordando com o possessivo que o antecede, conforme representado em (69):

- (69) a. [DP az én- \emptyset vendég-e-m]
 DET meu-NOM convidado-meu
 “o meu convidado”
- b. [DP a te- \emptyset vendég-e-d]
 DET teu-NOM convidado-teu
 “o teu convidado”
- c. [DP (a) Mari- \emptyset vendég-e- \emptyset]
 (DET) Mari-NOM convidado-seu
 “o convidado da Mari”

(Abney, 1987, p. 44)

Em (69a) e em (69b), os possessivos são pré-nominais e nomes marcam concordância por meio de uma morfologia nominal. Quando é uma posse de uma terceira pessoa, como em (69c), a concordância não é necessária. Para Abney (1987, p. 44), os dados revelam que há relações de concordância morfológica entre os elementos do DP e, quando não há, D° é projetado tendo um núcleo foneticamente não realizado.

Os dados sintáticos são, principalmente, relacionados ao paralelismo sintático, tais como o movimento de modificadores, exemplos em (70), do grego, a posição de interrogativas, (71), do grego e do inglês⁵².

(70) a. [DP to vivlio afto]

DET livro DEM

a'. [DP afto to vivlio]

DEM DET livro

“Esse livro.”

b. [DP to vivlio tu Chomsky]

DET livro DET-GEN Chomsky

b'. [DP tu Chomsky to vivlio]

DET-GEN Chomsky o livro

“O livro de Chomsky”

(71) a. [DP to vivlio tinos]?

DET livro quem-GEN

a'. [DP tinos to vivlio?]

quem-GEN DET livro

“O livro de quem?”

b. This is [DP a [AP very important] decision]].

“Essa é uma decisão muito importante”.

b'. [DP [AP How important] a decision] is this?

“Quão importante é esta decisão?”

(Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007, p. 80-4)

⁵² Há diversos estudos que apresentam semelhanças entre a estrutura da sentença e da frase nominal. Na subseção seguinte, desenvolvo alguns desses. Para maiores análises, cf. Abney (1987, p. 60-63) e Bernstein (2001, p. 539-42).

Em (70a) e (70b), o nome e o artigo ocupam a posição inicial do sintagma nominal, enquanto, nos exemplos em (70a') e (70b'), o demonstrativo ou o genitivo podem ocupar a posição inicial, tendo efeito interpretativo de focalização em que um constituinte da sentença é colocado em evidência. Nos pares em (71a) e (71a'), a palavra interrogativa genitiva pode estar na posição inicial ou final do DP. Nos dados do inglês, em (71b) e sua correspondência interrogativa em (71b'), a palavra *Wh* pode ser deslocada para a posição inicial do DP junto com o modificador. Tais dados evidenciam a possibilidade de movimento internos ao sintagma nominal, podendo assumir que os constituintes são movidos para a periferia à esquerda do DP, tal como ocorre no CP (Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007, p. 80-4).

A hipótese do DP ajuda também a compreender a possibilidade de núcleos nominais antecederem determinantes, como ocorre nos exemplos em (72) e em (73).

(72) a. [DP gutt-em] / [DP hus-et]
 garoto-DET / casa-DET

 “o garoto” / “a casa”

b. [DP portretul]
 retrato-DET
 “o retrato”

(73) a. [DP il mio Gianni]
 DET meu Gianni

b. [DP Gianni mio]
 Gianni meu

c. *[DP mio (il) Gianni]
 meu (o) Gianni
 “O meu Gianni.”

(Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007, p. 85-6)

Nos exemplos em (72a) e (72b), respectivamente do norueguês e do romeno, o nome pode anteceder o artigo definido. Geralmente, parte-se da compreensão de que os artigos precedem o nome, no entanto, nessas línguas o artigo é pós-nominal, pressupondo o movimento de N° para D°. No exemplo em (73a), do italiano, o artigo precede o nome e o possessivo, no

entanto, quando o nome está na posição inicial, (73b), o artigo não pode ser expresso, (73c) pressupondo que também há um movimento de N° para D° (Longobardi, 1994, p. 623)⁵³.

Entre as evidências semânticas, Longobardi (1994, p. 618-9) descreve que, em algumas línguas, como o italiano em (74), o DP é uma projeção argumental, diferente do NP:

- (74) a. Gianni è [DP medico *[che si cura davvero dei suoi pazienti].
Gianni é médico que se preocupa realmente com seus pacientes
“Gianni é médico que se preocupa realmente com seus pacientes.”
- b. Gianni è [DP un medico [che si cura davvero dei suoi pazienti].
Gianni é DET médico que se preocupa realmente com seus pacientes
“Gianni é um médico que se preocupa realmente com seus pacientes.”

(Longobardi, 1994, p. 618-9)

Em (74a), a ausência do artigo não permite a seleção de uma relativa, evidenciando que não é a expressão nominal que serve como núcleo. Em termos temáticos, o NP por si só parece atuar como predicado com valor adjetivo, sendo expresso normalmente em construções vocativas. Nesse sentido, pode-se supor que, por ter valor de predicado, o NP não ocupa uma posição argumental. A realização do artigo, em (74b), possibilita que haja relativização. Em outras línguas, como as línguas germânicas, nomes massa e plurais podem ser argumentais sem necessariamente ser antecedido por artigos, caracterizando uma distinção paramétrica (Bernstein, 2001, p. 542-4).

Nesta subseção, apresentei a hipótese do DP e alguns argumentos para sua defesa, fazendo uso de evidências morfológicas, sintáticas e semânticas. Tal como os estudos citados, assumo essa hipótese, pressupondo a existência de uma projeção funcional que seleciona o NP como um de seus complementos.

2.1.2 Paralelismo sintático

A hipótese do paralelismo consiste na interpretação de que a constituição do DP apresenta semelhanças estruturais à do CP, não sendo perfeitamente um espelho. Diversos estudos desenvolveram essa hipótese para realizar comparações entre as construções deverbais e as estruturas verbais, propondo projeções funcionais com base em transformações da estrutura

⁵³ Para Alexiadou, Haegeman e Stavrou (2007), na verdade o N° se move para uma projeção mais baixa que D°.

- (77) a. [DP the brutal destruction of the city by the enemy with heavy artillery]
 b. [DP la destruction brutale de la ville par l'ennemi avec de la grosse artillerie]
 DET destruição brutal GEN DET cidade por DET-inimigo com de DET grossa artilharia
 “a destruição brutal da cidade pelo inimigo com artilharia pesada”
 c. [DP a recent gift of money to the poor by the bank with great generosity]
 d. [DP le don récent d'argent aux pauvres par la banque avec grande générosité]
 DET doação recente de dinheiro a-DET pobre por DET banco com grande generosidade
 “uma grande generosa doação monetária do banco ao pobre”

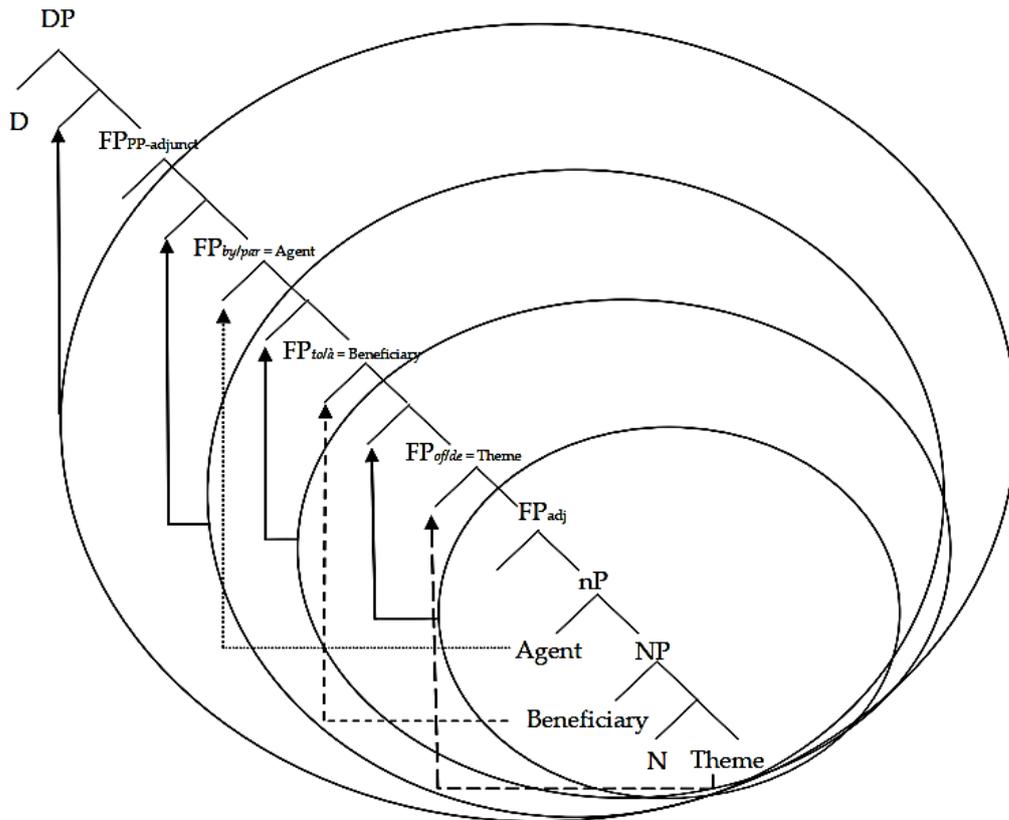
(Laenzlinger, 2017, p. 18-9)

Línguas como o japonês (76) têm uma ordem neutra, com o nome ocupando a posição final do DP e os outros elementos temáticos ocupando posições anteriores. Outras línguas, como o inglês e o francês, (77), têm outra possibilidade, a de ordem inversa, com o nome ocupando a posição inicial e os demais complementos pós-nominais. Para que o inglês e o francês tenham tais ordens, é necessário prever a realização de movimentos para projeções mais altas. Em (78a) e (78b), representam-se os exemplos em (76) e em (77), respectivamente. Em (79), representam-se os movimentos realizados em (77a) e (77b).

- (78) a. Japonês/Tártaro $PP_{\text{Adjunto}} > PP_{\text{Argumento}} > DP_{\text{Dativo}} > DP_{\text{Genitivo}} > \text{Adjetivos} > N$
 b. Inglês/Francês $N < \text{of/de (GEN)} < \text{to/à (DAT)} < \text{by/par (OBL)} < PP_{\text{Adjunto}}$

(Laenzlinger, 2017, p. 18-9)

(79)



(Laenzlinger, 2017, p. 18-9)

Uma outra evidência de paralelismo está relacionada aos movimentos de modificadores no DP que, tal como na estrutura verbal, acrescentam informações semânticas e realizam concordância com o núcleo. A partir da análise de Hawkins (1983, p. 119), diversos estudos compreendem que os modificadores nominais podem apresentar as possibilidades de ordenação a seguir:

- (80) a. 3 modificadores na esquerda e 0 na direita
DEM–NRAL–ADJ–N (ex. mandarim, inglês, finlandês, húngaro)
- b. 2 modificadores na esquerda e 1 na direita
DEM–NRAL–N–ADJ (ex. francês, italiano)
- c. 1 modificador na esquerda e 2 na direita
DEM–N–ADJ–NRAL (ex. cabardiano, warao).
NRAL–N–ADJ–DEM (ex. basco, maori, galês, vietnamita).
- d. 0 modificadores na esquerda e 3 na direita
N–ADJ–NRAL–DEM (ex. selepet, iorubá)

(Aboh, 2004)

As línguas podem ter uma sequência em que o N ocupa a posição final e todos os modificadores o antecedem, como no inglês, em (80a) ou uma imagem invertida, em que o N ocupa a posição inicial e todos os modificadores ficam à direita, como em (80d). Outras línguas podem ter posições intermediárias, tendo dois modificadores à esquerda do N, como o francês e o italiano, ou apenas um modificador, como o cabardiano, basco e maori. Das quatro sequências, com base em Hawkins (1983), em Cinque (1994 e 1999) e em Kayne (1994), diversos estudos partem da perspectiva de que a sequência em (80a) consiste em um padrão universal e as línguas que apresentam outras sequências, como (80b, c, d), constituem derivações de (80a). Desse modo, a estrutura nominal, tal como a estrutura verbal para tempo, negação, aspecto, etc, estabelece relações de concordância e de checagem de traços não-interpretáveis, em que o N se move para outras projeções (Ihsane e Puskás, 2001; Bernstein, 2001; Cinque, 2005; Giusti, 2006; Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007; Aboh, 1999, 2004 e 2015; Laenzlinger, 2017, entre outros).

Aqui apresentei brevemente a hipótese do paralelismo sintático. No âmbito desta tese, assumo essa hipótese para analisar os usos de *ai* e de *lá* como SpMs. Não é minha intenção comprovar sua existência, diversos estudos já fizeram investigações e forneceram evidências linguísticas para corroborar tal hipótese. Não desenvolvo as discussões do paralelismo entre as estruturas temáticas e flexionais do DP (cf. Laenzlinger, p. 12-20; Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007, parte III e parte IV). Para mim, é importante entender como a especificidade é marcada na estrutura nominal, antes, discuto, na próxima subseção, a sua periferia esquerda.

2.1.3 Periferia esquerda do DP

Com base na ampliação da periferia esquerda do CP, de Rizzi (1997), diversos autores formulam propostas para compreender a estrutura ampliada do DP, partindo da compreensão de que as projeções na periferia esquerda são concatenadas quando necessário⁵⁴, de que estão relacionadas à interface sintático-discursiva e de que seus núcleos marcam traços não interpretáveis que precisam ser checados, conforme representações em (81) e (82):

⁵⁴ (I) a. TopP ou FocP são concatenados somente quando necessário.
 b. Se nem TopP nem FocP são concatenados, DP e DefP podem ser realizados em uma única projeção.
 c. Se DP e DefP são projetados, nenhum deles pode hospedar os traços interpretáveis de TopP e FocP.
 d. TopP é concatenado em posição superior a FocP.

A proposta respeita o princípio da economia, pois as projeções funcionais só são concatenadas se houver realização fonológica. As projeções devem ser visíveis em todos os níveis de representação se existir um Spec visível e/ou se o núcleo é visível. (Giusti, 2006, p. 35-46)

- (81) ForceP > TopP* > FocP > TopP* > FinP (Rizzi, 1997)
- (82) a. DP > TopP* > FocP > TopP* > DefP (Giusti, 2006, p. 35)
- b. DP > TopP > FocP > NúmP (Aboh, 2015, p. 205)
- c. (QP) > DP_{DEIXIS} > FocP > TopP > DP_{DET} (Laenzlinger, 2017, p. 3)

Em (81), há a representação da periferia esquerda da sentença proposta por Rizzi (1997). ForceP é a projeção responsável por expressar se a sentença é interrogativa, declarativa, relativa, exclamativa. Trata-se de um núcleo que é concatenado de forma obrigatória mesmo se não for fonologicamente expresso. Há duas projeções de TopP que podem ser geradas antes ou depois do FocP. Os asteriscos indicam que as projeções podem ser fundidas ou permitem múltiplos tópicos. Na posição mais alta, há um tópico associado ao que se comenta na sentença, um constituinte que é recém-introduzido, alterado ou retomado. Na posição mais baixa, trata-se de um tópico contrastivo, criando alternativas que não interferem no valor do foco, mas possibilita pares opositivos em relação a outros tópicos. No foco, é realizado o contraste, identificando uma variável quantificável e excluindo outras⁵⁵. Por fim, FinP especifica o tempo finito ou não finito da sentença, concordando com o domínio do IP/TP (cf. Rizzi, 1997; Frascarelli e Hinterhölzl, 2007).

Nas representações em (82), há análises que se diferenciam em relação à posição e a presença de outras projeções na periferia esquerda do DP. Como afirma Laenzlinger (2017, p. 5), a ordem é mais difícil de estabelecer quando se compara com a estrutura sentencial. Aquela que for mais elegante e tiver maior poder explicativo tende a ser reproduzida e atualizada. Eu assumo a proposta de Aboh (2015) e tento adequar para os exemplos do PB.

A princípio, parto do que há de comum. Em todas as representações, o DP é a projeção paralela ao ForceP/CP. Tanto DP como o CP podem funcionar como um argumento e seus núcleos (respectivamente, D e C) transformam seus complementos em argumentos e vinculam seus complementos com o contexto discursivo ou não-linguístico. Em (82a) e (82c), projeta-se a possibilidade de existir a separação entre DP (ou DP_{DEIXIS}) e DefP (ou DP_{DET}). O núcleo do DP (D^o) possibilita que informações de caso sejam interpretadas (visíveis ou invisíveis), podendo exigir a realização fonética de um marcador. A depender da língua, há diferentes exigências em relação ao preenchimento fonético ou à procrastinação do movimento. Por seu turno, DefP pode ter seu núcleo ocupado por um marcador de classe de palavra ou por um

⁵⁵ A diferença entre o tópico contrastivo e o foco é que o primeiro não tem natureza quantificável, não estabelece contradição nem negação e não necessariamente se opõe a outro tópico. O foco, ao contrário, tem sua natureza definida pela contradição e pela oposição a outra variável (Frascarelli e Hinterhölzl, 2007, p. 13-4)

artigo, estabelecendo concordância com o nome. Em algumas sentenças, quando as projeções intercaladas não são necessárias, o DP pode se fundir ao DefP, formando uma única projeção funcional, o que parece ser mais adequado para o PB (cf. seção 3). Quanto a TopP e FocP, a primeira projeção marca uma informação já introduzida no discurso, podendo estabelecer uma relação de concordância com adjetivos; a segunda comenta a informação nova, estabelecendo uma relação de concordância com demonstrativos, adjetivos ou outros, que ocupam ou são movidos para a posição de Spec. (Dimitrova-Vulchanova e Giusti, 1998, p. 348-54; Giusti, 2006, p. 36-45; Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007, p. 131; Laenzlinger, 2017, p. 5).

Laenzlinger (2017) sintetiza três conjuntos de evidências linguísticas para compreender a divisão do DP: (i) no movimento de estruturas nominais dentro do DP (adjetivos, genitivos, entre outros); (ii) na coocorrência de demonstrativos com artigos; (iii) na multiplicação de determinantes definidos.

Nos exemplos em (83)⁵⁶, observa-se movimento de genitivos e de dativos no servo-croata e no húngaro, respectivamente⁵⁷:

- (83) a. [DP [AdjP lepa [NP ćerka] [PP Slavnoy matematičara]]]
 legal garota famoso matemático-GEN
- a'. [DP [TopP [PP Slavnoy matematičara [AdjP lepa [NP ćerka]]]]]
 famoso matemático-GEN legal garota
 “a garota legal do famoso matemático”
- b. [DP egy [AdjP nagylelkü [NP pénz adomány] [DP a szegenyeknek] [PP a bank reszerol]]]
 uma generosa dinheiro doação DET-pobre-DAT GEN-DET banco reservado
- b'. [DP egy [TopP [DP a szegényeknek] [TopP [PP a bank részeöl] [AdjP nagylelkü [NP pénz adomány]]]]]
 “uma generosa doação monetária do banco aos pobres”

(Laenzlinger, 2017, p. 5)

No servo-croata, nos pares em (83a), o complemento genitivo pode ser posterior ao nome ou pode ser topicalizado para SpecTopP, antecedendo o adjetivo de qualidade. Nos pares em (83b), do húngaro, o complemento dativo de “doação” e a construção genitiva “do banco” podem se mover para a posição de tópico do DP, antecedendo o adjetivo e o nome.

⁵⁶ Laenzlinger (2017) faz uso de QualP para projeções com adjetivos. Para padronizar, mudei para AdjP

⁵⁷ A possibilidade de deslocamento à esquerda de estruturas do DP (dativo ou genitivo) também é observada em russo, romeno, grego e línguas germânicas, como o inglês e o alemão.

É possível ter movimento de adjetivos, como ocorre nos exemplos do francês e do grego, respectivamente, em (84):

- (84) a. [DP une [_{FocP} SPLENDIDE [_{AgrP} voiture] [_{AdjP} splendide [_{NP} voiture]]]]
 DET ESPLÊNDIDO carro
 “um esplêndido carro.”
- b. [DP to [_{FocP} KOKKINO [_{DefP} to [_{NP} forema] [_{AdjP} kokkino [_{NP} forema]]]]]
 DET VERMELHO DET vestido
 “o vermelho vestido.”

(Laenzlinger, 2017, p. 6)

No exemplo do francês, em (84a), o adjetivo pode ser movido para a posição de foco, antecedendo o nome e sendo posterior ao artigo. O mesmo fenômeno ocorre no grego, em (84b), em que o adjetivo pode anteceder o nome, movendo-se para a posição de foco e tendo sentido contrastivo. Analisando dados do búlgaro e do albanês, Dimitrova-Vulchanova e Giusti (1998, p. 348-55) afirmam que são projeções \bar{A} porque há possibilidade de elementos de diferentes categorias moverem-se para a posição anterior no DP, estabelecendo informações estruturais.

A existência de duas projeções discursivas é atestada em línguas onde há coocorrência do demonstrativo com o determinante, tendo projeções funcionais intercaladas, conforme exemplos do espanhol e do romeno em (85).

- (85) a. [DP el [_{AgrP} libro viejo [_{DemP} este [de sintaxis]]]]
 DET livro velho DEM GEN sintaxe
- a'. [DP_{déixes} este [_{AgrP} libro [_{AdjP} viejo [de sintaxis]]]]
 “este livro velho de sintaxe”
- b. [DP fete [D le] [_{DemP} acestea [_{AdjP} frumoase]]]
 garotas DET DEM bonitas
- b'. [DP_{déixes} aceste [_{AgrP} fete [_{AdjP} frumoase]]]
 “Essas garotas bonitas”

(Laenzlinger, 2017, p. 7-8)

Para Laenzlinger (2017, p. 7-8), no espanhol, em (85a), o demonstrativo é concatenado em uma posição mais abaixo, no DemP, o artigo é concatenado em DP e o NP movimenta-se juntamente com o adjetivo para a posição de concordância nominal vinculada ao D^o, AgrP. Em

(85a’), o demonstrativo pode se mover para DP_{dêixis} toda a projeção de concordância entre o nome e o adjetivo pode se mover para Spec,AgrP. No romeno, ocorre um processo semelhante ao espanhol em relação ao movimento do demonstrativo, no entanto, ao comparar a possibilidade de movimento do NP, em (85b) e (85b’), o autor constata que esse se move sozinho para SpecAgrP.

Um último conjunto de evidências é a existência de múltiplos complementizadores ou de reduplicação de determinantes. Em diversas línguas, o determinante definido pode ser duplicado ou multiplicado, como nos exemplos de (86) a (88), respectivamente, do francês, do romeno e no suíço:

- (86) a. [[DP₁ la [_{SuperlP} plus belle [DP₂ la fille [blonde]]]]]
 DET mais bela DET garota loira
 a’. [[DP₂ la fille [blonde] [DP₁ la [_{SuperlP} plus belle [DP t]]]]]
 “a mais bela garota loira”
- (87) mărul (cel) roșu
 maça-DET (DET) vermelha
 “a maçã vermelha”
- (88) den nya bok-en
 DET novo livro-DET
 “o novo livro”

(Laenzlinger, 2017, p. 10-1)

Nos exemplos em (86a) e (86a’), do francês, o DP₂ move-se para a posição anterior a projeção superlativa, tendo dois D^o realizados como artigos definidos. Nos exemplos em (87), do romeno, o artigo pode ser duplicado, sendo sufixado ao nome e antecedendo o adjetivo ou o genitivo. No suíço, em (88), o determinante pode ser duplicado apenas quando há um adjetivo pré-nominal é usado. Laenzlinger (2017, p. 11) assume que o primeiro determinante ocupa a posição de D_{DÊIXIS}^o e o segundo ocupa a posição de D_{DET}^o. Esses dados evidenciam a divisão do DP em projeções funcionais discursivas na periferia esquerda.

Existem línguas que apresentam múltiplos determinantes que são inseridos com adjetivos, como é o caso do grego nos pares (89) e (90):

- (89) a. to megálo to kókkino to vivlió
 DET grande DET vermelho DET livro

- b. to megálo to vivlió to kókkino
 - c. to megálo to kókkino vivlió
 - d. to megálo kókkino vivlió
“o grande livro vermelho”
- (90) a. *to megálo kókkino to vivlió
- b. *to vivlió to megálo kókkino
 - c. *to vivlió megálo to kókkino
 - d. *to megálo to vivlió kókkino

(Laenzlinger, 2017, p. 12)

Nos exemplos em (89), há a possibilidade de adjetivos prenominais e de nome serem realizados com o artigo definido de modo total, como ocorre em (89a) e (89b), permitindo que o nome esteja antes ou depois do adjetivo. É possível que os artigos sejam realizados de forma parcial, antecedendo os dois primeiros modificadores, como ocorre em (89c), ou apenas o primeiro adjetivo pré-nominal, *megálo* em (89d). As sentenças tornam-se agramaticais em outras formatações parciais como quando o artigo antecede apenas o primeiro adjetivo e o nome, (90a) e o (90d) e quando o nome ocupa a primeira posição da projeção, (90b) e (90c). Laenzlinger (2017, p. 12) argumenta que essas possibilidades podem ser explicadas com o movimento de D_{DET}^o para $D_{DÊIXIS}^o$. A cópia é obrigatoriamente preenchida na projeção de $D_{DÊIXIS}^o$, podendo deixar outras lexicalmente realizadas ou não desde não quebre a cadeia (fato não ocorre em (90c) e ocorre em (91a) e em (91c)).

Nesta subseção, apresentei algumas sínteses da correlação entre CP e DP, trazendo evidências de movimentos de adjetivos e de demonstrativos e de multiplicação de complementizadores para descrever a ampliação da periferia esquerda. Assumo que há uma periferia esquerda e que adjetivos, possessivos e construções genitivas podem se mover para posições dessa periferia, marcando tópico ou foco. Na próxima seção, discuto sobre os traços que são valorados na projeção de TopP.

2.2 ESPECIFICIDADE E PROJEÇÃO DE TÓPICO (TopP)

Nesta subseção, apresento estudos e análises que defendem que a especificidade é distinta da definitude e são alocadas como núcleos de projeções funcionais distintas, dentre os quais Ihsane e Puskás (2001), Alexiadou, Haegeman e Stavrou (2007, p. 140-51), Aboh (1999, 2004, 2010 e 2015); e, entre outros, Prim (2015, p. 118-22). Os autores assumem o paralelismo

sintático e descrevem a especificidade como um traço não interpretável a ser checado em uma posição abaixo do DP, o TopP, com base em três principais argumentos: a existência da projeção de tópico; o conteúdo semântico e pragmático; a possibilidade de existir leitura [+DEF; +ESP].

Quanto ao primeiro argumento, a proposta da existência da projeção de tópico está alinhada com a análise de que há paralelismo entre o DP e o CP e já apresentei na subseção anterior, exemplos (83) e (84), respectivamente do servo-croata, do húngaro, do francês e do grego, evidências para defendê-la.

Com relação ao conteúdo semântico do tópico, observa-se que esse tem a capacidade estabelecer um conjunto (unitário ou não) vinculado a uma proposição sobre esse conjunto, sendo retomado no universo discursivo. Além disso, pode ser usado para realizar deslocamentos estruturais na sentença. A especificidade é caracterizada como um fenômeno que vincula propriedades semânticas e pragmáticas para identificar uma ancoragem de um subconjunto e comentá-la (cf. Seção 2). De tal modo, pode-se traçar um paralelo entre o tópico sentencial e o tópico nominal, pois ambos vinculam conjuntos que são comentados no interior do discurso. Cabe destacar que a especificidade, no entanto, tem a capacidade de inserir novos itens no discurso (de um universo pré-estabelecido) ou de retomar entidades que já foram mencionadas anteriormente, não sendo exatamente igual a uma relação de tópico-comentário (Aboh, 1999; Ihsane e Puskás, 2001, p. 39-41).

O terceiro argumento utilizado pelos autores é sobre possibilidade de existir uma leitura definida e específica. Demonstrei nos exemplos em (43), (44) e (67) que tanto definidos como indefinidos podem ser marcados para especificidade (referencial/específico; ou atributivo/não-específico). Aqui caracterizo dois modos distintos de indicação de traços.

Opondo-se à análise de Enç (1991), Ihsane e Puskás (2001, p. 39-41) argumentam que nem todos os definidos são necessariamente específicos. É possível que haja leituras definidas que são específicas e não-específicas, como nos exemplos em (91), (92) e (93), do francês, do húngaro e do alemão, respectivamente:

(91) J'ai pris [DP le train].

Eu'há peguei DET trem [+DEF]

“Eu peguei o trem.”

(92) a. Anna lemaradt [DP a vonatrol].

Anna perdeu DET trem-de [+DEF]

“Anna perdeu o trem.”

- b. [DP A vonatrol] Anna lemaradt.
 DET trem-de [+DEF; +ESP] Anna perdeu
 “Anna perdeu o trem (específico)”
- (93) a. Anna geht zu-r[DP Schule].
 Anna vai para-DET escola [+DEF; -ESP]
 “Anna vai para a escola (não-específica).”
- b. Anna geht zu [DP der Schule].
 Anna vai para DET escola [+DEF; +ESP]
 “Anna vai para a escola (específica).”

(Ihsane e Puskás, 2001, p. 40, 41 e 44)

Em (91), o *train* é precedido por artigo definido e pode ter leitura específica ou não-específica, partindo da compreensão de que não foi estabelecido previamente no discurso. Nos exemplos em (92), quando o DP está na posição pós-verbal, favorece-se uma leitura ambígua, podendo ser específica ou não-específica, (92a), e, quando o DP é topicalizado, como em (92b), a leitura não é ambígua, podendo ser somente específica. Outra evidência da possibilidade de existir definidos não-específicos é do alemão, em (93). Quando há contração do artigo com a preposição, a leitura do definido não é específica, (93a) e, quando não há, a leitura é específica, (93b). Desse modo, configura-se um quadro de possibilidades de leituras de sintagmas nominais com relação à definitude e à especificidade, sintetizadas a seguir:

(94)

	[+ definido]	[- definido]
[+ específico]	[+ DEF, + ESP]	[- DEF, + ESP]
não-específico	[+ DEF, não-esp]	[- DEF, não-esp]

(Ihsane e Puskás, 2001, p. 43)

Em (94), representa-se um traço binário para definitude que pode ter correspondências específicas ou não. Os autores (2001, p. 41-4) defendem que a definitude e especificidade são propriedades independentes, sendo projetadas e checadas de formas distintas, a primeira em DefP e a segunda em TopP. Além disso, discutem como a especificidade não pode ser caracterizada como um traço binário. Ora as línguas projetam especificidade e marcam o traço positivamente, como é o caso do húngaro, ora não projetam, como é o caso do francês. Desse

modo, não existe um traço negativo para a especificidade ([*-ESP*]).

O segundo modo de caracterização é proposto por Ionin, Ko e Wexler (2004), Ionin (2006) e Aboh (2004, p. 76-115; 2010, p. 24-8). A partir de dados de línguas que fazem oposição entre artigos definidos e artigos específicos, esses autores consideram que a especificidade pode ser caracterizada como um traço binário.

No samoano, em (95), há dois artigos que são usados para fazer oposição de especificidade, *se* e *le*⁵⁸:

- (95) a. Sa fesili mai [DP **se** tamaitai] pó-o ai [DP **I-o** ma tama].
 PAS perguntar DET[*-DEF; -ESP*] senhora WH-é quem DET[*+DEF; +ESP*]-nosso EXCL pai.
 “Uma senhora perguntou quem é nosso pai.”

(Lyons, 1999, p. 58)

- b. O [DP **le** uluggālli'i], fānau [DP **I-a** lā tama 'o
 É DET [*-DEF; +ESP*] casal teve-bebê DET[*-DEF; +ESP*]-seus criança-é
 [DP **le** teine'o Sina.
 DET [*+DEF; +ESP*] garota-é Sina
 “Há um casal que tem uma criança, a garota se chama Sina.”

- c. 'Au-mai [DP **se** niu]!
 Trazer-me DET [*-DEF; -ESP*] coco
 “Traga-me um coco!”

(Mosel e Hovdhaugen, 1992, p. 259-62)

Quando a entidade é específica, independentemente de ser definida ou indefinida, é usado o *le*, e, quando a entidade não é específica, podendo ser definida ou não, é usado o *se*. Em (95a), *se* é usado em um contexto indefinido e não específico e *le*, definido e específico, já que *tama* (*pai*) é uma entidade única. Em (95b), é usado *le* em três contextos, sendo dois indefinidos e específicos e o último definido e específico. Na construção imperativa em (95c), há uso do *se*, pois é um contexto indefinido e não específico. Ionin, Ko e Wexler (2004, p. 10-3) propõem a existência de um parâmetro do artigo, que distingue línguas com artigos de marcação de definitude de marcação de especificidade, tal como a representação em (96) e (97).

⁵⁸ Por causa da possibilidade de se afixarem a outros itens, marquei *se* e *le* com negrito nos exemplos em (95).

(96) Uma língua que possui dois artigos faz a seguinte distinção⁵⁹:

Marcação de Definitude: A distinção dos artigos é feita com base na definitude.

Marcação de Especificidade: A distinção dos artigos é feita com base na especificidade.

(97)

Artigos agrupados por definitude (ex. inglês)

	+ DEF	- DEF
+ ESP		
- ESP		

Artigos agrupados por especificidade (ex. samoano)

	+ DEF	- DEF
+ ESP		
- ESP		

(Ionin, Ko e Wexler, 2004, p.13)

Para os autores (2004, p. 10-3), em todas as línguas é possível ter leituras distintas com relação à definitude e à especificidade (ou seja, [\pm DEF; \pm ESP]). O parâmetro do artigo diferencia línguas, como o inglês, francês, italiano, entre outras, que usam artigos que se distinguem com relação à definitude ([\pm DEF]), fazendo com que a especificidade seja identificada por outros modificadores e/ou por outros contextos, de línguas como o samoano, que usam artigos para realizar a oposição em relação à especificidade ([\pm ESP]), possibilitando com que a definitude seja identificada por outros modificadores e/ou contextos.

Aboh (2004; 2010; 2015) assume a proposta de Ionin, Ko e Wexler (2004) e de Ionin (2006) e identifica que as línguas do subgrupo *gbe* e do grupo *kwa* têm artigos que marcam especificidade e se opõem quanto à definitude, conforme exemplos em (98), (99) e (100)⁶⁰:

(98) a. [DP távò ló lɛ́]
 mesa DET [\pm DEF; \pm ESP] NUM
 “as mesas (específicas)”

⁵⁹ The Article Choice Parameter (for two-article languages)

A language that has two articles distinguishes them as follows:

The Definiteness Setting: Articles are distinguished on the basis of definiteness.

The Specificity Setting: Articles are distinguished on the basis of specificity (Ionin, Ko e Wexler, 2004, p.13, *tradução nossa*).

⁶⁰ Partindo do pressuposto de que a especificidade só é marcada em contextos indefinidos, Ajíóyè (2005, p. 185-6 e 201-14) caracteriza *nàá* como marcador de saliência e pode coocorrer com *kan*. O autor observa que há outros estudos que caracterizam o elemento como um determinante. Aboh (2010, p. 23) observa que as propriedades sintáticas e semânticas são semelhantes ao do *lɛ́* do *gungbe*, afirmando a necessidade de maiores investigações sobre o tema.

- b. [DP *távò* *dé* *lɛ́*]
 mesa DET [-DEF; +ESP] NUM
 “umas mesas (específicas)”
- c. **Kókú* *xò* [DP *távò* *dé* *lɔ́*]
 Kuku comprou mesa DET [-DEF; +ESP] DET [+DEF; +ESP]
 “Kuku comprou uma a mesa (específica)”

(Aboh, 2004, p. 77)

- (99) a. *xwé* *lɔ́* [gungbe]
 b. *xwé* *ó* [fongbe]
 c. *àxwé* *á* [gengbe]
 d. *àfé* *a* [ewegbe]
 casa DET [+DEF; +ESP]
 “a casa (específica)”

(Aboh, 2004, p. 31)

- (100) a. *Mo rí* [DP *ajá* *kan*]
 Eu vi cachorro SpM [-DEF; +ESP]
 “Eu vi um cachorro (específico)”
- b. *Mo rí* [DP *aja* *náà*]
 Eu vi cachorro MS [+DEF; +ESP]
 “Eu vi um/o cachorro (específico)”

(Ajíbóyè, 2005, p. 185)

No gungbe, em (98a), o artigo *lɔ́* marca especificidade e é pós-nominal, indicando uma mesa específica e definida; em (98b), o artigo *dé* também é pós-nominal e indica uma mesa específica e indefinida. Conforme demonstrado em (98c), os dois artigos não podem coocorrer porque ocupam a mesma posição sintática. Em outras línguas do grupo gbe, de acordo com Aboh (2010), há oposição entre dois artigos pós-nominais, sendo que um necessariamente indica especificidade em contextos definidos, conforme demonstrado em (99). Na língua iorubá, exemplos em (100), Ajíbóyè (2005, p. 185-6) demonstram que há dois tipos de marcação nominal. O autor considera que *kan* seja um SpM que pode ocorrer apenas em contextos indefinidos, indicando uma referência que o falante conhece, como ocorre em (100a). Em (100b), *náà* é usado para indicar uma referência única, conhecida do falante e do ouvinte, introduzida anteriormente no discurso ou para acrescentar um referente a um conjunto já estabelecido. Ajíbóyè (2005, p. 186-94 e 205-8) compara os dados do iorubá com o do gungbe

e conclui que são muito parecidos, mas que têm diferenças: enquanto na primeira língua existe um determinante que marca especificidade em contextos indefinidos, na segunda língua, o determinante específico pode ser usado em contextos definidos e indefinidos⁶¹.

Além da proximidade tipológica, as línguas gbe e o iorubá são e foram faladas por africanos sequestrados e trazidos para o Brasil, doando traços para a emergência de uma gramática híbrida, o PB. Na seção 6, retomo os exemplos discutidos de (98) a (100) e demonstro que essas línguas doaram traços relacionados à interface sintático-discursiva que foram fundamentais para emergência de *ai* e de *lá* como SpMs no PB.

Fazendo uso da análise de Campbell (1996), Aboh (2004, p. 89; 2015, p. 205) assume que a especificidade é marcada negativamente ([*-ESP*]) ou positivamente ([*+ESP*] em Top^o, núcleo da projeção nominal que ocupa a periferia esquerda do NP, TopP, podendo ser foneticamente preenchido ou nulo. Eu concordo e assumo esta análise nesta tese.

Nesta subseção, reviso um outro argumento em defesa da projeção de tópico e sua correlação com a especificidade: as evidências de movimentos ocasionados no DP pela marcação de especificidade. Tal argumento aparece na literatura compreendendo principalmente as relações estabelecidas entre a especificidade e a estrutura da sentença, como a topicalização ou a marcação de caso (Ihsane e Puskás, 2001, p. 50-1). No âmbito desta tese, é importante desenvolver sobre como o movimento de constituintes no DP possibilita a interpretação de leitura específica. Algumas evidências podem ser importantes para compreender tal análise.

No bengali, o movimento do adjetivo e do nome para uma posição anterior ao numeral possibilita uma leitura específica, como nos exemplos em (101)⁶²:

- (101) a. [_{DP} oi duTo laI boi]
- DEM dois-CL vermelho livro
- “aqueles dois livros vermelhos (não específicos)”
- b. [_{DP} oi boi laI duTo]
- aquele livro vermelho dois-CL
- “aqueles dois livros vermelhos (específicos)”

(Bhattacharya, 1999, p. 84)

⁶¹ Aboh (2010, p. 23), por sua vez, entende que há muitas semelhanças com os determinantes do gungbe, exemplificados em (99), sugerindo a necessidade de maiores investigações sobre o tema. Um argumento forte de Ajíbóyè (2005) é que há possibilidade de *kan* e *nàá* coocorrerem em um mesmo DP.

⁶² CL = Classificador nominal.

De acordo com Bhattacharya (1999, p. 82-4), os exemplos do bengali, em (101), fornecem evidências para pressupor a existência de um movimento para a periferia esquerda atribuindo noção discursiva. Em (101a), o demonstrativo antecede o numeral, o adjetivo e o nome, formando uma sentença que tem interpretação não-específica. Em (101b), o adjetivo e o nome são movidos para a posição anterior ao numeral e o DP tem interpretação específica.

Outra evidência é encontrada no estudo de Prim (2015, p. 105-6) sobre dados do PB. A autora descreve a possibilidade de adjetivos pós-nominais se moverem para a posição de tópico, atribuindo sentido específico ao referente, como nos exemplos em (103):

(102) a. [DP Um advogado inteligente] te chamará.

b. [DP Um inteligente advogado] te chamará.

(Prim, 2015, p. 105)

Para a autora, (102a) tem leitura ambígua, podendo ser um advogado [\pm específico], enquanto (102b) tem necessariamente uma leitura específica. Essa análise parece corroborar com a hipótese de Cinque (2010), de que adjetivos em posição pré-nominal em línguas românicas têm leitura específica.

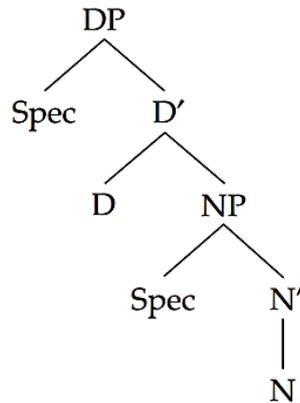
A partir dos dados e análises apresentadas nesta subseção, assumo que a especificidade é um traço que é intrínseco ao núcleo da projeção funcional de TopP, podendo ser marcado positivamente ou não, e essa projeção localiza-se logo abaixo do DP, na periferia esquerda. É possível que constituintes de categorias distintas (possessivos, genitivos, adjetivos) movam-se para o SpecTopP, caracterizando uma movimentação \bar{A} . Até aqui, localizei as projeções e suas funções, cabe compreender o papel que os artigos, os demonstrativos e os reforçadores podem assumir nessa periferia ampliada.

2.3 ARTIGOS E O NÚCLEO D

Apresentei que as línguas que fazem marcação de especificidade podem utilizar de estratégias sintáticas e semânticas distintas, desde a topicalização, o uso de marcadores de caso ou a existência de artigos próprios que distinguem [\pm ESP]. Como discutido na seção 1, em muitas línguas, a especificidade é percebida em contextos indefinidos, desse modo, é importante compreender também como os artigos podem ser interpretados na estrutura da sentença.

Retomando a representação em (68), agora como (103), é importante refletir sobre os traços de D° e as relações estabelecidas pelo núcleo.

(103)



(Bernstein, 2001, p. 537)

Tradicionalmente, assume-se que o D° é ocupado pelo artigo – eu defendo que essa análise se aplica ao PB, no entanto tal análise merece ser um pouco mais discutida. Alexiadou, Haegeman e Stavrou (2007, p. 56-71) sistematizam quatro hipóteses para caracterização de artigos: (i) como um subordinador que necessariamente ocupa a posição de D°; (ii) como um marcador do traço de definitude; (iii) como itens funcionais que estabelecem referencialidade; (iv) como morfemas gramaticais que checam traços-phi e de caso.

Algumas dessas hipóteses se excluem mutuamente, não podendo ser assumidas em conjunto. Neste estudo, assumo, assim como Alexiadou, Haegeman e Stavrou, a última delas, (iv), a partir de duas conclusões: a) somente artigos ocupam a posição de núcleo de projeções funcionais nominais; b) em algumas línguas, a inserção do artigo é feita apenas para satisfazer propriedades sintáticas, sem ter uma propriedade semântica ou funcional (Giusti, 2002).

Há algumas evidências que dão suporte para compreender a dependência do artigo à alguma categoria lexical. Entre elas, há a possibilidade de o artigo ter alteração fonológica e morfológica, (104), e de ser sufixado em algumas línguas, (105).

(104)	[_{DP} il ragazzo]	[_{DP} lo scolaro]	[_{DP} l'amico]
	DET garoto	DET estudante	DET- amigo

(Giusti, 2002, p. 102)

- (105) a. [DP băiatul frumos]
 garoto-DET legal
- b. [DP djali i mire]
 garoto-DET DET bom
- c. [DP huset mitt]
 casa-DET minha
- d. [DP hestur-in]
 garanhão-DET

(Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007, p. 72)

Nos exemplos do italiano, em (104), os três nomes (*ragazzo*, *scolaro*, *amico*) são masculinos, mas têm sons iniciais diferentes, ocasionando a alteração fonética e morfológica do artigo definido. Nos exemplos em (105a), (105b), (105c) e (105d), respectivamente, no romeno, no albanês, no norueguês e no islandês, o artigo é sufixado ao nome, sendo dependente dele (Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007, p. 71-2).

Outra evidência da possibilidade de o artigo ser inserido para satisfazer apenas propriedades gramaticais é quando são sufixados a outros modificadores, como em (106), e quando são duplicados, em (107).

- (106) a. [DP momce-te]
 garotos-DET
 “Os garotos”
- b. [DP goljamoto momče]
 grande-DET garoto
 “O garoto grande”
- (107) a. [DP to oreo to vivlio] / [DP to vivlio to oreo]
 DET bom DET livro / DET livro DET bom
 “o livro bom”
- b. [DP djali i mire] / [DP i miri djalë]
 garoto-DET DET bom / DET bom-DET garoto
- c. [DP băiatul (cel) frumos] / [DP frumosul băiat]
 garoto-DET (DET) bom / bom-DET garoto
 “o garoto bom”

(Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007, p. 72-73)

No búlgaro, em (106), o artigo pode ser sufixado não apenas ao nome, como em (106a), mas também ao adjetivo quando está na posição inicial da projeção, (106b). Nos exemplos em (107), respectivamente, do grego, do albanês e do romeno, o artigo pode acompanhar o nome e os modificadores. Apesar das múltiplas manifestações do artigo, há apenas um único referente.

Outra evidência está relacionada às diferentes formas de uso de artigos e de demonstrativos. Giusti (2002) observa que os últimos não são dependentes do núcleo nominal, podendo ser independentes, (108), ou introduzem um outro sentido semântico, normalmente marcado deiticamente, em (109).

(108) a. [DP Il / Questo ragazzo è partito].

DET / DEM rapaz partiu.

“O / Esse rapaz partiu”

b. [DP *Il / Questo è partito].

“O / Esse partiu”

(109) a. Scommetto che non troverai mai [DP la/una segretaria [di un onorevole
Aposto que não encontrará nunca DET [+DEF] secretária de DET deputado
[che sia disposta a testimoniare contro di lui]]]

que seja disposta a testemunhar contra de ele

“Aposto que você nunca encontrará a/uma secretária de um deputado que esteja disposta a testemunhar contra ele.”

b. *Scommetto che non troverai mai [DP questa/quella segretaria [...]]

(Giusti, 2002, p. 102)

Nos exemplos em (108a), tanto o artigo como o demonstrativo podem ocorrer com o núcleo nominal, mas os artigos não podem ser realizados sem o nome, enquanto demonstrativo pode ser independente, como ocorre em (108b). Em (109), há uma construção com relativa em verbo no modo subjuntivo. Conforme discuti no exemplo (67), nas línguas românicas, esse tipo de sentença só é gramatical quando o DP é [-ESP]. Por isso, a sentença com artigo definido ou indefinido é gramatical, em (109a), enquanto a construção com demonstrativo não. Acredito que essa diferença ocorre porque DEM é gerado em uma posição mais baixa e se move, tendo que valorar traços de definitude e de especificidade enquanto artigos são concatenados diretamente em D°. Retomo essa análise na próxima subseção.

Outras evidências da posição diferenciada de artigos definidos são a possibilidade de coocorrerem com nomes próprios, (110), com demonstrativos, (111), ou até com artigos indefinidos (112).

- (110) a. [DP I Topsy] irthe
 DET [+DEF] Topsy veio
 “O Topsy veio.”

(Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007, p. 76)

- (111) a. [DP afto to vivlio to megalò] / [DP to vivlio afto to megalò]
 DEM DET [+DEF] livro DET [+DEF] grande DET [+DEF] livro DEM DET [+DEF] grande
 “Este livro grande.”

- b. [DP el libro grande este]
 DET [+DEF] livro grande DEM
 “Este livro grande.”

- c. [DP cartea aceasta mare]
 livro-DET [+DEF] DEM grande
 “Este livro grande.”

(Giusti, 2006, p. 30)

- (112) a. [DP një djalë i mire]
 DET [-DEF] garoto DET [+DEF] bom
 “Um garoto bom.”

- b. [DP një djalë besnik]
 DET [-DEF] garoto fiel
 “Um garoto fiel.”

(Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007, p. 78)

Nomes próprios são inerentemente referenciais e podem coocorrer com artigos definidos, como no exemplo em (110a), da língua grega. Nos exemplos em (111), respectivamente, do grego, do espanhol e do romeno, artigos definidos e demonstrativos podem coocorrer. Em (112), no albanês, o artigo definido pode coocorrer com o indefinido quando o adjetivo é *mire* (bom), sem alteração e sem conflito do sentido da frase nominal. Quando é outro adjetivo, como *besnik* (fiel) em (112b), o definido não é necessário, evidenciando que esse faz parte da raiz do adjetivo e não estabelece necessariamente relações de definitude.

Diante dessas evidências, Giusti (1996, 2002 e 2006) propõe que o artigo serve puramente para estabelecer um papel gramatical, codificando a concordância entre os substantivos e seus modificadores através de traços-*phi* e caso.

O artigo definido não é suficiente nem necessário para acionar a interpretação referencial do sintagma nominal. Isso implica que o artigo não é o elemento que carrega o índice referencial da frase nominal. Este não é um resultado indesejável, pois é bem conhecido que a distribuição de artigos é altamente específica para cada língua, enquanto a distribuição de índices semânticos e operadores, como demonstrativos ou quantificadores, é bastante uniforme entre as línguas (Giusti, 2002, p. 65).⁶³

Compreender o papel que o artigo ocupa na estrutura nominal é importante visto que, metodologicamente, busca-se compreender uma proposta que abarque ao conjunto das línguas humanas. Ao assumir a possibilidade de o artigo não necessariamente marcar definitude e nem especificidade, é possível compreender outras possibilidades construções sintáticas, como línguas que não têm artigos ou línguas que o sufixam. No PB os artigos são pré-nominais e ocupam a posição de D° e defendo que tendem a marcar definitude, mas são neutros para a especificidade, pois podem ser usados em contextos genéricos, antes de nomes próprios e antes de relativas no modo subjuntivo. Demonstro essas possibilidades na seção 4.

2.4 DEMONSTRATIVOS: PROPRIEDADES SINTÁTICAS, PROJEÇÃO FUNCIONAL E COCORRÊNCIA COM REFORÇADORES

Tal como o artigo, é comum se assumir que o demonstrativo é projetado em D°. As semelhanças entre as duas categorias parecem ser constatadas em diversas línguas, dentre as quais o inglês (Jackendoff, 1977). A semelhança se amplia quando se estuda os processos de gramaticalização de artigos provenientes de demonstrativos. Nesta seção, sistematizo 4 argumentos para entender as diferenças sintáticas entre artigos e demonstrativos: (i) a possibilidade de coocorrência; (ii) a independência de demonstrativos; (iii) a universalidade dos demonstrativos; (iv) a existência de uma projeção específica onde demonstrativos são concatenados. Em seguida, discuto sobre as diferentes propostas para entender onde esses itens são projetados e para onde são movidos.

⁶³ The definite article is neither sufficient nor necessary to trigger referential interpretation on the noun phrase. This implies that the article is not the element which carries the referential index of the noun phrase at all. This is not an unwelcome result since it is well-known that the distribution of articles is highly language-specific, while the distribution of semantic indexicals and operators such as demonstratives or quantifiers is rather uniform across languages. (Giusti, 2002, p. 65)

Com relação ao primeiro argumento, já apresentei evidências de línguas em que o artigo e o demonstrativo podem coocorrer, sendo possível assumir que não ocupam a mesma posição, como no exemplo em (70a), retomado a seguir como (113). Além disso, já apresentei, conforme exemplos em (108) e (109), que demonstrativos são independentes e não alteram sua forma a depender do tipo de nome.

- (113) a. [DP to vivlio afto]
 DET livro DEM
 a'. [DP afto to vivlio]
 DEM DET livro
 “Esse livro.”

(Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007, p. 80-4)

Guardiano (2008, 2009 e 2011) considera possível propor uma generalização universal: em todas as línguas humanas, há pelo menos um único demonstrativo, diferente dos artigos que não são universais. Além disso, demonstrativos são caracterizados pela capacidade de estabelecer traço [+DEF], tendo propriedades dêiticas (cf. Lyons, 1999, p. 19-22 e 112-9; Diessel, 1999 e 2013; e Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007, p. 93-105).

Em termos sintáticos, outra propriedade distingue demonstrativos de artigos: a existência de uma projeção específica para o demonstrativo em oposição aos artigos que parecem ocupar a posição de núcleo. Entre as evidências, há a possibilidade de bloqueio de extração, conforme exemplo em (114), do italiano:

- (114) a. Di chi hai [DP la foto sulla tua scrivania]?
 de quem tens DET foto em-DET sua mesa
 “A foto de quem você tem na sua mesa?”
 b. *Di chi hai [DP questa foto sulla tua scrivania]?
 de quem tens DEM foto em-DET sua mesa
 “Essa foto de quem você tem na sua mesa?”

(Giusti, 1996, p. 111)

Nas sentenças em (114), tanto o demonstrativo como o artigo estabelecem leitura definida para o DP, no entanto a extração da interrogativa não seria possível com o demonstrativo, (114b), evidenciando que há uma projeção funcional para o demonstrativo.

Outra evidência é que a existência do demonstrativo impede o movimento do artigo anexado a outras categorias que antecedem o DP, como exemplo (115), do romeno, a seguir:

- (115) a. [DP acest băiat frumos] / [DP băiatul (acesta) frumos]
 DEM garoto legal / garoto-DET (DEM) legal
 “Esse garoto legal.”
- b. [DP frumosul băiat] / *[DP frumosul acesta băiat]
 legal-DET garoto / legal-DET DEM garoto
 “Esse garoto legal.”

(Giusti, 1996, p. 107)

Em (115a), tanto o demonstrativo como o nome (com o artigo sufixado) podem ocupar a posição inicial, no entanto, quando o adjetivo ocupa a posição inicial, não pode anteceder o demonstrativo, como demonstrado em (115b). Como a projeção do adjetivo é movida, é bloqueada por outra projeção onde o demonstrativo é concatenado.

Com base nos estudos de Bernstein (1997 e 2001), Giusti (2002), Alexiadou, Haegeman e Stavrou (2007, p. 93-105) e Guardiano (2008, 2009 e 2011), assumo que os demonstrativos não ocupam a posição de núcleo do DP, mas é o especificador de uma projeção funcional no domínio nominal. Partindo dessa hipótese, onde é projetado? Há movimento do demonstrativo? Em geral, assume-se que o demonstrativo é gerado em uma posição acima do NP e é movido para uma projeção funcional intermediária e depois pode se mover para o DP. Há duas propostas para entender esse movimento: i) movimento do Dem^o para o núcleo do D^o (Bernstein, 1997); ii) movimento do Dem^o para o SpecDP (Giusti, 2002; Guardiano, 2008, 2009 e 2011).

Bernstein (1997) avalia que o demonstrativo é concatenado à posição de Spec de uma projeção funcional entre o DP e o NP, o AgrP, e depois é movido para a posição de núcleo do DP. As evidências estão relacionadas aos traços de demonstrativos que podem parecer com artigos definidos, em (116), ou com artigos indefinidos, marcando especificidade, em (117) e em (118).

- (116) a. [DP chèle école]
 DEM escola
 “A/Essa escola”

- b. [DP che monde]
 DEM mundo
 “O mundo”
- (117) a. [DP This woman (right here)]
 “Essa mulher (aqui)”
- b. [DP This woman (from Paris)]
 DEM/DEF [-DEF; +ESP] mulher (de Paris)
 “Essa/Uma mulher (de Paris)”
- (118) a. [DP Ce gars (ici)]
 DEM garoto REF
 “Esse garoto (aqui)”
- b. (il y a) [DP ce gars].
 (há) DEM/DEF [-DEF; +ESP] garoto
 “(Há) esse/um garoto.”

(Bernstein, 1997, p. 94 e 95)

Em alguns dialetos do francês, como o picardo, em (116), o uso do demonstrativo pode ser ambíguo, tendo valor dêítico ou como artigo definido. No inglês, em (117), *this* também pode ter valor ambíguo, sendo interpretado como um demonstrativo ou como um indefinido que marca especificidade. No francês, (118), o demonstrativo também pode ser usado como um indefinido específico. Para a Bernstein (1997, p. 94-7), demonstrativos e artigos concorrem nas mesmas posições. A interpretação dêítica é atribuída quando há movimento de DEM para D°, enquanto a leitura indefinida é resultado da permanência do demonstrativo em uma posição abaixo do DP (AgrP) e ocorre o movimento na sintaxe invisível do traço [-DEF] para D°.

Paralelamente a análise da projeção em que estão e para onde se movem os demonstrativos, é feita a análise sobre os reforçadores. Para Bernstein (1997), uma evidência que comprova que demonstrativos são projetados e movidos é a relação que estabelecem com reforçadores, em línguas germânicas e românicas, como em (119) e (120).

- (119) a. [DP Den derre huset]
 DET REF casa-DET
 “aquela casa”

- b. [DP This here guy]
 DEM REF garoto
 “Esse garoto aqui”
- c. [DP *A / *The here guy]
 DET [-DEF] / DET [+DEF] REF garoto
- c'. [DP A / The guy here]
 DET [-DEF] / DET [+DEF] garoto REF
 “Um / O garoto aqui”

(Bernstein, 1997, p. 90-1)

- (120) a. [DP *ce*_i [FP [ZP livre jaune j] [FP *ti* [F' *ci* [ZP *tj*]]]]
 DEM livro amarelo REF
 “Esse livro amarelo aqui.”

(Bernstein, 1997, p. 98 e 100)

Em (119a), é apresentado o uso do demonstrativo em coocorrência com reforçador no norueguês. O mesmo ocorre no inglês não-standard, como no exemplo em (119b). Nos pares em (119c), as sentenças são realizadas com artigos definidos e artigos indefinidos em coocorrência com reforçador. Quando o reforçador ocupa a posição intermediária, a sentença é agramatical, (119c), e quando ocupa a posição final, como em (119c'), é gramatical. No francês, em (120), o demonstrativo *ce* (esse) pode coocorrer com o reforçador *ci* (*aquí*) que ocupa a posição final. Diante desses dados, Bernstein (1997, p. 97-101) argumenta que: i) os reforçadores são completamente dependentes do demonstrativo e são núcleos de uma projeção funcional abaixo do DP e os demonstrativos são especificadores dessa projeção que se movem para D^o para checar definitude; ii) nas línguas românicas, há traços fortes no núcleo de FP que fazem com que o ZP (NP mais modificadores) seja movido para SpecFP, derivando uma posição pós-nominal dos reforçadores; iii) nas línguas germânicas, F^o é fraco e não é obrigatório o movimento, em termos de economia, fazendo com que o reforçador anteceda o nome.

A análise de Bernstein (1997), no entanto, teve críticas. Apoiando-se na análise de Giusti (2002), Alexiadou, Haegeman e Stavrou (2007) argumentam que o DEM pode ocupar uma posição logo acima do NP e se mover para SpecDP, com base em dados do romeno e do espanhol, respectivamente em (121) e em (122):

- (121) a. [DP *acest băiat* (frumos) al sal].
 DEM garoto (legal) de ele
- b. [DP *băiatul acesta* (frumos) al sal].
 garoto-DET DEM (legal) de ele
 “Esse garoto legal dele.”
- (122) a. [DP *este* hombre]
 DEM homem
- b. [DP *el* hombre *este*]
 DET homem DEM
 “Esse homem”

(Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007, p. 110)

Em (121), o demonstrativo não flexionado (*acest*) pode ocupar a posição inicial do DP, (121a), e pode estar flexionado (*acesta*) depois do nome que é acompanhado do artigo (121b). Um fenômeno parecido ocorre no espanhol, (122), em que o artigo e o nome podem anteceder *este* (122b). Com base nos dados dessas línguas, Giusti (2002, p. 56-72) propõe que DEM é concatenado no especificador de uma posição logo acima do NP. Se DEM estivesse em uma posição de núcleo, o nome não poderia se mover para uma posição acima, pois violaria a condição de localidade do movimento. Ao ocupar a posição inferior, o DEM permanece *in situ*, podendo se mover para SpecDP.

No entanto, cabe ressaltar que existe uma diferença entre a posição do demonstrativo no espanhol e no romeno, (123):

- (123) a. [DP *el cuadro* redondo *este* suyo].
 DET quadro redondo DEM seu
- b. [DP *tabloul acesta* rotund al său].
 quadro DEM redondo de seu
 “Este seu quadro redondo.”

(Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007, p. 111)

No espanhol, (123a), DEM pode ocupar a posição pós-nominal após o adjetivo, enquanto no romeno, em (123b), antecede o adjetivo e é pós-nominal. Para Giusti (2002, p. 71-72), no romeno, o demonstrativo parece ser movido para a posição de Spec de uma projeção

funcional intermediária, entre o DP e a projeção onde é gerado. Diferente do espanhol, onde parece permanecer *in situ*.

Para Alexiadou, Haegeman e Stavrou (2007, p. 120-6), a análise do grego também fornece evidências para entender onde são projetados os demonstrativos, postulando a possibilidade de ter duas projeções, como nos exemplos em (124):

- (124) a. [DP afto to vivlio]
 DEM DET livro
 “Esse livro”
- b. [DP afta ta nea phenomena]
 DEM DET novo fenômeno
 “Esse novo fenômeno”
- c. [DP to vivlio afto]
 DET livro DEM
 “Livro esse”
- d. ?? [DP to oreo afto forema]
 DET legal DEM vestido
 “Esse vestido legal”
- e. *[DP to afto forema]
 DET DEM vestido
 “O vestido bonito”

(Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007, p. 122-3 e 126)

No grego, em (124a), DEM é pré-nominal, tem leitura dêitica forte, mesmo se anteceder outros elementos como o adjetivo, (124b). O demonstrativo pós-nominal tem leitura anafórica, em (124c), não podendo contrastar duas entidades denotadas. Quando há adjetivos na construção, como em (124d), o demonstrativo pode ser pré-nominal, não tendo valor dêitico e tendo que seguir o adjetivo, parecendo ser dependente dele, visto que a sua retirada torna a sentença agramatical, como no exemplo em (124e).

Com relação aos reforçadores, Alexiadou, Haegeman e Stavrou (2007, p. 119) evidenciam que, em diversas línguas, o reforçador pode aparecer separado do DEM não sendo necessariamente dependente, e que os reforçadores em línguas germânicas não necessariamente se movem com o demonstrativo, como nos exemplos em (125), do flamengo oeste:

(125) a. [DP dienen goukden ring hier]

DEM ouro anel REF

“esse anel de ouro aqui”

b. [DP dienen foto van Marie doar]

DEM foto de Marie REF

“aquela foto de Maria lá.”

(Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007, p. 119)

No grego, para as autoras (2007, p. 119), a relação entre os demonstrativos e reforçadores também revela a diferença entre dois tipos de dêiticos, como em (126):

(126) a. [DP afto edho to vivlio]

DEM REF DET livro

b. ??[DP to vivlio afto edho]

DET livro DEM REF

“esse livro aqui”

c. *[DP to oreo afto edho vivlio]

DET legal DEM REF livro

“esse livro legal aqui”

(Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007, p. 124)

O demonstrativo que ocupa a posição inicial do DP facilmente pode estar associado ao reforçador dêitico, *edho* (aqui), em (126a), mas não conseguem se associar ao adjetivo pós-nominal ou pós-adjetival, respectivamente em (126b) e em (126c).

Diante dos dados de (119) a (126), as autoras (2007, p. 127-30) discutem a possibilidade de assumir que o demonstrativo está na posição inicial do DP é marcado fortemente para deiticidade e é resultado de um movimento oriundo de uma posição mais abaixo. Os demonstrativos em posição inferior, sucedendo o nome ou o adjetivo, ocupam a posição onde são concatenados e os antecedentes são movidos para a posição de TopP, possibilitando atribuir a noção anafórica. Os reforçadores ocupam a posição de núcleo da projeção em que são gerados e podem se mover junto com o demonstrativo ou ficar *in situ*.

No intuito de entender a posição que DemP ocupa no DP, Guardiano (2008, 2009 e 2011) utiliza dois fatores para sistematizar as diferenças das propriedades sintáticas dos demonstrativos nas línguas naturais: (i) posição dos demonstrativos no DP; (ii) coocorrência

com artigos definidos. Com esses fatores, a partir da observação de várias línguas, a autora propõe que as línguas se dividem em, ao menos, seis tipos quanto à morfossintaxe dos demonstrativos:

- 1º Tipo: línguas como italiano, francês, português, inglês, russo, finlandês, polonês, esloveno e, entre outras, alemão, representam um dos tipos de línguas, pois os demonstrativos precedem todos os constituintes do DP e não podem coocorrer com artigos definidos. Apresentei exemplos dessas línguas em (114), e de (116) a (120) e em (125).
- 2º Tipo: o húngaro é uma língua em que o demonstrativo sempre precede o DP e sempre há coocorrência de demonstrativos e de artigos definidos.
- 3º Tipo: há línguas, como o irlandês e o galês, em que os demonstrativos sempre coocorrem com artigos definidos e não ficam na posição inicial do DP, sendo realizados após modificadores nominais.
- 4º Tipo: muito parecido com o irlandês e o galês, o demonstrativo do hebraico é posterior aos adjetivos e anterior aos adjuntos adnominais preposicionados. A diferença entre as línguas do tipo 3 e as línguas do tipo 4 está na coocorrência do demonstrativo com o artigo definido, pois no hebraico, é opcional.
- 5º Tipo: em línguas como o grego e o árabe, a coocorrência é obrigatória, mas é opcional ter demonstrativos na posição inicial ou após o nome e antes do primeiro adjetivo, como nos exemplos já discutidos em (113), em (124) e em (126), do grego.
- 6º Tipo: No espanhol, no romeno e no búlgaro, há possibilidade de existir coocorrência de demonstrativos e artigos definidos e há possibilidade de DEM vir na posição inicial do DP ou antecedendo o genitivo, podendo vir antes ou depois do adjetivo precedente. Exemplifiquei dados dessas línguas em (115) e de (121) a (123).

Guardiano (2008, 2009 e 2011) sintetiza que há línguas em que o demonstrativo ocupa sempre a posição inicial do DP, 1º tipo e 2º tipo; em outras línguas, nunca pode vir na posição inicial do DP, 3º tipo e 4º tipo; e, nas línguas do 5º tipo e 6º tipo, pode vir ou não na posição inicial. Quanto à coocorrência dos artigos definidos com demonstrativos, somente em línguas do 1º tipo não pode existir coocorrência. Em línguas do 2º tipo, 3º tipo e 5º tipo, a coocorrência é obrigatória para que as sentenças sejam gramaticais. Há línguas em que a coocorrência é opcional, fazendo com que o demonstrativo possa coocorrer ou não com artigos definidos, como pôde ser visto a partir dos exemplos das línguas do 4º tipo e do 6º tipo. Quando o

demonstrativo não está na posição inicial do DP, sempre coocorre com artigos definidos, com exceção das línguas do 4º tipo.

Considero, assim como Guardiano (2011, p. 31), que nas línguas humanas há dois tipos de DEM: um que fica na posição inicial do DP e marca *definitude*; o outro que fica *in situ* e não necessariamente tem capacidade de marcar *definitude*, tendo valores sintáticos e semânticos mais próximos de adjetivos. Tais características foram resumidas em (127), a seguir:

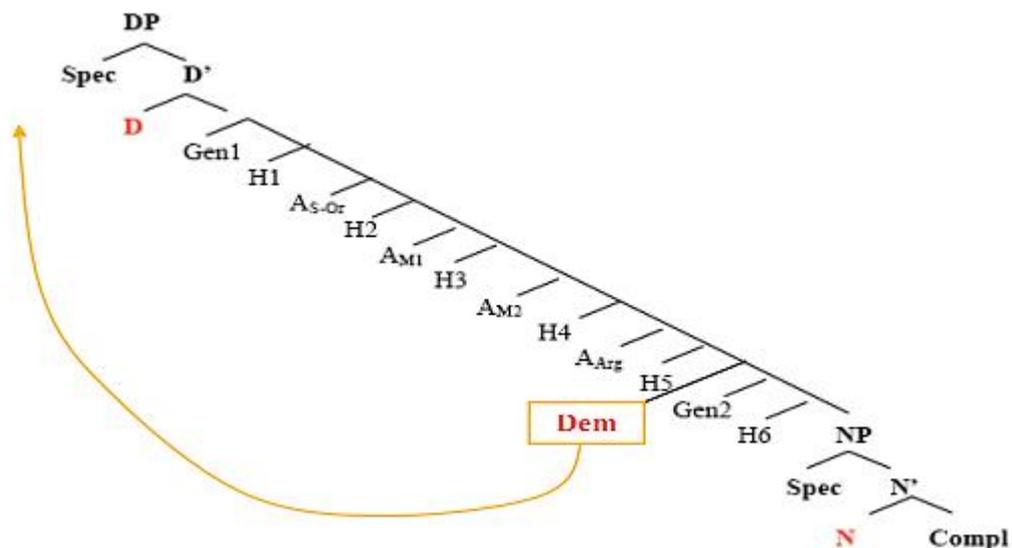
(127)

	Demonstrativo no início do DP	Demonstrativo não-início do DP
Forma Lexical	Pode ser reduzido	Nunca pode ser reduzido
Semântica	Forte valor dêitico	Mais valor adjetivo ou avaliativo
Propriedades sintáticas	[+ DEF] Estável	[- DEF] Variável – instável

(Guardiano, 2011, p. 32).

De acordo com Guardiano (2009 e 2011), os demonstrativos são concatenados entre em uma projeção DemP, e depois, a depender da língua, são movidos para SpecDP, ficando à esquerda do núcleo D, conforme representação em (128):

(128)



(Guardiano, 2009, p. 76-77; e 2011, p. 40-42).

Para Guardiano (2011), há paralelismo entre a estrutura da sentença e a estrutura do DP e o deslocamento sintático do demonstrativo marca: (i) definitude e deiticidade, estando na posição inicial do DP; (ii) localidade, movendo-se para concordar em traços de dêixis; (iii) demonstrativo *in situ*, marcando traços como referencialidade, pessoa e até definitude.

Fazendo uso da análise de Guardiano (2008, 2009 e 2011) e baseando-me em Meira e Guirardello-Damian (2018) e Paranhos (2019), defendo que o PB é uma língua de tipo 1 porque não é possível ter coocorrência de artigo definido com demonstrativos e esses ocupam a posição inicial. Argumento também que, no PB e nas línguas românicas, DEM sempre marca [+DEF; +ESP], como demonstrado no exemplo em (109). No entanto, o PB parece se diferenciar das demais línguas desse tipo por ter reforçadores que podem coocorrer com artigos definidos. Desenvolvo esses argumentos na subseção a seguir no intuito de evidenciar as diferenças entre REF e SpMs.

2.5 SÍNTESE SOBRE A ESTRUTURA DO DP E A RELAÇÃO COM A ESPECIFICIDADE

Iniciei a seção 2, delimitando os objetivos e algumas questões de orientação para esta tese. Observei que, em termos sintáticos, há diversidade de formas de marcação de especificidade nas línguas. No chinês, a especificidade é marcada por topicalização; no turco, ela é identificada por um marcador de caso; no samoano, há artigos que se opõem em relação à especificidade; nas línguas do subgrupo gbe, há artigos pós-nominais que indicam que a referência é [-ESP]; nas línguas românicas, é possível identificar a especificidade em construções de relativas reduzidas com verbos no modo indicativo. As estratégias são diversas, mas isso não quer dizer que não seja possível partir de pressupostos em comum.

Assumi a hipótese do DP, sendo que, em algumas, o núcleo pode ser não realizado foneticamente. Assumi que há paralelismo sintático entre a estrutura nominal e verbal e que existe uma periferia esquerda que é responsável pela marcação de traços ligados à interface sintático-semântica. A especificidade é um traço marcado na projeção de TopP e pode ser verificado positiva ou negativamente ([±ESP]). Em algumas línguas, o traço é forte e precisa ter realização fonética.

Ao discutir sobre os artigos, observo que não necessariamente são projetados em D° e marcam definitude, sendo um traço que pode ser marcado positiva ou negativamente [+DEF]. Há línguas em que o artigo coocorre com demonstrativos e há línguas em que o artigo é afixado a adjetivos. Compreendi que, em algumas línguas, há uma projeção específica de definitude e

que o artigo pode se mover para uma posição mais alta. Não parece ser o caso do PB, como discuto na próxima seção.

Ao discutir sobre demonstrativos, observei suas propriedades e as diferentes formas de manifestação nas línguas humanas. Os demonstrativos em posição inicial do DP tendem a marcar traços de definitude e de especificidade, enquanto os demonstrativos em posição final tendem a marcar contraste. Há línguas em que há coocorrência entre demonstrativos e reforçadores. Assumi que DEM é gerado em uma posição e pode ser movido. Nas línguas em que há REF, esses ocupam a posição de núcleo e os DEMs ocupam a posição de Spec. Na seção 4, demonstro que *aí* e *lá* ocupam a posição de Top° quando são SpMs e ocupam uma posição de núcleo em uma projeção abaixo do TopP quando são REFs.

Os pressupostos teórico-metodológicos discutidos nesta seção são importantes para a caracterização do DP no PB bem como para a compreensão da posição que ocupam os SpMs. Descrever os traços e suas características é um passo para compreender quais e como foram selecionados no processo de competição e de seleção de gramáticas. Assim, é possível explicar como emergiram no PB.

3 AS PROPRIEDADES SINTÁTICAS DO DP E A ESPECIFICIDADE NO PB

Nesta seção, apresento propostas estruturais do DP no PB, adequando a análise de Aboh (2004 e 2015). O objetivo central é compreender como constituintes do DP interagem com o traço de especificidade. Para isso, é necessário trazer estudos e análises sobre as possibilidades de construções nominais no PB, com a presença de: artigo definido; artigo indefinido; BN (*Bare Nouns* ou nomes nus); pronome indefinido, demonstrativo, possessivo e relativa. Exponho brevemente os pressupostos analíticos para desenvolvimento da descrição que pretendo fazer na seção seguinte, voltada exclusivamente para a análise de *aí* e de *lá*.

Diante do que foi discutido nas seções anteriores (1 e 2) e em consonância com os estudos de Abney (1987), Campbell (1996); Giusti (2002 e 2006), Ihsane e Puskás (2001), Aboh (1999, 2004 e 2015), Espinal e McNally (2011), Cyrino e Espinal (2014) e, entre outros, Laenzlinger (2017), assumo os seguintes pressupostos: (i) a hipótese universal para o DP; (ii) a abordagem cartográfica da gramática gerativa, que toma como pressuposto a noção de que categorias funcionais exigem a realização de projeções máximas (Longobardi, 1994; Cinque, 2005); (iii) a compreensão de que há paralelismo entre o DP e o CP; (iv) a existência de uma periferia esquerda de construções nominais em que são valorados os traços relacionados à interface sintático-discursiva; (v) núcleos funcionais podem ser não preenchidos fonologicamente como ocorre em construções com BNs.

3.1 ARTIGOS DEFINIDOS E INDEFINIDOS

Assumo a análise de Giusti (2002 e 2005) e, entre outros, de Alexiadou, Haegeman e Stavrou (2007) de que artigos não necessariamente marcam definitude em D°. No PB, no entanto, artigos definidos e indefinidos se diferenciam com relação ao traço [\pm DEF]. Há alguns contextos em que podem ser interpretados como expletivos, como ao anteceder nomes próprios, como em (130), e em construções com leitura genérica, como em (131):

(129) [_{DP} A Joaquinita] fazia anos amanhã.

(Castro, 2006)

(130) a. [_{DP} As cobras] são animais perigosos.

b. [_{DP} Um brasileiro] come feijão e arroz.

(Müller, 2002, p. 289)

Em (129), o artigo definido antecede um nome próprio. Tomando como base Longobardi (1994), nomes próprios são referenciais e denotam um indivíduo singular. Por isso, não podem ser realizados em coocorrência com artigos indefinidos. Diante de exemplos como (129), alguns autores consideram que tem valor expletivo na língua portuguesa (cf. Castro, A., 2006). Conforme demonstrado por Müller (2002), é possível que haja construções com sentido genérico sendo antecidas por artigo definido, como em (130a), ou por artigo indefinido⁶⁴. Cabe ressaltar que os exemplos em (130) são ambíguos, podendo ter leitura genérica ou (in)definida (não)específica. Não busco aprofundar os traços que os artigos necessariamente têm no PB, mas acredito que os dados em (129) e (130) reforçam que há construções com artigos definidos ou indefinidos que não necessariamente marcam definitude ([±DEF]). Em outras palavras, acredito que a definitude é valorada quando esse traço é selecionado na numeração e projetado na derivação por um núcleo que pode ter realização fonética (concatenados por *merge* ou por *move*) ou não (em contexto de BN). Os núcleos que carregam esse traço (artigos, demonstrativos e Ø) são concatenados em D° e, por sonda, valoram traços de [±DEF].

Com relação à especificidade de artigos definidos e de indefinidos também podem ter leitura [±ESP], conforme demonstrado nos exemplos em (67) e (109), sendo o primeiro adaptado aqui como (131):

- (131) a. Ele quer se casar com [_{DP} a/uma menina [que ele gosta]].
 b. Ele quer se casar com [_{DP} a/uma menina [que ele goste]].

Em (131a), o DP tem uma leitura específica e a estratégia usada para demarcar o traço foi usar o verbo da relativa no modo indicativo. Em (131b), o verbo da construção relativa está no subjuntivo e a sentença tem leitura não-específica. Uma hipótese que pode justificar porque há distinção entre (131a) e (131b) é que o modo verbal é usado para distinguir proposições *realis* de *irrealis*. O uso do indicativo está associado a contextos de leitura *realis*, ou seja, faz-se uso da morfologia verbal de indicativo em contextos gramaticais que garantem a verdade da sentença em um conjunto de mundos possíveis, identificando uma única menina em um conjunto particular. Em oposição, o uso do subjuntivo relaciona-se com leituras *irrealis*, sem

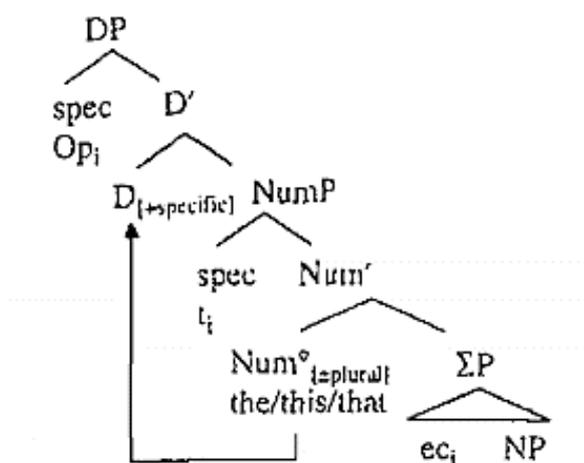
⁶⁴ O artigo indefinido tem interpretação diferente do artigo definido. Na posição de sujeito, podem ser ambíguos entre a leitura cardinal e genérica, quando a sentença é genérica, mas quando é episódica, são sempre existenciais-cardinais. Na posição de objeto, indefinidos sempre permitem leituras cardinais-existenciais (cf. Müller, 2002; Pires de Oliveira, 2005).

inferência de valor de verdade em um mundo em particular. No caso de (131b), o referente, *a menina*, precisa cumprir as descrições previstas, *que ele goste*, sendo qualquer menina em um conjunto de meninas possíveis (Santos, C., 2019). Santos, C. (2019) apresenta a análise de Quer (1998 e 2008) e explica que a diferença entre o uso de indicativo e de subjuntivo em sentenças relativas está relacionado ao efeito de escopo. O modo indicativo seleciona um modelo epistêmico *default*, e a avaliação de verdade (*realis*) é tomada pelo falante da sentença ou pelo sujeito da oração principal. O modo subjuntivo seleciona um modelo de alternativas *buléticas*, que sinaliza um modelo de avaliação de verdade que é diferente do modo indicativo, *default*. No modelo bulético, a relação é necessariamente de ancoragem com o sujeito da matriz, logo o escopo sobre o referente, *menina*, é amplo e a avaliação de verdade é tomada pelo sujeito do verbo *querer*, e não pode ser tomada pelo falante da sentença⁶⁵.

Para esta tese, o importante é argumentar que, do mesmo modo que artigos não são necessariamente marcados para definitude, também não o são para especificidade, podendo ter mais de uma leitura. Em contextos com relativas restritivas, como em (131), uma das leituras necessariamente precisa ser selecionada, mas, em contextos como em (130), nem definitude nem especificidade são selecionadas e não fazem parte da derivação.

Com relação à representação arbórea, para Aboh (2004 e 2015), em línguas como o inglês e o francês, os artigos são concatenados na posição de núcleo da marcação de número (NumP) e são movidos para a posição de DP, conforme representação em (132).

(132)

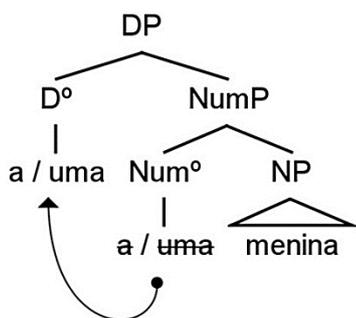


(Aboh, 2015, p. 217)

⁶⁵ Para uma discussão mais ampla, conferir Santos, C. (2019) e Quer (1998 e 2008).

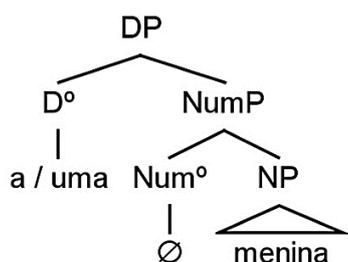
O DP no PB tem características diferentes do que ocorre no francês e no inglês. Não descarto a possibilidade sugerida por Aboh (2004 e 2015) de que núcleos de D° são concatenados em uma projeção mais baixa para checagem de traços, como número, e são copiados em D°, para checar traço de definitude e de especificidade, como represento em (133).

(133) [uma menina]



Outra representação que pode ser usada para explicar a posição de artigos no DP está relacionada à proposta de Lyons (1999) e de Ribeiro e Cyrino (2011) de que esses são projetados diretamente em D°. Parece-me que tal proposta possibilita ter uma construção mais elegante, conforme represento em (134).

(134) [a/uma menina]

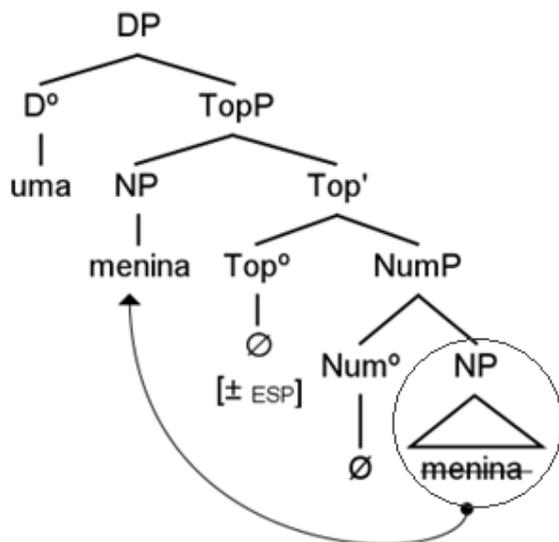


Na construção em (134), *uma menina*, o artigo indefinido tem traços interpretáveis de número; enquanto o nome não. O artigo é concatenado em D° e, por sonda, checa traços de número do NP. Reconheço que as duas propostas de estrutura são possíveis, mas acolho a análise de Lyons (1999) e de Ribeiro e Cyrino (2011) para explicar o posicionamento dos determinantes no PB.

Acredito que as representações são aceitáveis e capazes de explicar diferentes configurações dos traços [\pm DEF; \pm ESP], sendo ambígua entre distintas leituras *de re*. É possível

também pensar que, em contextos não ambíguos, como por exemplo em (131), em que a (não)especificidade do referente é obrigatoriamente reconhecida, a projeção de TopP é derivada, como represento em (135).

(135) [a/uma menina ([±ESP])]



Em (135), TopP é projetado entre o DP e o NP e os traços de especificidade são não-interpretáveis. Aboh (2004 e 2015) argumenta que o traço é forte e, para ser valorado, exige o preenchimento de SpecTopP, e o NP é movido para valorá-lo. Quando a construção indefinida é existencial, o traço de especificidade é marcado negativamente e, quando é específica, o traço é marcado positivamente.

Assumo a proposta de Ihsane e Puskás (2001) e de Aboh (2015, p. 206-17), de que a especificidade é valorada pela relação com o núcleo de TopP, em uma estrutura logo abaixo do DP. Caso TopP não seja necessário, os traços podem ser valorados em D°, mas a sentença é ambígua para as diferentes interpretações. Como discutido na seção 2, as projeções de TopP e de FocP só são derivadas caso haja algum constituinte que tenha valor para a FI. Em sentenças em que a ambiguidade em relação à especificidade não é observada, há necessidade de projetar TopP (Ihsane e Puskás, 2001; Ionin, Ko e Wexler, 2004; Ionin, 2006; Aboh, 2015).

3.2 ESPECIFICIDADE E O USO DE *BARE NOUNS* NO PB

Há longa literatura sobre os BNs no PB (Schmitt e Munn, 1999; Müller, 2002; Lopes, 2007; Ribeiro e Cyrino, 2011; Pires de Oliveira e Rothstein, 2011; Taveira da Cruz, 2012;

Beviláqua, 2015; Cyrino e Espinal, 2014; Pires de Oliveira, 2021, entre outros). Schmitt e Munn (1999) compreendem que BNs singulares não marcam especificidade e são neutros para número, atuando como nomes de espécie. Para Müller (2002), BNs preferencialmente introduzem uma variável livre, não permitindo leituras específicas, conforme exemplos de (136) a (138):

(136) [DP Professor] é trabalhador.

(Leitura: “Todo professor é trabalhador”)

(137) a. Ele não encontrou [DP livro escolar] na FNAC.

b. Ele não encontrou [DP um livro escolar] na FNAC.

(Leitura: “Tem um certo livro escolar que ele não encontrou na FNAC”)

(138) Jorge sempre lê [DP revista] depois do jantar.

(Leitura: “Existe uma ou mais de uma revista que Jorge lê”)

(Müller, 2002, p. 331 e 332)

Em (136), o nome nu ocorre em posição de sujeito e não é marcado para número em uma sentença com interpretação genérica tendo leitura universal, podendo ser parafraseado pela leitura entre parênteses. Müller (2002) analisa que nomes nus no PB sempre assumem escopo estreito quando os operadores são negações ou contextos intensionais, e não permitem leitura específica, como ocorre em (137a). Em (137b), o uso do artigo indefinido permite leitura de escopo amplo, possibilitando a interpretação de que há um livro escolar específico que não foi encontrado. Em (138), a construção com BN revela ter comportamento massivo, indicando um número indefinido de revistas que são lidas por Jorge, podendo ser mais de uma ou apenas partes de uma. Em outra perspectiva, Cyrino e Espinal (2014) descrevem o uso de BNs em diversos contextos sintáticos e constatam que esses podem ter leituras definida, indefinida, existencial ou genérica.

Entre as divergências de análise de BNs, as principais recaem sobre a caracterização de nomes nus no singular. Parece consenso admitir que nomes nus no plural são contáveis, mas a caracterização da forma não plural é controversa. Os exemplos de (136) a (138) não seriam compatíveis com indefinidos porque não são quantificáveis. Há estudos que consideram que nomes nus se comportam como nomes massa (Pires de Oliveira e Rothstein, 2011; e Beviláqua, 2015; Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira; 2008), como nos exemplos em (139) e em (140):

(139) a. Eu vi [DP criança]_i na sala.

b. E ela/elas_i estava/estavam ouvindo.

(Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira; 2008, p. 119)

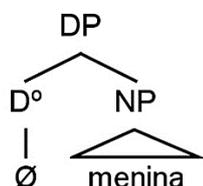
(140) João tem mais [DP pedra] que Pedro.

(Beviláqua, 2015, p. 323)

Para Dobrovie-Sorin e Pires de Oliveira (2008), em (139a), o nome no singular não é especificado para número, podendo indicar uma ou mais crianças na sala. A neutralidade do número é indicada pela possibilidade do pronome ser usado tanto no singular quanto no plural, como ocorre em (139b). Beviláqua (2015) analisa que construções como (140) podem ser interpretadas de forma ambígua: ora pode-se entender que João tem mais pedras em termos quantitativos ora que em termos de volume. Ao realizar diversos experimentos, a autora constatou que os falantes tendem a interpretar BNs no singular como nomes massa, medindo volumes⁶⁶.

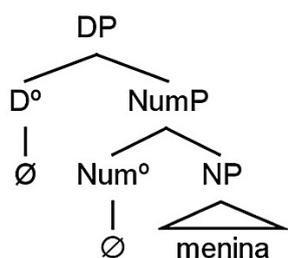
Tomando como base Campbell (1996), Ribeiro e Cyrino (2011), Espinal e McNally, (2011); e, entre outros, Cyrino e Espinal (2014), compreendo que, em construções com BN, o núcleo de DP não é realizado apenas foneticamente. Tomo como base a proposta de Cyrino e Espinal (2014) e assumo que construções que marcam espécie ou tipo, como nos exemplos de (136), são diferentes de estruturas que podem ter leitura específica, em outros contextos sintáticos. Nas primeiras, conforme representado em (141), NumP não é projetado, enquanto nas outras, representação em (142), NumP é projetado.

(141) [menina (genérica)]



66 Nomes singulares selecionam não apenas átomos, mas também soma de pluralidades. Tomando como base a representação em (180) e Paraguassu e Müller (2007), a denotação nominal para nomes nus singulares é: $\{g_1, g_2, g_3, \{\{g_1+g_2\}, \{g_1+g_3\}, \{g_2+g_3\}, \{g_1+g_2+g_3\}\}\}$.

(142) [menina ([±DEF; ±ESP])]



3.3 PRONOMES INDEFINIDOS

Nesta subseção, exponho brevemente a relação entre artigos indefinidos e pronomes indefinidos. O objetivo principal é entender como a leitura quantificada de artigos indefinidos é projetada no DP⁶⁷. Busco explicar que o motivo da ambiguidade dos primeiros é a possibilidade de ter diferentes estruturas sintáticas, enquanto pronomes indefinidos tendem a ter leitura quantificacional e são concatenados em QP.

Os estudos sobre o uso de pronomes indefinidos e de artigos indefinidos no PB (Pires de Oliveira, 2005; Silva, L., 2012) observam as diferenças entre ambos.

(143) a. Maria veste [DP uma roupa] quando está em casa.

b. Maria veste [DP qualquer roupa] quando está em casa.

(Pires de Oliveira, 2005, p. 267 e 271)

Em (143a), o artigo indefinido possibilita a interpretação de que há uma roupa (específica, não-específica ou quantificada) que Maria escolhe quando está em casa. A implicatura dessa frase é que ela não fica sem roupa. Em (143b), do conjunto de roupas possíveis de ficar em casa, Maria escolhe uma sem preferência. A implicação é que a escolha de Maria está ancorada em um conjunto amplo de possibilidades. De forma similar ao que ocorre com *qualquer*, Silva, L. (2012) analisa o uso de *algum* e de *um* e constata que o primeiro tende a ser usado como um indefinido *antisingleton*⁶⁸, selecionando mais de um subconjunto

⁶⁷ Como discuti na seção 2.3.1, indefinidos podem ter uma leitura *de dicto* (Von Heusinger, 2002; 2011).

⁶⁸ A proposta é baseada em Haspelmath (1997) e Alonso-Ovalle e Menéndez-Benito (2010, p. 19) e parte da compreensão de que indefinidos têm a capacidade de selecionar uma função para denotar entidades de um conjunto, mas fazem isso de formas diferentes, tal como representado em a seguir:

II. [[algún]] = $\lambda f \langle et, et \rangle \lambda P \langle e, t \rangle \lambda Q \langle e, t \rangle : \text{antisingleton}(f). \exists x [f(P)(x) \& (Q)(x)]$

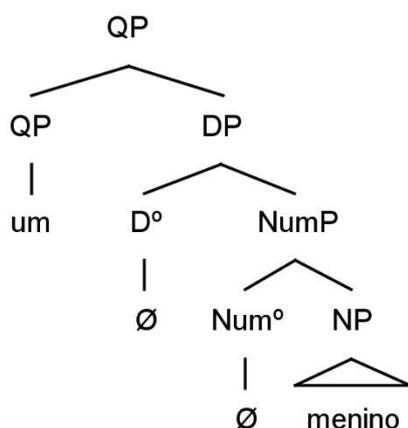
III. [[un]] = $\lambda f \langle et, et \rangle \lambda P \langle e, t \rangle \lambda Q \langle e, t \rangle \exists x [f(P)(x) \& (Q)(x)]$

Na representação, f é uma função de seleção de subconjuntos, algún (“algum”) seleciona mais de um subconjunto (P e Q) enquanto um (“um”) pode selecionar um (P ou Q) ou mais subconjuntos (P e Q).

em um conjunto de possibilidades, enquanto o segundo pode selecionar apenas um ou mais subconjuntos. Além disso, *algum* expressa implicatura de indiferença⁶⁹, que pode ser cancelada a depender do contexto.

Assumo que a leitura quantificada de artigos indefinidos e a leitura *antisingleton* de pronomes indefinidos, ainda que compartilhem de diferenças, têm marcação quantificadora, então são projetados acima do D°. De acordo com a proposta de Ribeiro e Cyrino (2011) o quantificador é projetado em SpecDP. Outra possibilidade é supor que seja projetado em Q°, ocupando a mesma posição de outros quantificadores indefinidos, como *algum* (cf. Espinal e Cyrino, 2022). Assumo essa segunda proposta e represento em (144):

(144) [DP um menino (quantificada)]



Em (144), *um* é projetado em Q° e permite leitura quantificadora do NP, *menino*. A leitura é necessariamente indefinida e cancela qualquer leitura de especificidade, então D° valoriza traços de [-DEF] e TopP não precisa ser projetada.

O artigo indefinido *um* permite gerar três diferentes leituras (específica, não-específica ou quantificada). Isso ocorre porque têm duas diferentes representações estruturais: uma com a projeção de QP (e sem a projeção de TopP), permite ter leitura quantificada, como representado em (144); outra com a projeção de DP que pode ter leitura específica ou não-específica, como representado em (134). Quando TopP é projetado, a leitura necessariamente precisa ter marcação no núcleo e não é ambígua, como representado em (135).

⁶⁹ De acordo com Silva, L. (2012), *algum* pode ainda ter implicaturas de ignorância, indicando desconhecimento do falante em relação ao subconjunto selecionado. Pires de Oliveira (2005) descreve a mesma possibilidade de implicatura para *qualquer*.

3.4 DEMONSTRATIVOS E REFORÇADORES

Enquanto os artigos podem ter leitura genérica, quantificadora ou marcar [+DEF; ±ESP], os demonstrativos no PB necessariamente marcam [+DEF; +ESP]. Ao adaptarmos os exemplos em (130) e (131) com o uso do demonstrativo, como faço em (145), observo que as sentenças só podem ser gramaticais se houver leitura marcada para deiticidade.

- (145) a. [DP Essa Joaquinita] fazia anos amanhã.
 b. [DP Essas cobras] são animais perigosos.
 c. [DP Esse brasileiro] come feijão e arroz.

Antes de nomes próprios, DPs com DEM só são gramaticais se houver um contexto em que haja mais de um referente com o mesmo nome que possa ser contrastado deiticamente, como exemplificado em (145a). Em (145b), o demonstrativo necessariamente indica um conjunto de cobras que são perigosas, sendo localizadas deiticamente. No exemplo em (145c), a sentença só pode ser gramatical se o demonstrativo estiver ancorado em um referente identificado de modo situacional no contexto, distinguindo de outro brasileiro que não come arroz e feijão. Artigos e demonstrativos são usados em contextos diferentes no PB (Cf. Meira e Guirardello-Damian, 2018; e Paranhos, 2019).

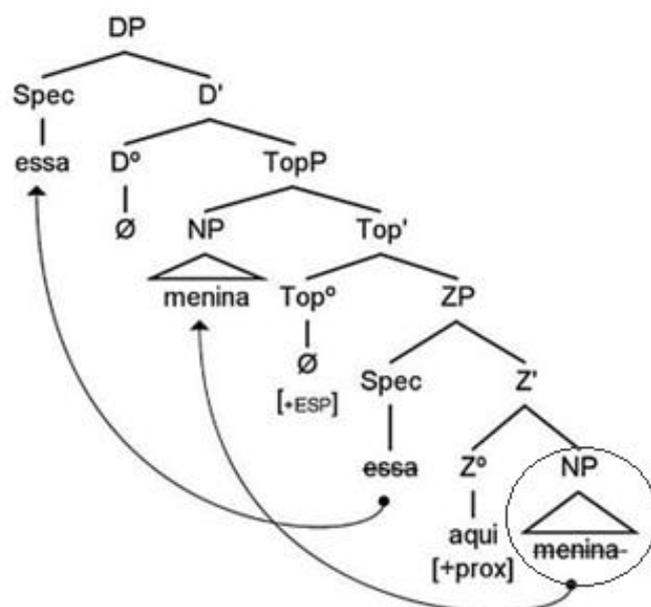
A leitura interpretativa do demonstrativo é sempre específica, conforme demonstrado em (146), adaptado de (132).

- (146) a. *Ele quer se casar com [DP essa menina [que seja ruiva e com sardas]].
 b. Ele quer se casar com [DP essa menina [que é ruiva e com sardas]].

Em construções nominais com relativas de verbos no modo subjuntivo, o uso de demonstrativo como antecessor torna a sentença agramatical porque é necessário um referente não específico, como exemplificado em (146a). Quando o verbo da relativa está flexionado no modo indicativo, a sentença marca especificidade, por isso (146b) é gramatical e indica uma menina que pode ser identificada situacionalmente.

Tomando como base os estudos de Bernstein (1997), de Alexiadou, Haegeman e Stavrou (2007) e de Guardiano (2009 e 2011), acredito que DEM é gerado em uma posição de Spec responsável por traços de deiticidade, e REF é gerado na posição de núcleo. O primeiro se move para o Spec de DP e o segundo permanece *in situ*, como represento em (147).

(147) [essa menina aqui]



Em (147), o demonstrativo é concatenado na posição de origem (ZP) e é movido para SpecDP. O nome é movido para SpecTopP para valorar traços de especificidade e o reforçador permanece onde é concatenado. Aboh (2004, 2015), como demonstrado em (132), sugere outra alternativa: em línguas como o inglês e o francês, DEM se move para a posição de núcleo de D°, possivelmente tendo uma cópia em Top° para valorar traços de especificidade. Parece-me que a proposta de Aboh (2004, 2015) ajuda a explicar por que no PB não é possível a coocorrência de demonstrativos com artigos definidos. Acredito que essa análise pode se aplicar a outras línguas românicas, como espanhol e romeno, em que a coocorrência é possível, e talvez possa se aplicar ao grego e ao árabe, (114).

Acrescento que, como elementos dêiticos têm propriedades discursivas, então tendem a ocupar uma posição da periferia esquerda. Diante do fato de que é necessário um contexto de contraste entre uma ou mais entidades que são localizadas espacialmente ou temporalmente, parece ser plausível sugerir que DEM e REF são gerados em FocP, um como SpecFocP e outro como Foc°. Para comprovar essa hipótese, seria necessário testes e comparações entre línguas, o que não é meu objetivo para este estudo, mas acredito ser uma agenda importante para estudos futuros.

3.5 COCORRÊNCIA COM OUTROS MODIFICADORES DO DP E MARCAÇÃO DE ESPECIFICIDADE

Até aqui, descrevi as análises e as adaptações que assumo para compreender a posição e as propriedades de artigos, de demonstrativos e de pronomes indefinidos no PB, constituintes que ocupam projeções da periferia esquerda (ou no QP), que são pré-nominais e que podem ocupar a mesma posição no DP. Agora exponho análises sobre constituintes que modificam o NP, não são concatenados imediatamente em posições relacionadas à interface sintático-discursiva e que favorecem uma leitura específica, a saber, possessivos, adjetivos e relativas. Essas descrições são necessárias para entender como os SpMs estão configurados sintaticamente no PB e construir hipóteses de como emergiram.

Começando pelos possessivos, há longa tradição em estudos do PB, buscando entender suas transformações diacrônicas, a variação entre a presença e a ausência de determinante definido e suas propriedades (Brito, 2003; Castro, A., 2006; Shei, 2009; e, entre outros, Rinke, 2010). Castro, A., (2006) e Rinke (2010) descrevem os usos de possessivos no PE e no PB e constatam que, em construção com artigos definidos, tendem a ser pré-nominais, e, em construções com artigos indefinidos, tendem a ser pós-nominais⁷⁰, conforme exemplificado em (148), a seguir.

- (148) a. [DP o meu livro]
 b. [DP um livro meu]
 c. ?? [DP um meu livro]

(Rinke, 2010, p. 124 e 125)

Segundo Rinke (2010), quando há uma construção com artigo definido, como em (148a), o possessivo tende a ser pré-nominal. Quando a sentença é indefinida, como em (148b), o *meu* é pós-nominal. Em (148c), a sentença tem aceitabilidade questionável e o possessivo ocupa a posição pré-nominal. Para Brito (2003, p. 511), esse tipo de construção ocorre em algumas variantes do PE e faz parte de uma gramática conservadora, tal como ocorre no português medieval, e o DP tem interpretação específica. Rinke (2010) apresenta análises de que, na passagem do português medieval para o português contemporâneo, a posição do possessivo se altera bem como a coocorrência com artigos definidos. No século XIII, o

⁷⁰ Rinke (2010) demonstra que o possessivo também pode ocupar a posição pré-nominal ou pós-nominal quando coocorre com demonstrativo.

possessivo ocupava a posição pré-nominal, independentemente do determinante e, no século XIX, o uso de artigo passa a ser generalizado em coocorrência com possessivos.

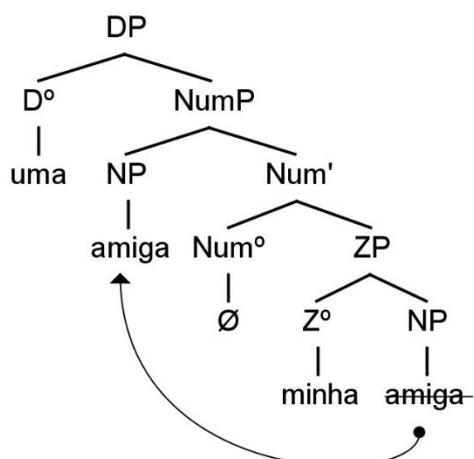
Defendo que os possessivos em contextos indefinidos não marcam necessariamente especificidade, pois permitem sentenças ambíguas, enquanto os contextos definidos, com demonstrativo e com artigo definido, exigem marcação de especificidade (Perini, 2010, p. 261). Os testes de uso de indicativo em relativas aplicados em (131) e (143) ajudam a identificar que construções indefinidas e definidas permitem leitura específica e não-específica, enquanto com demonstrativos só permite leitura específica. Quando há coocorrência com possessivos, como nos exemplos em (149):

- (149) a. Pedro quer se casar com [DP a minha amiga [que é loira e com sardas]].
 a'. Pedro quer se casar com [DP *a minha amiga [que seja loira e com sardas]].
 b. Pedro quer se casar com [DP essa amiga minha [que é loira e com sardas]].
 b'. Pedro quer se casar com [DP *essa amiga minha [que seja loira e com sardas]].
 c. Pedro quer se casar com [DP uma amiga minha [que é loira e com sardas]].
 c'. Pedro quer se casar com [DP uma amiga minha [que seja loira e com sardas]].

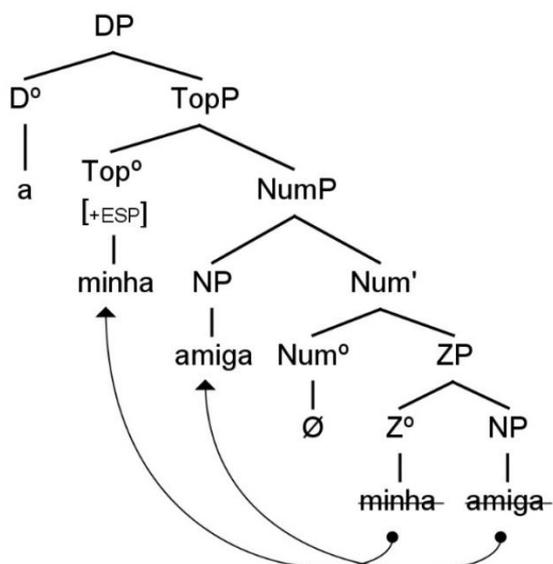
Nos pares em (149a), a construção relativa com verbo indicativo só pode ser inserida quando o DP tem leitura específica, e o artigo definido em coocorrência com possessivo só pode fornecer leitura específica. Nos pares em (149b), somente a primeira é gramatical porque a construção subjuntiva exige um referente não-específico e o demonstrativo valoriza traços de especificidade, por isso o *minha* só pode ser pós-nominal. Nos pares em (149c), as duas sentenças são gramaticais porque *uma amiga minha* é neutro para especificidade, e o DP pode ser interpretado como específico ou como não-específico. Ou seja, o possessivo pós-nominal não é marcado para especificidade, enquanto o possessivo pré-nominal necessariamente é marcado para especificidade.

Tomando como referência a proposta de Brito (2003), assumo que os possessivos são concatenados em uma projeção de concordância, abaixo das projeções relacionadas à interface discursiva, e permanecem *in situ* quando há construções com artigos indefinidos, não sendo necessário que se movam para valorar traço de especificidade, como demonstro em (150). Ao coocorrer com artigo definido, o possessivo necessariamente tem uma interpretação específica e é movido para a posição de Top° para valorar traços de especificidade, como represento em (151).

(150) [uma amiga minha]



(151) [a minha amiga]



Adjetivos também contribuem para a leitura da especificidade em contextos indefinidos. Como demonstrei no exemplo em (102), agora (152), quando o adjetivo é pré-nominal, a leitura do DP é específica.

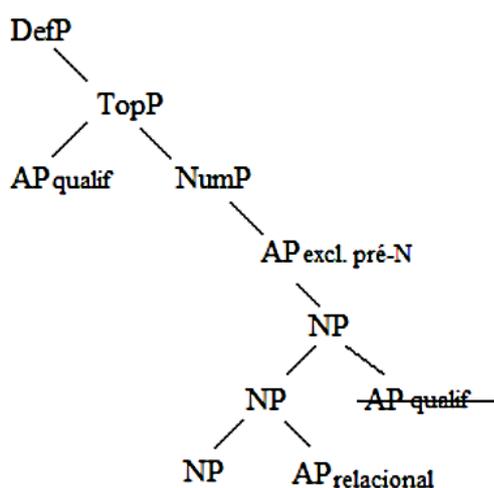
(152) a. [DP Um advogado inteligente] te chamará.

b. [DP Um inteligente advogado] te chamará.

(Prim, 2015, p. 105)

Cinque (2010) divide os adjetivos em atributivos e em predicativos. Os predicativos são aqueles que só podem ocorrer em posição pós-nominal⁷¹ e os atributivos podem ocorrer em posições pós-nominais e pré-nominais. Para o autor (2010), nas línguas românicas, adjetivos atributivos têm leitura específica. Analisando dados de várias línguas e do PB, Prim (2015) discute que, entre os adjetivos predicativos, há aqueles que são exclusivamente pós-nominais (subdivididos entre temáticos e classificatórios) e aqueles que podem se mover para uma posição pré-nominal, qualificativos. Ambos são gerados em adjunção ao NP, mas só os qualificativos são movidos para uma posição mais alta, responsável pela marcação de especificidade, o que pode ajudar a explicar a posição variável que ocupam na sentença. Concordo com a análise da autora (2015, p. 128-31) ao propor que o adjetivo é movido para a posição de TopP, conforme representado em (153):

(153)



(Prim, 2015, p. 130)

De acordo com Prim (2015, p. 130), na representação em (153), o adjetivo qualificativo é concatenado como adjunção do NP e, diante o fato de TopP ser projetado, é movido para uma posição mais alta e é pré-nominal. Para mim, parece razoável assumir que os adjetivos (temáticos, relacionais e qualificativos) são gerados como adjunção de NP e que o movimento ocorre para TopP.

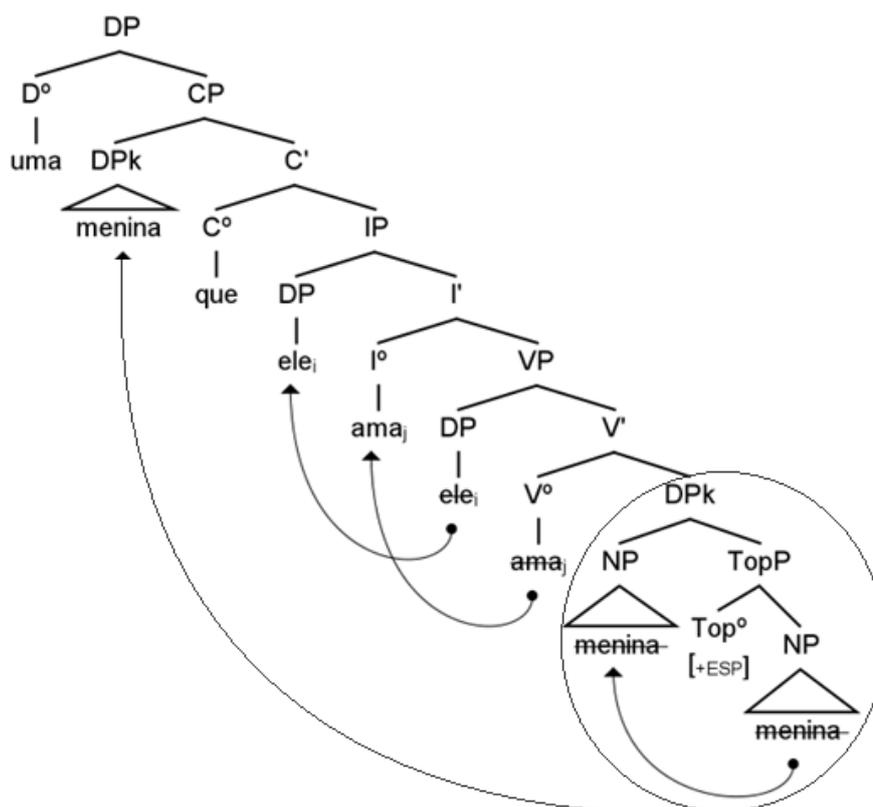
⁷¹ Também são caracterizados como relativas reduzidas:

- I. Pedro quer se casar com uma garota divertida.
- II. Pedro quer se casar com uma garota que é divertida

Em muitos exemplos ((67), (109), (131), (146) e (149)), apresentei como a relativa pode interferir no sentido da especificidade. Aqui pretendo compreender como essa estrutura é formada e qual a relação que o modo verbal pode ter sobre o DP relativizada. Conforme discutido por Kenedy (2002), há correferência entre o alvo da relativização (o DP) e o operador relativo porque, a depender da categoria do primeiro, o segundo pode ser alterado (*que, quem, o que, em que, cujo*); além disso, o verbo da relativa subcategoriza a propriedade do nome relativizado, podendo ser interpretado como [+ESP], por exemplo.

Assumo a proposta de Kayne (1994, p. 86-7) de que o ZP que é alvo da relativização é alçado da condição de objeto direto do verbo da oração subordinada para a posição de SpecCP, tal como representado em (154), a seguir:

(154) [DP [CP a/uma menina [C que ele ama]]]



Ao assumir a estrutura em (154), considero que o CP é um complemento de DP em construções relativas, o que possibilita explicar porque o verbo *ama* exige como complemento um DP específico, tendo escopo sobre ele. Em seguida o DP é movido para a posição de

SpecCP, onde valora traços da relação de *complementização*, estabelecendo concordância com C^o para licenciamento de traços de gênero e de número⁷².

3.5 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA NOMINAL NO PB

Nesta seção, apresentei brevemente estudos sobre a estrutura nominal do PB, que serviram de suporte para propor e adaptar propostas de análise e de descrição. Tomei como base, principalmente, suas propriedades relacionadas à marcação de especificidade. Analisei os usos de artigos definidos, de artigos indefinidos, de BNs, de pronomes indefinidos e de demonstrativos, buscando entender suas relações com a especificidade. Em seguida, demonstrei que modificadores (possessivos, adjetivos e relativas restritivas) também se relacionam com a especificidade, podendo ocasionar em movimentos, como, por exemplo do adjetivo em sentenças indefinidas ou do possessivo em sentenças definidas. Nessas construções, não há ambiguidade [_{±ESP}] e TopP necessariamente precisa ser projetado para que seu traço seja valorado. Não discuti outros tipos de construções com modificadores (numerais, genitivos) porque não é de meu conhecimento que haja literatura sobre o tema, relacionando com a especificidade.

Sintetizo as análises e as descrições apresentadas nesta seção no Quadro 1, a seguir:

QUADRO 1: Função e distribuição de determinantes, demonstrativos e modificadores no PB

Determinantes, demonstrativos e modificadores	PB
BN genérico	+
BN específico (singular e plural)	+
Artigo (in)definido marca definitude ¹ (sensível a distinção massa/contável)	+
Artigo (in)definido marca especificidade ¹	+
Artigos e demonstrativos antecedem NP	+
Artigos e demonstrativos antecedem modificadores (Pos, Num, Adj, Rel)	+
Número antes de N	+
Adjetivo antes de N (apenas qualificativo)	+
Adjetivo depois de N	+
Possessivo antes de N (apenas artigos definidos)	+
Possessivo marca especificidade ²	-

⁷² Para uma discussão mais ampla sobre a proposta de Kayne (1994) e suas vantagens explicativas para o PB, conferir Kenedy (2002).

Possessivo depois de N (apenas com artigos indefinidos, demonstrativos)	+
Relativa antes de N	-

Fonte: Elaboração própria com base em Aboh (2015, 207-8)

Legenda: 1 - Não em termos de ter traços inerentes; 2 – Exceto com artigos definidos.

Esse quadro é o primeiro de um conjunto de outros dois quadros que são apresentados na próxima seção. A partir deles, será possível comparar os dados do PB com outras línguas africanas e formular hipóteses de como os SpMs emergiram como resultado de um processo de contato linguístico que ocorreu em contexto de escravização no Brasil. Acredito que os SpMs emergiram no PB em DPs indefinidos porque é um fenômeno relacionado à interface sintático-discursiva e é selecionado em um contexto de competição e seleção de traços de gramáticas. Não foi possível emergir um SpMs em contexto definido porque o possessivo em DP definido ocupa a posição Top^o, como nos exemplos (149) e (151). Além disso, o demonstrativo também impede a emergência de SpMs em contextos definidos, estabelecendo uma leitura de reforço. Desse modo, busco constituir hipóteses para uma adequação explicativa para análise do fenômeno por meio da competição e seleção, de Mufwene (2001) e de Aboh (2015).

4 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS USOS DE SPMS NO PB

Nesta seção, realizo a análise e a descrição dos SpMs *ai* e *lá* no PB, a partir de suas propriedades semânticas, pragmáticas e sintáticas. Pretendo responder às seguintes questões: i) como SpMs são analisados e descritos no PB?; ii) como a teoria da ancoragem referencial pode ajudar a compreender o uso de SpMs no PB?; iii) quais propriedades são estabelecidas na coocorrência de determinantes, BNs e pronomes indefinidos com SpMs?; iv) como são as representações estruturais do DP quando SpMs são selecionados na numeração?

Nas duas primeiras partes desta seção, discuto sobre as propriedades semânticas e pragmáticas de SpMs no PB. Na seção 4.1, exponho as descrições de três estudos sobre o tema: Tavares (2001 e 2002); Pereira (2011); Confessor (2013). Na seção 4.2, faço a análise do uso desses marcadores, compreendendo suas possibilidades de serem interpretados como dêiticos, suas capacidades de variação e suas correlações com tipos de especificidade. Percorri o seguinte caminho: a) diferenciei os usos de SpMs, de advérbios e de reforçadores; b) localizei as estruturas que favorecem ambiguidade com a intenção de selecionar os contextos mais favoráveis para análise; c) analisei os usos de *ai* e de *lá* como SpMs e os tipos de especificidade.

Nas duas seções posteriores (4.3 e 4.4), analiso as propriedades sintáticas de *ai* e de *lá*, SpMs. Iniciei descrevendo como esses elementos são descritos no PB. Em seguida, analisei o uso desses marcadores com outros elementos do DP (artigos indefinidos, BN e pronomes indefinidos) e, como resultado, construí um quadro sobre as diferentes possibilidades de marcação dos traços [\pm DEF; \pm ESP]. Esse quadro é importante para entender como traços podem ter sido selecionados em contexto de contato para emergência de SpMs. Por fim, observei o uso de *ai* e de *lá* em coocorrência com modificadores nominais e argumentei que aqueles sempre ocupam a posição pós-nominal, exceto quando há focalização e o modificador é realizado após *ai* ou *lá*.

4.1 ESTUDOS SOBRE AS PROPRIEDADES SEMÂNTICAS E PRAGMÁTICAS DE AÍ E DE LÁ COMO SPMS NO PB

Dentre os estudos que investigam as propriedades semânticas e pragmáticas de SpMs no PB, destaco três: Tavares (2001 e 2002); Pereira (2011); Confessor (2013). Em geral, constata-se que *ai* e *lá* podem ser usados como SpMs.

Tomando como suporte a análise de Enç (1991), Tavares (2001 e 2002) descreve as propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas do uso do *ai* no PB, demonstrando sua

atuação como um SpM, pois pode estar em alternância com *certo*, (155); pode ter leitura específica em contexto de relativa restritiva com verbo no indicativo (156); pode ter leitura partitiva, (157); impossibilita uma leitura genérica, (158); viabiliza uma leitura intermediária de escopo (159):

- (155) a. Eu falei com [DP um menino **ai**].
 b. Eu falei com [DP um **certo** menino].
- (156) a. A Letícia deseja falar com [DP um deputado **ai** [C que votou contra esse projeto de lei]].
 b. A Letícia deseja falar com [DP um deputado [C que votou contra esse projeto de lei]].
- (157) a. Várias meninas entraram correndo no quarto. [DP Uma menina **ai**] quebrou um vaso.
 b. Várias meninas entraram correndo no quarto. [DP Uma menina] quebrou um vaso.
- (158) a. [DP Um gato] come carne.
 b. *[DP Um gato **ai**] come carne.
- (159) a. Todos os ingleses admiram [DP uma mulher **ai** – a rainha].
 b. Todos os ingleses admiram [DP uma mulher **ai** – a própria mãe].

(Tavares, 2001, p. 210-4)

Para a autora (2001), nos exemplos em (155), a existência de *ai* e *certo* possibilita apenas uma leitura específica para o DP. Em (156a), onde há a presença do *ai*, trata-se de um deputado específico que Letícia deseja falar, podendo ter sido o único a ter votado contra o projeto de lei. Em (156b), a leitura indefinida contribui para a interpretação de que há um conjunto de deputados que votaram contra o projeto de lei e que Letícia deseja falar com qualquer um deles. Em (157a), há uma leitura partitiva e, conseqüentemente, específica, pois uma entidade do conjunto de meninas que entraram correndo no quarto é retomada. Em (157b), *uma menina* pode fazer parte ou não do grupo de meninas que entraram. Em (158a), é possível ter uma leitura genérica, enquanto, em (158b), a presença do *ai* inviabiliza essa interpretação. Nos exemplos em (159), há uma relação de escopo entre *todos* e o indefinido e é possível ter uma leitura específica, restrita a uma única entidade, e uma leitura intermediária, em que para cada homem há uma mulher específica diferente que é amada. No entanto, nenhum dos exemplos permite uma leitura de escopo estreito.

Com relação às propriedades pragmáticas, Tavares (2001, p. 214-8) observa a possibilidade de implicaturas, conforme discutido a partir dos exemplos de (160) a (162), a seguir:

- (160) a. Tinha diversos livros na mesa. Mirela pegou [DP um livro] e começou a ler.
 b. Tinha diversos livros na mesa. Mirela pegou [DP um livro **aí**] e começou a ler.
- (161) Pois é, Pedro. Eu pedi para [DP uma pessoa **aí**] me trazer o trabalho mais rápido possível e até agora nada.
- (162) a. Eu queria alugar [DP uma casa **aí**], mas não encontrei nenhuma para alugar.
 b. Eu queria alugar [DP uma casa **aí**], mas ela não está para alugar.

(Tavares, 2001, p. 217)

Para a autora, as sentenças em (160) têm três diferenças em termos de implicaturas. A primeira distinção é com relação ao contexto, pois embora as duas sentenças de (160) tenham leitura partitiva, na primeira é apenas decorrente da existência de um contexto prévio enquanto, na segunda parece que o uso do *aí* reforça a leitura específica. Além disso, o uso do *aí* pode provocar implicaturas de que o falante reconhece qual é o livro, enquanto que em (160a) essa interpretação não é possível. Por fim, outra leitura possível é a de que o ouvinte também pode reconhecer a identidade do referente, não apenas o falante. Para a autora, esse último uso é comum, tal como ocorre em situações de discurso indireto, como em (161), em que a falante está conversando com Pedro e refere-se a *uma pessoa aí* para quem ela pediu para trazer o trabalho. O ouvinte pode identificar que se trata dele ou não. O contexto pode fornecer também pistas para a identificação da leitura da sentença, como (162a), onde é possível ter uma leitura não individualizada ou partitiva. Trata-se de uma casa para alugar que tem determinadas propriedades, mas não é uma entidade individual. Diferente da leitura fornecida em (162b) que corresponde a identificação de uma entidade conhecida e específica.

Além dessas situações contextuais, há situações de implicatura em que o falante expressa insignificância, valoração negativa ou vagueza, como nos exemplos de (163) a (167):

- (163) A. Sobre o que tu e a Inara falaram?
 B. Nada, a Inara só me disse [DP umas coisas **aí**].
 A. Sei. Ela levou mais de seis horas pra dizer [DP “umas coisas **aí**”].
- (164) Vou sair. Vou aproveitar para resolver [DP um assunto **aí**]. Mais tarde eu volto.
- (165) Minha irmã contratou [DP um arquiteto **aí**] para projetar a casa e só teve dor de cabeça.
- (166) A. O que você comprou?
 B. Nada de importante, só [DP um casaco **aí**].
- (167) Eu falei com [DP uma pessoa **aí** [C que me disse que seu trabalho está ótimo]].

(Tavares, 2001, p. 219-21)

No diálogo em (163), o falante não pretende dizer sobre o que falou com Inara, fazendo uso do *ai* para demarcar *uma coisa* que não deseja explicar para o ouvinte. Em (164), *um assunto ai* também faz menção a um conteúdo que o falante não quis expressar para o ouvinte. No exemplo em (165), *ai* é usado em um contexto de valoração negativa do arquiteto específico que foi contratado. Do mesmo modo, em (166), um casaco *ai* expressa insignificância ao objeto comprado. Em (167), o falante pode ter feito uso do *ai* para atizar a curiosidade do ouvinte sobre o referente, deixando, propositalmente, vago. A autora (2001, p. 221) afirma que as implicaturas, embora sejam importantes para entender o fenômeno, podem ser canceladas, restando apenas a marca semântica de especificidade.

Pereira (2011, p. 198-201) assume a noção de Lyons (1999) de que a especificidade demarca uma entidade que o falante tem em mente (ou um subgrupo de entidades), mas não pode ou não deseja identificá-la. A autora (2011, p. 190-7 e 202-4) registra os possíveis usos de *lá* como SpM, podendo estar em alternância com *qualquer*, (168), sendo incompatível em contextos genéricos, (169), e não coocorrendo com *ai*, (170):

(168) a. Houve um terremoto [PP num país **qualquer** da Ásia].

b. Aconteceu um terremoto [PP num país **lá** da Ásia].

(169) *_[DP Gatos **lá**] são mamíferos.

(170) *Eu tinha _{[DP um colega meu **lá ai** [C que ele trabalhava com negócio de obra]]}.

(Pereira, 2011, p. 190, 201 e 204)

Em (168), *lá* e *qualquer* podem se alternar, sendo operadores de identificação vaga, não identificando o referente. No exemplo em (169), o uso de *lá* permite uma leitura específica, não sendo possível ter leitura genérica. Em (170), a sentença é agramatical porque *ai* e *lá* não conseguem coocorrer, demonstrando que atuam com a mesma função.

Em suma, ‘lá’, à semelhança das partículas indefinidas específicas, parece atuar como um operador de especificidade, pois ocorre em estruturas nominais que delimitam um referente (ou subgrupo de referentes) em uma classe. Além disso, ‘lá’ parece atuar como um operador de identificação vaga, à semelhança de ‘qualquer’, visto que a identificação do referente é tratada como dispensável (Pereira, 2011, p. 201).

Para a autora (2011, p. 206), outra semelhança entre *lá* e *ai* é observada nas implicaturas pragmáticas, pois compartilham os mesmos traços, podendo não explicitar a

identidade do referente ou depreciá-lo⁷³.

Assumindo a compreensão de Enç (1991) de especificidade partitiva, Confessor (2013) faz uso de vários *corpora* oral de norma urbana para quantificar os usos de *aqui*, *ali*, *aí* e *lá*. O autor constata que os quatro elementos podem atuar como SpMs, como nos exemplos a seguir:

- (171) a. Tem [DP um vizinho **aí** [C que eu num falo com ele não]], foi uma briga que a gente teve.
- b. Teve [DP um menino **lá** [C que ele comeu picado antes de nós ir]], e no meio do caminho deu uma desinteria nele...
- c. tem muitas pessoas como [DP uma amiga minha **ali** [C que ela disse que não gosta de ficar]]...
- d. tem [DP uma conhecida minha **aqui**], pur sinal, ela tava aqui, ela não sabe falar direito...

(Confessor, 2013, p. 117 e 124)

Nos exemplos em (171), há construções existenciais e é possível observar usos de *aí*, *lá*, *ali* e *aqui*, respectivamente, em contextos específicos e indefinidos, sendo antecidos por artigos indefinidos. Em geral, o autor observa o uso desses marcadores para inserir informações novas, antecidendo nomes concretos e em sentenças existenciais. No entanto, os registros de uso de *aí* e de *lá* são numericamente superiores aos de *aqui* e de *ali*. As evidências quantitativas possibilitam afirmar que aqueles já possuem um estatuto sistemático no PB, já consolidados com outra propriedade que não dêitica, enquanto esses não podem ser caracterizados como SpMs.

Por fim, acredito que o estudo de ALI e AQUI entre os marcadores de especificidade ainda não parece estar plenamente assegurado, visto que seu processo de emergência ainda me parece bastante incipiente, podendo vir a se intensificar no futuro ou não. Talvez a utilização em maior escala de AÍ e LÁ possa desestimular o uso desses itens como marcadores de especificidade (Confessor, 2013, p. 164).

Com relação às leituras pragmáticas, o autor constata seis possibilidades de implicaturas: (i) identificabilidade da referência; (ii) informação vaga ou desnecessária; (iii)

⁷³ Para a autora (2011, p. 204-6), a diferença é que *lá*, modificador depreciativo (que não é igual ao *lá* específico), pode ocorrer em DPs definidos e o *aí* não pode, tendo leitura locativa.

I. Aquele João **lá** não é de confiança;

II. O João **aí** não é de confiança.

referente insignificante; (iv) referente familiar; (v) valoração negativa; (vi) e referência não identificável⁷⁴.

Em resumo, tais estudos demonstram que *aí* e *lá*, principalmente, são usados para estabelecer sentido específico em construções indefinidas, podendo acrescentar também implicaturas pragmáticas. É importante observar que consideram a possibilidade de existir leituras intermediárias de escopo, como no exemplo em (168). Na próxima subseção, retomo as análises de análises Tavares (2001), de Pereira (2011) e de Confessor (2013) e observo que parece existir contradições entre as análises e as bases teóricas que assumem, Enç (1991) e Lyons (1999).

4.2 ANÁLISE E DESCRIÇÃO SOBRE O USO DE AÍ E DE LÁ COMO SPMS NO PB

Nesta seção, faço a descrição do uso de SpMs no PB, revisando análises realizadas pelos autores citados nas seções 4.1 e por mim em outro estudo (Paranhos, 2019). Organizo esta seção em três momentos: no primeiro, descrevo as principais características de *aí* e de *lá* com intuito de distinguir os usos dêiticos dos usos como SpMs. Caracterizo também os contextos que favorecem a interpretação específica do DP indefinido, tomando como teste principal o uso de relativas reduzidas com verbo indicativo (seção 4.2.1). Em seguida (seção. 4.2.2), analiso e avalio as propriedades semânticas e pragmáticas de *aí* e de *lá* com base nos tipos de especificidade e na teoria da ancoragem referencial, conforme revisão teórica feita na seção 1). Concluo constituindo um quadro das propriedades semânticas e pragmáticas da especificidade, tomando como modelo a hipótese de Aboh (2015) de que os traços relacionados à interface tendem a ser selecionados em um contexto de competição e gramáticas, possibilitando a emergência de uma gramática híbrida. Esse quadro é importante para as análises que faço na seção 6. Na última subseção, descrevo as propriedades semânticas e pragmáticas de SpMs em coocorrência com artigos indefinidos, BN e pronomes indefinidos.

⁷⁴ Confessor (2013, p. 152-8) apresenta os seguintes exemplos:

- (I) A gente tinha uma chapa que de última hora desistiu um cara **lá**, Ribamar.
- (II) O cara larga uma música **lá** e eu pá! Gritei o nome da música e eu pá!
- (III) Cido, arruma um jeito **aí** de levar Vânia pra maternidade que a Vânia não tá aguentando mais não.
- (IV) A. Você frequenta alguma religião?
B. Ih, rapaz. Agora você pegou um cara **aí** que não é muito católico, nem muito crente...
- (V) Tem rato, uns negócios **aí**, então já viu, né? Mau cheiro.
- (VI) Política, a gente elege uma criatura **lá** que é bom, porque é isso, que é aquilo...

4.2.1 Análise de *aí/lá*: contextos de ambiguidade e de impedimento da variação

Em primeiro lugar, eu reitero as análises de Tavares (2001 e 2002), Pereira (2011) e de Confessor (2013) de que *aí* e *lá* são SpMs, mas é importante desenvolver uma análise sobre elas. Cabe lembrar que *aí* e *lá* podem ter valor dêitico, atuando como reforçadores ou como advérbios de lugar, conforme exemplos em (172):

- (172) a. Eu vi [DP *um* menino **aí/lá**].
 b. Eu vi [DP *esse* menino **aí**].
 c. Eu vi [DP *aquele* menino **lá**].

Em (172a), a sentença pode ter duas leituras: uma específica (“eu vi um certo menino”⁷⁵); e outra dêitica adverbial (“eu vi um menino que está *AÍ/LÁ*”)⁷⁶, que têm diferenças prosódicas⁷⁷. No uso dêitico, o advérbio tende a ser enfatizado (*AÍ/LÁ*) com uma pausa entre o núcleo, enquanto o SpM parece ser pronunciado sem ênfase. Em (172b), a sentença também é ambígua, mas o fato de o DP ser precedido por um demonstrativo (*esse*) possibilita duas interpretações dêiticas que também têm alterações prosódicas: uma reforçada pelo demonstrativo (“eu vi esse menino *aí* [que está perto do ouvinte]”; outra adverbial (“eu vi esse menino *AÍ* [o local onde ele está]”). Do mesmo modo, em (172c), a sentença pode ter leitura ambígua, pois *lá* pode atuar como reforçador de distância (“eu vi aquele menino *lá* [que está longe do falante e do ouvinte]”) ou como advérbio, (“eu vi aquele menino *LÁ* [o local onde ele está]”).

A ambiguidade entre esses diferentes tipos de uso pode ser retirada quando o DP é topicalizado, como em (173):

- (173) a. [DP Um menino **aí/lá**]_i *_j, eu soquei ele_i (**aí/lá**)_j.
 a'. [DP Um menino], eu soquei (ele) **aí/lá**.
 b. [DP Esse menino **aí**]_i / [DP Aquele menino **lá**]_i *_j, eu soquei ele_i (**aí/lá**)_j.

⁷⁵ Parece que o uso de *aí* e de *lá* é mais aceito e mais frequente do que o uso de *certo*. Agradeço a observação feita pela Prof^a. Dr^a. Wânia Miranda. Na defesa, concordamos que um estudo quantitativo poderia trazer evidências dessa hipótese.

⁷⁶ A leitura dêitica comporta outra ambiguidade relacionada ao caráter indefinido [_{±ESP}] do DP, podendo ser quantificada, existencial ou específica. Conferir discussão e exemplos em (181).

⁷⁷ Agradeço a Prof^a. Dr^a. Lilian Teixeira de Souza por essa contribuição. Cabe ressaltar que, boa parte dos exemplos de (172) até (183), há possibilidade de diferenciação prosódica entre as interpretações adverbiais e de especificidade.

b'. [DP Esse/Aquele menino], eu soquei **aí/lá**.

Em (173a), a sentença tem apenas um sentido possível (“eu soquei um menino específico em um lugar *aí/lá*”), pois o DP *o menino aí* é topicalizado e tem sentido específico, devendo ser retomado por um pronome resumptivo (*ele*) e, ao mesmo tempo, não inviabiliza o acréscimo de *aí* ou de *lá* desde que tenham valor de advérbio de lugar. Em (173a'), só é possível ter a leitura de *aí* ou de *lá* como advérbios, indicando o local onde um menino [\pm ESP] foi socado. No exemplo em (173b), os dois primeiros *aí* e *lá* (“esse menino *aí*” ou “aquele menino *lá*”) atuam como reforçadores do demonstrativo, indicando o local onde está o menino em relação ao falante/ouvinte. O *aí/lá* pós-verbal, tanto em (173b) como em (173b') têm valor puramente adverbial, indicando o local em que os meninos foram socados.

Reitero as análises de Tavares (2001), de Pereira (2011) e de Confessor (2013) de que *aí/lá*, SpMs, fazem parte do DP, conforme exemplos em (174).

(174) * [DP Um menino [PP na loja] **aí/lá**], eu soquei (ele) (**aí/lá**).

Em (174), a sentença se torna agramatical caso se tente fazer uma leitura de *aí/lá* como SpMs quando há acréscimo de algum elemento interveniente que não faz parte do DP. A sentença só se torna gramatical se *aí/lá* forem interpretados como advérbios ou como reforçadores, indicando o local da loja. A impossibilidade de ter elementos intervenientes no DP reafirma que *aí/lá*, SpMs, compõem o DP. Mais adiante retomo a caracterização sobre a posição dos SpMs dentro do DP e sua relação com outros modificadores como adjetivos, possessivos e relativas.

A partir dos exemplos em (173) e (174), três considerações podem ser feitas:

- i) concordo com a análise de Pereira (2011) de que *aí* e *lá* podem, entre tantas outras funções⁷⁸, atuar como advérbios e como SpMs, mas acrescento que podem atuar também como reforçadores⁷⁹;
- ii) reitero a análise de Tavares (2001) de que *aí*, SpM, pode coocorrer com artigos indefinidos, nomes nus, numerais ou pronomes indefinidos, mas discordo de Pereira

⁷⁸ Essa caracterização está relacionada à estrutura do DP, retirando da análise outras possibilidades de leitura, pois *lá* pode ter outras funções na sentença, como indicador de traço de finitude, com o sentido de iminência ou de decorrência, ou como marcador de negação metalinguística, ou outros (cf. Martins, 2010 e 2011; e Pereira, 2011).

⁷⁹ Seguindo Paranhos (2019), reafirmo que *aqui*, *ali*, *aí* e *lá* podem ser reforçadores, não podendo ser caracterizados apenas como advérbios. Outra diferença da análise de Pereira (2011) é a interpretação de que o advérbio está dentro do DP. Analiso que o reforçador é concatenado internamente ao DP e o advérbio está relacionado à estrutura verbal.

(2011) porque ela identifica que *lá*, diferente de *aí*, pode coocorrer com o demonstrativo *esse*. Acredito que o determinante (ou sua ausência) é necessário para identificação de uma leitura de reforço ou adverbial, no caso do demonstrativo, ou uma leitura específica ou adverbial, no caso do artigo indefinido ou do nome nu. Adiante retomo essa discussão;

- iii) a posição que o DP ocupa na sentença é importante para identificar a ambiguidade.

Esses três fatores não podem ser desconsiderados na análise do fenômeno e busco adequar os exemplos no sentido de evitar ambiguidades. Cabe desenvolver um pouco mais do último elemento, a posição do DP na sentença. Enquanto as posições pós-verbais tendem a ser ambíguas, as posições pré-verbais, de sujeito, de tópico e de foco, por exemplo, ajudam a identificar contextos não ambíguos, principalmente em relação ao SpM, como nos exemplos em (175), a seguir.

- (175) a. [DP Um menino **aí/lá**] comprou a refeição mais barata.
 b. Foi [DP um menino **aí/lá**] que comprou a refeição mais barata, não o João.
 c. [DP Um menino **aí/lá**] chegou.
 d. Chegou [DP um menino **aí/lá**].
 e. Sidney comprou [DP um presente **aí/lá**].
 f. Sidney conversou com [DP uma menina **aí/lá**].
 g. Sidney deu um presente para [DP uma menina **aí/lá**].
 h. Sidney colocou a roupa em [DP uma gaveta **aí/lá**].

Nos exemplos (175a), (175b) e (175c), não é possível observar ambiguidade porque o DP é pré-verbal e é acompanhado de SpM (*aí / lá*). Quando o DP é pós-verbal, há interpretação ambígua, podendo ter leitura específica ou adverbial, quando ocupa posição de argumento interno de verbo inacusativo, (175d), de objeto direto (175e), de complemento oblíquo, (175f), de complemento dativo, (175g), ou de complemento locativo, (175h). Desse modo, a leitura específica é permitida tanto em posições pré-verbais como pós-verbais, enquanto a leitura adverbial é mais aceita em posição pós-verbal⁸⁰. Por que a ambiguidade é permitida nesse último contexto? Entre as possíveis hipóteses, acredito que as características verbais de *fase*⁸¹

⁸⁰ Relembro que, quando ocorre a leitura adverbial em posição pré-verbal, é necessária alteração prosódica com ênfase (AÍ/LÁ).

⁸¹ Tomando como base Travaglia (2016, p. 64-70), *fase* indica uma situação em qualquer ponto de seu desenvolvimento. Pode ser estática, quando as fases da situação são idênticas, ou dinâmica, quando as fases da

estabelecem a vinculação com o advérbio por c-comando, permitindo leituras de localidade, alvo, movimento etc. Um argumento em defesa desse ponto de vista é que as construções tipicamente estativas⁸², que não são dinâmicas e nem locais, por exemplo, inviabilizam a leitura ambígua, como nos exemplos em (176):

- (176) a. [DP Um menino **aí/lá**] se parece com Sidney.
 b. Sidney se parece com [DP um menino **aí/lá**].
 c. Sidney considera [DP uma menina **aí/lá**] inteligente.
 d. [DP Um menino **aí/lá**] está feliz.
 e. Sidney gosta de [DP uma menina **aí/lá**].
 f. Sidney ama [DP uma menina **aí/lá**].

Em todos os exemplos de (176), a menos que haja alteração prosódica da sentença, não é possível ter uma interpretação dêitica, permitindo apenas a leitura específica. Em (176a), a construção com verbo de ligação, *parecer*, inviabiliza a indicação de um local (próximo ou distante) em que o menino se pareça com Sidney, não podendo ser dêitico. Quando há alteração da ordem, o sujeito, *Sidney* só pode se parecer com um menino específico, não podendo indicar um local, como em (176b). Em (176c), o verbo de atitude proposicional, *considerar*, em construção predicativa⁸³, permite a leitura de que o sujeito considera uma menina específica inteligente, mas inviabiliza a leitura dêitica. Verbos de ligação⁸⁴ também não permitem leitura dêitica, permitindo apenas uma leitura específica, como ocorre em (176d). Nos exemplos em (176e) e em (176f), os verbos estativos psicológicos, *gosta* e *ama*, não permitem a indicação de um local e *aí* e *lá* só podem atuar como SpMs.

Defendo que a dificuldade de interpretações dêiticas adverbiais em construções estativas parece estar relacionada ao conteúdo semântico aspectual da dinamicidade, mais comum em

situação são diferentes, ocorrendo mudança de uma fase para outra, que, por sua vez, são subdivididas em processos (durativas) e eventos (pontuais).

⁸² De acordo com Moreira (2000), construções estativas não acarretam mudança de estado, não tendo propriedades de ação, de causa e de afetação. Diferenciam-se das construções locativas ao não indicar um local, direção, origem ou alvo. Basso e Ilari (2004) analisam as suas principais características, como incompatibilidade com construções imperativas, com perífrase progressiva e com combinação com adjuntos temporais e observam que os eventos estativos podem ser classificados a partir de todo o predicado e podem ser “típicos” ou “não típicos” a depender de traços [\pm CONTROLE] e [\pm MUDANÇA].

⁸³ Trata-se de uma estrutura em que o segundo DP é necessariamente predicado, não podendo ter inversão ou construção equitativa. Sobre a diferença entre estruturas predicativas e equitativas, conferir Lage (1999) e Gomes (2007).

⁸⁴ Faço uso da terminologia “verbos de ligação” tomando como base a caracterização de Xavier, Kenedy e Oliveira (2018). Tais verbos se distinguem dos verbos de alçamento, de cópula e inacusativos porque apresentam comportamentos sintáticos diferentes, como não permitir posposição ao sujeito ou não selecionar um argumento.

verbos nocionais (comer, andar, fazer, etc), ou de localidade, mais comuns em verbos situacionais (morar, viver, beirar, etc). Em resumo, os SpMs podem estar em posição pré-verbal e pós-verbal, mas a ambiguidade é observada em construções marcadas com traços [+DINÂMICO] ou [+LOCAL], permitindo uma interpretação dêitica de *aí* e de *lá*. A ambiguidade é favorecida em alguns contextos por causa das restrições do advérbio e não do SpM. Como o uso dos advérbios não é o tema desta tese, não aprofundarei as hipóteses aqui levantadas, mas parecem ser interessantes para futuras investigações. Nos exemplos a seguir, ignorarei a possibilidade de *aí* e *lá* serem interpretados como advérbios ou como reforçadores e analisarei apenas a especificidade.

No que tange à especificidade e suas relações com traços funcionais, parece que o modo da sentença relativa pode interferir na interpretação do DP, tal como demonstrado em (67) e adaptado em (177):

- (177) a. *Ele quer se casar com [DP uma garota **aí/lá** [C que seja ruiva e com sardas]].
 b. Ele quer se casar com [DP uma garota **aí/lá** [C que é ruiva e com sardas]].

Nas duas construções em (177), o tempo é presente, a diferença está no modo verbal. A primeira sentença é agramatical porque o verbo da relativa em modo subjuntivo impede a existência de uma leitura específica enquanto o verbo no modo indicativo permite uma leitura específica.

Outra consideração que deve ser feita é sobre a possibilidade de *lá* não ser realizado em determinados contextos, diferente do *aí*. Nos estudos de Confessor (2013) e de Paranhos (2019), *aí* e *lá* foram reconhecidos como SpMs que variam. Eu reitero essa análise, no entanto é importante trazer uma consideração: parece que *lá*, diferente de *aí*, não é aceitável em contextos de modo subjuntivo do futuro quando há situação de dinamicidade, como em (4) e (65), reformulado em (178), e em (179) e (180):

- (178) a. Se [DP uma pessoa **aí**] vier para a festa, América ficará contente.
 b. #Se [DP uma pessoa **lá**] vier para a festa, América ficará contente.
 (179) a. Se [DP uma pessoa **aí**] for para a festa, América ficará contente.
 b. Se [DP uma pessoa **lá**] for para a festa, América ficará contente.
 (180) a. Se [DP um amigo **aí/lá**] for incendiado, ganharei uma fortuna.
 b. Se [DP um amigo **aí/lá**] for incendiado, ganharei uma fortuna.

Com uso do verbo *vir* em sua forma subjuntiva no futuro, a leitura específica é possível em (178a), enquanto em (178b) o uso de *lá* torna a sentença menos aceitável. Parece que esse processo ocorre por causa do sentido do verbo *vir* que está relacionado com uma fonte e *lá* parece se contrapor a uma fonte próxima do falante. O sujeito é agente da ação e o verbo requer um deslocamento de uma fonte. Ao alterar o verbo para uma indicação de alvo (*ir*), como em (179), tanto *aí* como *lá* podem atuar como SpMs. O sujeito é agente da ação e o verbo indica um alvo. Em (180), quando o verbo é acompanhado por *incendiado*, o papel temático do sujeito é de paciente/tema, não indica algum tipo de fonte ou alvo. Argumento que em termos sintáticos, *lá* e *aí* ocupam a mesma posição, no entanto, parece que a inaceitabilidade ocorre por causa da relação entre o papel temático do sujeito e a indicação de dinamicidade do verbo que, ao indicar fonte, é mais aceitável com o uso de *aí*. Isso não quer dizer que *lá* não seja um SpM, mas parece ter alguma propriedade ou subtraço marcado para deiticidade que dificulta a interpretação de sentenças como (178b). Talvez por esse motivo, os dados de Confessor (2013) e de Paranhos (2019) indiquem uma frequência menor de *lá* do que de *aí*, em termos quantitativos. Seria importante levar em conta esses fatores para futuras análises quantificadas.

Iniciei a seção caracterizando as possibilidades de ambiguidade do uso de *aí* e de *lá* no PB dentro do sintagma nominal. Em seguida, analisei as propriedades que permitem que a especificidade seja marcada por meio de *aí* e de *lá* em contextos verbais distintos. Essas caracterizações são importantes para identificar quais construções favorecem a leitura não ambígua. Na próxima seção, faço a análise sobre as propriedades semânticas e pragmáticas desses marcadores no PB.

4.2.2 Análise sobre as propriedades semânticas e pragmáticas de *aí* e de *lá*

Neste segundo momento, defendo que o uso de *aí/lá* são realizados para valorar traços de especificidade, pois revelam a intenção do falante em inserir ou em retomar uma entidade ou subconjunto que é ancorado em um contexto discursivo. Tomando como base os sete tipos de especificidades, apresentados na seção 1.3, é possível constatar que uso de *aí* e de *lá* em leituras de especificidade referencial e de leitura intermediária. Quanto a leituras pragmáticas envolvendo o uso de *aí* e de *lá*, há implicaturas pragmáticas como de identificação epistêmica e de ignorância, entre outras. Assumo que *aí* e *lá* atuam como SpMs realizando ancoragem referencial. Em seguida, analiso a possibilidade desses marcadores coocorrerem com determinantes definidos, artigos indefinidos, demonstrativos, pronomes e nomes nus, bem como as alterações semânticas e pragmáticas.

Com relação à especificidade do tipo referencial, o uso de *aí* e de *lá* em coocorrência com artigo indefinido inviabiliza uma leitura indefinida quantificacional ou uma leitura indefinida existencial, como em (181), adaptado de (34).

- (181) a. João não conhece [DP um estrangeiro **aí/lá**].
 b. [DP Um estrangeiro], João (não) conhece (ele) **aí/lá**.
 c. [DP Um estrangeiro **aí/lá**], João não conhece ele.

Nos exemplos (181a), há diversas leituras possíveis quando há um contexto opaco. Caso *aí* e *lá* sejam advérbios de lugar, o DP indefinido pode ter três leituras: uma *de dicto*, não-específica e existencial (“não conhece o que é ser estrangeiro nesse lugar **AÍ/LÁ**”); duas leituras *de re*, uma quantificacional (“nenhum estrangeiro nesse lugar **AÍ/LÁ**”) e outra específica (“um estrangeiro específico **AÍ/LÁ**”). Caso o *aí* ou *lá* sejam SpMs, o DP indefinido necessariamente especifica um estrangeiro. Pode-se comprovar essa análise na topicalização do DP. Em (181b), a ambiguidade permanece, com uma leitura específica, quantificacional e existencial, mas, apenas a leitura específica permite a retomada com pronome anafórico. Em (181c), apenas a leitura específica é possível e o pronome deve ser usado, sem alterar o sentido da sentença. Trata-se de um modo de definir a especificidade tomando como base seu tipo referencial, fato que não foi discutido nos estudos de Tavares (2001), Pereira (2011) e de Confessor (2013).

Com relação às questões de escopo intermediário, concordo com a análise de Tavares (2001) de que *aí* e *lá* permitem leituras intermediárias (cf. seção 4.1, exemplo 159)⁸⁵, adaptando o exemplo (41) como (182).

- (182) a. Cada professor recompensou cada estudante que leu [DP um livro **aí/lá**] sobre interface semântico-pragmática.
 b. Leitura 1 - escopo amplo: um livro **aí/lá** > cada professor > cada estudante.
 “Existe um livro específico sobre interface semântico-pragmática que cada professor recompensa cada estudante que lê (...).”
 c. Leitura 2 - escopo intermediário: cada professor > um livro **aí/lá** > cada estudante
 “Para cada professor, existe um certo (possivelmente diferente) livro sobre interface semântico-pragmática para o qual o professor recompensa cada estudante que lê (...).”

⁸⁵ Cabe ressaltar que, de acordo com Von Heusinger (2001, p. 1046), exemplo como (159), são de escopo estreito e não intermediário (cf. exemplo (46b)).

- d. *Leitura 3 - escopo estreito: cada professor > cada estudante > um livro

“Cada professor recompensa cada estudante que lê algum livro sobre interface semântico-pragmática.”

Em (182) a presença de *aí* ou de *lá* possibilita a existência de leituras de escopo amplo, (182b), e de escopo intermediário, (182c), mas não permite uma leitura de escopo estreito, (182d).

Em termos de concepção epistêmica da especificidade, a análise adotada por Pereira (2011) como pressuposto, enfrenta problemas para explicar as leituras específicas de escopo estreito, como exemplificado por Tavares (2001, ex. 159) e por mim em (182). É possível fazer uso de *aí* e de *lá*, SpMs, em contextos em que está explícita a ausência de conhecimento do falante sobre a identidade do referente e ainda assim há especificidade, como em (42), adaptado em (183):

- (183) a. [DP Um estudante **aí/lá** de sintaxe] trapaceou no exame. Foi o garoto que se senta no fundo.
 b. [DP Um estudante **aí/lá** de sintaxe] trapaceou no exame. Eu me pergunto quem foi.

As duas sentenças em (183) permitem o uso de *aí* ou de *lá*, tendo leitura específica mesmo sem reconhecer a identidade do referente, como está explícito em (183b). Concordo com Von Heusinger (2011) e considero que a leitura epistêmica (conhecimento do falante) não explica suficientemente a possibilidade de a referência ser específica. Assumo que a especificidade pode envolver conhecimento epistêmico do falante sobre o referente (Lyons, 1999), mas é a intenção do falante em demonstrar tal conhecimento por meio de uma ancoragem que caracteriza o fenômeno (Von Heusinger, 2011).

Com relação à leitura partitiva, discordo do pressuposto e da análise de Tavares (2001). Em termos de análise, essa divergência está relacionada ao exemplo (157a), adaptado como (184).

- (184) Várias meninas entraram correndo no quarto. [DP Uma menina **aí/lá**] quebrou um vaso.

A análise de Tavares (2001, p. 211) pressupõe que o DP *uma menina aí* necessariamente retoma uma das várias meninas que entraram correndo no quarto, estando ligado a um discurso prévio. A meu ver, a existência de *aí* e *lá* indica que foi uma menina específica, podendo ser

uma mencionada no conjunto dado ou não⁸⁶. Desse modo, concordo com a análise de Von Heusinger (2011), pois parece que a leitura partitiva tem semelhanças com a especificidade, mas não é o mesmo fenômeno. Com relação ao pressuposto, acredito que assumir a leitura partitiva de Enç (1991) pode ser contraditória, pois exclui a possibilidade de reconhecer a existência de outros tipos de especificidade (referencial, discursiva), inviabilizando uma análise explicativa de implicaturas, tal como Tavares (2001 e 2002) e Confessor (2013) realizam.

A vinculação entre especificidade e tópico sentencial, como eu disse anteriormente (cf. exemplo 57), tem sido investigada mais recentemente e não é de meu conhecimento que tenha um estudo no PB sobre isso. Como demonstrei nos exemplos em (173), a topicalização ajuda a identificar situações que poderiam ser ambíguas com o uso de *aí* e de *lá*. Pode-se supor que os falantes do PB teriam preferência pela forma topicalizada para evitar a ambiguidade. Nos dados sistematizados por Confessor (2013) e por mim (2019), *aí* e *lá* são usados como SpMs com o DP em diversas posições sintáticas, mas há preferência por construções existenciais. Entendo que não há evidência que indique a relação entre topicalização e especificidade nos dados do PB.

Em termos de propriedades pragmáticas, concordo com Tavares (2001), com Pereira (2011) e com Confessor (2013) de que *aí* e *lá* podem ser usados intencionalmente pelo falante com implicaturas pragmáticas como leitura epistêmica, vagueza, valoração negativa, afeto familiar, entre outras, como exemplificado em (160) a (167). Em síntese considero que tais análises: i) compreendem que o uso semântico da especificidade pode ter relações pragmáticas, que precisam ser melhor investigadas; ii) parecem entrar em conflito com os pressupostos assumidos pelas autoras e pelo autor, visto que identificam propriedades discursivas que não são consideradas na literatura que usam como base; iii) corroboram para o entendimento de Ionin (2006) e de Von Heusinger (2011) de que é necessário compreender a especificidade como um fenômeno relacionado também a propriedades da interface semântico-discursiva. Esse tema precisa de maiores investigações. No âmbito desta tese, é fundamental compreender as relações de interface do fenômeno para entender como emerge no PB.

Tomando como base Ionin (2006) e Von Heusinger (2011), proponho que os SpMs *aí* e *lá* são constituintes selecionados pela intenção referencial do falante para serem usados em contextos indefinidos e necessariamente estabelecem traços da interface sintático-discursiva, ancorando um referente em um universo dado para comentá-lo. Demonstrei existir tipos de especificidade que se relacionam com a teoria da ancoragem referencial.

⁸⁶ Em um contexto do tipo “Uma menina *aí/lá* quebrou o vaso, mas não foi nenhuma das meninas que entraram correndo, na verdade ele já estava quebrado antes”, é possível ter uma leitura não partitiva.

No Quadro 02, a seguir, sintetizo as relações entre *aí* e *lá*, SpMs em DPs indefinidos, e os tipos de especificidade, conforme discutido nesta seção.

QUADRO 2: Propriedades semânticas e pragmáticas de *aí* e de *lá* em DP indefinido

Propriedades semânticas e pragmáticas de <i>aí</i> e de <i>lá</i> em DP indefinido	PB
Leitura referencial específica	+
Leitura indefinida quantificacional e/ou existencial	-
Leitura de escopo estreito	-
Leitura de escopo amplo	+
Leitura de escopo intermediário com mais de um operador	+
Identificabilidade da referência pelo falante	+
Leitura partitiva de contexto dado anteriormente	-
Especificidade por topicalidade ou por deslocamento à esquerda	-
Proeminência discursiva e implicaturas pragmáticas	+

Fonte: Elaboração própria.

4.3 ESTUDOS SOBRE AS PROPRIEDADES SINTÁTICAS DE SPMS NO PB

Com relação às relações sintáticas de *aí* e de *lá* como SpMs em contextos indefinidos no PB, faço a exposição de três estudos que se dedicaram a descrever o fenômeno: Tavares (2001) sobre o uso de *aí*; Pereira (2011) sobre o uso de *lá*; Confessor (2013), sobre *aí* e *lá*, principalmente.

Tavares (2001) avalia que *aí* ocupa rigidamente a posição pós-nominal, (185), tendo leituras de diferentes graus de aceitabilidade ao ser posposto aos adjetivos, (186)⁸⁷, aos complementos nominais, (187) e às relativas (188):

(185) a. *Eu falei com [DP um **aí** menino].

b. Eu falei com [DP um menino **aí**].

(186) a. Eu comprei [DP um casaco **aí** azul].

b. ?Eu comprei [DP um casaco azul **aí**].

(187) a. Eu comprei [DP um casaco **aí** com cinco botões].

b. ???Eu comprei [DP um casaco com cinco botões **aí**].

⁸⁷ Entendo que o exemplo em (186a) é só possível se houver uma pausa. Por outro lado, (186b), parece-me completamente aceitável.

(188) a. Eu comprei [DP um casaco **aí** [C que eu desejava há bastante tempo]].

b. ???Eu comprei [DP um casaco [C que eu desejava há bastante tempo] **aí**].

(Tavares, 2001, p. 219-21)

Para Tavares (2001, p. 219-21), em (185a), a sentença se torna agramatical porque *aí* antecede o núcleo, diferente de (186b) em que o marcador é pós-nominal. Nos exemplos de (187), o SpM é pós-nominal, mas parece ter leitura mais aceitável quando antecede o adjetivo. Em (187a), o SpM pós-nominal é sucedido por uma completiva e tem leitura mais aceitável do que quando é posterior ao complemento nominal, em (187b). O marcador tem leitura mais aceitável quando antecede uma relativa, como em (188a), do que quando é posterior a ela (188b).

Outra constatação que a autora faz é que *aí* pode coocorrer com artigos indefinidos, nomes nus, numerais ou pronomes indefinidos, entre outros, tais como nos exemplos em (189):

(189) a. Ele enviou [DP um documento **aí**] para a Daniela assinar.

b. Ele enviou [DP documentos **aí**] para Daniela assinar.

c. Nicole falou com [DP dois homens **aí** [C que disseram que tu não vinhas]].

d. Nicole falou com [DP alguns homens **aí** [C que disseram que tu não vinhas]].

(Tavares, 2001, p. 220)

Para Tavares (2001), em (189a) e em (189b)⁸⁸, ocorre, respectivamente, o uso de artigo indefinido e de BN com leitura indefinida e específica, indicando *documentos* que precisam ser assinados. Em (189c) e em (189d), o DP é relativizado com verbo no modo indicativo e é possível ter um numeral, *dois*, e um pronome indefinido, *alguns*, antecedendo o segundo DP.

Pereira (2011, p. 185-97), considerando o uso de *lá*, argumenta que pode ocupar uma posição pós-nominal sem leitura de localidade. O *lá* pode coocorrer com artigo indefinido, com artigo definido, com demonstrativo e com BN, mas não com nomes próprios, (190).

(190) a. eu tinha [DP um colega meu **lá** [C que trabalhava]]...

b. **Aí** eu fico assistindo [...] É um desenho que [DP o menino **lá**] gosta muito de esporte.

c. tinha [DP aquela mulher **lá** [DP que veio aqui]]... éh: comé que chama?⁸⁹

⁸⁸ Para mim, a construção em (189b) é menos aceitável do que (189a).

⁸⁹ Interpreto esse dado como um uso do demonstrativo *aquela* como dêitico, tendo sentido cognitivo. Retorno a essa análise na seção 4.4.

- d. quando eu acabo o dever, é, eu vejo [DP desenho **lá**].
 e. *Vi [DP o Márcio Garcia **lá** [C que sempre assiste TV na sala de espera do aeroporto]].
 (Pereira, 2011, p. 185-7 e 191)

De acordo com a autora, em (190a), o sintagma nominal é iniciado por um artigo indefinido, *um*, e *lá* é posterior ao núcleo e ao possessivo e antecede a relativa. Em (190b), há uso de artigo definido, *o*, acompanhado pelo núcleo, *menino*, e *lá*, não indicando localidade. No exemplo em (190c), há uma construção existencial com o uso de demonstrativo, *aquele* não indica localidade e coocorre com *lá*⁹⁰. A possibilidade de uso de *lá* também é atestada em coocorrência com estrutura com BN, como em (190d). A sentença se torna agramatical se *lá* coocorrer em DP com nome próprio, como demonstrado em (190e).

Para Pereira (2011), *lá* pode anteceder ou suceder adjetivos, possessivos ou genitivos, quando os determinantes não são realizados, (191), mas não pode quando o são, como em (192).

- (191) a. pegu [DP umas panelinha (**lá**) veia (**lá**)].
 b. Eu tinha [DP uma colega (**lá**) meu (**lá**)].
 c. Ele usou [DP uma panela (**lá**) de ferro (**lá**)].
 (192) a. Comprei [DP um livro **lá**] da COPEC.
 b. *Comprei [DP um livro [DP da COPEC] **lá**].
 c. [DP Uma reação **lá**] ao comentário gerou tumulto na reunião.
 d. *[DP Uma reação [DP ao comentário] **lá**] gerou tumulto na reunião.

(Pereira, 2011, p. 191-2)

Para Pereira (2011), os exemplos em (191) evidenciam que o DP, antecedido por artigo indefinido, pode ter o uso de *lá*, sem valor dêitico, em posição posterior ou anterior a adjetivos, possessivos e genitivos sem alteração de aceitabilidade. As estruturas de adjunto adnominal e de complemento nominal com SpM são gramaticais quando o artigo não é realizado, como ocorre em (192a) e em (192c). Quando há realização do artigo definido da estrutura genitiva ou completiva, como ocorre em (192b) e em (192d), a sentença se torna agramatical. A sentença

⁹⁰ Pereira (2011) defende a possibilidade de uso de *lá*, não dêitico, com demonstrativos e cita outros exemplos:
 I. Bastos, ao que parece morava, ainda no tempo da noiva viva [...] com uma mulher. E assim continuou, pouco ligando. Bem. Essa mulher **lá** um dia teve ciúmes.
 II. Essa mulher **lá** advinha nada.
 III. Esta mulher **lá** um dia teve ciúmes.

(Pereira, 2011, p. 185 e 204)

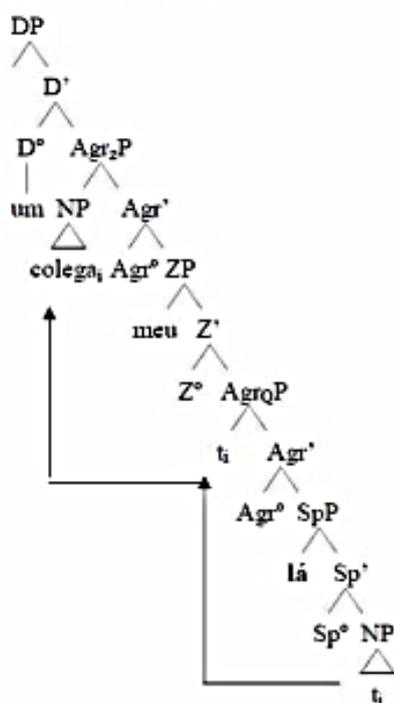
Discordo da análise da autora. Desenvolvo na próxima seção.

poderia ser gramatical se o SpM estivesse vinculado ao DP encaixado, indicando uma COPEC específica ou um comentário específico, respectivamente, mas não poderia estar vinculado aos núcleos, livro e reação, respectivamente.

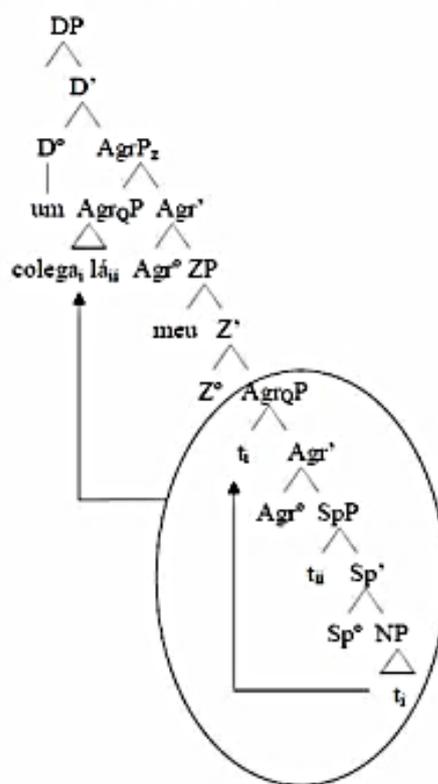
Comparando com os resultados de Tavares (2001 e 2002), Pereira (2011, p. 201-4) faz um paralelo dos possíveis usos de *lá* e de *aí* como SpMs no DP. O único contexto em que se diferenciam é a possibilidade de artigos definidos e de demonstrativos, diferente de *aí*, coocorrerem com *lá* sem que tenha valor dêitico, como demonstrei nos exemplos (190b) e (190c). Para Pereira (2011), embora ambos sejam SpMs, *aí* tem mais restrições sintáticas.

Em termos de representação arbórea, a autora (2011, p. 210-5) assume que *lá*, SpM, é projetado como especificador de SpP, sendo inserido por *merge*. Ela supõe que a projeção (SpP) está acima do NP e abaixo dos modificadores, podendo permanecer *in situ* ou ser movida por *pied-piping* para SpecAgr₂P, conforme derivação a seguir:

(193) a. [um colega meu **lá**]



b. [um colega **lá** meu]



(Pereira, 2011, p. 215)

Eu não assumo essa proposta por dois motivos: i) desconsidera que projeções da interface sintático-discursiva tendem a ocupar posições na periferia esquerda do NP; ii) embora tenha capacidade de descrever dados de possessivos do PB, não tenta adequar a explicação para

outras línguas humanas que são analisadas a partir do pressuposto de que há uma projeção de especificidade logo abaixo do DP, tal como as línguas gbe, exemplos (98) e (99).

Confessor (2013) também observa a possibilidade de *aí* e de *lá* coocorrerem com artigos indefinidos, com expressões quantificadas, com nomes nus e com pronomes indefinidos. A primeira construção foi caracterizada pelo autor como prototípica, enquanto as demais ocorrem em contextos existenciais ou não, como exemplifico nos exemplos em (194).

- (194) a. enrolou... disse... inventou [DP uma mentira **lá** [C que... parece que... inventou [DP uma mentira **lá**]]] (...)
- b. tem [DP um vizinho **aí** [C que eu não falo com ele não]].
- c. Eu acho que [DP um bucado de estudante **aí**], é um burro carregado de livros.
- d. [QP Outros motivos **aí**], né? Que eu não posso citar, né?
- e. Tem [DP estatais **aí**], olha, do governo que estão dando lucro, não é?

(Confessor, 2013, p. 115-21)

Do total de 248 dados, Confessor (2013) divide as construções prototípicas, como em (194a), que representam 62,5% dos dados coletados, das construções onde há um verbo existencial, como em (194b) e (194e), que representam 25,4% dos dados. 6,5% dos dados são de SpMs acompanhados de quantificadores ou expressões quantificadas, como *bucado* em (194c). Em 9 ocorrências (3,6% do total), há pronomes indefinidos antecedendo o nome e o SpM, como exemplificado em (194d). Em (194e), há um contexto existencial e não há realização de artigo. O autor (2013) identificou 4 dados de nomes nus e caracterizou como um contexto genérico onde o nome expressa um *tipo*, uma *espécie* ou *um gênero*. Cabe destacar que o autor (2013) não localizou dados de uso de artigo definido ou de demonstrativo coocorrendo com *aí* e *lá*, SpMs.

Com relação à possibilidade do DP com *aí* e *lá* coocorrer com outros modificadores, Confessor (2013) localizou apenas 18 ocorrências, sendo 8 de adjetivos, 5 com genitivos e 5 de possessivo, conforme exemplifico em (195):

- (195) a. Eu tava brincando com [DP um quadrinho pequeno **aí** [C que tava logo abaixo da... desse quadro]] (...)
- b. Eu estive [DP um período de tempo **lá**], aí depois... sempre trabalhando de motorista também, né?

c. Tem [DP uma amiga minha **lá** [C que ela trabalha na mesma sala]].

(Confessor, 2013, p. 125-6)

Em (195a), o DP é relativizado com verbo no modo indicativo e é composto pelo artigo indefinido, o nome, um adjetivo e o SpM (*aí*). Em (195b), há uma construção genitiva sem realização de artigo, *de tempo*, entre o nome, *período*, e o SpM, *lá*. No exemplo em (195c), o possessivo antecede *lá* em uma construção relativizada com verbo no modo indicativo. O autor constata que há preferência pelo uso de SpMs sem elementos intervenientes.

Confessor (2013) também quantifica dados de uso de diferentes tipos de nomes (abstratos x concretos, humanos x não-humanos), as posições onde o DP costuma ocupar (sujeito, verbo, objeto direto, absolutivo⁹¹ etc.) e o tipo de informação veiculada pelo DP (nova x dada x pressuposta). Em geral, há preferência por uso de nomes não-humanos, concretos, na posição de objeto e de complemento de verbo existencial, geralmente veiculando informações novas.

Nesta seção, expus breves caracterizações sobre as propriedades sintáticas de SpMs no PB, tomando como base três estudos: Tavares (2001); Pereira (2011); e Confessor (2013). Ainda que tenham objetivos e bases teóricas diferentes, realizam caracterizações e selecionam amostragens de usos concretos da língua com a presença de *aí* e de *lá*. Na subseção seguinte, discuto e analiso as propriedades sintáticas desses marcadores tomando como base a proposta de Aboh (2004, 2015) e as análises sistematizadas na seção 3.

4.4 ANÁLISE DAS PROPRIEDADES SINTÁTICAS DE AÍ E DE LÁ COMO SPMS

Nesta seção, desenvolvo o argumento de que *aí* e *lá* são projetados em em Top^o, demonstrando as operações de *merge* e de *move* e as caracterizações de DPs indefinidos com *aí* e *lá* atuando como SpMs. A partir das análises desenvolvidas, proponho um quadro de traços que ajudam na caracterização dos SpMs *aí* e *lá*. Por meio deste quadro, na seção 6, formalizo a tese de que esses marcadores emergiram como resultado do processo de contato e foram

⁹¹ Confessor (2013) caracteriza como absolutivo o argumento único de uma construção existencial ou apresentacional e têm a função de introduzir novos participantes no discurso, como nos exemplos em I e II:

I. É um código **lá** que, a menina... eu tava de férias quando eu voltei aí esse código tava dentro + da produtividade (...)

II Mas (é) que eu saiba mesmo, (é) claro que existem, existem (é) grupos **aí** que participam (na) nessas praças que eu te falei.

selecionados apenas em contextos indefinidos porque os possessivos ocupam rigidamente a posição de Top° em contextos definidos.

Em primeiro lugar, retomo brevemente os pressupostos sintáticos assumidos nesta tese. Na seção 3, assumi a hipótese universal para o DP (Abney, 1987; Lyons 1999, etc), a análise cartográfica da gramática gerativa (Longobardi, 1994; Cinque, 2005, etc), o paralelismo sintático entre DP e CP (Abney, 1987; Alexiadou, Haegeman e Stavrou, 2007, etc), a existência da periferia esquerda do NP (Giusti, 1996, 2002 e 2006; Aboh, 2004 e 2015, etc), a hipótese de que BN projetam DP com D° nulo foneticamente (Campbell, 1996; Ribeiro e Cyrino, 2011; Espinal e McNally, 2011, etc). Para esta seção, assumo que *aí* e *lá* são núcleos de TopP e, ao serem projetados atribuem leitura [+ESP]. Por ter um traço forte, é necessário que ocorra a operação de *move* por *pied-piping* da projeção funcional de concordância que é concatenada abaixo do Num° (Aboh, 2004, 2015; Pereira, 2011).

Organizo esta seção em duas subseções. Na primeira subseção (4.4.1), analiso os usos de *aí* e de *lá*, SpMs, em coocorrência com artigos indefinidos, pronomes indefinidos e nomes nus. Não avalio a possibilidade de coocorrência com nomes próprios, porque concordo com a análise de Pereira (2011) de que SpMs não podem ser realizados nesses contextos. Também não avalio a possibilidade de coocorrência com artigos definidos e com demonstrativos porque acredito que pode ocasionar leitura definida, conforme argumentei em (172). Parece que, nos exemplos de Pereira (2011), conforme exemplifiquei em (190c) e nos exemplos da nota de rodapé (n. 90), demonstrativos são usados como leitura *recognitiva* ou anafórica, não caracterizando uso indefinido, mas um uso como um reforço de elementos dêiticos (cf. Himmelmann, 1996). Pereira (2011) chega a essa conclusão porque argumenta que não é possível que o demonstrativo *esse* seja usado com o reforçador *lá*, fato que é amplamente demonstrado na literatura (cf. Ribeiro, 2010; Meira e Guirardello-Damian, 2018; Paranhos, 2019). Além disso, tal como constatado estatisticamente por Confessor (2013) e Paranhos (2019), há preferência pelo uso de artigos indefinidos para expressar leituras específicas indefinidas⁹².

Na segunda subseção (4.4.2), analiso a posição e as operações de *move* que são realizadas quando a ocorrência de *aí* e de *lá* na posição de Top° em coocorrência com outros

⁹² Em estudo de dados da comunidade de Helvécia, comunidade quilombola falante de uma vertente de português afro-brasileiro, constatei (Paranhos, 2019) usos de artigos definidos em coocorrência com SpMs. Há três possíveis explicações: artigos definidos em contexto [-DEF,+ESP], sem valor marcado para definitude; artigos definidos antecedendo nomes abstratos sem possibilidade de identificação epistêmica por parte do falante (*negócio, troço, coisa*); artigos definidos em contextos [+DEF,+ESP] em que o SpMs atua do mesmo modo que em contextos indefinidos. Considero que são necessários mais estudos sobre o tema, mas que essas possibilidades não são comuns no PB em geral.

modificadores, adjetivos, possessivos, genitivos e relativas. Ainda que não seja uma construção econômica, há a preferência por *pied-piping*, tal como ocorre nas línguas gbe e no iorubá, caracterizando, a meu ver, uma evidência de que é um traço resultante do contato. Encerro a seção realizando considerações sobre este estudo.

4.4.1 **Análise da coocorrência de SpMs com artigos indefinidos, pronomes indefinidos e BNs**

Concordo com as descrições de Tavares (2001), de Pereira (2011) e de Confessor (2013) quanto à possibilidade de uso com outros tipos de construções nominais coocorrendo com SpMs, mantendo uma leitura indefinida, como nomes nus e pronomes indefinidos, como exemplifico em (196).

- (196) a. Cátia precisa vencer [DP uma atleta **aí/lá**] para ser campeã.
 b. ??Cátia precisa vencer [DP atleta **aí/lá**] para ser campeã.
 c. Cátia precisa vencer [DP alguma atleta **aí/lá**] para ser campeã.

Acredito que, em (196a), os SpMs *aí* e *lá*, ao coocorrerem com artigo indefinido, restringem a uma única atleta específica que precisa ser vencida por Cátia. Quando se faz uso de BN coocorrendo com *aí/lá*, como em (196b), as construções nem sempre são aceitáveis e o DP permite uma leitura específica. No exemplo em (196c), o uso do pronome indefinido *algum* em coocorrência com SpMs possibilita pressupor a existência de uma atleta que precisa ser vencida por Cátia, mas parece que há uma leitura pragmática de não reconhecimento da referência e nem de sua identidade. Nas subseções seguintes, desenvolvo as análises aqui apresentadas.

Coocorrência de *aí/lá* com artigos indefinidos e outros SpMs

Os SpMs *aí* e *lá* preferencialmente coocorrem com artigos indefinidos, caracterizando uma construção prototípica ([DET [-DEF; -ESP] + N + *aí/lá* DP]). A posição desses marcadores é predominantemente no final do DP e não concordam em número ou em gênero, conforme exemplos em (197)

- (197) a. Pedro quer se casar com [DP uma menina **aí/lá**].
 b. Pedro quer se casar com [DP umas meninas **aí/lá**].
 c. *Pedro quer se casar com [DP uma **aí/lá** menina].
 d. *Pedro quer se casar com [DP **aí/lá** uma menina].

A sentença é gramatical quando *aí/lá* ocupam a posição pós-nominal, como em (197a) e (197b). Caso os marcadores fiquem entre o artigo indefinido e o núcleo nominal ou na posição inicial, a sentença se torna agramatical, como ocorre, respectivamente, em (197c) e (197d). Concordo com Tavares (2001), com Pereira (2011) e com Confessor (2013) e assumo que os SpMs *aí/lá* tendem a ocupar uma posição rigidamente pós-nominal. Com relação à concordância de número, em (197a), a forma singular *menina* é contável e cardinal ao ser acompanhada pelo SpM *aí* ou *lá*, representando uma entidade única e especificada. Quando a sentença é passada para o plural, como em (197b), a sentença é gramatical e pode ter aceitabilidade questionável a depender das características sociais, principalmente, em uma sociedade monogâmica, pois tem indicação de um subconjunto de garotas específicas. A forma singular denota átomos e o plural denota pluralidades, como representado em (198)

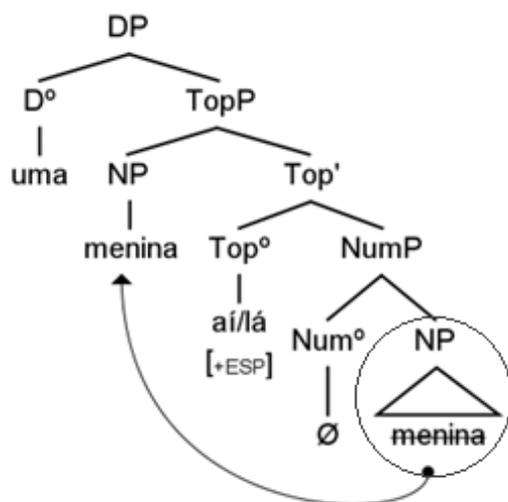
(198) Denotação nominal de indefinidos específicos no PB

- a. $\| \text{uma menina aí/lá} \| = \{g_1\} \text{ ou } \{g_2\} \text{ ou } \{g_3\}$
 b. $\| \text{umas meninas aí/lá} \| = \{ \{g_1+g_2\} \text{ ou } \{g_1+g_3\} \text{ ou } \{g_2+g_3\} \text{ ou } \{g_1+g_2+g_3\} \}$

(adaptado de Paraguassu e Müller, 2007)

Em um conjunto de três possíveis meninas ruivas e com sardas (g_1 , g_2 e g_3), Pedro quer se casar com uma delas (g_1 ou g_2 ou g_3), denotando átomos, como representado em (198a). Em (198b), há a representação da denotação de pluralidades, ou seja, do conjunto possível de meninas (g_1 , g_2 e g_3), *Pedro* quer se casar com um subconjunto que é composto por mais de uma delas.

Para o exemplo em (197a), proponho que a representação a (199).

(199) [uma menina **aí/lá**]

Na representação em (199), toda a projeção de NP é movida para SpecTopP para valorar os traços de especificidade. Ao analisar o uso de SpMs, assumo que os marcadores *aí* e *lá* ocupam a posição de núcleo de TopP, pois: i) têm propriedades ligadas à interface sintático-pragmática; ii) não necessitam estabelecer concordância quanto à gênero e à número; iii) carregam o traço de especificidade que retiram a ambiguidade da sentença (Aboh, 2004; 2015). Dito isso, acredito que não há variação entre a representação fonológica do núcleo de Top°, em (196), e sua ausência, em (133) ou em (134), pois, ao expressar *aí/lá*, o falante tem a intencionalidade pragmática em construir uma sentença não ambígua, acrescentando um núcleo necessariamente marcado positivamente para especificidade⁹³.

Outra propriedade de SpMs que está relacionada à interface sintático-semântica é o acréscimo de subtraços a depender do tipo de nome que coocorre no DP, tal como ocorre com outros SpMs (*certo*, *particular* ou *específico*), conforme exemplos em (200) e (201).

(200) a. Pedro quer comprar [DP uma certa água/massa [C que só é vendida nesse mercado]].

b. Pedro quer comprar [DP uma água/massa **aí/lá** [C que só é vendida nesse mercado]].

(201) a. Pedro quer ter [DP certa confiança/certo charme [PP para que a vizinha se apaixone]].

b. Pedro quer ter [DP uma confiança/charme **aí/lá** [PP para que a vizinha se apaixone]].

Ao analisar o uso do complexo determinante (*um*) *certo*, Silva, L. (2012) observa que tende a expressar um *tipo* quando é seguido por nome massa, como ocorre em (200a). Em

⁹³ Talvez a variação só possa ser considerada em contextos em que o TopP é necessariamente projetado, como em (135), que é relativamente aplicável para contextos como os de alçamento de adjetivos, (102) e (132), ou de construções com relativas com verbo no modo indicativo, (131), (149) e (177).

(200b), *aí* e *lá* expressam, tal como (*um*) *certo*, um tipo de água ou de massa específica. Nos exemplos em (201), (*um*) *certo* e *aí* e *lá* tornam o DP específico e acrescentam a noção de que há um grau de confiança ou de charme que precisam ser adquiridos. Tanto os nomes massa como os nomes abstratos são atomizados e singularizados com o acréscimo do SpM. Discuto sobre a propriedade de outros SpMs ((*um*) *certo*, particular, etc) e a coocorrência com *aí* e *lá* quando tratar dos adjetivos.

Em síntese, *aí* e *lá* coocorrem preferencialmente com artigos indefinidos e com nomes contáveis, indicando especificidade. Quando ocorrem com nomes massa ou nomes abstratos, marcam subtraços que permitem alterar o tipo do nome que passa a ter características contáveis, indicando atomicidade, para nomes de massa, e grau, para nomes abstratos. Para que a estratégia [DET [-DEF;+ESP] + N + *aí/lá*] seja possível, há o movimento de toda a projeção posterior ao NumP para SpecTopP e *aí/lá* ocupam a posição de Top°.

Coocorrência de *aí* e de *lá* com BNs

Apresentei as discussões sobre BNs na seção 3.2 bem como as análises que assumo. Em primeiro lugar, assumo que a representação arbórea de BNs com *aí/lá* é similar a (199), com a diferença de que o artigo não é realizado foneticamente em D°. No entanto, cabe desenvolver um pouco mais sobre as consequências dessa análise.

Por que o falante faria uso de estruturas sem artigo em coocorrência com SpM? Seguindo Confessor (2013), acredito que o principal objetivo seja transformar a propriedade contável (ou não) do nome em um nome massa específico e não contável. Acrescento, no entanto, que há possibilidade de construir estruturas de referencialidade atômica, tal como é feito com artigos indefinidos, como representei a denotação em (198).

Para chegar a essa constatação, no entanto, é necessário realizar alguns testes que podem ser controversos, pois não me parece usual ter esse tipo de construção, o que se comprova estatisticamente a partir dos resultados de Confessor (2013), que observa apenas 5 dados, correspondendo a aproximadamente 2% dos registros quantificados (248 no total). Exemplifico em (202):

(202) a. Mais quando você vai crescendo, já vai jogando em times, formando campeonatos, [DP torneios **aí**].

- b. ...você tinha que estudar a matéria a fundo, tinha, vamos supor assim tipo [DP apostila **lá**]. Então, você tinha que estudar em casa.

(Adaptado de Confessor, 2013, p. 120)

Os dados em (202) são recolhidos de inquéritos de variadas normas do PB em que há uso de BNs com SpMs e há um contexto [-DEF;+ESP]. Confessor (2013) caracteriza que essas construções como de sintagma nominal (NP) genérico, referindo-se a um *tipo*, uma *espécie* ou um *gênero*. Concordo com o autor (2013) e acrescento que somente em (202b) há uso da forma singular do BN e que, em (202a) e em (202b), o DP é usado para explicar tipos de informações trazidas anteriormente, de campeonatos e de materiais didáticos, respectivamente. Por que a coocorrência de *aí* e de *lá* com BNs acrescenta o valor de *tipo*? Acredito que, ao coocorrer com SpMs (*aí/lá*), os BNs podem ser interpretados como nomes massa, identificando um tipo, como observado nos exemplos em (200) e em (201). Parece ser um recurso que permite transformar nomes contáveis em nomes de massa.

Outra propriedade que acrescento é que, a depender da construção da sentença e dos operadores, o uso de SpMs denota átomos ou pluralidades, pois BNs podem ter leitura definida e específica, tal como discutido por Espinal e McNally (2011) e Cyrino e Espinal (2014). Um exemplo disso ocorre em algumas construções de contexto existencial, como em (203):

- (203) a. Tem [DP estatais **aí**, olha, do governo [C que estão dando lucro]], não é?
 b. Tem [DP horas **lá** [C que quase ele altera essa mesma história]]... ia dar uma confusão maior...

(Confessor, 2013, p. 120)

Nos dois exemplos em (203), a coocorrência de BNs com *aí* e *lá* permite a identificação de *estatais* ou de *horas* (ou de momentos) contáveis e atomizadas, respectivamente, sem acrescentar a leitura de *tipo*, tal como ocorre em (202). A diferença de (202) e de (203) é o tipo de construção sintática: na primeira há uma explicação a uma informação já veiculada, enquanto na segunda há uma construção existencial em que é necessário ter relativização.

Quando as sentenças são declarativas, o SpM não tem a mesma aceitabilidade do que o complexo determinante (*um*) *certo*, conforme exemplos elaborados por mim em (204):

- (204) a. ?[DP Certo leão] come as zebras / [DP Certo leão] comeu as zebras⁹⁴.
 b. *[DP Leão **aí/lá**] come as zebras / ??[DP Leão **aí/lá**] comeu as zebras.

Em sentenças de contexto genérico ou com operador temporal de passado, o complexo determinante (*um*) *certo* mantém leitura de especificidade, como ocorre em (204a). Em (204b), demonstro que, quando a sentença está no presente e tem leitura de genericidade, a coocorrência de BN com SpMs torna a sentença agramatical; e, quando há algum operador de opacidade (*passado*, *negação*, etc), a coocorrência do BN com os SpMs tem aceitabilidade questionável.

As diferenças interpretativas desses DPs que se alteram a depender do tipo de construção verbal não são tão simples de compreender. A primeira dificuldade está relacionada à quantificação, pois não parece ser a forma mais recorrente, carecendo de dados para análise. A segunda dificuldade é a capacidade de estabelecer graus de aceitabilidade. Caberia maiores investigações com a aplicação de testes para entender como a estrutura verbal interfere na interpretação de DP com BNs e SpMs.

Em síntese, BNs podem coocorrer com SpMs em alguns contextos tendo leitura específica, que pode ser marcada também com o traço de *tipo*, tal como ocorre com nomes massivos, mas também pode não ser marcada, mantendo traços contáveis como quando ocorre em contextos existenciais. O uso da estratégia [N + *aí/lá*] é permitido em contextos existenciais e explicativos, mas não parecem ser possíveis em sentenças declarativas, seja em contextos genéricos seja em contextos com operadores de opacidade.

Coocorrência de *aí/lá* com pronomes indefinidos

Acredito que o uso de pronomes indefinidos com SpMs envolve alteração semântica da sentença. Enquanto *algum* amplia o escopo sobre a possibilidade de subconjuntos, *aí/lá* pressupõem um subconjunto específico. Por que o falante faria uso dos itens coocorrendo já que um tende a expressar o contrário do outro? Acredito que a principal função de *algum* está relacionada à intenção do falante em pressupor ignorância quanto à identidade do referente e o uso de *aí* e de *lá* reforça essa pressuposição.

Desenvolvo minha análise com base na caracterização do pronome indefinido *algum* feita por Silva, L. (2012) e exemplifico em (205).

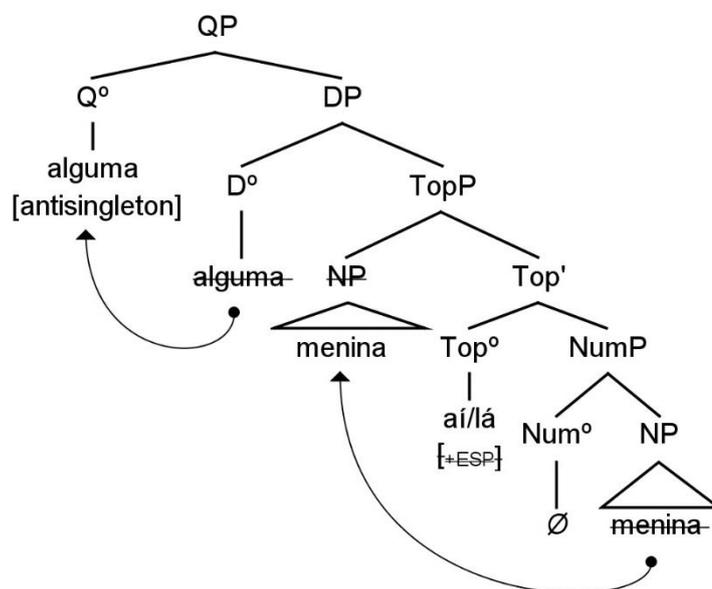
⁹⁴ A construção no tempo presente parece ser menos aceitável do que quando o tempo verbal está no passado. Caso se retire o determinante definido *as*, parece que há mudança de leitura, podendo indicar que “um certo leão só come(u) zebras.”

- (205) a. Pedro pretende se casar com [DP alguma menina **aí/lá** [C que seja ruiva e com sardas]].
 a'. Pedro pretende se casar com [DP alguma menina **aí/lá** [C que é ruiva e com sardas]].

Em (205a), a sentença é gramatical e aceitável. O DP tem um marcador de especificidade e o verbo da relativa está flexionado no futuro do subjuntivo. Em (205b), o verbo da relativa está flexionado no presente do indicativo. Conforme discussão feita nesta tese, com base em Rivero (1975), em contextos como (205a), a interpretação do DP é necessariamente não-específica, enquanto em (205b) é específica. A presença de *aí* e de *lá* deveria sempre permitir apenas a leitura [+ESP] e anular a leitura [-ESP].

Por que a estratégia [*algum* + N + *aí/lá*] é ambígua com relação à especificidade? Como discuti na seção 3.3, *algum* é um indefinido *antisingleton* que seleciona mais de um subconjunto em um conjunto de possibilidades, podendo acrescentar implicaturas de indiferença. *Algum* pode cancelar as leituras de especificidade sobre as quais tem escopo. Ou seja, por ser projetado em uma projeção superior a outros elementos, o QP, o pronome indefinido pode atuar como um operador de anti-especificidade (cf. Espinal e Cyrino, 2022), como represento em (206).

- (206) [alguma menina **aí/lá**]



Em (206), adapto a proposta de Espinal e Cyrino (2022). Argumento que o NP, *menina*, é concatenado com Num° e valora traços de número singular. Em seguida, NumP é concatenado a *aí/lá* que tem o traço não-interpretável [+ESP]. Para valorar seus traços, Top' é concatenado ao TopP e há o movimento do NP para a posição de SpecTop. TopP é concatenado a D° para

licenciamento de definitude e depois é movido para a posição de Q°, onde licencia o traço quantificacional, tendo a propriedade de cancelar a especificidade que c-comanda em Top°.

Mas, por que é possível ter leitura específica, como em (205b)? Porque o traço *antisingleton* de *algum* é sensível ao contexto e suas implicaturas podem ser canceladas, permitindo a leitura da especificidade (Pires de Oliveira, 2005). No entanto, o traço de *indiferença* ainda é mantido, como ocorre em (205b) que é aceitável porque o referente ainda que seja específico é ignorado, ou seja, o falante não é capaz de reconhecer sua identidade epistêmica.

Nos exemplos de (207), a seguir, a identidade epistêmica é permitida quando não há marcador de especificidade, mas a sentença não parece ser aceitável quando *aí/lá* é realizado.

- (207) a. Pedro quer se casar com [alguma menina DP]. O nome dela é Joana.
 b. Pedro quer se casar com [alguma menina **aí/lá** DP]. #O nome dela é Joana.

Nos pares (207a) e (207b'), a implicatura de ignorância de *algum* é cancelada porque o referente é acrescentado no contexto posterior, mas a existência do *aí/lá* reforça a noção de pressuposição de que o referente não é conhecido expressa por *algum*, tornando a sentença menos aceitável.

Quando o contexto permite uma leitura de anti-especificidade, *aí* e *lá* parecem reforçar a leitura pragmática de indiferença, como nos exemplos em (208), a seguir:

- (208) a. Pedro quer se casar com [alguma menina **aí/lá** DP]. Eu preciso descobrir quem é.
 b. Pedro tem que se casar com [alguma menina **aí/lá** DP] ou ele nunca será feliz.

Em (208a) e em (208b), as sentenças são gramaticais e aceitáveis porque a ignorância do referente é permitida, seja com modalizador epistêmico (*quer*) seja com modalizador deôntico (*tem que*), no entanto, no segundo caso, só é possível ter uma leitura quantificacional. Esses exemplos são importantes para demonstrar que *algum* pode cancelar a identificação do referente, atuando como um *antisingleton*, acrescentando ignorância e inviabilizando uma leitura específica ao coocorrer com *aí/lá*⁹⁵.

⁹⁵ Silva L. (2012, p. 118) demonstra a diferença de *algum*, com a característica *antisingleton*, dos indefinidos *um* e (*um*) *certo*, com característica *singleton*, a partir dos exemplos a seguir.

- I. João estava em algum bar mexicano na rua dos Pinheiros. #Na verdade, é o único bar nesta rua.
- II. João estava em um bar mexicano na rua dos Pinheiros. Na verdade, é o único bar nesta rua.
- III. João estava em um certo bar mexicano na rua dos Pinheiros. Na verdade, é o único bar nesta rua.

Em suma, pronomes indefinidos tendem a cancelar a especificidade porque estão em relação de c-comando com o DP e o TopP. Ao mesmo tempo, como suas propriedades são marcadas pragmaticamente, suas implicaturas podem ser canceladas a depender do contexto, permitindo que a especificidade ocorra. Nesse último caso, *algum* inviabiliza que o referente tenha sua identidade epistêmica reconhecida, mantendo propriedades pragmáticas de *indiferença* e *aí/lá* parecem reforçar a noção de indiferença. Acredito que essas análises ainda precisam ser desenvolvidas, principalmente com a aplicação de testes de aceitabilidade.

Nesta primeira parte, analisei os usos de artigos indefinidos, BNs e pronomes indefinidos em coocorrência com SpMs (*aí/lá*) em DPs indefinidos. Sintetizo as discussões realizadas nesta subseção e na seção 3 no Quadro 3 e no Quadro 4, a seguir:

QUADRO 3: Coocorrência de *aí/lá* em contextos indefinidos com demonstrativos, artigos definidos, nomes próprios, artigos indefinidos, BNs, pronomes indefinidos

Contextos de Coocorrência de <i>aí</i> e de <i>lá</i>	PB
Com demonstrativos marcando especificidade	-
Com artigos definidos marcando especificidade	-
Com nomes próprios marcando especificidade	-
Com artigos indefinidos mais nomes contáveis marcando especificidade	+
Com artigos indefinidos mais nomes massivos marcando especificidade e tipo	+
Com artigos indefinidos mais nomes abstratos marcando especificidade e grau	+
Com BNs marcando especificidade	+
Com pronomes indefinidos marcando especificidade	+

Fonte: Elaboração própria com base em Aboh (2015, 207-8).

Acrescento os exemplos a seguir para demonstrar como a especificidade ocorre mesmo com o acréscimo dos marcadores *aí/lá*, mas a identificabilidade do referente não é permitida.

- IV. João estava em algum bar **aí/lá** de comida mexicana na rua dos Pinheiros. #Na verdade, é o único bar nesta rua.
- V. João estava em um bar **aí/lá** de comida mexicana na rua dos Pinheiros. Na verdade, é o único bar nesta rua.
- VI. João estava em um certo bar **aí/lá** de comida mexicana na rua dos Pinheiros. Na verdade, é o único bar nesta rua.

QUADRO 4: Traços de especificidade, definitude no PB em coocorrência com artigos definidos, demonstrativos, artigos indefinidos e pronomes indefinidos

PB	
[+ DEF; + ESP]	a(s), o(s), essa(s), esse(s), aquela(s), aquele(s)
[- DEF, + ESP]	um(s) (aí/lá), uma(s) (aí/lá), BN (aí/lá) ¹ , alguma(s) (aí/lá), algum(ns) (aí/lá)
[+ DEF, - ESP]	a(s), o(s)
[-DEF; -ESP]	um(s), uma(s), BN ² , alguma(s), algum(ns)

Fonte: Elaboração própria com base em Aboh (2015, 188)

Legenda: 1 – Somente para contextos existenciais ou explicativos; 2 – Somente em contextos não genéricos.

4.4.2 Coocorrência de *aí/lá* com outros modificadores: adjetivos, possessivos, genitivos e relativas

Nesta seção, retomo as análises feitas na seção 3.5 para analisar o comportamento de modificadores (possessivos, adjetivos, genitivos e relativas). Demonstro que é necessária uma operação de *piep-pipped* em que todas as projeções abaixo do NumP são movidas para o SpecTopP. Em termos de economia, esse movimento é mais custoso do que o movimento de núcleos e de especificadores que parece ser característico das línguas românicas (Ledgeway, 2012, p. 197-8) e, por isso, argumento que se trata de um tipo de operação que emerge no PB como resultado do contato e é selecionado por envolver relações da interface sintático-discursiva.

Em primeiro lugar, é possível que outros elementos sintáticos sejam acrescentados ao DP, ocupando posições anteriores ou posteriores aos SpMs, tal como demonstrado por Tavares (2001), por Pereira (2011) e por Confessor (2013). Tendo a concordar com as análises de Pereira (2011) sobre o uso de *lá* e acredito que são aplicadas também para a descrição de *aí*. Conforme demonstrei, para Tavares (2002), *aí* é menos aceitável quando posposto a adjetivos. Assumo tanto *aí* como *lá* que pode suceder adjetivos, como em (209):

- (209) a. Pedro quer se casar com [DP uma garota divertida **aí/lá**].
 b. #Pedro quer se casar com [DP uma garota **aí/lá** divertida].

Em (209a), o DP tem a estrutura [DET_[-DEF] + N + AdjP + **aí/lá**], os SpMs ocupam a posição final. Já em (209b), o adjetivo ocupa a posição final e os SpMs são posteriores ao nome. Esse tipo de construção só é possível com adjetivos predicativos e parece-me que a segunda construção precisa ter uma entonação prosódica diferente, indicando foco. Assumo que, em (209b), há alteração no sentido da sentença, com leitura de foco contrastivo, e o nome em

coocorrência com o SpM tem escopo sobre o adjetivo, que só pode ter sentido qualificativo. É possível realizar alguns testes para comprovar tal análise, como: i) a impossibilidade da estrutura focalizada configurar como resposta a uma frase *wh*, em (210b); ii) a possibilidade de ter uma ênfase prosódica no adjetivo, em (211a), e a dificuldade de atribuir ênfase em outros elementos do DP sem que haja alteração do significado, em (211b); iii) a possibilidade de coordenar o constituinte focalizado, em (212a)⁹⁶.

(210) **Pergunta:** Com quem Pedro quer se casar?

- a. Pedro quer se casar com [DP uma garota divertida **aí/lá**].
- b. *Pedro quer se casar com [DP uma garota **aí/lá** divertida].

(211) a. Pedro quer se casar com [DP uma garota **aí/lá** DIVERTIDA].

- b. ??Pedro quer se casar com [DP uma GAROTA **aí/lá** divertida].

(212) a. Pedro quer se casar com [DP uma garota **aí/lá** divertida], não uma chata.

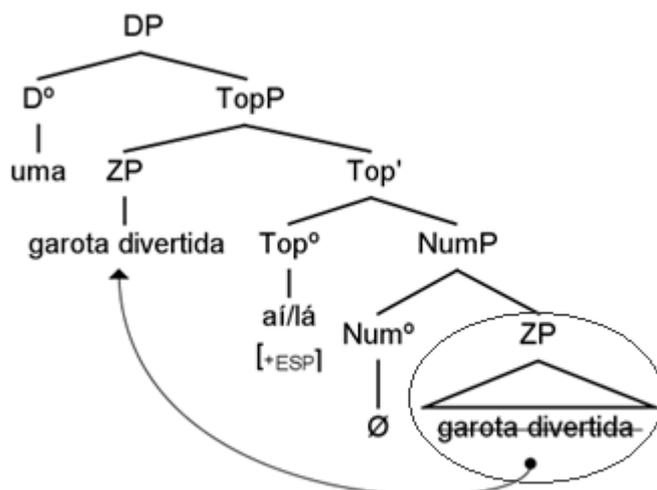
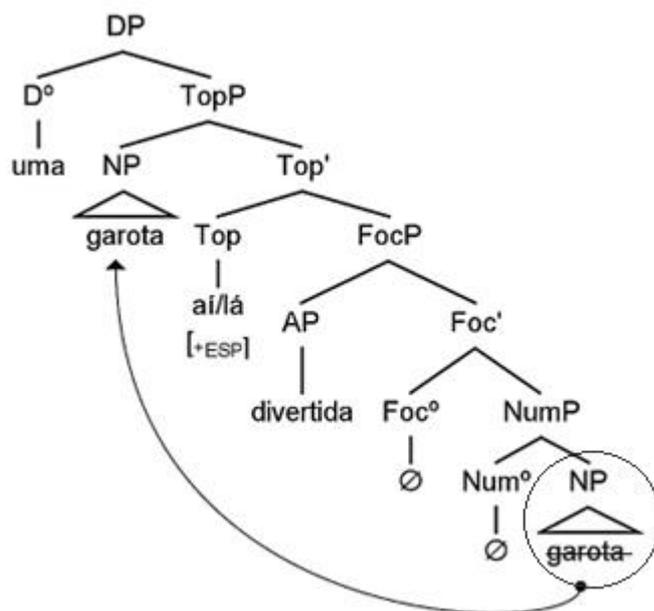
- b. *Pedro quer se casar com [DP uma garota **aí/lá** divertida], não um garoto.

Em (210), há uma pergunta que exige como resposta a menção a um referente novo. Apenas (210a) pode servir como resposta porque, em (210b), a informação nova focalizada é o adjetivo que é posterior ao SpM. Nos exemplos em (211), é marcada a ênfase em elementos do DP por meio da mudança prosódica. Quando o adjetivo é enfatizado, em (211a), a sentença é gramatical e aceitável, mas quando não é, como em (211b), a sentença parece ser gramatical, mas tem aceitabilidade questionável. Quando há um contexto de coordenação com o adjetivo posposto ao SpM, é possível ter coordenação da informação focalizada, *divertida*, mas parece não ser possível ter coordenação de outro DP⁹⁷.

Em (213) e em (214), represento as construções dos exemplos (209a) e (209b), respectivamente.

⁹⁶ A alteração do sentido do adjetivo posposto ao SpM (e também do genitivo e do possessivo, como discuto em seguida) é mais uma evidência de que não há variação entre a realização fonética ou não de Top°. Quando há uma construção indefinida e específica coocorrendo com adjetivo e sem o SpM (por exemplo, *uma menina linda divertida*), o adjetivo pode ter sentidos diferentes (temático, classificativo ou qualificativo) e pode coocorrer com outros.

⁹⁷ Cabe mencionar que a estrutura com adjetivo pós-nominal não foi localizada em nenhum dos 248 dados do estudo de Confessor (2013). Por isso, é necessário fazer testes de aceitabilidade para testar as análises desenvolvidas aqui.

(213) [uma garota divertida **aí/lá**](214) [uma garota **aí/lá** divertida]

Em (213), represento que toda a construção de concordância ZP, *garota divertida*, é copiada e concatenada em SpecTopP para valorar traços de especificidade, justificando porque *aí* e *lá* ocupam a posição final. Em (214), apenas o nome, *garota*, é copiado e concatenado em SpecTop enquanto o adjetivo, *divertida*, é concatenado em SpecFocP, seja por ter se movido da adjunção ao NP seja por ter sido concatenado diretamente. Dessa forma, FocP precisa ser projetado, permitindo a interpretação de contraste e ocupando uma posição posterior ao SpM.

Acredito que SpecFocP só pode ser ocupado por um único elemento, por isso sentenças com dois adjetivos pospostos são agramaticais, como em (215):

- (215) a. Pedro quer se casar com [DP uma garota específica **aí/lá** divertida]
 b. *Pedro quer se casar com [DP uma garota **aí/lá** específica divertida].

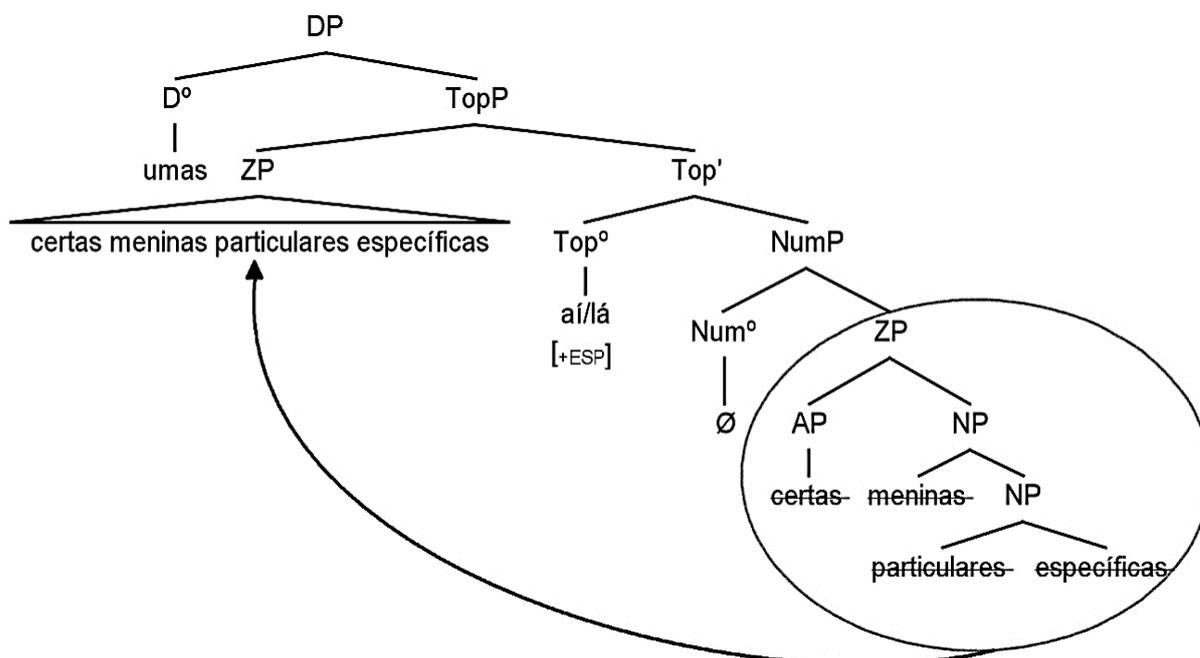
Em (215a), o adjetivo *divertida* é posposto ao SpM e tem sentido de foco. Quando dois adjetivos são realizados após o SpM, a sentença se torna agramatical, conforme (215b).

Com relação aos adjetivos, cabe ainda pensar sobre os usos de adjetivos que são SpMs, como *certo*, *dado*, *particular* e *específico*. É possível observar que esses marcadores podem coocorrer com *aí* e com *lá*, como nos exemplos em (216).

- (216) a. Pedro quer se casar com [DP uma certa menina **aí/lá**].
 b. Pedro quer se casar com [DP um garoto particular **aí/lá**].
 c. Pedro quer se casar com [DP umas certas meninas particulares específicas **aí/lá**].

Nos exemplos em (216), a leitura permanece indicando especificidade com o acréscimo adjetivos *certo*, *particular* e *específico*. Diferente de *aí* e de *lá*, esses marcadores concordam em número e em gênero com o núcleo nominal e com o artigo. O complexo determinante (*um*) *certo* é sempre pré-nominal, com sentido de especificidade, como em (216a) e (216c). Caso esteja em posição pós-nominal (*uma menina certa*), o sentido é alterado e tem propriedades qualitativas. Os adjetivos *particular* e *específica* tendem a acompanhar o nome, como em (216b). Represento (216c) em (217):

(217) [umas certas meninas particulares específicas **aí/lá**]



Prim (2015) argumenta que os adjetivos pós-nominais são adjunções do NP e os adjetivos que se movem para posições mais altas ocupam a posição de SpecTopP. Eu concordo com essa análise e acrescento que, quando há um núcleo realizado em Top°, é necessário o movimento do tipo *pied-piping*, como represento em (217). Outra possibilidade é supor a existência de projeções específicas de adjetivos.

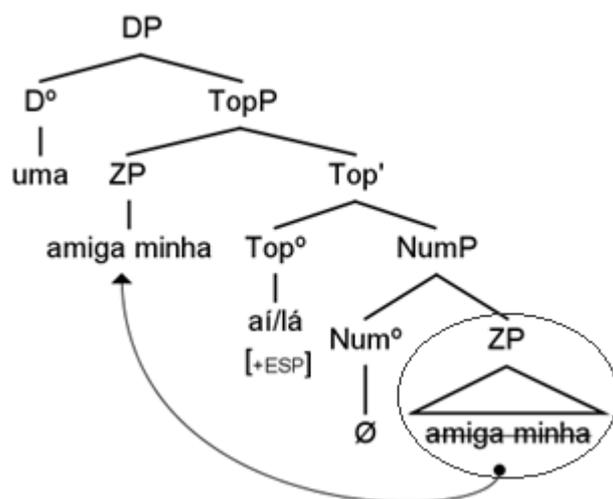
Com relação aos possessivos, uma análise similar é possível de ser feita, pois os SpMs podem ou não os anteceder, conforme exemplos em (218):

(218) a. Pedro quer se casar com [DP uma amiga minha **aí/lá**].

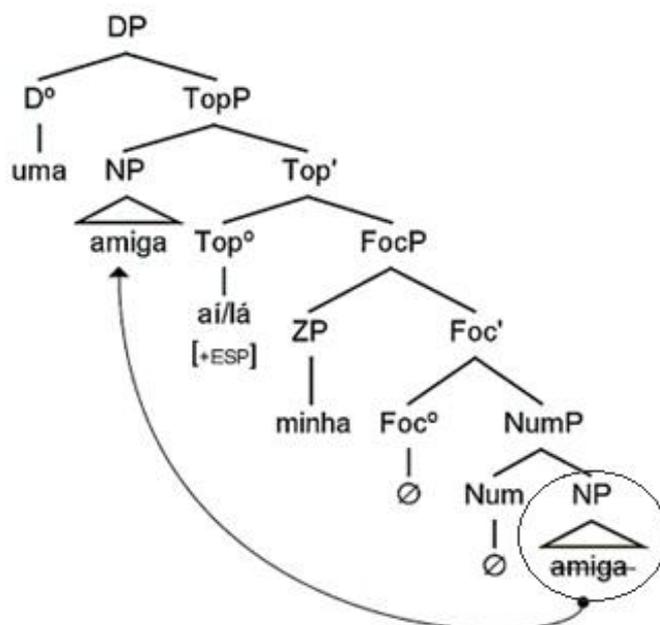
b. Pedro quer se casar com [DP uma amiga **aí/lá** minha].

Em (218a), o possessivo é realizado antes do SpM e após o nome, enquanto em (218b) é realizado posteriormente, ocupando a posição final do DP. Ressalto que em (218b), a prosódia da sentença é alterada, dando um sentido de foco, tal como observado em (215b). Proponho as estruturas para descrição de construções com possessivos respectivamente em (219) e em (220):

(219) [uma amiga minha **ai/lá**]



(220) [uma amiga **ai/lá** minha]



Outro elemento que pode ocupar posição intermediária entre o nome e o SpM (*ai/lá*) é a construção genitiva [PP + DP]. Tal como demonstrado por Pereira (2011), quando há uma estrutura genitiva no DP, os SpMs podem anteceder-la ou sucedê-la, como em (221), mas não podem suceder quando os determinantes são realizados, conforme exemplos em (222):

(221) a. ?Pedro quer se casar com [DP uma amiga [PP de infância] **ai/lá**].

b. Pedro quer se casar com [DP uma amiga **ai/lá** [PP de infância]].

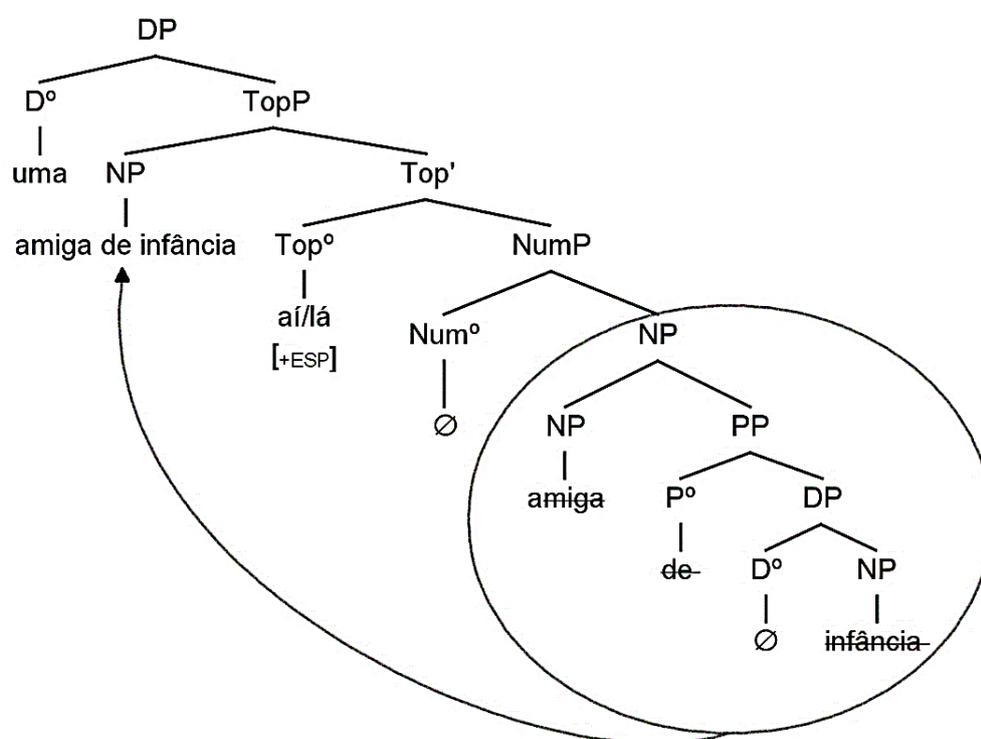
(222) a. *Pedro quer se casar com [DP uma amiga [PP da infância] **ai/lá**].

b. Pedro quer se casar com [DP uma amiga **ai/lá** [PP da infância]].

Nos pares de exemplos em (221), o SpM pode ocorrer em posição final, sucedendo a estrutura genitiva sem artigo, ou em posição intermediária, antecedendo a estrutura genitiva. Em (221a) e (221b), assim como ocorre em (215b) e em (218b), há leitura de foco. Reitero que quando o determinante da genitiva é realizado, a sentença é agramatical, como exemplificado em (222a). Para que a sentença fosse gramatical, *aí/lá* necessariamente teriam que ter sentido dêitico. Então, a agramaticalidade não é por causa de uma inviabilidade de movimento, mas porque, ao se mover, o segundo DP, com realização de NumP, passa a ter escopo sobre *aí/lá*⁹⁸.

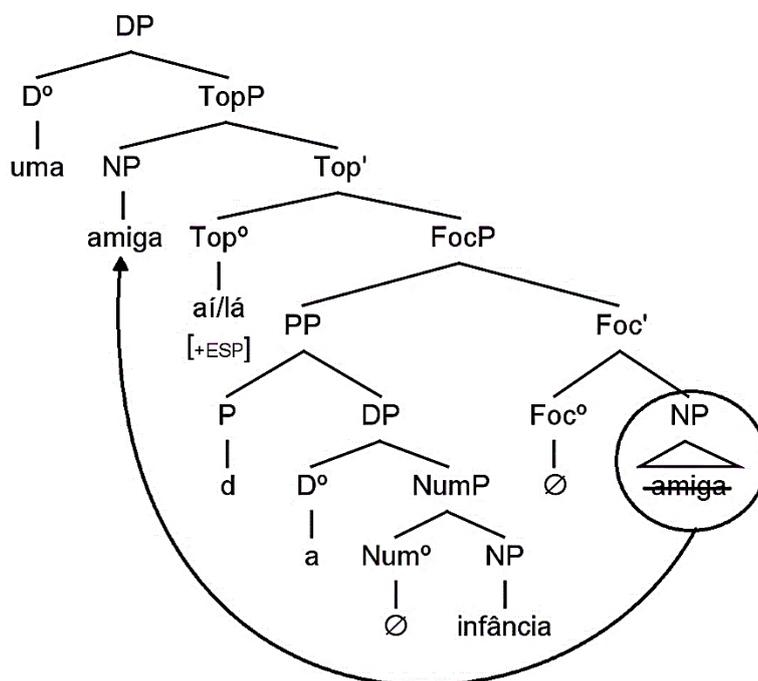
A representação de construções com genitivos é feita em (223) e em (224), a seguir.

(223) [uma amiga de infância *aí/lá*]



⁹⁸ Outra evidência é que, caso a construção genitiva tenha um DP indefinido (*uma amiga de um amigo aí/lá*), os SpMs estão diretamente vinculados ao DP mais próximo, não ao mais distante.

(224) [uma amiga **aí/lá** de/a infância]



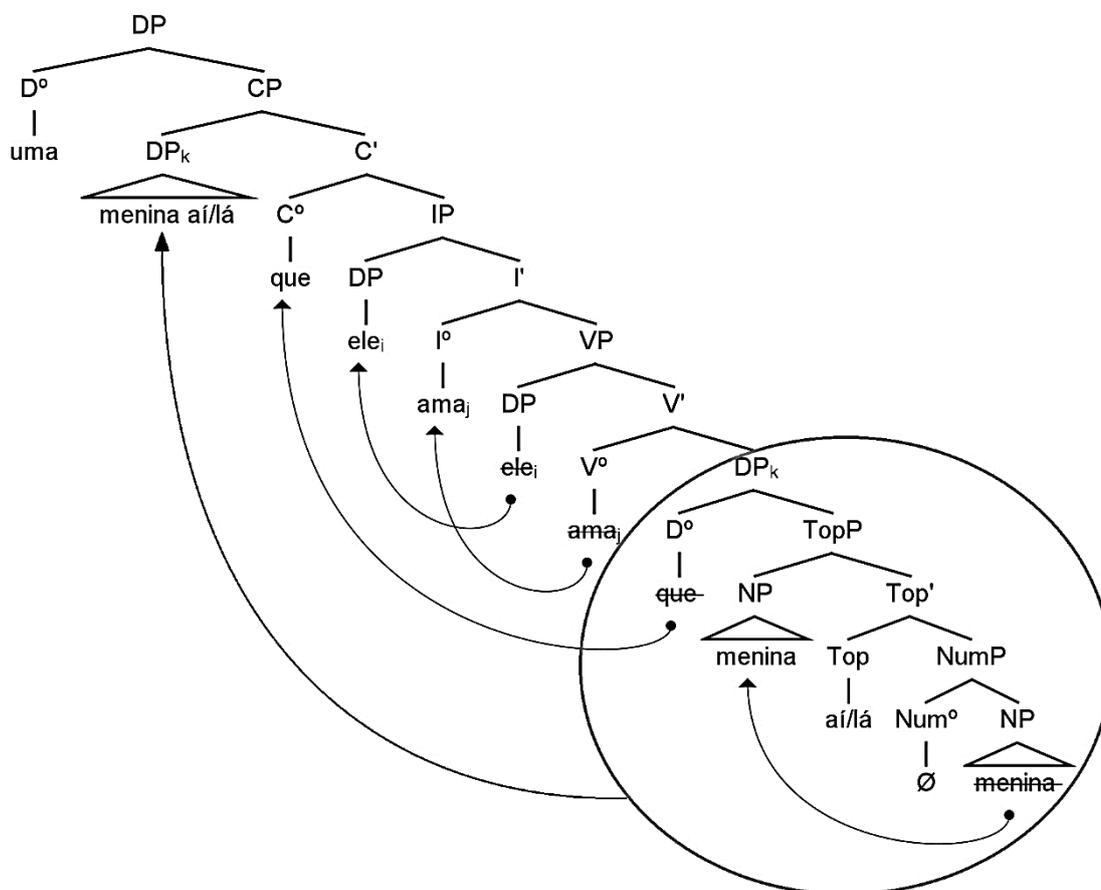
Só dois tipos de constituintes devem necessariamente ocupar a posição final quando há SpMs: o constituinte focalizado e a relativa. Agora demonstramos, tal como a análise de Tavares (2002) e de Pereira (2011), que os SpMs sempre antecedem relativas, não podendo ocorrer posteriormente a elas, como em (225).

(225) a. Pedro quer se casar com [DP₁ uma [DP₂ menina **aí/lá**] [C que ele ama]].

b. *Pedro quer se casar com [DP₁ uma [DP₂ menina] [C que ele ama] **aí/lá**].

Em (225a), os SpMs são pós-nominais e antecedem a relativa indicando uma menina específica. Se o marcador de especificidade for posterior à relativa, a sentença se torna agramatical. Cabe mencionar que Tavares (2001) considera que a sentença em (225b) é gramatical, mas não é aceitável. Acredito que quando *aí* e *lá* são pronunciados após verbos há favorecimento de leitura dêitica. Represento em (226) a sentença (225a).

(226) [uma menina **aí/lá** que ele ama]



Em (226), assumo a proposta de Kayne (1994) e de Kennedy (2002), de que a relativa é um complemento de D° que seleciona CP. O DP complemento do verbo *ama* é movido para posição de SpecCP para valorar o traço [+predicational]. Todos os movimentos que ocorreriam em uma sentença não relativa, ocorrem no DP alçado, justificando a possibilidade existir elementos intervenientes entre o NP e o CP, como é o caso dos marcadores de especificidade *aí* e *lá*. Caso haja um adjetivo, um possessivo ou uma estrutura genitiva, como normalmente pode ocorrer em sentenças existenciais, também se moveriam para anteceder o SpM e a relativa estaria em posição final no DP.

Reafirmo a necessidade de realizar estudos de testes de aceitabilidade com SpMs coocorrendo com vários modificadores para verificar as análises aqui feitas. Ressalto que, em termos quantitativos, são poucos e raros os dados com uso de SpMs em contextos que não sejam as construções prototípicas [DET[-DEF; +ESP] + N + *aí/lá*].

Nesta seção, discuti as construções sintáticas de *aí* e de *lá* atuando como SpMs em DPs indefinidos. Sistematizo as análises desenvolvidas no Quadro 5, a seguir:

QUADRO 5: Síntese das propriedades sintáticas de *aí/lá* em DPs indefinidos

	<i>aí/lá</i> no final do DP	<i>aí/lá</i> em outra posição do DP
NP + SpM	NP <i>AÍ/LÁ</i>	* <i>AÍ/LÁ</i> NP
DET na posição inicial	DET NP <i>AÍ/LÁ</i>	* DET <i>AÍ/LÁ</i> NP
DET na posição intermediária	*NP DET <i>AÍ/LÁ</i>	* <i>AÍ/LÁ</i> DET NP
DP com adjetivo	DET NP ADJ <i>AÍ/LÁ</i>	DET NP <i>AÍ/LÁ</i> ADJ
DP com possessivo	DET NP POSS <i>AÍ/LÁ</i>	DET NP <i>AÍ/LÁ</i> POSS
DP com PP (sem DET)	DET NP PP Ø NP <i>AÍ/LÁ</i>	DET NP <i>AÍ/LÁ</i> PP Ø NP
DP com PP (com DET)	DET NP PP DET NP <i>AÍ/LÁ</i>	DET NP <i>AÍ/LÁ</i> PP DET NP
DP com relativa restritiva	*DET NP CP <i>AÍ/LÁ</i>	DET NP <i>AÍ/LÁ</i> CP
DP com relativa explicativa	*DET NP CP <i>AÍ/LÁ</i>	*DET NP <i>AÍ/LÁ</i> CP

Fonte: Elaboração do autor

Iniciei a Seção 4 elaborando 4 perguntas que nortearam essa análise. Nas seções 4.1 e 4.3, resenhei as análises de Tavares (2001), de Pereira (2011) e de Confessor (2013) e apresentei como os estudos do PB discutem o fenômeno. Na seção 4.2, vinculei os tipos de especificidade tomando como base os usos concretos e possíveis de *aí* e de *lá* no PB, e evidenciei que tais SpMs ajudam a identificar os tipos referencial, de escopo e discursivos, que estão atrelados a eles por mecanismos de ancoragem. Na seção 4.4, discuti a possibilidade de SpMs coocorrerem com outras construções nominais indefinidas e modificadores, demonstrando representações estruturais. Sistematizei os resultados em três quadros.

Nas representações arbóreas desta seção, assumi que *aí* e *lá* ocupam posições no final do DP, exceto quando há focalização e relativização, porque há operação de *pied-piping*. Ao descrever os dados do PB, na seção 3, não fiz uso desse tipo de operação e parece-me que ela não é preferível para explicar outros fenômenos relacionados ao domínio nominal, como as relativas (Kenedy, 2007). Parece-me, dentro do domínio nominal, as línguas românicas não aceitam movimentos *pied-piping*. Para mim, essa é uma evidência importante de que o uso de SpMs não parece ser um fenômeno típico de línguas românicas.

As perguntas importantes para se aproximar de uma adequação explicativa são: Por que *aí* e *lá* atuam como SpMs em contextos indefinidos no PB e não atuam em outras línguas românicas? De onde esse fenômeno emergiu?

Defendo que só é possível explicar isso tomando como suporte a formação sócio-histórica do PB e o contexto de contato linguístico que ocorreu durante mais de 3 séculos. Nas

duas próximas seções, tento me aproximar dessas respostas. Faço um panorama histórico da formação do PB no espaço Atlântico para compreender como as línguas africanas podem ter sido importantes para a emergência do fenômeno descrito nesta seção. Na seção 6, exponho que as línguas africanas que foram faladas no Brasil por falantes sequestrados e escravizados têm SpMs. Descrevo suas propriedades e demonstro como os traços relacionados à interface foram selecionados em processo de competição de gramáticas.

5 A EMERGÊNCIA DO PB NO ESPAÇO ATLÂNTICO

*Min kè jugu kòròlenfò dò, i tèmin
Nya lòn, i ka to k'ò fò
Mamadou Keita⁹⁹*

Como as relações econômicas, sociais, políticas culturais e linguísticas ajudam a compreender a emergência do PB? Muitos estudos foram e são realizados sobre o tema e, nesta seção, tenho como objetivo desenvolver argumentos para sustentar a hipótese de que as relações estabelecidas por meio de sistemas luso-atlânticos de escravizados por mais de três séculos foram determinantes para explicar a emergência de uma Cultura Crioula Atlântica (CCA)¹⁰⁰ e, conseqüentemente, a formação do Brasil e a emergência de uma nova língua, o PB. Diversos estudos da História já demonstraram que houve uma CCA na Costa Ocidental da África (Green, 2012), na África Central (Heywood e Thornton, 2007) e nas Américas (Heywood, 2002; Alencastro, 2000). Estudos da linguística já discutiram a relação entre Brasil e África, tais como Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009); Lucchesi (2017), entre outros. Assumo as contribuições desses estudos e entendo que o PB emerge como resultado de contato que houve com línguas indígenas e, entre outras, africanas. Por fim, assumo a hipótese de Negrão e Viotti (2014, p. 136), que defendem que o PB pode ser caracterizado como uma língua atlântica¹⁰¹, e argumento que é necessário entendê-lo como resultado do vínculo com o continente africano¹⁰².

Como resultado da minha análise, descrevo as ecologias de contato formadas nesse processo a partir de dados sócio-históricos (Mufwene, 2001). Argumento que as estruturas sociais que transformaram a realidade linguística no Brasil foram a escravização e a colonização, por meio de um sistema luso-escravista (SLE-2). Esse sistema foi responsável pela formação de um contexto de multilinguismo, mas, ao mesmo tempo, operou como mola propulsora da emergência e da difusão do português que emerge na situação de contato.

⁹⁹A citação foi retirada de Green (2019, p. 6), de Mamadou Keita, um griot de Naréna, Mali, e traduzi como “O que é preocupante na narração do passado é falar daquilo que você não conhece nada”.

¹⁰⁰ Destaco que o conceito de *crioulização* é diferente do que tem sido comum entre os estudos linguísticos. Para Heywood e Thornton (2007), CCA é a relação cultural e histórica de povos que estiveram em contato adaptando aspectos culturais para constituição de uma cultura comum. Uso o conceito de *crioulização* como um processo social do contato que ocorre por causa da colonização e está relacionado aos aspectos morais, culturais, religiosos e linguísticos de um grupo social que emerge e se diferencia dos demais grupos que doaram propriedades para sua emergência (cf. seção 6.1).

¹⁰¹ Negrão e Viotti (2014) adotam a análise de Heywood e Thornton (2007) para atribuir essa nomenclatura ao PB. Entendo que essa análise pode englobar também outras línguas formadas pelo contato com o português tanto na América quanto na África.

¹⁰² Oliveira e Pereira (2006) analisam a formação do Atlântico Sul de modo semelhante ao que pretendo realizar, no entanto realizam a análise linguística com dados de línguas faladas em Moçambique. Outro estudo é o de Silva, W. (2020, p. 38-56) que descreve a Língua Geral de Mina (cf. seção 5.4 e 6.2.1).

Para me aproximar do objetivo proposto para esta tese, parto da premissa de que é necessário um estudo da linguagem, utilizando uma metodologia específica, como faço na seção 6, a seguir. Nesta seção, apresento fatos históricos e sociais para entender a emergência do PB e os agentes das relações de contato. Assumo a proposta de Negrão e Viotti (2012) e reconheço a importância de estabelecer um percurso metodológico que correlacione os aspectos linguísticos e extralinguísticos.

Não se pode negar o sucesso obtido pela Linguística Histórica interna que vem sendo praticada dentro de um ou de outro modelo teórico, especialmente desde o século 19. Entretanto, devemos agora abrir um espaço para a história externa das línguas; ou seja, é hora de olharmos para os fatos da evolução da língua por outra perspectiva: a do contexto dos fatos históricos, sociais e econômicos em que as línguas se forjam e evoluem (Negrão e Viotti, 2012, p. 314)

Sigo um caminho com base em análises da História (que conseqüentemente se relaciona com a Geografia e com a Sociologia) que compreendem que os vínculos entre o Atlântico perpassam mais de três séculos (Alencastro, 2000; Costa e Silva, 2003; Thornton, 2004; Heywood e Thornton, 2007; Green, 2012 e 2019; Bivar Marquese, 2020)¹⁰³, e argumento que esses vínculos foram determinantes para compreender as semelhanças e as diferenças que configuram as características linguísticas dos povos de distintos territórios. No entanto, essa escolha pode proporcionar um limite formal e conceitual para minha análise: o de operar adequadamente categorias e conceitos de outras disciplinas.

Parto do pressuposto de Bivar Marquese (2020, p. 41-42) de que regiões escravagistas se condicionaram mutuamente de modo desigual e combinado. Portanto, para entender a escravização e como falantes de diversas línguas foram sequestrados e trazidos para esta margem do Atlântico, é necessário vincular processos históricos, sociais e culturais que aconteceram em outros espaços, principalmente no continente africano. Tomando como base a proposta de Bivar Marquese (2020), avalio que há dois tipos de entrelaçamentos no processo histórico do Atlântico: global e local; ibérico e do nordeste europeu. As transformações globais possibilitam traçar dois momentos históricos diferentes. No primeiro momento, na chamada “primeira escravidão”, a riqueza extraída do trabalho escravizado transforma-se em capital e concentra-se, principalmente, nas metrópoles europeias, caracterizando dois sistemas

¹⁰³ Reconheço que, entre as referências usadas como base para a análise histórica, há diferenças de perspectivas, de recortes e de conclusões. Além das diferenças, entendo que, por um lado, escolher uma agenda ajuda a compreender como a unidade de contrários é fundamental para a realização do valor da mercadoria, tendo, conseqüentemente, impacto na superestrutura jurídica, política e ideológica, principalmente no Atlântico. Por outro, algumas categorias e terminologias são passíveis de questionamento, o que não desenvolvo nesta tese.

mercantilistas que se inter-influenciam (o ibérico e o do nordeste europeu)¹⁰⁴; em um segundo momento, o capitalismo industrial consolida-se nos principais centros, dando suporte para uma era de revoluções (industrial, francesa, etc.) e, conseqüentemente, emergindo uma segunda escravidão¹⁰⁵ (Bivar Marquese e Marques, 2020, p. 111-2). Esses dois momentos são necessários para entender as relações sociais, políticas e, conseqüentemente, linguísticas que ocorreram na escravização de pessoas no Brasil em momentos históricos diferentes.

O recorte temporal que investigo está circunscrito entre a expansão e dominação ibérica no Atlântico e a revolução industrial na Inglaterra, à chamada primeira escravidão, dando ênfase às relações bilaterais dos portugueses em dois espaços atlânticos: América portuguesa e África. No âmbito local, em termos linguísticos, esse período é caracterizado pela formação e desenvolvimento do multilinguismo generalizado (ou ecologia multilíngue) até a homogeneização linguística (Barros Pessoa, 2003, p. 16-19; Lobo, 2003, p. 402 e 403; Noll, 2008, p. 269-276; Mattos e Silva, 2000 e 2011, p. 14; Lucchesi, 2017, p. 364).

Diferente do que parece ocorrer em estudos linguísticos que seguem ora uma perspectiva submissa¹⁰⁶ ora ultrapassada¹⁰⁷, compreendo que houve participação de todos os agentes, independentemente de suas vontades, na formação de sistemas atlântico escravistas, não apenas comercialmente, mas também culturalmente e em termos linguísticos.

Formalmente, esta seção é dividida em três subpartes.

Na primeira, importa definir o que existe de identidade entre esses diferentes espaços e, para isso, percorro, primeiro, a caracterização do Atlântico e depois das estruturas econômicas e sociais que se fizeram presentes, tais como a escravidão e a colonização.

Em seguida, essas estruturas precisam ser investigadas em movimento histórico, buscando entender como os agentes portugueses e africanos operaram para que elas se concretizassem nas relações sociais e subjetivas, formando uma CCA, que deu base para a emergência de diferentes configurações linguísticas. Esse movimento ocorre na consolidação de vínculos bilaterais no Atlântico por meio de um segundo sistema escravista luso-brasileiro. Destrincho esses recortes de forma mais detalhada porque ajudam a identificar as

¹⁰⁴ A “primeira escravidão”, a que ocorreu e se desenvolveu no período colonial, “pode ser melhor entendida como parte de duas estruturas históricas distintas (o sistema atlântico ibérico e o sistema atlântico do nordeste europeu) que se formaram e se condicionaram mutuamente dentro da temporalidade mais ampla, unificada porém desigual, da economia-mundo capitalista” (Bivar Marquese e Marques, 2020, p. 111).

¹⁰⁵ Cf. subseção 5.3.

¹⁰⁶ Uma perspectiva que pressupõe que povos da África e da América tiveram um papel puramente passivo e submisso, desconsiderando os interesses particulares e as contradições entre agentes e estruturas (Thornton, 2004, p. 32).

¹⁰⁷ Nos termos de Thornton (2004, p. 41), são estudos que analisam os continentes e países separadamente.

singularidades, como a homogeneização linguística brasileira, tema que já foi discutido por Lucchesi (2017).

Por fim, na terceira parte, discuto, especificamente, sobre como as relações históricas afetaram diferentes formações linguísticas no espaço brasílico, localizando suas identidades e suas particularidades. Introduzo alguns possíveis cenários de ecologias linguísticas que se formaram em terras brasílicas.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO ATLÂNTICO E DE SUAS ESTRUTURAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

Conforme amplamente exposto em vários estudos (Freyre, 2000[1933]; Prado Jr., 2011[1942]; Furtado, 2007[1959]; Alencastro, 2000; Thornton, 2004), as navegações portuguesas inauguram novas relações comerciais, sociais e políticas em momentos diferentes. Iniciam-se com as guerras de conquista, em Ceuta (1415), e com a ocupação e povoamento de ilhas atlânticas, Madeira (1418), Canárias (1424) e Açores (1427). Após margear a Costa Oeste africana e ultrapassar o Cabo Bojabor (1434), são estabelecidas relações comerciais, culturais e linguísticas na Costa Leste, a costa do ouro; são descobertas as ilhas de Cabo Verde (1456) e de São Tomé e Príncipe (1471) e, mais tarde, chega-se à costa da África Central e ao Cabo da Boa Esperança (1487). Só depois de experimentar muitas viagens marítimas e experimentos colonizatórios houve os primeiros contatos nas terras de Santa Cruz (1500). Ainda que houvesse contradições e disputas no processo da primeira expansão colonial europeia, todas as empreitadas, independentemente de nações e de agentes, visaram acumular riquezas (Bivar Marquese, 2020)¹⁰⁸.

Nas próximas subseções, analiso um espaço e duas estruturas que se transformam na relação histórica de formação do Brasil: o atlântico; a escravidão e a colonização. Argumento que essas estruturas já existiam antes dos portugueses chegarem em terras brasílicas e que foram

¹⁰⁸ “o fato de existir os meios para fazer viagens oceânicas e descobrir novas terras não significa que necessariamente essas viagens ou explorações extensas se realizariam” (Thornton, 2004, p. 65). Para o autor (2004, p. 65-72), é preciso que haja motivações e não se explicam com objetivos a longo prazo, com noções românticas, como, por exemplo, a busca do Preste João ou o encontro com as Índias, mas com objetivos a curto prazo, graduais, tendo ganhos imediatos, já que “o progresso da exploração do Atlântico, em última instância, dependeu de considerações econômicas” (Thornton, 2004, p. 69-70). Há diversos autores da historiografia portuguesa que reproduzem esse olhar romântico como no trecho de Boxer (1981[1969]), a seguir: “O impulso de cruzada (...) e a procura do ouro da Guiné foram bem depressa reforçados pela questão do Preste João. Este potentado mítico foi original e vagamente localizado pelos Europeus como governante de um reino poderoso nas Índias (...). Em Portugal, como em toda parte, acreditava-se indubitavelmente que esse misterioso rei-sacerdote, uma vez localizado em definitivo, seria um aliado inestimável contra os Mulçumanos (...)” (Boxer, 1981[1969], p. 43).

modificadas a partir das novas demandas produtivas globais, tendo impacto nas relações locais nas duas margens do Atlântico Sul.

5.1.1 Atlântico

Há várias contribuições científicas que resgatam o “Atlântico” como um personagem fundamental, que reúne atividades econômicas, políticas, militares, culturais e linguísticas (Alencastro, 2000; Costa e Silva, 2003; Thornton, 2004; Heywood e Thornton, 2007; Green, 2012). O “Atlântico” pode ser analisado com base em suas funções, como: um caminho marítimo que se converte em uma rota rápida e curta, ligando locais aparentemente distantes, com capacidade de transportar mais e diferentes mercadorias; um circuito econômico, comercial e político entre povos de territórios que antes não se conheciam; um cenário de conflitos políticos e militares entre agentes que compartilham de interesses díspares; um conjunto de manifestações culturais e linguísticas que ultrapassam as fronteiras continentais.

Thornton (2004, p. 59-62) demonstra que, em termos de contato e de comércio, o Atlântico envolve não apenas a parte marítima, mas também a parte fluvial, ligando locais mais acessíveis do que outros. Desse modo, houve contato com povos que habitavam não apenas às margens dos oceanos, mas também às margens dos rios navegáveis. No entanto, dominar as viagens marítimas era condição para dominar as viagens fluviais. “Nesse sentido, os caminhos por água definiram a região atlântica, e os rios a estenderam muito além do litoral. O domínio sobre o mar, no entanto, possibilitou a comunicação entre todas essas rotas continentais” (Thornton, 2004, p. 62).

Uma primeira pergunta importante a ser feita é: Por que os europeus dominaram as navegações no Atlântico? As tentativas de respostas mais tradicionais reforçam o eurocentrismo e atribuem ao ineditismo português e espanhol, um caráter mítico/romântico, geográfico, culturalista (Freyre, 2000[1933]; Buarque de Holanda, 2014[1936]) ou motivado por razões econômicas externas (Furtado, 2007[1959]).

Thornton (2004, p. 63-65) demonstra que enquanto os povos na costa africana priorizaram a navegação costeira e fluvial, evitando o alto-mar por causa dos regimes de correntes marítimas¹⁰⁹, os povos americanos usavam embarcações mais apropriadas para costa e para viagens longas, explorando todo o Caribe mesmo antes da chegada dos europeus. No

¹⁰⁹ Thornton (2004, p. 57) mostra que os povos africanos não poderiam desenvolver técnicas complexas de navegação em travessias curtas com mares calmos. Ainda que pudessem adentrar em alto-mar e fazer uso da corrente equatorial para fazer viagens longas, como chegar na América, não conseguiriam retornar a qualquer ponto da costa africana.

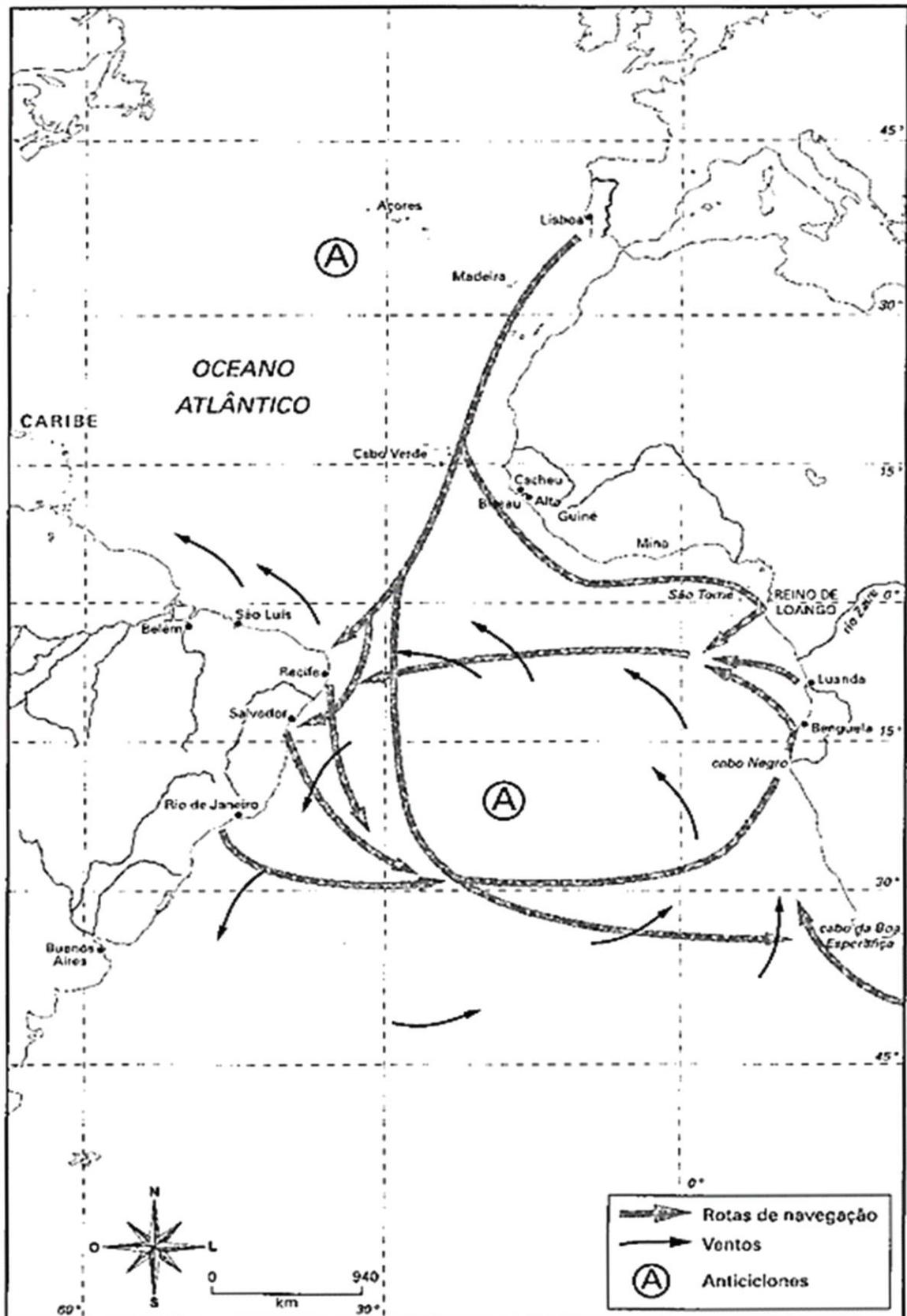
entanto, a rede de ilhas próximas facilitava o deslocamento e não oferecia desafio para o desenvolvimento de tecnologias para viagens de longa duração. Do outro lado, os povos europeus comercializavam por meio de mares distantes e diferentes (Mediterrâneo, Báltico, Mar do Norte), difundindo técnicas de construção naval, consolidando novos tipos de embarcações (maiores e mais adaptáveis) e, em contato com povos do Oriente Médio, técnicas de navegação.

Para que o Atlântico fosse navegável, foi necessário o desenvolvimento da tecnologia, novas forças produtivas, envolvendo não apenas os aparelhos, bússola ou astrolábio, mas, principalmente, o conhecimento das correntes e dos ventos. “Nenhum navegador poderia ignorar os padrões de ventos e correntes no oceano” (Thornton, 2004, p. 55). Quando os fluxos ajudam a ir, é necessário ter o conhecimento de como voltar¹¹⁰.

A possibilidade de navegação foi um fator importante para a administração colonial portuguesa estabelecer um vínculo bilateral entre duas margens do Atlântico Sul. Alencastro (2000) demonstra diversas evidências desse processo: (a) o tempo de viagem entre Luanda e Pernambuco durava em média 35 dias, enquanto uma viagem para Portugal só poderia ser feita em determinados períodos do ano; (b) a diocese de Luanda foi subordinada ao Arcebispado da Bahia por longa duração, enquanto a diocese do Maranhão era subordinada a Portugal; (c) quando Luanda foi ocupada pelos holandeses, foram as tropas brasileiras que tiveram de reconquistar a antiga colônia; (d) a aplicação de táticas, de estratégias e de equipamentos bélicos por tropas brasileiras para ações de conquista de regiões de Angola; (e) os sistemas de sincretismo religioso e de ordenações religiosas que foram exportados das ilhas atlânticas e da África Central para as terras brasileiras e depois retornaram para Angola; (f) o consumo de cachaça, tabaco, mandioca, óleo de palma (*ndende*), frutas e demais recursos alimentares; e entre outros, (g) o fluxo de embarcações entre as duas margens do Atlântico era constante, por exemplo, no século XVIII, mais de 85% das embarcações que chegavam em Luanda eram oriundas de terras brasileiras e apenas 15%, de Portugal. Esse vínculo bilateral possibilitou que diversos elementos culturais e linguísticos fossem constantemente compartilhados entre os povos dos dois lados do Atlântico, caracterizando, nos termos de Heywood e Thornton (2007), um tipo de CCA.

¹¹⁰ Alencastro (2000, p. 57-63) demonstra, por exemplo, como as monções possibilitaram relações comerciais distintas na colonização das terras brasileiras. Uma viagem do Rio de Janeiro para Pernambuco, por exemplo, deveria evitar os meses de abril e de setembro sob o risco de parar no Uruguai, como ocorreu com a frota de John Cochrane. Do mesmo modo, uma viagem de Pernambuco ou da Bahia para Lisboa deveria ocorrer entre outubro e abril.

FIGURA 1: Rotas de navegação no Atlântico Sul



Fonte: Alencastro (2000, . p. 62)

A primeira experiência ibérica concreta de retornos econômicos se efetiva nas relações entre Portugal e as ilhas atlânticas. Com base em Curtin (1969), Alencastro (2000, p. 68) caracteriza a existência de um primeiro Sistema Atlântico Escravagista (SLE-1) baseado no contato de portugueses com povos da Costa da África que já tinham longas tradições de comércio e estruturas políticas, jurídicas e militares consolidadas. Esses povos tiveram suas histórias apagadas e há diversos esforços no sentido de resgatá-las¹¹¹. Esse primeiro sistema forneceu as bases para a formação de um segundo sistema atlântico (SLE-2), que é importante para compreender como e quais falantes de línguas africanas foram sequestrados e trazidos para as terras brasileiras. Desenvolvo a caracterização desses dois sistemas na seção 5.2.

5.1.2 Escravidão

Nesta subseção, busco compreender como a escravidão se dava entre os povos africanos e como ela se transformou após a chegada dos europeus. Classicamente, em termos ocidentais, Aristóteles (1998, p. 59-61) definiu o escravizado como “uma espécie de propriedade instrumental viva”, resultado de uma relação natural de poder do senhor sobre o *escravo*, o despotismo¹¹², e a escravidão como conveniência entre o senhor e o *escravo* que favorece a ambos. Em geral, essa visão perpassa grande parte das análises, científicas ou do senso comum, retirando o escravizado da história e/ou ignorando as suas capacidades de transformações e de insurgência. Em um estudo moderno, Patterson (1982, p. 21-23) problematiza as diversas concepções de *escravo*, para definir o ser social escravizado com base em características de sociedades que não tinham conceitos como *liberdade*, *personalidade*, *propriedade* e outros. Ao investigar as diferentes sociedades em que existia escravidão¹¹³, o autor (1982, p. 5 e 26) avalia que a condição de *escravo* se diferencia das demais formas de divisão de trabalho porque é

¹¹¹ Alguns estudos analisam a história dos povos e reinos do Sudão e do comércio transaariano (cf. Niane (2010, p. 133-192), Ly-Tall (2010, p. 193-209); Cissoko (2010, p. 211-36), Lange (2010, p. 267-97) Adamu (2010, p. 299-336), Santos (2017, p. 66-85), e, entre outros, Green (2019, p. 31-67)). Outros desenvolvem análises sobre a história sobre os povos da Alta Guiné, da região entre o rio Gambia e o rio Bandana, (cf. Person (2010, p. 334-51); e, entre outros, Green (2012, p. 30-48). Há também estudos sobre os povos da região da Guiné, do Cabo Palmas até a foz do rio Camarões, (cf. Kipré (2010, p. 361-77), Ryder (2010, p. 379-413), Bezerra (2011, p. 71-80), Aboh (2015, p. 16-59) e, entre outros, Santos (2017, p. 95-97). Para uma descrição e análise dos povos que habitavam a região da África Central, cf. Vansina (2010, p. 623-633) e Heywood e Thornton (2007, 52-77).

¹¹² “O senhor somente o é enquanto senhor do escravo, mas não lhe pertence; o escravo não apenas escravo do seu senhor, pertence-lhe inteiramente. Estas considerações tornam evidente o que são a natureza e a faculdade de ser escravo: aquele que, por natureza, sendo humano, não pertence a si próprio, mas a outrem, é escravo por natureza. Um ser humano pertence a outro se, apesar de humano, for objeto de propriedade (...)” (Aristóteles, 1998, p. 60).

¹¹³ Quando ocorre a escravização de parte de membros de uma mesma comunidade, essa tende a se desestabilizar. Daí uma das motivações das diferentes terminologias para *escravos* estarem relacionadas, nas diversas culturas, a pessoas estrangeiras (Alencastro, 2000, p. 144-145).

originada na substituição da morte, como resultado da conquista bélica, fazendo com que o sujeito perca a capacidade de deter propriedade¹¹⁴. O autor (1982, p. 18-34) retira o caráter natural da escravização, identificando como resultado de processos sociais e descreve suas relações: a dominação por meio da violência; a alienação do nascimento; a depreciação do sujeito. Trata-se, portanto, de uma estrutura social com propriedades que a diferenciam de outras relações, como o trabalho assalariado, por exemplo.

No que tange às modificações históricas dessa estrutura, diversos estudos relembram que a escravidão existia em muitas sociedades, separando a escravidão “clássica”, dos mesopotâmios, egípcios, gregos, romanos, etc, da “moderna”, que é instalada na formação do capitalismo (Wallerstein, 2001[1974]). Williams (2012[1944]), um dos precursores no tema, descreve como a escravidão foi necessária para o desenvolvimento de sistemas econômicos no Atlântico Norte, impulsionando a produção industrial britânica, convertendo-se, em seguida, em uma estrutura a ser destruída¹¹⁵. Mais recentemente, estudos têm demonstrado que a escravidão também não teve uma forma única e estável, modificando-se seja por motivações internas (locais) seja pelas transformações do capital (global), tais como a revolução industrial. Diferencia-se, assim, a *primeira escravidão* da *segunda escravidão* (cf. Tomich, 2011; Bivar Marquese, 2020; Muaze e Salles, 2020).

Partindo da divergência com a análise clássica de que o comércio e a escravidão foram responsáveis pelo subdesenvolvimento da África (Rodney, 2022[1972]), Thornton (2004, p. 87-152) argumenta que essas estruturas eram já consolidadas antes mesmo da chegada dos europeus, fruto de relações históricas de contato entre os povos do continente. Grande parte das sociedades do Atlântico africano já realizavam formas de escravidão e o comércio foi ampliado na medida em que possibilitava lucro, não sendo, portanto, uma imposição ou instituição externa (Thornton, 2004, p. 122-124).

Nos reinos africanos que ocupavam regiões próximas ao Atlântico, segundo Thornton (2004, p. 125-127), a terra não era uma mercadoria, diferente da Europa. Desse modo, a

¹¹⁴ Salles (2020, p. 32-33) descreve as mudanças semântico-conceituais de “liberdade”. No primeiro momento, até o século XIX, “liberdade” era o direito de escravizar (africanos e seus descendentes). Após, ganha o sentido de ser antônimo de “escravidão” – tais mudanças ocorreram por existir transformações econômicas e políticas na relação com a escravidão.

¹¹⁵ Há estudos que compreendem que a revolução industrial se forma por condições históricas próprias da Inglaterra no contexto do surgimento do capitalismo agrário, colocando o papel da escravidão e do colonialismo em segundo plano (Wood, 2001). Anderson (2012, p. 287) faz crítica a essa abordagem, evidenciando que há uma combinação sistêmica, não podendo limitar a análise a fronteiras proto-nacionais, mas como resultado de um processo que foi ganhando complexidade na medida em que se deslocava para lugares que se conectavam. (cf. Marques, 2020b, p. 53-73).

escravidão era a única forma de propriedade privada que produzia rendimentos¹¹⁶. Além disso, a propriedade do trabalho também estava vinculada às relações familiares e matrimoniais¹¹⁷.

Com relação às diferenças entre a forma de escravidão na Europa e na África¹¹⁸, o autor (2004, p. 140-142) considera que eram de natureza prática (não técnica ou jurídica), pois, na África, pessoas escravizadas tinham mais utilidade, ao menos de duas maneiras: forma de investimento e de riqueza, em que ela era medida pelo número de escravizados que podiam ser passados por herança (proporcional ao papel que a terra exercia na Europa); forma de poder político, em que eles exerciam funções administrativas e militares, tornando-se necessários para a centralização política de um estado.

Thornton (2004, p. 149-152) pontua que o desenvolvimento do comércio de escravizados foi importante para o desenvolvimento dos reinos e da economia no continente, sendo usado como forma de ascensão social para comerciantes¹¹⁹. Para ampliar o comércio e a riqueza, a força militar era a principal fonte de escravizados, pois “significa que os governantes, em sua maioria, não vendiam seus súditos, mas pessoas a quem, pelo menos, consideravam estranhos” (Thornton, 2004, p. 155). Desse modo, quanto mais guerras os estados promoviam, mais tinham possibilidade de deter escravizados para comercialização e para expansão do reino. Parece-me que, em termos linguísticos, o impacto dessa política permite assumir que havia contato de longa duração entre diversos povos que falavam línguas distintas¹²⁰.

Segundo Thornton (2004, 167-169), a interrupção do comércio de escravizados poderia ocorrer como resultado de decisões políticas. Possivelmente, a situação econômica possibilitava essa suspensão, pois os estados conseguiam importar mercadorias sem precisar vender escravizados ou o preço da venda de escravizados não compensava¹²¹.

¹¹⁶ “Se os africanos não eram proprietários de produção (terra), eles poderiam possuir outro, o trabalho (...). Portanto, a propriedade privada do trabalho facultou ao empreiteiro africano uma geração e riqueza estável” (Thornton 2004, p. 138).

¹¹⁷ As esposas do reino de Ajudá, por exemplo, faziam tecidos. Quanto maior o harém, mais força de trabalho. No reino do Kongo, o *escravo, nleke* (termo do qual, possivelmente, deriva ‘muleque’, *destaque nosso*), significava também criança (Thornton, 2004, p. 139-140). Embora mulheres e crianças pudessem ser vistas como propriedades, não significava que eram prioritariamente vendidos pelos comerciantes e nobres.

¹¹⁸ Santos (2017) lembra que grande parte dos autores caracteriza a escravidão africana subsaariana como doméstica por dois motivos: pelo tipo de trabalho que exerciam; pela forma como adquiriam escravizados (guerras, razias ou sequestros). Só depois do contato com os muçulmanos e europeus é que a escravidão se tornou uma mercadoria.

¹¹⁹ “A instituição da escravatura era disseminada na África e aceita em todas as regiões exportadoras, e a captura, a compra, o transporte e a venda de escravos eram circunstâncias normais na sociedade africana. A organização social africana foi, assim, muito mais responsável do que força externa para o desenvolvimento atlântico de escravos.” (Thornton, 2004, p. 152).

¹²⁰ Agradeço ao Prof. Dr. Wellington Santos da Silva por destacar que, no contexto africano, não há uma correspondência unívoca entre identidade étnica e realidade linguística, pois há grupos que se opõem étnica e politicamente, mas que, do ponto de vista objetivo, falam línguas bastante próximas.

¹²¹ Thornton (2004, 167-169) demonstra que a decisão política em importar ou em exportar escravizados poderia estar relacionada a diversos fatores. Por exemplo, os estados da Costa do Ouro, embora tivessem relações políticas

A meu ver, a análise de Thornton (2004) segue um caminho fundamental, pois revela a existência da instituição escravista antes do contato com os europeus e que ela, por si só, não representava uma desvantagem comercial, demográfica ou política para os reinos situados no continente, mas uma escolha, ressaltando o papel dos africanos como sujeitos históricos plenos. Acrescento que Green (2019, p. 5-6) considera que o crescente comércio na África Atlântica, ao invés de trazer prosperidade, ocorreu ao lado de crescente instabilidade política e relativo empobrecimento. O autor (2019, p. 12-36) constata que há evidências de que o aumento do comércio não significa aumento de riqueza distribuída igualmente.

Além disso, o trabalho escravizado exportado é um elemento fundamental para compreender o desequilíbrio entre o comércio praticado na África e na Europa (Green, 2019, p. 15). Ele transformou as novas colônias ibéricas, na costa africana e na americana, em locais de produção de mercadorias, sendo usada para extração de recursos naturais e minerais, para produção agrária, em grandes propriedades e até mesmo para trabalhos domésticos, de transporte, de indústria (Bivar Marquese e Marques, 2020, p. 110). Sem a escravidão não existiria o tráfico de mais de 12,5 milhões de africanos¹²², a colonização das Américas, a concentração de riquezas nas metrópoles e a formação de sistemas bancários complexos que possibilitam a formação das indústrias (Bivar Marquese e Marques, 2020, p. 110-113).

Com a mudança da quantidade, muda-se também a relação com a escravização, como, por exemplo, em vez de possuir e acumular escravizados, valia mais ou tanto, comercializá-los, alterando o processo de acumulação de riquezas, os formatos de ascensão social, a intenção e a quantidade de guerras. Essa transformação se expressa também na seleção de escravizados que seriam levados para o outro lado do Atlântico (Alencastro, 2009, p. 107-109, 144-152 e 162), na visão que os escravizados tinham da travessia (Alencastro, 2000, p. 147), na integração de comerciantes europeus (ou descendentes) aos interiores do continente (Heywood e Thornton, 2007, p. 109-114; Santos, 2017, p. 137), na forma como os reinos africanos aproveitaram a concorrência europeia para tirar maior proveito do comércio (Alencastro, 2000, p. 117-118; Santos, 2017, p. 145-157;), na substituição das rotas transaarianas por rotas ultramarinas (Knörr e Filho, 2010, p. 5; Green, 2019, p. 48-52) ou, entre outros, na capacidade de intervenção

e econômicas semelhantes aos estados da Alta Guiné, estavam em constantes guerras entre estados pequenos e evitaram exportar escravizados até o século XVIII, preferindo importá-los para aumentar a centralização política e usá-los em guerras ou em trabalho doméstico. Do mesmo modo, a exportação foi interrompida quando havia necessidade de uso de escravizados para guerras ou por causa de divergências com as solicitações europeias, como ocorreu em Benin, em 1550, e no Congo, no fim do século XVI.

¹²² A partir de dados sintetizados na plataforma *Slave Voyages* (2022). A plataforma reúne registros existentes de viagens, não considerando plenamente os dados de contrabando (Green, 2012, p. 8).

diplomática de europeus para estimular conflitos bélicos, principalmente na invasão portuguesa em Angola e no Congo (Heywood e Thornton, 2007, p. 124-139).

No entanto, sendo histórica e não natural, cabe questionar como os grupos sociais que não praticavam a escravidão relacionaram-se com essa instituição no Atlântico a partir do contato com Portugal (tais como os tupi, aruaque, caribe, jê, na América, e os *ovimbundu*, em Benguela). Alencastro (2000, p. 118-119 e 243-245) demonstra que aqueles se tornavam um obstáculo aos interesses ibéricos para continuidade e para ampliação do circuito escravocrata eram raptados, eliminados ou secundarizados.

Alencastro (2000, p. 144-152), apresenta características desse processo no Atlântico, o qual envolve a *dessocialização*, o afastamento da comunidade nativa, e a *despersonalização*, a conversão da pessoa em mercadoria. A dessocialização ocorre de modo progressivo, o autor estima que, ao chegar no Brasil, o indivíduo já tinha passado por pelo menos um ano de cativo. Quanto mais distante fosse o deslocamento, maior o valor do escravizado¹²³. Além disso, antes de chegar nas Américas, por conta, principalmente, da forma como eram comercializados nas feiras de trato, havia mistura de línguas e de etnias, contribuindo ainda mais para a dessocialização¹²⁴. Esses aspectos demonstram a complexidade das relações linguísticas que foram estabelecidas antes mesmo de escravizados chegarem em terras brasileiras.

A existência de uma relação cultural também era necessária para despersonalização – só com o reconhecimento da cultura do outro seria possível transformá-lo em mercadoria. Conforme apresentado pelo autor (2000, p. 144-152), remessas de sequestrados que eram filhos de quilombolas palmarinos, fugitivos ou oriundos do Sul de Angola, falantes de línguas da família *coissã* ou de línguas não compreensíveis (como as línguas de povos indígenas na região do Centro-oeste e no Amazonas), eram comparados a selvagens e até mesmo caracterizados como macacos gigantes, não eram vendíveis, a coisificação impossibilitava sequer figurar como mercadoria¹²⁵.

¹²³ “Quanto mais longe e isolado o escravo estivesse de sua comunidade nativa, mais completa seria sua mudança em fator de produção, mais profunda a sua atividade. No continente africano, o grau de dessocialização do cativo constituía uma variável importante no cálculo de seu preço. Mais afastado de seu país natal estava o indivíduo, menos estímulo ele tinha para fugir e, portanto, mais alto o seu valor” (Alencastro, 2000, p. 145-146).

¹²⁴ Cabe destacar que Alencastro (2000) foca principalmente nas relações comerciais e colonizatórias estabelecidas na África Central.

¹²⁵ “Numa e noutra parte, o movimento avassalador do escravismo só poupava os nativos que cortavam toda a comunicação com o gênero humano. Voluntariamente mudos e disfarçados de macacos, esses indivíduos, fazendo valer sua origem híbrida, ingressavam no mundo dos animais selvagens, levantando sobre si a barreira das espécies para fugir do cativo humano” (Alencastro, 2000, p. 77).

Um outro exemplo do processo de transformação em escravizado se observa no uso de trabalho indígena compulsório. A Coroa portuguesa incentivou essa forma nas primeiras experiências de plantação de açúcar no Brasil e em outros momentos em que o comércio de escravizados estava inviabilizado. Nos primórdios da ocupação portuguesa na América, os colonizadores impuseram a escravatura aos povos originários das terras brasileiras, mas não havia reunido as condições para o desenvolvimento desse sistema (cf. subseção 5.3.2).

O primeiro navio com escravizados africanos desembarcou em Algarve em 1444. Entre 1850 e 1856, anos após a proibição do tráfico de escravizados para terras brasileiras¹²⁶, embarcações atravessaram o Atlântico trazendo ilegalmente mais 9.309 pessoas. Em 1866, registra-se a última chegada de embarcações na América. De forma legal ou ilegal, em 422 anos, o comércio de pessoas transportou, em condições insalubres, mais de 12 milhões de seres humanos sequestrados da África e enviados para outros espaços do Atlântico¹²⁷.

Apresento, nos quadros de 6 a 9, a seguir, os dados da plataforma *Slave Voyages*, em tempos cronológicos, no século XVI, foram traficadas mais de 277 mil pessoas.

¹²⁶ Lei Feijó, de 1831, a famosa “lei pra inglês ver”, proibia o tráfico de escravizados. O comércio passou, de fato, a ser combatido após o Decreto de “Bill Aberdeen”, em 1845, que autorizava navios ingleses a apreenderem tumbeiros que faziam o comércio ilegal.

¹²⁷ A discussão sobre os números levanta polêmicas: Du Bois (2007 [1939]) foi um dos primeiros historiadores a estimar, sugerindo 15 milhões escravizados traficados da África para o Atlântico. Em um estudo clássico, Curtin (1969) sistematizou e estimou o número de entre 8 e 11 milhões. Os quantitativos têm sido questionados e discutidos, tendo sempre novas estimativas (cf. Klein, 1987; Green, 2012).

QUADRO 6: Quantidade estimada de escravizados sequestrados da África (por portos de embarque)

Período	Costa Ocidental	Serra Leoa	Costa do Marfim	Costa do Ouro	Golfo do Benin	Golfo do Biafra	África Central e Ilha de Santa Helena	Sudoeste da África e ilhas do Oceano Índico	Totais
1501-1550	57.184	0	0	0	0	2.080	4.862	0	64.126
1551-1600	90.098	1.405	2.482	0	0	6.379	113.016	0	213.380
1601-1650	54.222	1.372	0	2.497	9.609	36.461	563.388	345	667.894
1651-1700	81.882	5.471	1.350	106.182	260.204	149.860	571.418	31.370	1.207.737
1701-1750	142.973	23.222	46.550	460.657	734.861	248.899	888.164	15.308	2.560.634
1751-1800	220.214	178.763	243.032	553.872	549.724	655.717	1.477.040	55.622	3.933.984
1801-1850	108.941	173.743	43.454	86.114	410.796	495.162	1.919.906	409.856	3.647.972
1851-1900	0	4.795	0	0	33.867	2	156.779	30.167	225.610
Totais	755.514	388.771	336.868	1.209.322	1.999.061	1.594.560	5.694.573	542.668	12.521.337

Fonte: SlaveVoyages (2022)

QUADRO 7: Quantidade estimada de escravizados sequestrados da África (por frotas de países)

Período	Espanha / Uruguai	Portugal / Brasil	Reino Unido	Holanda	Estados Unidos.	França	Dinamarca e países Bálticos	Totais
1501-1550	31.738	32.387	0	0	0	0	0	64.125
1551-1600	88.223	121.804	1.922	1.365	0	66	0	213.380
1601-1650	127.809	469.128	33.695	33.558	824	1.827	1.053	667.894
1651-1700	18.461	542.064	394.567	186.373	3.327	36.608	26.338	1.207.738
1701-1750	0	1.011.143	964.639	156.911	37.281	380.034	10.626	2.560.634
1751-1800	10.654	1.201.860	1.580.658	173.103	152.023	758.978	56.708	3.933.984
1801-1850	568.815	2.460.570	283.959	3.026	111.395	203.890	16.316	3.647.971
1851-1900	215.824	9.309	0	0	476	0	0	225.609
Totais	1.061.524	5.848.265	3.259.440	554.336	305.326	1.381.403	111.041	12.521.335

Fonte: SlaveVoyages (2022)

QUADRO 8: Quantidade estimada de escravizados sequestrados da África (por portos de desembarque)

Período	Europa	América do Norte	Caribe britânico	Caribe francês	América holandesa	Índias ocidentais dinamarquesas	América espanhola	Brasil	África	Totais
1501-1550	637	0	0	0	0	0	63.489	0	0	64.126
1551-1600	266	0	0	0	0	0	178.428	34.686	0	213.380
1601-1650	120	141	34.726	628	0	0	254.362	377.649	267	667.893
1651-1700	3.519	19.815	370.391	49.728	145.980	22.610	58.939	532.712	4.045	1.207.739
1701-1750	4.997	178.100	771.972	357.426	148.174	16.544	70.489	1.012.119	814	2.560.635
1751-1800	1.258	180.745	1.367.848	821.093	191.385	65.257	104.949	1.198.811	2.637	3.933.983
1801-1850	0	93.105	218.475	99.549	28.654	25.455	664.600	2.367.329	150.805	3.647.972
1851-1900	0	476	0	0	0	0	195.989	8.812	20.332	225.609
Totais	10.797	472.382	2.763.412	1.328.424	514.193	129.866	1.591.245	5.532.118	178.900	12.521.337

Fonte: SlaveVoyages (2022)

QUADRO 9: Quantidade estimada de escravizados desembarcados no Brasil (por região específica)

Período	Amazônia	Bahia	Pernambuco	Sudeste	Não especificada	Totais
1501-1550	0	0	0	0	0	0
1551-1600	0	6.644	22.108	5.600	334	34.686
1601-1650	0	135.967	144.199	94.948	2.535	377.649
1651-1700	2.044	229.565	138.102	162.834	167	532.712
1701-1750	8.806	473.585	202.294	320.210	7.224	1.012.119
1751-1800	73.979	431.482	156.758	525.741	10.851	1.198.811
1801-1850	77.872	457.919	296.576	1.492.012	42.950	2.367.329
1851-1900	0	1.146	438	7.228	0	8.812
Totais	162.701	1.736.308	960.475	2.608.573	64.061	5.532.118

Fonte: SlaveVoyages (2022)

Os dados sintetizados no Quadro 6 demonstram que a proporção do tráfico de escravizados foi crescendo no decorrer dos séculos: mais de 1.875 mil, no século XVII; mais de 6.494 mil, no século XVIII; mais de 3.872 mil, no século XIX. Quase metade (mais de 5.694 mil) foi traficada através dos portos da África Central, seguido pelos do Golfo do Benin (mais de 1.999 mil), do Golfo do Biafra (mais de 1.594 mil), da Costa do Ouro (mais de 1.209 mil), da Costa Ocidental (755 mil), do Sudoeste da África (mais de 542 mil), de Serra Leoa (mais de 388 mil), e da Costa do Marfim (mais de 336 mil). Em todos os momentos históricos, a região da África Central foi a que mais “exportou” escravizados sequestrados para outras regiões do mundo.

No Quadro 7, exponho os dados de pessoas traficadas de acordo com a bandeira dos navios e das frotas. As nações que mais realizaram o tráfico de escravizados foram Portugal e Brasil (por frotas próprias, antes e depois da independência), enviando mais de 5.848 mil pessoas, seguido do Reino Unido (mais de 3.259 mil), França (mais de 1.381 mil), Espanha e Uruguai (por frotas próprias, antes e depois da independência) (mais de 1.061 mil), Holanda (mais de 554 mil), EUA (mais de 305 mil) e Dinamarca e países Bálticos (mais de 111 mil). Apenas em um único momento, no século XVIII, o Reino Unido superou Portugal em participação no tráfico de escravizados.

Apresento os dados dos locais estimados de desembarque no Quadro 8. Grande parte das pessoas escravizadas (mais de 5.532 mil) desembarcou no Brasil, representando mais de 44% do total. Mais de 2.763 mil pessoas foram enviadas para o Caribe Britânico, seguido pela América espanhola (mais de 1.591 mil), pelo Caribe francês (mais de 1.328 mil), pela América holandesa (mais de 514 mil) e pela América do Norte (mais de 472 mil).

No Quadro 9, observo as quantidades estimadas de pessoas desembarcadas no Brasil por local específico. É importante destacar que o local de desembarque não significa que eram concentrados nesses locais, pois podiam se deslocar para outros locais a depender da necessidade produtiva. Entre 1551 e 1650, Pernambuco foi o principal local de desembarque, recebendo mais de 166 mil escravizados, seguido pela Bahia (mais de 142 mil) e pelo Sudeste (mais de 100 mil). Na passagem de 1651 até 1750, a Bahia se torna o principal porto de desembarque com mais de 703 mil chegadas, seguido pelo Sudeste (mais de 463 mil) e por Pernambuco (mais de 340 mil). Entre 1751 e 1900, mais de 2.608 mil pessoas foram traficadas para a região Sudeste, mais de 890 mil para a Bahia e mais de 453 mil para Pernambuco.

Analisando os ciclos econômicos e a correspondência com a intensidade do tráfico de escravizados, Mattoso (1982, p. 22-3) descreve quatro ciclos de importação de força de trabalho

escravizada para o Brasil¹²⁸:

- (i) o ciclo do Guiné¹²⁹, século XVI;
- (ii) o ciclo do Congo e de Angola, século XVII;
- (iii) o ciclo da costa de Mina, século XVIII, de falantes de línguas sudanesas, tendo um ciclo especificamente baiano, o ciclo da baía do Benin;
- (iv) de origens diferentes, principalmente da Angola e de Moçambique, século XIX¹³⁰.

Os dados gerais refletem o cenário complexo de contato linguístico, com povos de origens diferentes e falantes de diversas línguas que chegaram ao Brasil em momentos e contextos distintos, vindos principalmente da África Central, da Costa do Benin, do Golfo do Biafra e da Costa do Ouro. Muitos estudos (Bonvini, 2008, p. 30-1; Castro, Y., 2005, p. 45-6; Petter, 2006, p. 126-7) descrevem o cenário linguístico a partir de duas principais áreas: a) a Oeste-africana, da Costa do Benin até o Golfo do Biafra, com mais diversidade de línguas e com mais variedade em termos tipológicos¹³¹; b) a austral, da África Central, é composta por um número reduzido de línguas que são geneticamente próximas¹³².

Ao tomar como referência a atual divisão de fronteiras dos países da África, a origem de povos africanos escravizados seria de pelo menos 9 países, dando destaque a Angola, Gana, Togo, Benin e Nigéria, conforme Figura 2, a seguir:

¹²⁸ “Note-se particularmente que o fim de um ciclo não encerra em definitivo a chegada de negros precedentes da região ligada ao ciclo anterior” (Mattoso, 1982, p. 22 e 23).

¹²⁹ “tem seu ponto inicial na África ao norte do Equador e traz ao Brasil negros uolofs, mandingas, sonrais, mosis, haússas e peuls” (Mattoso, 1982, p. 22).

¹³⁰ “O século XIX brasileiro vê chegar escravos das mais diversas procedências, porém com nítida predominância de negros de Angola e Moçambique, então possessões portuguesas” (Mattoso, 1982, p. 23).

¹³¹ “**atlântica**: fula (*fulfulde*), *uolofe*, *manjaco*, *balanta*; **mandê** (sobretudo, o *mandiga*); *bambara*, *maninca*, *diúla*; **gur**: subfamília *gurúnsi*; **cuá** (subgrupo gbe): *eve*, *fon*, *gen*, *aja* (designadas pelo termo *jeje* no Brasil); **ijóide**: *ijó*; **benuê-congolesa**: **defóide**: falares iorubas designados no Brasil pelo termo nagô-queto; **edóide**: *edo*; **nupóide**: *nupe* (*tapa*); **ibóide**: *ibo*; **cross-River**: *efique*, *ebíbio*; **afro-asiático**: **chádica**: *hauçá*; **nilo-saariano**: *saariana*; *canúri*” (Bonvini, 2008, p. 30, as marcações são feitas pelo autor e representam as famílias e/ou grupos).

¹³² “H.10 *congo* (*quicongo*): *quissolongo*, *quissicongo* (*quissangala*), *quizombo*, *quissundi* (falada pelos bacongos, numa zona correspondente ao antigo reino do Congo) e *quivíli*, *iuoio* (fiote), *quiombe* (faladas em Cabinda e em Loango); H. 20 *Kimbundu* (falada pelos ambundos, na região Central de Angola, correspondente ao antigo reino de Ndongo), *quissama*, *quindongo*; H. 30 *iaca-holo*: *iaca*, *imbangala*, *chinji*; K. 10 *chôcue*: *uchôcue*, *ochinganguela*, *chilucazi*, *luena* (*luvale*); L. 30 *luba*: *chiluba-cassai* (*lulua*); L.50 *luanda*: *chilunda*, *urunda*; P. 30 *macua*: *omacua*; R. 10 *umbundo* (falada pelos ovimbundos na região de Bengela, em Angola): *umbundo*, *olunianeca*; R. 20 *cuaniama*, *indonga*: *ochicuaniana*, *cuambi*; R. 30 *herero*: *ochiherero*” (Bonvini, 2008, p. 30 e 31).

FIGURA 2: Regiões de concentração do tráfico transatlântico com o Brasil



Fonte: Castro, Y., 2005, p. 46.

Legenda: África Ocidental (região kwa): 1. Gana; 2. Togo; 3. Benim; 4. Nigéria. África Banto: 5. Gabão; 6. Congo-Brazzaville (República Popular do Congo); 7. Congo-Kinshasa (República Democrática do Congo); 8. Angola; 9. Moçambique.

A diversidade de locais de embarque de escravizados é um fato. Assim como é um fato que os principais locais de desembarque foram em terras brasílicas. Contrastando os dados do Quadro 06, parece possível assumir que, ainda que houvesse aumento do tráfico de escravizados de outras regiões do continente africano, o sequestro de pessoas ocorreu prioritariamente na África Central. No entanto, cabe apresentar outro ponto de vista sobre a possibilidade desses escravizados serem separados quanto as suas identidades étnicas e linguísticas. Acredito que não parece que existia uma separação proposital de falantes de línguas distintas para trabalhar em uma mesma *plantation*, principalmente porque, em muitas situações, os navios eram embarcados de uma mesma região. Assim, a diversidade linguística, em termos tipológicos, parece ser menor do que muitos estudos assumem como pressuposto (cf. seção 5.4). Analisando o reino de Allada e os povos aja,

Um olhar mais atento às estruturas políticas e econômicas subjacentes ao comércio de escravos em diferentes locais da África Ocidental (por exemplo, Costa da Alta Guiné, Costa do Ouro, Golfo do Benin/Costa dos Escravos, Golfo da Biafra e África Central Ocidental) sugere o contrário. No caso em questão, é altamente provável que números significativos de descendentes de Aja enviados de Allada tenham acabado nas mesmas colônias e, aparentemente, também nas mesmas plantations, em alguns casos. (Aboh, 2015, p. 38-9)¹³³

Nesta subseção, caracterizo a escravidão e observo como funcionava antes do desenvolvimento do capital mercantil no continente africano. Assumo, tal como Bivar Marquese e Marques (2020), que a escravidão deve ser analisada como uma instituição histórica, que se metamorfoseou, em quantidade e em qualidade, na medida em que as sociedades e as formas de organização do trabalho também tiveram alterações. O processo de escravização envolve formas violentas de dessocialização e despersonalização do sujeito. A análise brevemente feita dá suporte a diversos tópicos que serão desenvolvidos nas seções subsequentes, pois demonstro que foi por meio da escravidão que emergiram diversos contextos de contato linguístico nas terras brasílicas.

Compreendo que distintos cenários de multilinguismo que podem ser caracterizados por suas propriedades geográficas e históricas: a) em primeiro lugar, houve regiões por onde os contatos foram mais frequentes, possibilitando formações linguísticas que se diferenciam daquelas regiões que eram mais afastadas do espaço que fazia uso de força de trabalho africana escravizada; 2) em segundo lugar, a força de trabalho escravizada foi utilizada em larga escala para produção de mercadorias em ciclos econômicos distintos (prata, açúcar, tabaco, algodão, ouro), reunindo falantes, principalmente, de línguas bantu e, em determinados contextos, de línguas gbe e de línguas defoide, entre outras. Essa situação favorece a formação de ecologias linguísticas distintas (engenhos, quilombos, sertões, cidades), caracterizando um período que houve de modo generalizado situações de multilinguismo entre falantes de línguas tipologicamente distintas¹³⁴.

¹³³ Tradução de: A closer look at the political and economic structures underlying the slave trade in different West African locations (viz Upper Guinea Coast, Gold Coast, Bight of Benin/Slave Coast, Bight of Biafra, and West Central Africa) suggests otherwise. In the case at hand, it is highly probable that significant numbers of people of Aja descent shipped from Allada eventually ended up in the same colonies and apparently also on the same plantations, in some cases (Aboh, 2015, 38-9)

¹³⁴ Em um período seguinte, caracterizado por ter um outra forma de organização do trabalho escravizado, centralização da força de trabalho e ampliação da participação social do mulato, é constituída a base para um processo de nivelamento linguístico. Não é o foco desta tese discutir o processo de nivelamento linguístico, ocorrido no século XIX.

5.1.3 Colonização e Portos de trato: relações desenvolvidas no Atlântico

Nesta subseção, apresento conceituações de colonização, entendendo seus processos similares para depois observar as formas específicas que assumiram em distintos espaços e momentos históricos¹³⁵. Para isso, apresento a caracterização tradicionalmente assumida sobre a colonização (de exploração e de povoamento), bem como algumas críticas que são feitas. Diferencio historicamente a “colonização” dos “portos de trato”. Compreendo que a colonização se modificou na história, tendo características distintas, que se expressam nas relações construídas no Atlântico.

Do ponto de vista do colonizador, o ato colonizatório foi entendido como direito, como missão religiosa, como missão civilizatória e, entre outras, como ato heroico. Diversas foram as argumentações para justificar e manter a empreitada em que o sujeito do processo é enaltecido e o objeto é alienado, ocultado, esquecido (Cesaire, 1978[1950]; Sartre, 1968[1951]; Fanon, 2008[1952]; Fanon, 1968[1961]).

Do ponto de vista do colonizado, Cesaire (1978[1950], p. 14-6) define a colonização como uma forma de civilização que é resultado da necessidade de expansão de disputas internas em âmbito mundial, exportando a desumanização por meio de ações concretas de aventureiros, de piratas, de comerciantes, de mercadores e de outros. Os sujeitos se veem como superiores e usam do colonialismo e do racismo para justificar sua violência contra os demais (indígenas, negros, amarelos).

Sartre (1968[1951], p. 22-40) define *colonização* como um sistema concreto e cotidiano. O processo de imposição desse sistema envolve a subordinação violenta sobre um território que é cedido gratuitamente ao colonizador (europeu). Somente em seguida há imposição de um sistema econômico que se completa quando há colonos capazes de vender (alimentos e matérias primas) e comprar mercadorias (industrializadas) da metrópole. “A partir daí, o sistema se reforça por si mesmo” (Sartre, 1968[1951], p. 28), tendo como consequências: 1) a modificação da relação com a propriedade em que os habitantes originais deixam de ser proprietários da terra para se tornarem os trabalhadores dela; 2) a produção é voltada para exportação, não servindo à população local; 3) o pagamento de salários baixos, o aumento da fome, da miséria; 4) a proibição de manifestações; 5) a imposição de uma cultura, proibindo práticas religiosas e o uso de línguas faladas pelos povos originários.

¹³⁵ Aqui é importante lembrar que a necessidade de modificar ou de romper com a perspectiva colonialista impulsionou a existência de outras possibilidades de análise como, por exemplo, as abordagens teóricas e epistemológicas (neocoloniais, decoloniais, pós-coloniais, entre outras) ou os objetos de estudo (mitos fundacionais, racismo, colorismo, etnocentrismo, entre outros). Assumo uma análise de método materialista.

Fanon (1968[1961], p. 27-75), apresenta o sistema colonial como um mundo maniqueísta, cindido em dois: entre colonizados e colonizadores, historicamente formado e constituído na separação violenta do “sujeito” com o “objeto”. O primeiro é o que vem de fora, que possui cultura, direitos; e o segundo não é portador de direitos, de desejos, de estética, de cultura, sendo, portanto, animalizado. Nas metrópoles, a violência e a exploração são ocultadas pelo nacionalismo, pela democracia ou pela superioridade racial, por outro lado, na colônia, elas são explícitas, estão expressas nas fronteiras, no policiamento, nas divisões de trabalho. É por meio da violência, do racismo e da racialização¹³⁶ que se fundamenta e se organiza o colonialismo.

Fanon (1968[1961], p. 73-75) afirma que a invenção do colonizador trouxe como consequências a morte sensorial da sociedade autóctone, o apagamento e a separação do outro, hierarquizando e atribuindo valores a diferentes formas de vida. O processo de hierarquização consiste na identificação, por parte do colonizador, de grupos locais e regionalismos no intuito de fomentar a disputa entre eles. No entanto, a violência e o nacionalismo totalizam os seres em uma mesma identidade, apagando os traços que os diferenciam.

A colonização é um conceito importante para entender como as estruturas sociais dificultam a possibilidade de permanência de falantes de línguas africanas e de línguas indígenas em territórios que habitavam ou para onde foram transportados. Ainda que tenha ocorrido resistências, é por meio dela que a dominação se manifesta objetivamente e subjetivamente fazendo com que os povos subordinados a sejam impedidos de decidir sobre sua língua, cultura ou história¹³⁷. O modelo a ser alcançado é monolíngue e europeu e as diversas formas de existir são desumanizadas. Ao mesmo tempo, o processo colonial exigia a necessidade de conhecer a cultura do outro para dominá-la, por isso muitas línguas foram descritas e analisadas, tendo como partida os interesses colonizatórios. “Sem dúvida, o domínio de todas essas línguas era indispensável ao sucesso da empresa colonial, o que favoreceu a implantação de uma série de medidas que visassem ao conhecimento (e, por extensão, ao controle) da heterogeneidade linguística das Colônias” (Altman, 2009, p. 119).

¹³⁶ Segundo Faustino (2015, p. 57-59), Fanon caracteriza o racismo como um produto e como um processo de sociedades modernas em que há destruição de valores, de referências e de panoramas sociais do dominado, desarticulando possíveis resistências. Já a racialização está presente na colonização e no racismo, mas expressa a reificação, de duas formas: epidermizando lugares e posições sociais; interiorizando, subjetivamente, a epidermização.

¹³⁷ Ressalto que falantes de línguas africanas e de línguas indígenas resistiram ao colonialismo de diversos modos, possibilitando a permanência de suas línguas, culturas e histórias. Tal como a historiografia tem demonstrado, a colonização não foi imposta sem que houvesse resistência. No entanto, é necessário reconhecer e responsabilizar os colonizadores que objetificaram, exterminaram e escravizaram milhões de pessoas para obter lucros.

Alencastro (1998 e 2000) caracteriza dois tipos de relações coloniais realizadas por Portugal no século XVI: “portos de trato” (Polanyi, 1968[1963], 238-61); e “modelo atlântico português”.

Polanyi (1968[1963], p. 238-9) caracteriza os portos de trato como uma instituição comercial “universal”, encontrada em diversas sociedades que realizavam comércio, tendo formas e abrangências distintas. Esse tipo de organização existia para assegurar pontos de troca em que comerciantes se encontravam, normalmente fora dos muros das cidades, onde existia relativa proteção a ataques de piratas, de corsários ou de ladrões. Segundo Alencastro (1998, p. 194-196), a relação iniciada por Portugal foi de estabelecer um expansionismo preventivo com “portos de trato”¹³⁸, onde eram instaladas feiras e fortificações em locais onde as correntes marítimas favoreciam o deslocamento, protegendo as principais zonas de comércio. Os portos de trato são caracterizados por estarem fora da soberania efetiva da Metrópole e ocorrem nas possessões asiáticas e na Senegâmbia, no Golfo da Guiné, no Grão-Pará e no Maranhão.

O modelo atlântico é caracterizado pela ocupação de um território com intervenção direta da Metrópole e pelo uso da força de trabalho escravagista, principalmente nas regiões de plantations ou de extração de minérios. Ocorreu nas ilhas atlânticas, em territórios brásílicos (principalmente, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro) e em Angola¹³⁹.

No primeiro momento de expansão ultramarina, segundo Alencastro (2000, p. 11-21), houve os diferentes caminhos orquestrados pelos portugueses, tentando assegurar o controle dos nativos e dos excedentes econômicos. Com o aprendizado de mais de um século de atividades ultramarinas, em um segundo momento, a dominação colonial e a exploração se coordenam e se completam. Portugal estabelece o monopólio da exclusividade, extinguindo os direitos de agentes estrangeiros (cristãos ou não) em colônias portuguesas e submetendo colonos à governadores vinculados à Coroa. Ou seja, “a colonização dos colonos”.

No processo de expansão e de colonização lusitana pelo ultramar, os jesuítas, certamente, executaram papéis importantes. Em primeiro lugar, “como no Índico e no Pacífico, os padres se movimentam em ziguezague nos mares do Atlântico” (Alencastro, 2000, p. 157). Não eram apenas intérpretes, mas pioneiros no estudo das línguas, pois, para catequização, era necessário refletir e entender as culturas ultramarinas. Os missionários fizeram traduções, gramáticas, dicionários, teatros e cantigas populares, como *Arte da língua malabar em*

¹³⁸ Também era denominada de “tipo asiático”.

¹³⁹ “O modelo atlântico português de colonização, baseado na pilhagem na África e agricultura escravista na América, mostra-se vantajoso, pois exige poucos investimentos e pode ser realizado sem a exigência de um excedente regular que possa ser usado para as trocas marítimas. Este é incorporado por outras potências europeias entre portos do Caribe e da África” (Alencastro, 2000, p. 30).

português (1549), *Cartilha em tamul e português* (1554), *Doutrina christã na língoa do Congo* (1556) e *Arte da grammatica da língua mais usada na costa do Brasil* (1595)¹⁴⁰ (Alencastro, 2000, p. 155-62). As descrições dessas línguas, em geral, foram realizadas com metodologias similares, tendo como modelo as gramáticas latinas (Altman, 2009; Rosa, 2015 e 2019).

Alencastro (2000, p. 168-83) ressalta a importância dos jesuítas na perpetuação da escravidão e do tráfico de escravizados. Foram capazes de unificar uma teoria para esses empreendimentos para todas as colônias portuguesas e espanholas. A escravidão só tinha sentido com a conversão do gentio. No caso da Angola e do Brasil, a expansão territorial da colônia esteve aliada à tática da *guerra justa*, com o intuito de aprisionar os pagãos e transformá-los em escravizados, muitas vezes, com *descimentos*, deslocando-os para longe de seu território original. (Alencastro, 2000, p. 168-86).

Com base nos autores aqui discutidos, compreendo que a colonização, onde quer que tenha existido, envolve processos violentos de dominação e de sujeição do outro, construindo um espaço cindido entre colonizados e colonizadores. Essa dominação se manifesta no âmbito subjetivo e econômico, mas surge e se reproduz por meio de relações políticas, em territórios onde os povos colonizados são alienados da possibilidade de decidir sobre sua língua, cultura, economia e história. Os processos de colonização das terras atlânticas tiveram semelhanças e diferenças, mas a violência colonial sempre foi usada como um modo de coagir o outro para negar sua identidade e sua língua.

5.2 SISTEMAS LUSO-ATLÂNTICO ESCRAVISTAS E CICLOS ECONÔMICOS NO BRASIL

Nesta seção, apresento brevemente o que foi o primeiro sistema luso-atlântico escravista (SLE-1), que foi formado em dois espaços diferentes: o primeiro envolve as ilhas atlânticas de Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé; o segundo está relacionado ao contato com povos de territórios da costa da África. Em seguida, esse sistema é transportado para o Brasil, caracterizando um segundo sistema atlântico (SLE-2)¹⁴¹, que se desenvolve e passa a existir quase exclusivamente entre o contato das terras brasileiras com diversos espaços da Costa da África, tais como desenvolvo a partir da seção (5.2.1).

¹⁴⁰ “Metodicamente, os sábios da Companhia de Jesus tentam verter as línguas ultramarinas, em geral ágrafas, para o português quinhentista e seiscentista” (Alencastro, 2000, p. 158).

¹⁴¹ Segundo Alencastro (2000, p. 64), formaram-se embriões de uma organização da produção que mais tarde migram para São Tomé e para o Brasil. Antes de Madeira, Schwartz (1988, p. 21-4) ressalta que a migração da produção do açúcar já tinha sido transplantada do Mediterrâneo para o Algarve, tendo características semelhantes.

Há três momentos importantes de descrição desse sistema: (i) todos passaram por processos de colonização semelhante, tendo uma fase inicial de povoação e outra fase de produção açucareira de grande escala¹⁴²; (ii) a localização geográfica contribuiu para que ilhas atlânticas protegessem os mares e servissem como entreposto comercial; (iii) após a decadência da produção açucareira, boa parte da população branca migra para outras localidades enquanto os contingentes de escravizados permanecem nas ilhas.

Com relação ao primeiro ponto, o processo de produção escravagista é organizado a partir do chamado “sistema de Madeira”¹⁴³, que é caracterizado por: existência de grandes empreendimentos com complexa divisão de trabalho; uso de força de trabalho quase exclusivamente escravizada¹⁴⁴; divisão dos resultados da produção, acumulação de riquezas, em que os lavradores tinham rendas com o plantio e os senhores de engenho com a moagem; organização da propriedade em partidos de cana, com parte dos custos sendo de responsabilidade dos lavradores; financeirização via irmandades e via instituições religiosas; proteção da Coroa por meio de legislações favoráveis a senhores e a lavradores (Schwartz, 2014, p. 353-372; Fragoso, 2017, p. 14-15)¹⁴⁵.

Esse sistema é transportado principalmente para Cabo Verde¹⁴⁶ e para São Tomé. Diversos estudos (Garfield, 1992, p. 5-15; Ferraz, 1979, p. 15; Hagemeijer, 2009; Seibert, 2014, p. 50-5; Seibert, 2012, p. 28-29; Bandeira, 2017, p. 122) caracterizam duas fases da colonização

¹⁴² Para Seibert (2014, p. 46-48), a ocupação e a exploração econômica de São Tomé tiveram processos quase iguais a de Cabo Verde. As duas ilhas vivenciaram, entre o século XIV e XVI, formas semelhantes de colonização. No plano econômico, as duas ilhas eram entrepostos comerciais e tiveram uma fase de produção agrícola com força de trabalho escravizada (algodão e açúcar). Consequentemente, compartilhavam semelhanças em termos demográficos (poucos brancos, muitos escravizados e mulatos), sociais (com colonos, escravizados e comerciantes) e culturais (religião católica, língua portuguesa). Fragoso e Krause (2016) também identificam semelhanças entre os dois processos de colonização.

¹⁴³ O sistema de Madeira, aplicado por Portugal por mais de dois séculos, é diferente do sistema de *plantation*, inaugurado pelos holandeses e pelos britânicos nas ilhas caribenhas desde o século XVII (Schwartz, 2014, p. 353-72; Fragoso, 2017, p. 14-5). As plantations ocupavam áreas concentradas e menos dispersas, eram organizadas por turmas de trabalho (ou *gangs*) de mais de cem escravizados e a produção e o beneficiamento do açúcar aconteciam de modo integrado sob a mesma gestão. Para Schwartz, 2014, o segundo sistema era mais competitivo no mercado internacional e se adequava mais às exigências do sistema capitalista, enquanto o primeiro era mais adequado ao Antigo Regime católico e oferecia vantagens na forma de financiamento (menos dependente de rentistas) e no estabelecimento de alianças políticas, via casamentos ou concessão de terras à forros.

¹⁴⁴ No Brasil, Schwartz (2014, p. 353-372) demonstra que, no início, a força de trabalho escravizada era de origem indígena só depois sendo substituída por africanos. Desenvolvo essa análise na seção 5.2.1.

¹⁴⁵ “Nas ilhas atlânticas portuguesas e espanholas, a organização comercial, técnica e social de um sistema econômico consubstanciou-se no bem-sucedido e facilmente transferível complexo denominado engenho de açúcar. Nas Américas, esse sistema atingiria novos níveis de eficiência e êxito. Entretanto, antes da travessia atlântica, ainda uma última etapa seria cumprida: a expansão da escala de produção por meio da contínua incorporação e grandes contingentes de trabalhadores escravos” (Schwartz, 1988, p. 28).

¹⁴⁶ Em Cabo Verde, no primeiro momento, as principais atividades econômicas eram a criação de gado, a produção de algodão e a tecelagem. O arquipélago foi povoado por imigrantes, em sua maioria judeus e escravizados (Person, 2010, p. 355-359). (Schwartz, 1988, p. 28)

dessas ilhas¹⁴⁷: uma de ocupação e outra de *plantation*¹⁴⁸. Na primeira fase (de 1493 a 1515), há o processo de formação populacional da ilha, com pessoas enviadas pela Coroa portuguesa para prestar serviços, para comercializar com a Guiné, ou para cumprir sentenças de crimes cometidos¹⁴⁹ (Caldeira, 2008; Seibert, 2014). Já nesse momento, a escravidão tornava-se peça fundamental, tanto para constituição de famílias como para a realização de serviços domésticos (Bandeira, 2017, p. 117 e 118; Hagemeyer, 2009). Devido à localização geográfica, essas duas ilhas passaram a receber também um importante contingente de escravizados vindos da Alta Guiné e da África Central durante o processo de transporte às demais colônias. As condições econômicas permitiram a formação de um proto-crioulo com base de línguas distintas, mas oriundas principalmente da África Central (Seibert, 2014, p. 55-56; Bandeira, 2017, p. 119-122). “Boa parte dessa força de trabalho já estava habituada ao trabalho com a cana de açúcar e com a ‘língua geral luso-africana’ de São Tomé” (Alencastro, 2000, p. 65).

Com relação ao terceiro ponto, Cabo Verde e São Tomé entram em processo econômico de decadência diante o aumento dos saques de corsários e de piratas, a ampliação de fugas de escravizados, formação de quilombos em regiões mais afastadas e eminência de revoltas e assaltos e, entre outros, a redução de lucro na produção de açúcar (cf. Seibert, 2014, p. 47-51; Caldeira, 2008, p. 50-51)¹⁵⁰. Grande parte da população branca, principalmente, migra para o Brasil e para outras colônias portuguesas. A população dessas ilhas passa a ser composta por mestiços e negros forros. A saída do circuito atlântico possibilitou também a continuidade de quilombos e de comunidades isoladas nas ilhas, resistências que foram, sempre que possível, sublimadas no Brasil e em Angola¹⁵¹. Em termos linguísticos, o contato com Portugal e com o português é reduzido. “Em outras palavras, a protolíngua, nesse momento, possuía, de forma cada vez mais limitada, a língua portuguesa como modelo e esse afastamento

¹⁴⁷ Schwartz (1988, p. 28-29) afirma que, desde o início, a colonização da ilha esteve associada ao plantio de cana de açúcar. Havia recomendações das cartas régias para ocupar a ilha e realizar o plantio de canaviais.

¹⁴⁸ Berthet (2012, p. 334-336) retoma análises sobre a caracterização de *plantation* como um tipo de organização produtiva da terra já incorporado ao sistema capitalista. Desse modo, constrói uma reflexão de que o termo mais adequado para caracterizar o processo produtivo em São Tomé seja “roça” (Eyzaguirre, 1986), um resquício histórico que existe desde o período da colonização, no século XVI.

¹⁴⁹ Diante do processo de inquisição que ocorre na Europa, é possível supor que boa parte dos degradados enviados à ilha eram também judeus, visto que eram caracterizados como cristãos-novos por grande parte dos autores (Alencastro, 2000; Thornton, 2004; Heywood e Thornton, 2007).

¹⁵⁰ Com relação ao processo de decadência, conferir Fragoso e Krause (2016), Alencastro (2000, p. 63-70 e 102), Seibert (2014, p. 47-51) e Caldeira (2008, p. 50-51).

¹⁵¹ A separação do Atlântico significa também que os processos de sobrevivência e de resistência ganham contornos particulares e, nos séculos seguintes, acentuam-se as diferenças entre as ilhas, tanto em termos econômicos e políticos como em termos culturais e linguísticos. Formam-se modelos culturais distintos: as comunidades crioulas de Cabo Verde constroem uma identidade própria, uma nova etnia, que se distancia das tradições indígenas; enquanto as comunidades de São Tomé viveram formas plurais de formação cultural, em geral, reafricanizando-se (Seibert, 2014, p. 58-60).

poderia explicar o alto componente de origem africana no seu léxico e na sua fonologia” (Bandeira, 2017, p. 122). Do mesmo modo, o que resta da colonização portuguesa e a ausência de mobilidade dificultam também o contato linguístico com povos africanos e americanos.

Em síntese, as experiências das ilhas atlânticas deram suporte humano, físico e técnico para o desenvolvimento de outros sistemas atlânticos escravistas, conseqüentemente, para a difusão de novas características culturais e linguísticas. No entanto, o isolamento dessas ilhas, decorrente do processo de decadência econômica nos séculos seguintes, ocasionou a estabilização de populações que passaram a ter menos movimentações pelo Atlântico e menos chegadas de novos imigrantes.

O segundo espaço é caracterizado pelas redes comerciais e relações diplomáticas ou bélicas com os povos e reinos do continente africano. Inicia-se com estabelecimento de portos de trato, evitando conflitos bélicos¹⁵². Da Costa Ocidental até a África Central, foram instalados fortes para o comércio. A partir de 1515, o primeiro sistema atlântico modifica-se graças: à autonomia de comercialização para os tomistas e cabo-verdianos; ao estabelecimento de plantações de açúcar em São Tomé; e ao aumento da demanda de escravizados para o comércio, que passam a ser enviados também para as colônias espanholas e portuguesas na América. Descrevo como esse processo de transformação impactou nas relações entre Portugal e os povos e reinos que habitavam regiões costeiras do continente africano.

Na costa ocidental, a geografia favorece a penetração de europeus, principalmente de mercadores de Cabo Verde (Alencastro, 2000, p. 46-54)¹⁵³. Uma consequência importante desse processo para a análise linguística está relacionada à dispersão territorial dos europeus pela África, à integração cultural na região e à amplitude das redes comerciais. Em diferentes partes da costa africana, europeus ou seus descendentes adentraram aos interiores do continente e passaram a viver nas comunidades que encontravam. Os *lançados*, ou *tongomaus*, aprendiam as línguas, integravam-se às sociedades e tornam-se intermediários das relações comerciais (Alencastro, 2000, p. 47-9).

¹⁵² “Conforme as etapas observadas no século XV na Guiné, e no século XVI, na Índia, a fortaleza vem depois da feitoria. Primeiro ata-se o escambo nativo num escoadouro com o litoral, depois se erguem as muralhas para salvaguardar o monopólio régio na área” (Alencastro, 2000, p. 75).

¹⁵³ Para uma análise mais detalhada sobre as relações econômicas e suas consequências culturais e linguísticas, cf. Thornton (2004); Alencastro (1998 e 2000); Ly-Tall (2010, p. 193-209); Green (2019, p. 31-67).

Na África Central, no reino do Kongo, a partir dos primeiros contatos¹⁵⁴, em 1491, Nzinga a Nkuwu batiza-se como D. João I juntamente com parte da aristocracia dos *bacongo*¹⁵⁵, como forma de combater linhagens rivais. A adoção do catolicismo trouxe benesses para o seu filho, Afonso I, Mwemba a Nzinga, que se torna rei após disputa pelo trono (1504) (cf. Heywood e Thorton, 2007). Com a aliança, Portugal almejava conquistar e europeizar o território, por meio do batismo das linhagens dominantes. (Alencastro, 2000, p. 70-3).

Para Heywood e Thornton (2007, p. 61-4), o reinado de Afonso I, no Kongo, foi o primeiro marco de formação de uma Cultura Crioula Atlântica (CCA), adaptando expressões, conhecimentos e técnicas da Europa à realidade e às tradições locais. O contato com os europeus foi importante para desenvolver técnicas de agricultura, de carpintaria, de mineração e de guerra, adequadas para a realidade local. Além disso, fundou um sistema escolar para nobres congolezes com mais de 1 mil estudantes, formando uma elite literária. Com relação à religião, o rei era considerado um exímio devoto e cristão, foi responsável pela formação de uma nova cultura católica, com tradições locais coexistindo com a igreja católica¹⁵⁶.

No entanto, as relações entre as duas nações nem sempre foram harmônicas, tendo, como um dos pontos de disputa, a escravização¹⁵⁷. O vínculo entre Kongo e Portugal manteve-se por 150 anos sem que houvesse dominação de um sobre o outro, tendo momentos de conflito e de aliança. O resultado do interesse de ambos os lados de manter o vínculo via laços católicos possibilita a publicação da *Doutrina christã na língua do Congo*, do padre Marcos Jorge, em 1566. O esforço precoce de decodificação do bakongo demonstrou o interesse pela região (Alencastro, 2000, p. 70-7 e 158).

¹⁵⁴ Pelos relatos do cronista João de Barros, Diogo Cão, ao chegar nas margens do rio Nzandi, Zaire, percebeu que se falava uma língua diferente e raptou jovens que foram levados para Portugal para poderem ser possíveis intérpretes. (Francisco, 2021, p. 322). Heywood e Thorton (2007, p. 60-61) relatam que o primeiro contato oficial foi com o governante de Soyo, que enviou pessoas e crianças para aprender a língua e os costumes, como Kasuta, rebatizado de João da Silva, que se tornou embaixador em Portugal.

¹⁵⁵ Povos que ocupam a região litorânea entre o atual Zaire até o norte de Angola e compartilham traços culturais e linguísticos semelhantes, tais como o uso da língua quicongo.

¹⁵⁶ Essa nova cultura se expressa em termos: i) concretos, como a construção de igrejas em locais que anteriormente eram usados para atividades religiosas bakongo; ii) políticos, com recorte de classe, pois é restrita à aristocracia e espaços urbanos; iii) diplomáticos, com a exportação para povos vizinhos, sob mediação congoleza; iv) litúrgicos, com adoção de práticas como batismo e os mitos, excluindo outras, como a monogamia, ou adaptando-as, como as músicas e danças; v) e linguísticos, como a tradução de elementos católicos para serem usados com palavras de tradições religiosas locais (cf. Heywood e Thornton (2007, p. 61-4).

¹⁵⁷ Em carta ao rei de Portugal, Afonso I queixa-se do rapto de escravizados feitos por tomistas no Kongo. (Alencastro, 2000, p. 72). “Muitos do nosso povo, no ávido desejo que sentem por mercadorias e objetos dos [vossos] reinos que seus súditos trazem para cá, e de modo a satisfazer seu apetite cada vez maior, sequestram o povo livre sob a nossa proteção. E muitas vezes ocorre que sequestram nobres e filhos de nobres, e nossos parentes, e os levam para vender aos brancos que andam por nossos reinos; e os sequestram às escondidas e, outros, à noite, para não serem descobertos. E assim que caem nas mãos desses brancos são imediatamente marcados a ferro e sujeitados por correntes” (French, 2019).

Mais ao Sul, no reino do Ndongo, o projeto colonial luso experimentou a pilhagem e conquista por terra. Com apoio do reino do Kongo e de alguns sobas *ambundu*, portugueses e luso-africanos se estabelecem em territórios do reino do Ndongo, constroem fortificações e desenvolvem o comércio de escravizados. Destacam-se os reinados de Ndambi a Ngola e de Ngola Kilwanje kya Ndambi, em que as relações comerciais com tomistas e com a Coroa continuaram, e o reino do Ndongo se torna um grande exportador de escravizados da África central, enviando para as terras brasílicas muitos falantes de quimbundo (Alencastro, 2000, p. 13-15; e Heywood e Thornton, 2007, p. 79-86). A influência portuguesa se amplia nas regiões da Costa, contribuindo para formação de uma CCA. No fim, todas essas empreitadas tiveram como resultado a captura de escravizados que eram levados, principalmente, para São Tomé e para a América espanhola. Portugal aprendeu uma lição que repetirá em outros momentos: com a ampliação territorial, foi possível ter acesso a redes de troca de escravizados nos sertões (Alencastro, 2000, p. 114).

Cabe destacar que não se forma uma única CCA. Cada população do Atlântico que estabeleceu relações de longa duração com os portugueses (como houve no Kongo, no Ndongo, nos rios da Guiné, em São Tomé, em Cabo Verde) desenvolveu, de modo distinto, novas expressões culturais, resultantes do contato. Em cada local, havia agentes que possibilitavam que essa mistura ocorresse, como os lançados, os comerciantes luso-africanos ou a aristocracia bakongo. Diante dessas experiências, foi possível ampliar as redes de tráfico de escravizados e, na medida do possível, integrar alguns locais, conectando povos e locais distantes por meio do Atlântico. A CCA é, portanto, a mistura de culturas que aconteceu no processo de expansão de colonial de nações europeias e que permitiu a emergência de novas expressões políticas, culturais, religiosas e, entre outras, comerciais que se conectaram ainda que partilhassem de suas singularidades (Heywood e Thornton, 2007).¹⁵⁸

Nesta seção, apresentei os agentes e as consequências das relações estabelecidas entre portugueses em ilhas atlânticas e em territórios da África no SLE-1. Os modelos coloniais foram adaptados e atualizados no SLE-2, que emerge ampliando os vínculos com as terras brasílicas e teve diversos ciclos, principalmente, pau-brasil, açúcar, ouro, café. O tráfico de escravizados foi importante para a consolidação de todos eles e foi, por si só, um dos principais recursos de geração de riquezas. A escravização vinculou as relações atlânticas de modo bilateral, ligando os portos brasílicos aos portos da África em que o contato constante por mais de três séculos possibilitou a formação de CCAs.

¹⁵⁸ Na seção 6.1, retomo essa caracterização para demonstrar que a mistura de culturas não necessariamente caracteriza a emergência de um processo de criouliização.

5.2.1 Primeiros empreendimentos colonizatórios na América portuguesa

Nesta seção, apresento dados sobre o papel da força de trabalho indígena na formação dos primeiros empreendimentos colonizatórios de portugueses e demonstro que essa não foi meramente auxiliar na constituição dos processos produtivos e, conseqüentemente, nos contatos culturais e linguísticos que ocorreram em terras brasílicas.

Tal como foi feito nas ilhas atlânticas, nas terras invadidas no Sul da América, inicia-se o processo colonizatório português com a exploração de mercadorias, como madeira de pau-brasil e a venda de escravizados indígenas para o outro lado do oceano¹⁵⁹. Para garantir a permanência e o escambo com os povos da região, a Coroa construiu feitorias nas regiões costeiras (Pernambuco e Bahia) (Schwartz, 1988, p. 31-35)¹⁶⁰.

A primeira fase de conquista da Costa tinha como objetivo de fundo o domínio marítimo e só depois teria um intuito territorial (Oliveira, 2016, p. 136).¹⁶¹ A invasão da terra não teria acontecido se não fizesse parte de um conjunto de ações diplomáticas, culturais e bélicas com os povos da região. Segundo Oliveira (2016, p. 144-149), o papel dos indígenas nesse processo não pode ser reduzido a dualismos (submissão x resistência; aculturação x extermínio). Eles atuaram como força de trabalho, compuseram expedições militares, mudaram-se para aldeamentos; mas não deixaram de realizar mobilizações, revoltas, articulações políticas e religiosas. O autor (2016, p. 136 e 156-157) relembra que diversos “lançados” (ou *truchements*, do lado francês) começaram a viver nas comunidades, aprendiam as línguas e se tornaram intermediários e beneficiadores do pau-brasil.

Embora sejam tradutores culturais, aprendendo os idiomas e os costumes nativos, não são apenas “línguas” (intérpretes), mas sim os operadores práticos das alianças. Contraem matrimônios com mulheres indígenas, herdando redes de relações políticas e cerimoniais, o que lhes permite ser agenciadores da produção do pau-brasil e os mediadores das relações com os europeus. As famílias que instituem são as raízes dos mais antigos moradores da colônia, como em São Paulo e Pernambuco. Os próprios ideólogos da colonização, situados na metrópole, valorizam a mestiçagem como estratégia política e de povoamento (Oliveira, 2016, p. 156)¹⁶²

¹⁵⁹ Oliveira (2016, 141-142) registra ocorrências desse processo no início do século.

¹⁶⁰ Existe a hipótese de que as trocas de mercadorias, via escambos, eram também benéficas aos povos tupinambá permitindo a entrada de instrumentos de ferro e, conseqüentemente, modificando as capacidades produtivas e técnicas (Schwartz, 1988, p. 45).

¹⁶¹ Os tupinambás não tinham como prática a produção para o lucro. Todo o excedente de produto era trocado com portugueses por meio de escambo, no entanto, essa prática ocorria quando era de interesse dos primeiros, não sendo uma fonte certa para obtenção de alimentos ou de trabalho (Schwartz, 1988, p. 42).

¹⁶² Nessa fase, até a representação portuguesa sobre os indígenas é positiva, sendo designados como reis nas cortes europeias ou sendo desenhados com detalhamentos e coloridos (Oliveira, 2016, p.157).

Boa parte dos povos falavam línguas da família tupi, resultado de um processo de expansão territorial que possibilitou relações de contato de línguas muito próximas e a formação de uma *koiné*¹⁶³ de tupi¹⁶⁴, também denominada de língua geral¹⁶⁵ (Lucchesi, 2017, p. 362 e 363).

Essa dominação do litoral pelos tupis teve grandes consequências para a história sociolinguística do Brasil, sobretudo nos dois primeiros séculos da colonização, tanto que os jesuítas, que adotaram o tupinambá como instrumento de catequese, denominaram esse idioma como *língua brasílica*, denominação que ganhou força no século XVII. Nas regiões periféricas do empreendimento colonial, como São Paulo e a Amazônia, o tupi e o tupinambá eram, respectivamente, a língua de intercurso (Lucchesi, 2017, p. 362 e 363).

Em 1533, a Coroa reparte as terras em propriedades donatárias para produção açucareira e faz-se uso de força de trabalho, principalmente indígena¹⁶⁶. Esses empreendimentos mercantis portugueses eram financiados e administrados por comerciantes estrangeiros (alemães, flamengos, holandeses, genoveses, ingleses etc.). As capitanias não tiveram sucesso (com exceção de São Vicente e Pernambuco) (Schwartz, 1988, p. 31-35). Boa parte delas estava em regiões sitiadas por indígenas, e os donatários e colonos foram expulsos, mortos ou retornaram para Portugal.

Adentra-se em uma segunda situação empreendedora, o objetivo português converte-se na busca pela dominação territorial para garantia de lucros, tendo de submeter totalmente a população autóctone rival e, ao mesmo tempo, evitar conflitos e levantes com indígenas aliados (Oliveira, 2016, p. 146). A Coroa, os comerciantes, os senhores feudais, os investidores, os jesuítas e outros agentes adotam: (i) a alteração política e administrativa; (ii) o uso da “guerra

¹⁶³ Para Mufwene (2001), *koiné* é o termo mais adequado para descrever as línguas formadas em situação de contato por línguas tipologicamente próximas. O autor demonstra que, historicamente, foi um termo usado para descrever uma língua franca que se forma pelo contato entre línguas europeias próximas e que são faladas por europeus. Na seção 6.1.1, retomo essa caracterização e demonstro os aspectos raciais envolvidos na escolha tradicional do uso do termo.

¹⁶⁴ De acordo com Lucchesi (2009, p. 43 e 44), o termo “língua geral” também pode ter outros quatro usos: língua franca, do contato entre os portugueses e os indígenas; língua nativizada que se estabelece no período inicial da colonização nos núcleos populacionais mestiços; versão ‘gramaticalizada’ pelos jesuítas para a catequização, principalmente; línguas francas utilizadas por outros grupos linguísticos não falantes de línguas do tronco tupi, de dois tipos: uma nas regiões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul; outra falada inicialmente no Maranhão e depois no Pará e no Amazonas (Lucchesi, 2017, p. 363).

¹⁶⁵ “(...) as tribos indígenas que habitavam a costa (...), por falarem línguas muito aparentadas do tronco tupi, eram capazes de se comunicarem entre si utilizando uma espécie de *koiné*, decalcada da língua tupinambá (Lucchesi, 2009, p. 43)”.

¹⁶⁶ O uso da força de trabalho indígena poderia ser imposto de três formas: coerção direta sobre a forma de escravização; catequização e conversão para aculturação; integração via trabalho pago, principalmente para os aldeados (Schwartz, 1988, p. 45-51).

justa”; (iii) a ampliação de aldeamentos e de descimentos; (iv) o genocídio biológico; (v) a escravização; (vi) e a catequização.

Em 1548, a Coroa estabelece um controle régio direto, com centralização política. A capital colonial, Salvador da Bahia de Todos os Santos, foi construída e tornou-se um dos mais ativos portos comerciais da colônia. A concessão de sesmarias e de benefícios fiscais foi realizada para incentivar a produção açucareira, desde que os senhores de engenho residissem, povoassem e defendessem a terra e beneficiassem a cana produzida pelos lavradores (Schwartz, 1988, p. 34-35). A população da Bahia aumentou quase seis vezes, chegando a ter 11 mil portugueses em 1585 (Oliveira, 2016, p. 147).

As guerras justas são usadas no processo colonizatório da América portuguesa, convertendo-se na principal fonte de escravizados (Oliveira, 2016, p. 138-142). Os governadores Tomé de Souza, Duarte da Costa e Mem de Sá comandaram esquadras que conquistaram territórios na Bahia, no litoral Norte, até Pernambuco, e no litoral Sul, até o Rio de Janeiro (Oliveira, 2016, p. 147-153)¹⁶⁷.

Com as guerras e com o rapto, ampliou-se o número de aldeamentos, locais de moradia que ficavam em regiões fronteiriças de possessões portuguesas onde habitavam indivíduos indígenas oriundos de locais e de tradições distintas (Alencastro, 2000, p. 120)¹⁶⁸. Essas unidades cumpriram diversas funções para a colonização: eram fonte de força de trabalho paga, chamados de *forros*; constituíam espaços de influência dos jesuítas; e dificultavam a fuga de escravizados africanos ou realizavam sua captura e a destruição de quilombos (Alencastro, 2000, p. 122-125)¹⁶⁹. Na Bahia, havia duas aldeias até 1557, o número passou para 11 em cinco anos, com 34 mil habitantes. Nas redondezas de Olinda, apenas um aldeamento tinha 10 mil habitantes (Oliveira, 2016, p. 147-51). Quanto mais longo fosse o descimento, ou seja, o transporte de indígenas para aldeamentos, maior era a dessocialização do indígena (Alencastro, 2000, p. 119, 122 e 126)¹⁷⁰. Como consequência, o português se estabelecia cada vez mais como língua alvo.

¹⁶⁷ Ainda que os portugueses conseguissem realizar expedições de “guerra justa” contra alguns povos indígenas, nem sempre conseguiam sair vitoriosos. Por um momento, evitou-se conflitos contra povos que habitavam à Costa, como os potiguares, os aimorés e outros.

¹⁶⁸ Alencastro (2000, p. 67) demonstra como as relações políticas estavam vinculadas no Atlântico. Quando ocorre a insurreição liderada por Amador em São Tomé, no Brasil, padres formulam diretrizes sobre a política de aldeamento em locais distantes de povoamento, servindo também para impelir fugas de escravizados.

¹⁶⁹ Oliveira (2016, p. 148) lembra que os aldeados fugiram, rebelaram-se e/ou acolheram escravizados fugitivos.

¹⁷⁰ Havia impedimentos para a realização de grandes descimentos: o intercâmbio comercial direto entre capitâneas era proibido; não havia nenhuma rede comercial, regular e de grande capital, para realizar a empreitada (Alencastro, 2000, p. 126).

As dimensões do aldeamento foram catastróficas para os indígenas. “Mal alimentados, expostos ao trabalho forçado num ambiente epidemiológico que lhes era particularmente hostil, os índios aldeados pereciam em grande número” (Alencastro, 2000, p. 120). O surto de varíola, em 1562, foi responsável pela morte estimada de 30 mil indígenas, apenas nas posses portuguesas no Recôncavo, sobrevivendo apenas entre 8 mil e 3,4 mil nos anos de 1585 e 1590. Em Pernambuco, após os caetés serem derrotados e aldeados, cerca de 70 mil foram vitimados. Até o final do século, as duas capitânicas, juntas, registravam menos de 8 mil indígenas em suas possessões (Oliveira, 2016, p. 147-51).

Os indígenas capturados, por guerras justas ou por rapto, tornavam-se *cativos*, termo usado para designar escravizados autóctones, em oposição a *escravos*, usado para os de origem africana (Alencastro, 2000, p. 145). Nas duas principais capitânicas, Pernambuco e Bahia, até 1585, dois terços da força de trabalho era indígena (Schwartz, 1988, p. 46-7). No Engenho Real Sergipe, correspondia a 93% (Oliveira, 2016, p. 149). Nos registros de propriedades de 68 paulistas, até 1625, correspondia a 99% (forros e cativos) (Alencastro, 2000, p. 120)¹⁷¹. Esses dados revelam que a força de trabalho indígena foi essencial na formação das primeiras ecologias linguísticas.

O processo de aculturação do indígena envolvia: o batismo em massa; a imposição do catolicismo como religião única; a obrigatoriedade de adesão ao se tornar vassalo, aldeado ou resgatado; a adoção do nome português; a aceitação obrigatória de práticas católicas, tais como o batismo¹⁷², o apadrinhamento e o casamento monogâmico; o uso de aspectos culturais e linguísticos da cultura tupi para a conversão religiosa; a reordenação do espaço de moradia, com igrejas ocupando o centro das vilas e de aldeias; a aceitação de irmandades de leigos e de certas festas religiosas; a eliminação da poligamia, da antropofagia, do casamento entre parentes. Todas essas práticas contribuíam para a reificação do indígena (Schwartz, 1988, p. 49 e 60-67). Esse processo de imposição cultural portuguesa, via catequização, foi refratado, em outras imagens, em São Tomé, em Cabo Verde, em Congo e em Angola. Trata-se de uma outra expressão de CCA que emerge como resultado da mistura de culturas, e o europeu é o agente principal de sua imposição.

¹⁷¹ “Como os engenhos reais eram justamente aqueles que contavam com maiores recursos financeiros e operavam com tecnologia mais avançada (energia da água x tração animal), é de supor que nos demais engenhos a utilização de escravos negros fosse ainda mais restrita e adiada no tempo” (Oliveira, 2016, p. 149).

¹⁷² Com relação ao batismo de crianças em capelas em meados de 1600, observa-se uma tendência para filhos de casais endogâmicos. No entanto, 18,5% das mulheres indígenas e 30% das mulheres negras não indicaram pai ou indicaram que se tratava de branco. Esses dados ajudam a compreender a violência do processo de miscigenação (Schwartz, 1988, p. 60-3).

Desde a bula papal *Veritas Ipsa*, em 1537, os indígenas não deveriam ser vítimas de escravização ou de maus tratos (Oliveira, 2016, p. 142). Outras medidas foram tomadas para combater a escravidão indígena a partir de 1570, no entanto continuou a existir (Schwartz, 1988, p. 40-3)¹⁷³. Os padres também foram responsáveis por sistematizar em gramáticas e dicionários as características linguísticas do espaço colonial. É a partir desses registros que se tem conhecimento sobre a existência de uma koiné meridional, ou língua geral tupi, constituída pelo contato com povos indígenas que habitavam a costa brasílica, grande parte de falantes, principalmente, de línguas da família tupi. A língua geral meridional, possivelmente, foi a língua franca de boa parte da população, principalmente nas áreas costeiras, onde se concentravam (Argolo Nobre, 2020). Era usada por brasílicos, por jesuítas, por aldeados, por outros povos indígenas e, entre outros, por bandeirantes. O Padre José de Anchieta fez a primeira gramática da língua, constituindo um registro de como o estudo da língua foi importante para o processo colonial (Rodrigues A., 1996 e 2006; Rodrigues J., 1983; Dick, 2002; Argolo Nobre, 2020; sobre o processo de povoamento, cf. Prado Jr., 2020[1942]; e Furtado, 2007[1959]).

Mesmo sendo de uso corrente, em uma sociedade colonial maniqueísta, a língua e os seus falantes foram depreciados, comparados a selvagens e silenciados, e o português assumiu o papel de língua de prestígio. Parece possível considerar que o colonialismo fornece a base para que a noção de língua de prestígio seja revisada em um contexto mercantilista.

Todos esses empreendimentos colonizatórios, adaptados e inovados nas terras brasílicas, colaboraram para a expansão da fronteira e para o aumento de lucros com a produção de açúcar, que cresceu em volume e em produtividade, principalmente, em Pernambuco e, depois, na Bahia. As duas capitanias juntas eram responsáveis por três quartos da produção de açúcar (Schwartz, 1988, p. 33-5). Com relação à produtividade, com os lucros iniciais, foram introduzidos melhoramentos técnicos, principalmente com o investimento na contratação de artesãos, especialistas e mestres-do-açúcar, em geral, brancos.

Com base nos registros das propriedades, Schwartz (1988, p. 57-67) discute como era o perfil dos indígenas e o processo de aculturação nas lavouras de açúcar. Em termos de perfil,

¹⁷³ O papel que a igreja cumpria não entrava em conflito com os interesses mercantis da época. Para contornar a efetividade da legislação, comerciantes e jesuítas, como Nóbrega e Anchieta, oficializaram a escravidão como práticas de guerras justas, convertendo o gentio em cristão. Além disso, a força de trabalho indígena poderia ser adquirida em aldeias mediante salário (Oliveira, 2016, p. 142-143). Os padres participavam da apropriação da força de trabalho do indígena: legislavam ou adequavam os acordos legais; julgavam as boas e as más práticas; vendiam e compravam indígenas; abasteciam o mercado de bens de consumo da colônia com produtos de plantações nas aldeias; participavam de negociações de paz, de instruções públicas, de campanhas militares e da catequização. Ao mesmo tempo, denunciavam os maus-tratos, reprimiam o uso de cativos, incentivavam a contratação por assalariamento (Olivera, 2016, p. 141-5; Alencastro, 2000, p. 53-6 e 117-26).

eram classificados, sob o olhar europeu, como uma categoria racial única (índio, gentio da terra, negros da terra)¹⁷⁴. No entanto, identificações etnográficas evidenciam que os engenhos recrutavam indígenas de variadas localidades. Além disso, pelos registros, é possível identificar as localizações de origem e os possíveis grupos étnicos – grande parte falante de línguas da família tupi¹⁷⁵. Em termos de aculturação, há práticas voltadas para a catequização do autóctone, impondo valores culturais eurocêntricos que passam a ser adotados. Uma outra expressão de CCA que se forma nas terras brasílicas. Por outro lado, há registros do processo contrário: colonos faziam uso de práticas, rituais, valores, costumes e tradições indígenas. Quanto mais afastado o engenho fosse dos portos e das cidades, estando mais próximos às fronteiras, maior era o nível de integração do colono à comunidade local (Schwartz, 1988, p. 57-67).

5.2.2 A ampliação do trabalho escravizado africano no Brasil

Nesta subseção, exponho as hipóteses em torno da alteração das formas de apropriação da força de trabalho indígena e da ampliação do uso da força de trabalho escravizada africana. Antes é necessário lembrar que já existia um segundo sistema luso-escravista quando o Brasil começa a fazer parte dele ainda de forma periférica, só ganhando centralidade depois (cf. subseção 5.2.3).

Em primeiro lugar, é necessário lembrar que a escravidão de indígenas não deixou de existir, continuou a ser uma prática por longo tempo, migrando a fronteira da colonização para os sertões.

A guerra de conquista, com os “descimentos”, as aldeias missionárias e as “guerras justas”, transformada em mecanismo de expansão da fronteira econômica, irá transplantar-se no século XVII e primeira metade do século XVIII para os sertões, em capítulos futuros (mas de menor destaque) da história da formação territorial brasileira (Oliveira, 2016, p. 159)

Até o século XVIII, os cativos compõem a maior parte de escravizados nas terras brasílicas, principalmente no Planalto paulista, no Maranhão e no Grão-Pará. Esses espaços,

¹⁷⁴ Os indígenas não escravizados eram caracterizados com outros termos como “índios aldeados”, “índios sob a administração” ou “índios forros” (Schwartz, 1988, p. 58-61).

¹⁷⁵ O processo de separação de indígenas de grupos diferentes em uma mesma unidade produtiva não parece ter sido proposital. Outras características do perfil dos indígenas é que eram levados às fazendas com suas famílias e a maioria era do sexo masculino e um quarto não estava em condições adequadas para o trabalho, sendo demasiadamente jovens ou idosos (Schwartz, 1988, p. 60-3).

por muito tempo, não fizeram parte do sistema atlântico escravista, sendo excluídos das relações políticas, da distribuição das terras, do reconhecimento por parte da Coroa (Alencastro, 2000, p. 100).

Em segundo lugar, não custa lembrar que povos indígenas, ainda que tenham sido vítimas de processos de genocídio desde o século XVI, não deixaram de existir no Nordeste e no Brasil. A historiografia e a antropologia, principalmente após a década de 80, trouxe contribuições nesse sentido, lembrando a importância de preservar a memória, a cultura e as línguas desses povos, partindo do pressuposto de que eles continuam a resistir a processos de colonização e invasão de suas terras (cf. Dantas, Sampaio e Carvalho, 1998; Silva, E., 2017; Melatti, 2014).

A redução de 1200 para 180 línguas indígenas nos últimos 500 anos foi o efeito de um processo colonizador extremamente violento e continuado, o qual ainda perdura, não tendo sido interrompido nem com a independência política do país no início do século XIX, nem com a instauração do regime republicano no final desse mesmo século, nem ainda com a promulgação da “Constituição Cidadã” de 1988. (Rodrigues, 2005, p. 36)

Em terceiro lugar, como parece ser consenso na literatura, “é difícil estabelecer as causas da substituição da mão de obra indígena pela africana” (Oliveira, 2016, p. 161).

Schwartz (1988, p. 68-73) demonstra como o processo de adoção da força de trabalho escravizada africana aconteceu aos poucos. No final do século XVI, a proporção era mista e, nas duas primeiras décadas do século XVII, era majoritariamente africana. Diante da situação epidêmica e das fugas, senhores de engenho dividiam as formas de organização de trabalho, tendo cativos em produção de bens de consumo e africanos na lavoura de açúcar.

Para Alencastro (2000, p. 126-7), são diversos os fatores que impedem o desenvolvimento do tráfico de escravizados indígenas e a necessidade de manter alianças sem escravização: o genocídio provocado por doenças vindas da Europa; a dificuldade de realizar descimentos, tanto por causa de condições de navegação como pela condição de ilhamento das províncias; a existência de legislações que coíbiam a escravização; o conflito de interesses entre escravizadores e os jesuítas; o fato de não gerar renda para a Coroa via regulação fiscal; a existência de um sistema escravocrata que prioriza a venda do escravizado africano; e, principalmente, a inexistência de rede mercantil para o tráfico (Alencastro, 2000, p. 114-27).

Independente da capacidade de dar resposta a essa questão, o fato é que o trabalho indígena deixou de ocupar os principais espaços da produção de riqueza no Brasil desde o final do século XVI. Essa alteração modifica, conseqüentemente, a situação de contato linguístico,

reduzindo a participação de falantes de línguas indígenas nas ecologias linguísticas que se situam, principalmente, nos principais espaços de produção e de circulação de riqueza (engenhos e cidades portuárias). Ainda há resquícios de seus usos no âmbito lexical, como no uso de topônimos ou para descrição de animais e plantas. Concomitantemente, houve a ampliação exponencial de falantes de línguas africanas nessas localidades, fato que transformou a realidade linguística, possibilitando a emergência de novas gramáticas híbridas e a difusão dessas gramáticas pelas terras brasílicas a partir da ampliação de redes produtivas que necessitavam de força de trabalho escravizada (pecuária, ouro, café, entre outros).

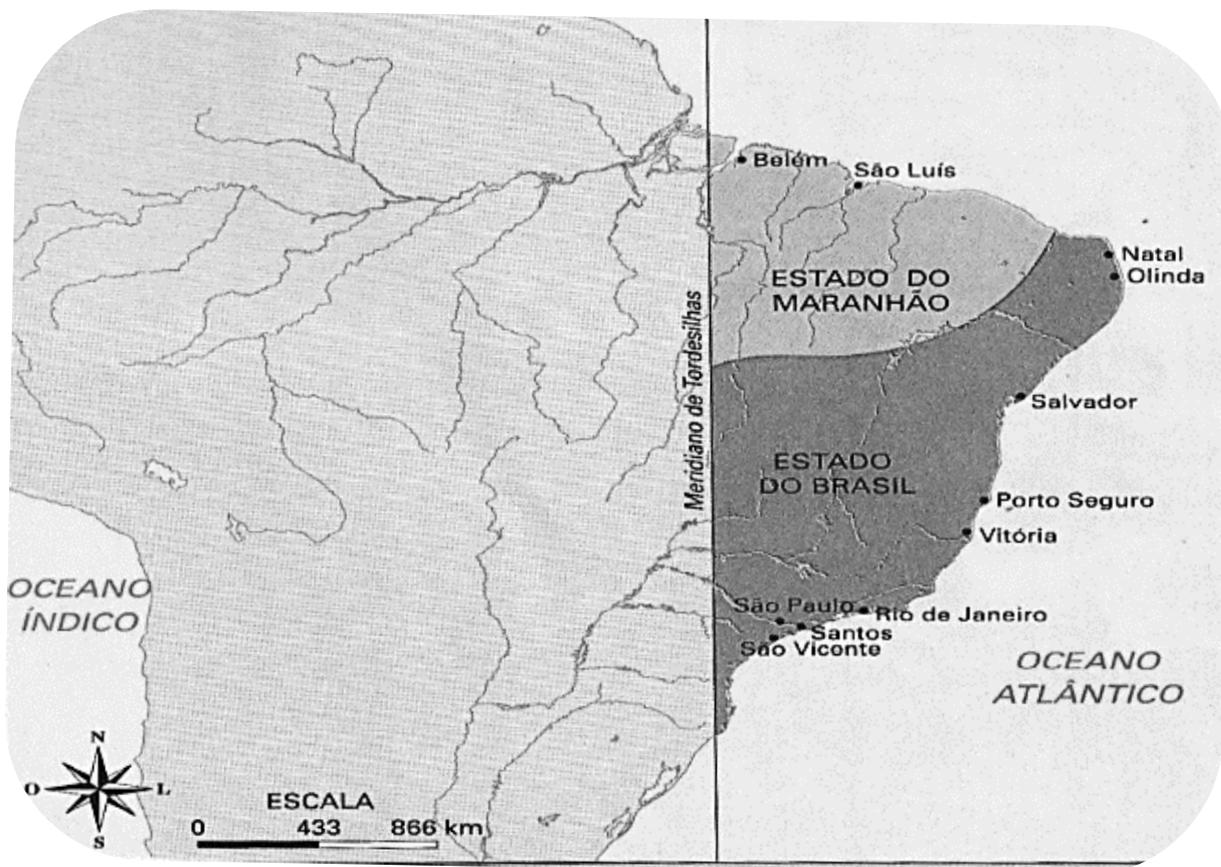
5.2.3 Transformações coloniais portuguesas

Na passagem do século XVI para o XVII, Felipe II, da Espanha, torna-se rei de Portugal. Ainda que os portugueses mantivessem autonomia administrativa sobre as colônias, houve modificações: a) na organização administrativa da colônia americana; b) na efetivação do monopólio do tráfico, por meio de *asientos*, com castelhanos, tendo como consequência uma disputa desenfreada por escravizados em Angola (Alencastro, 2000, p. 78-86 e 105-9); c) nas relações entre Portugal e outros dois blocos econômicos (Inglaterra e Holanda) que ampliaram a disputa pelo controle do Atlântico, do Índico e do Oriente (Alencastro, 2000, p. 30, 101-5).

Sobre o primeiro ponto, depois de tentativas como portos de trato, capitánias hereditárias e frotas marítimas, o domínio do Maranhão é assegurado com expulsão dos franceses da região. No governo de Felipe II, as américas portuguesas são divididas em duas partes controladas diretamente pela Coroa: Estado do Brasil, cuja capital continua sendo Salvador; Estado do Maranhão, cuja capital é São Luís (Furtado, 2007[1959]; Trovão, 2010, p. 11-6). Boa parte dos territórios do Atlântico português vinculava-se pelas vias marítimas e fluviais. Belém, São Luís, Olinda, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo estavam mais para ilhas separadas do que para territórios de um mesmo continente (Alencastro, 2000, p. 241). O SLE-2 ligava alguns territórios, mas a Coroa era o centro de comando, tendo dois estados para organizar a administração. Alencastro (2000, p. 57-63) lembra que um aspecto importante para tal política é o fato de que a circunavegação marítima impede a conexão entre as duas partes. Por outro lado, os ventos favorecem a chegada de embarcações da Costa Ocidental e de Cabo Verde para o Maranhão¹⁷⁶.

¹⁷⁶ Alencastro (2000, p. 57-63) demonstra que uma viagem de Salvador para o Maranhão encontraria ventos favoráveis em alguns meses do ano, mas o contrário só seria possível com embarcações a remo ou o navio teria que subir até a linha de Cabo Verde para depois descer até a linha de Luanda e atracar em Salvador.

FIGURA 3: Divisão administrativa da América portuguesa (1621)



Fonte: Campos e Dolhnikof (1993)

Com relação ao segundo ponto, até 1575, os principais mercados para onde os escravizados africanos foram enviados são: ilhas atlânticas; América espanhola, Portugal e Brasil (Alencastro, 2000, p. 33)¹⁷⁷. Entre 1595 e 1640, agentes comerciais portugueses conseguem ter o monopólio dos *asientos*, contratos de vendas de escravizados para suprir a necessidade de trabalhadores para as minas; com o aumento da demanda, priorizam vender para quem pudesse pagar em prata ou em ouro¹⁷⁸. Escravizados enviados para a maioria dos espaços da América espanhola ao Sul e no Pacífico, Peru, Chile, Venezuela, Rio da Prata, entre outros, fazem escala no Rio de Janeiro. “Paradoxalmente, a transformação do período filipino que terá

¹⁷⁷ “Por volta de 1550, Portugal contava com cerca de 32 mil mouros e negros cativos, de permissão com 1,12 milhão de habitantes. Pouco em números absolutos. Bastante em números relativos. Concentrações importantes de escravos negros e mulatos existiam em Lisboa, Évora e no Algarve, áreas em que atingiam 10% da população, representando as maiores percentagens do gênero observados na Europa” (Alencastro, 2000, p. 159)

¹⁷⁸ Entre 1560 e 1570, havia entre 12 mil e 20 mil escravizados africanos em Hispaniola, a maioria foi comercializada via Portugal. A produção açucareira entra em declínio por causa da exploração de prata, que puxa o mercado de escravizados para outras partes do continente (Alencastro, 2000, p. 32).

maior impacto na América portuguesa ocorre fora do território americano, no outro lado do mar, no apêndice angolano da economia brasileira” (Alencastro, 2000, p. 80).

Em Angola, primeiramente, a Coroa tentou conseguir escravizados via comércio, no entanto a nova política não supria a demanda. A partir de 1611, Portugal tenta dar continuidade ao tráfico de escravizados por meio da conquista territorial e por guerras: realiza aliança com os jagas, conhecidos como mercenários extremamente belicistas; interfere na guerra civil do Ndongo, que se arrastava desde a morte de Njinga Ngola Kilombo kya Kasenda¹⁷⁹; ocupa várias províncias do Ndongo, do Kongo¹⁸⁰ e de territórios autônomos (Heywood e Thorton, 2007, p. 110-43). O mercado negreiro ganha patamares inéditos: entre 12 e 13 mil almas são enviadas para o outro lado do Atlântico anualmente. As guerras, no entanto, atrapalham os negócios, desarticulando feiras de troca nos sertões da África Central. No quadro geral, boa parte do tráfico de escravizados é escoado para as américas espanholas, principalmente ao se considerar que a maioria dos desembarcados no Rio de Janeiro são revendidos para o Rio da Prata (Alencastro, 2000, p. 109-114; cf. Quadro 1 e 4, seção 5.1.2)¹⁸¹.

Por fim, uma terceira consequência desse período está relacionada à entrada de outras forças ultramarinas na disputa colonial. Diante da situação de guerra entre a Espanha contra Holanda e Inglaterra, Felipe II decreta um bloqueio econômico que impede a venda de mercadorias asiáticas para as duas potências. Em resposta, outros sistemas atlânticos escravistas, capitaneados e organizados pelos países do nordeste europeu, são formados, disputando os mercados do Atlântico (Alencastro, 2000, p. 31 e 188-90). O cenário europeu se modifica completamente: a Holanda e a Inglaterra despontam como grandes potências. Os

¹⁷⁹ Ngola Mbandi ocupava o trono do Ndongo até ter sido derrotado pela aliança entre portugueses e jagas, tendo que se exilar. Após anos de negociação para retornar à capital, cometeu suicídio e deixou sua irmã, Njinga Mbandi, como rainha regente. Pelo fato de ser mulher, sobas do Ndongo contestaram sua posição, e, para continuar no trono, matou seu sobrinho. Diante do impasse, o governador português, Fernão de Souza, incentivou que seu soba vassalo, Hari a Kilwanje, contestasse o direito ao trono. Em 1626, instala-se uma situação de guerra civil que perdura até 1631, em que Nzinga Mbandi foi derrotada e foi obrigada a se casar com um líder imbanguela. Ela adota modos de viver e práticas religiosas e se torna uma grande comandante de esquadra, conquistando, em seguida, o reino da Matamba, onde volta a liderar conflitos contra Portugal (Heywood e Thorton, 2007, p. 124-35).

¹⁸⁰ Diante de uma situação de guerra civil por causa de uma disputa sucessória, as facções derrotadas foram escravizadas. Os governadores portugueses tentaram criar uma situação de caos, tal como fizeram no Ndongo, mas não tiveram sucesso. Moveram suas tropas para conquistar territórios do Sul do Kongo. As relações comerciais e diplomáticas entre os dois países foram rompidas – como consequência, outro ator emerge para comprar os escravizados congolezes, os mercadores holandeses (Heywood e Thorton, 2007, p. 135-43).

¹⁸¹ “(...) as possessões castelhanas só deixaram de ser o principal mercado de cativos em 1610, quando foram ultrapassadas pelo Estado do Brasil” (Fragoso e Krause, 2016).

portugueses perdem o monopólio do tráfico de escravizados e são envolvidos em uma guerra luso-holandesa¹⁸², que modificou relações para o desenvolvimento do SLE-2.

No primeiro momento, a guerra desestabiliza a navegação portuguesa, ocupa territórios no Atlântico, como as ilhas, fortificações no litoral africano e, por fim, Pernambuco¹⁸³. Como resultado: a) São Tomé entra em completa decadência, sem contratos de envio de escravizados desde 1627; b) boa parte da demanda brasileira de escravizados é suprida por um novo processo de entradas e guerras justas no território brasileiro¹⁸⁴; c) tenta-se integrar Moçambique à rede atlântica de escravizados.

Na restauração portuguesa, para manter sua soberania, D. João IV estabelece acordos com a Inglaterra e com a Holanda, cedendo partes de territórios na Costa da África e no Oriente. Aproveitando de brechas entre os acordos, holandeses atacam Pernambuco, a principal esfera produtiva açucareira do Brasil e, necessitando de escravizados para manter a produção, tomam Luanda e outras fortificações portuguesas na África. Diante de tantos ataques (na América, na África e na Ásia) e tentando manter suas fronteiras na Europa, coube às tropas brasílicas (pernambucanas e, principalmente, fluminenses) a retomada dos territórios ocupados pelos holandeses. O objetivo era reconstituir o fluxo de escravizados para os engenhos de açúcar do Rio de Janeiro e voltar a ter acesso a prata de Buenos Aires¹⁸⁵. Só depois de retomar Luanda e o fluxo quantitativo do tráfico, os brasílicos expulsam os holandeses de Pernambuco (Alencastro, 2000, p. 209-37).

A retomada de Luanda e, conseqüentemente do quantitativo de tráfico de escravizados, afetou significativamente a situação da dominação colonial nas terras brasílicas no século XVII:

- (i) Nesse ambiente de conflitos intermarítimos, comerciantes escravagistas baianos conseguem alcançar os impérios que emergiram com o tráfico de escravizados no Golfo da Guiné, Ashanti, Daomé, Aladá, cristalizando, por meio da venda de cachaça e de

¹⁸² Alencastro (2000, p. 189-90) caracteriza 5 momentos: a guerra do corso no Atlântico (1621-1630); resistência (1630-1637); colaboração (1637-1645); restauração da soberania (1645-1654); contra-ataque em Angola (1648-1665). Escolhi desenvolver dois que são importantes para entender as conseqüências para o SLE-2.

¹⁸³ “O rompimento da preeminência lusa teve início em 1611-1612, com a construção do forte Nassau, na Costa do Ouro. O mesmo ocorreu depois na Senegâmbia, quando conseguiram instalar dois pequenos fortes na ilha de Goréa. Por fim, os holandeses lograram deslocar os portugueses de Elmina (1637), obrigando-os a fixar a sua atenção nas baías de Benin e de Biafra. Aos lusos ainda era permitido traficar em determinados pontos da Costa do Ouro, previamente determinados pelos batavos, pagando uma taxa de 10% sobre o valor das transações” (Florentino, 2017, p. 180).

¹⁸⁴ De acordo com Alencastro (2000, p. 193-4) 100 mil indígenas são capturados, escravizados e têm sua força de trabalho usada para diversos serviços durante 1627-1640.

¹⁸⁵ Nesse período, estava em curso os primeiros sinais da crise das exportações de prata que ocorria por causa, principalmente, do esgotamento de condições humanas e ambientais (Marques, 2020, p.114).

tabaco, entre outros, uma aliança brasílica e luso-africana, em detrimento de Lisboa (Alencastro, 2000, p. 238);

- (ii) Enquanto a força de trabalho indígena era necessária, os bandeirantes circularam por diversos sertões do território brasílico, constituindo as primeiras rotas que pudessem ligar por terra as regiões brasílicas. A partir de suas expedições, a fronteira da colônia é redefinida principalmente no Sudeste, no Sul e Centro-oeste. Quando foram engajados para destruir o Quilombo de Palmares, muitos permaneceram em regiões do nordeste brasileiro. Além disso, criam uma rota por terra que liga Maranhão ao Estado do Brasil por meio do Ceará e são diretamente responsáveis pela descoberta de ouro e outros minerais (Alencastro, 2000, p. 238-46);
- (iii) Diante do domínio exclusivo luso-brasileiro da costa da África Central, as populações indígenas passam a ser cada vez mais exterminadas. Os bandeirantes e os pecuaristas tiveram papel importante nesse processo, empurrando diversas populações para continente adentro e exterminando outras que ainda resistiam (Alencastro, 2000, p. 238-46).
- (iv) Na África Central, levando na bagagem a experiência de como lidar com territórios que representavam entraves para o sistema escravagista (tal como fizeram com os povos indígenas e com Palmares, por exemplo) os brasílicos replicaram métodos bélicos para eliminar o reino do Kongo e de Matamba. Os conflitos e a subordinação dos sobas criaram uma situação favorável para o pleno controle da Coroa sobre o território e sobre o Atlântico Sul, capitaneado e organizado pelos brasílicos e luso-africanos. A reorganização do tráfico de escravizados leva ao refluxo da escravização de indígenas, enfraquecendo a importância das bandeiras (Alencastro, 2000, p. 284-99).

A passagem da primeira metade do século XVII para a segunda metade foi importante para a ampliação e consolidação do SLE-2, tendo como consequências:

- (i) a reorganização da participação comercial lusa no mercado global, tendo como principais espaços de domínio colonial no Brasil e em Angola – ao primeiro cabia produzir mercadorias em larga escala para atender as necessidades globais e, ao segundo, reproduzir a força de trabalho escravizada, estimulando um mercado interno de produção agrícola. As constantes chegadas de escravizados possibilitaram a existência de um tipo de reprodução da vida baseado no desgaste da força de trabalho do escravizado até onde fosse possível. Os índices de mortalidade infantil e de faixa etária revelam como a prioridade não era garantir a sobrevivência e a reprodução, mas

a acumulação via trabalho (Alencastro, 2000, p. 148-50; Nogueira, 2011). Em termos linguísticos, essas constantes chegadas de escravizados, possivelmente, constituíam um cenário complexo de alterações de condições ecológicas que favorecem que a língua portuguesa seja adquirida como segunda língua (L2) por africanos escravizados (Mufwene, 2001 – retomo essa situação na seção 6.1);

- (ii) a soberania portuguesa na Europa, a consolidação de suas fronteiras e a garantia de deter a posse sobre suas principais colônias do Atlântico, afastando a possibilidade de voltar a ser regida pela Espanha e de novos invasores;
- (iii) o vínculo entre brásílicos e comerciantes africanos, principalmente em Angola e na Costa dos Escravizados, tornando-se quase predominantemente bilateral e de longa duração¹⁸⁶.

5.2.4 **Etapa desenvolvida do SLE-2 e integração das terras brásílicas**

Nesta parte da tese, apresento brevemente o momento de maior desenvolvimento do SLE-2, que teve como uma de suas consequências a integração econômica nas terras brásílicas. Em continuidade, exponho os elementos sobre a desintegração do SLE-2 e o fim do tráfico de escravizados. Todas as transformações ocorrem em dois séculos (XVIII e XIX) e, diante da quantidade de fatos históricos, apresento aqueles que são extremamente importantes para compreender as transformações culturais e linguísticas no Brasil.

A partir do século XVIII, no espaço global, a demanda por escravizados aumentou, ligando cada vez mais os dois lados do Atlântico.

Com o século XVIII teve início o apogeu do comércio negreiro pelo Atlântico. O Sul dos Estados Unidos se especializava na produção do algodão que abastecia a Revolução Industrial nascente. No Brasil, se expandia a demanda por escravos para a extração aurífera em Minas Gerais. A indústria açucareira caribenha atingia seu mais alto grau de desenvolvimento (Florentino, 2017, p. 180).

¹⁸⁶ Na Independência do Brasil, a relação com a África permaneceu em termos comerciais, quase tendo consequências políticas. Os sobados de Benguela, por exemplo, tentaram se amotinar contra Portugal e se juntar ao novo país (Alencastro, 2000, p. 18). As duas primeiras nações do mundo a reconhecer a independência do Brasil foram o reino de Akra e o reino de Dahomei, prova de que o vínculo do Brasil com a África não se limitou a Angola. Além disso, o Rei Guezo, de Dahomei, supostamente teria oferecido o protetorado sobre São João Batista de Ajudá para o Brasil (Costa e Silva, 2003, p. 34). O tratado de reconhecimento da Independência do Brasil, feito por Portugal com mediação britânica, em seu artigo III, vedava a possibilidade de outras colônias portuguesas se reunirem ao Império do Brasil, sinal de que a preocupação permanecia, ainda anos após a Independência do Brasil (Lima, 2017, p. 116). Ao mesmo tempo, com intuito de submeter o Grão-Pará e o Maranhão ao novo Império, foram enviadas tropas para esses dois territórios, impondo belicamente a unificação territorial das colônias portuguesas na América. (Alencastro, 2000, p. 18).

As metrópoles europeias, por sua vez, ampliaram sua atuação no continente africano para garantir os lucros e a reprodução da força de trabalho escravizada. O tráfico que até então era realizado pelo contato majoritariamente diplomático com reinos da costa e restrito a uma zona que não ultrapassava 80 quilômetros, começa a se interiorizar cada vez mais com contratos que demandavam mais escravizados. Novos reinos africanos surgem, tendo como principal fonte de riqueza o comércio de pessoas, como é o caso de Ashanti e Daomé¹⁸⁷ (Florentino, 2017, p. 180-3).

Na disputa internacional pelos escravizados, os comerciantes baianos desenvolvem relações comerciais e diplomáticas com os reinos do Golfo da Guiné, e os comerciantes do Rio de Janeiro e de Pernambuco, principalmente, dominam o comércio bilateral de escravizados com os portos de Angola. A descoberta do ouro nos interiores do Brasil é posterior ao período da crise da mineração de metais, principalmente da prata peruana, e da produção açucareira nordestina. Modifica quantitativa e qualitativamente as relações de trato de escravizados em termos globais¹⁸⁸ e locais (Marques, 2020a, p. 113-7).

A face atlântica foi mais sombria. As descobertas de ouro levaram a importantes transformações na África. Além de um eficiente sistema de tráfico de escravos estabelecido em Angola, os portugueses conseguiram recriar suas relações comerciais na África Ocidental, de onde haviam sido expulsos pelos holandeses em meados do século XVII (Marques, 2020a, p. 117).

O ouro passou a ser trocado por pessoas e os comerciantes portugueses e brasileiros recebiam preferência dos negociantes africanos¹⁸⁹. Nas terras brasílicas, a descoberta e exploração do ouro ocasionou como consequência: (i) a integração de ramos econômicos da colônia portuguesa por terra¹⁹⁰; (ii) a urbanização e a superpopulação¹⁹¹; (iii) o movimento

¹⁸⁷ “Os europeus demandavam escravos e alimentos e ofereciam instrumentos bélicos e bens de prestígio. Para os africanos, o tráfico era um meio de obter escravos para o seu próprio uso e para venda, o que lhes permitia adquirir cavalos, armas, bebidas e bens de prestígio (especialmente têxteis), aumentando a sua capacidade de produção de cativos. Instaurava-se um circuito cuja velocidade de rotação dependia das oscilações da demanda americana” (Florentino, 2017, p. 184).

¹⁸⁸ Marques (2020, p. 111-20), com base em outros estudos, retoma a importância do ouro brasileiro para a revolução inglesa, tendo como implicações as bases para a formação do padrão-ouro e o fortalecimento do Banco da Inglaterra e da rede bancária privada que financiaria novos empreendimentos comerciais e industriais.

¹⁸⁹ Marques (2020, p. 118) calcula *que* um navio português ficava em média 73 dias entre o início e o fim das transações comerciais enquanto navegações francesas, holandesas e britânicas permaneciam por, em média, 40 dias a mais.

¹⁹⁰ Formam-se duas rotas terrestres que ligavam o ouro extraído de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, ao Atlântico, uma pela Bahia e outra pelo Rio de Janeiro. A pecuária é integrada do Nordeste ao Sul, fornecendo alimentos e transporte por mulas. A produção aurífera de Mato Grosso é escoada pelo Grão-Pará (Marques, 2020, p. 119).

¹⁹¹ Em regiões pequenas, como a que incluía Vila Rica, Vila do Carmo, Sabará e Rio dos Montes, havia concentração de até 100.000 escravizados em média por ano (Bonvini, 2008, p. 39).

migratório de falantes de português em busca de riquezas, com chegada de mais de 600 mil pessoas vindas de Portugal e de Ilhas Atlânticas¹⁹²; (iv) a chegada de quase 2 milhões de escravizados durante o século XVIII para abastecer não apenas a mineração, mas também a indústria açucareira nordestina, que se beneficiou dos baixos preços dos escravizados (Marques, 2020a, p. 118-9); e, entre outras, (v) a reorganização administrativa e política, com medidas de intervenção direta da Metrópole, como a criação de novas Capitânicas, a cobrança de impostos por serviços, a formação de milícias e a exclusão dos bandeirantes paulistas do direito exclusivo à mineração do ouro, praticamente encerrando as atividades não vinculadas ao tráfico de escravizados (Fausto, 1994, p. 61-3).

Na segunda metade do século, o ouro entra em crise, tendo consequências locais e globais. Em termos globais, a Inglaterra, após vencer a guerra dos 7 anos, materializou sua hegemonia na economia-mundo, dominou o globo e consolidou as bases para realizar sua Revolução Industrial¹⁹³ (Marques, 2020a, p. 122). No Brasil,

(...) a crise do ouro foi decisiva para o deslanche da política pombalina de diversificação da base produtiva colonial, com o estímulo à exploração de capitânicas até então periféricas (como Grão-Pará, Maranhão e São Paulo) ou em crise (como Pernambuco) por meio da recuperação dos antigos setores produtivos (açúcar, tabaco, couros) e, em especial, do fomento a novos artigos agrícolas de exportação (algodão, arroz, anil, café) (Marques, 2020a, p. 122-3).

A produção desses bens trouxe resultados econômicos positivos. Aumenta-se o fluxo de escravizados, indo agora para diversas partes do Brasil: Pará; Maranhão; Pernambuco; Bahia; Rio de Janeiro e São Paulo. Destaca-se a produção de algodão no Maranhão que, em 1810, concentrava a maior proporção de escravizados por pessoas livres entre as terras brasileiras. Ocorre uma grande dispersão populacional depois que a Inglaterra passa a comprar algodão dos EUA.

¹⁹² A Coroa teve que impedir a migração de portugueses para evitar o despovoamento da Metrópole (Fausto 1994, p. 62).

¹⁹³ Na segunda metade do século XVIII, a revolução industrial afeta todo o mundo, transformando completamente todas as relações desenvolvidas. É a partir desse momento que passa a fazer sentido o uso de termos como “capitalismo”, “trabalho assalariado”, “mais-valia”, “imperialismo”, “transatlântico” e, entre outros, “segunda escravidão”.

Sob influência britânica, no contexto das guerras napoleônicas¹⁹⁴, a Coroa lisboeta se transfere para o Rio de Janeiro, que se torna a capital do Império Português¹⁹⁵, ocasionando mudanças significativas, como: (i) chegada de mais portugueses ao Brasil; (ii) abertura comercial, oferecendo livre intercâmbio ao mercado mundial; (iii) aumento do tráfico transatlântico, concentrando-se no Sudeste; (iv) agressiva política de ocupação territorial do Vale do Paraíba do Sul (que reunia as Capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), com concessões de sesmarias.

Essa última foi o marco fundacional de outro subciclo econômico nas terras brasílicas: o café. A *plantation* cafeeicultora fez uso de técnicas inovadoras do controle do trabalho. Adentra-se em um período em que o latifúndio se adapta à revolução industrial, a chamada “segunda escravidão”, adotando maquinários modernos, ferrovias, controle do tempo de trabalho, fiscalização da produção, aumento de castigos físicos, entre outras mudanças (Bivar Marquese, 2020).

A necessidade de escravizados possibilitou a continuidade das relações bilaterais entre o Brasil e a África mesmo depois da independência. “É somente em 1850 que a Inglaterra consegue romper os laços tecidos ao longo de três séculos entre os portos sul-americanos e os portos africanos” (Alencastro, 2019, p. 17). O tráfico de escravizados, diferente da escravização, tornou-se um obstáculo para a Inglaterra, que fez uso de sua força naval para solapar o comércio de pessoas, com os objetivos de reduzir a resistência de reinos africanos (Costa e Silva, 2003) e de eliminar uma “zona não regulada de fluxos mercantis e financeiros” que escapava de seu controle (Marques, 2020a, p. 130)¹⁹⁶. Ao mesmo tempo, beneficiava-se da força de trabalho escravizada no Atlântico para produção de bens necessários para as novas demandas das indústrias, principalmente o açúcar, o café e o algodão (Marques, 2020a, p. 130-1).

Em Angola, após proibição do tráfico de escravizados, Lisboa estimula atividades de plantações e de mineração, com intuito de fazer um “novo Brasil” em terras africanas (Alencastro, 2019, p. 17)¹⁹⁷. Para os escravocratas brasileiros, há aumento do controle da

¹⁹⁴ No início do século XIX, nas guerras napoleônicas e na batalha de Trafalgar (1805), a Inglaterra assume a supremacia oceânica, toma a Cidade do Cabo e as ilhas Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha e Malvinas/Falkland, respectivamente dos holandeses e dos hispano-americanos, controlando a rota Sul do Atlântico (Alencastro, 2019, p. 16).

¹⁹⁵ A influência britânica também viabiliza a independência da Argentina e a proibição do tráfico de escravizados desde 1812 (Alencastro, 2019, p. 17).

¹⁹⁶ Em resposta, Brasil, Espanha e EUA formam uma internacional escravista em defesa da escravidão que só perde força depois da segunda metade do século com a Guerra de secessão e independência de Cuba.

¹⁹⁷ Nações europeias ultrapassam as margens do continente africano e dividem-no em partes. A tecnologia bélica e logística para dominar os reinos africanos e desbravar partes do continente tornam-se mais acessíveis por conta da revolução industrial. Não basta apenas dominar a África, é necessário colonizá-la, convertê-la em fonte de lucro

reprodução da força de trabalho interna, incentivando o aumento de natalidade, e fazendo uso da força de trabalho até quando fosse possível. É nesse momento que se amplia e valoriza a participação do *mulato* nos processos produtivos sociais. Em 1870, ocorre um processo centrífugo, em que “os fazendeiros de café aceleraram as compras de escravos no mercado interno brasileiro, o que acabou por erodir, ao fim e ao cabo, o compromisso nacional com a instituição” (Marques, 2020a, p. 132). Em outras palavras, escravizados de diversas regiões são vendidos para São Paulo, demarcando um capítulo importante para encerramento do pacto nacional em defesa da escravização¹⁹⁸.

Trata-se do fim do SLE-2, marcado também pela hegemonia do Atlântico Norte sobre o Atlântico Sul e pela inovação de barcos à motor que têm a capacidade de desafiar as correntes marítimas, encerrando o período de barcos à vela. A partir dessas condicionantes, forma-se um período do Transatlântico e emerge um processo de separação entre as duas margens do Atlântico, sendo que do lado americano, em um primeiro momento, há uma tentativa de europeização/ocidentalização que se manifesta em termos culturais, imigratórios e políticos (cf. Alencastro, 2019, p. 19-23).

5.3 ECOLOGIA MULTILÍNGUE

Nesta subseção, relaciono os fatos apresentados na retomada histórica, conectando-os com as hipóteses em defesa da existência de uma ecologia multilíngue, com as quais pretendo justificar o distanciamento do português falado no Brasil e em relação ao falado em Portugal de modo geral e, especificamente, o fenômeno da especificidade, descrito, analisado e explicado nas seções subsequentes.

Com base em estudos da periodização linguística (Barros Pessoa, 2003; Lobo, 2003; Noll, 2008; Mattos e Silva, 2000 e 2011; Lucchesi, 2017), parto da noção de que o que houve de geral nas terras brasílicas, até o século XVIII, foi a existência de localidades separadas que pouco se integram por mar e menos ainda por terra, sendo necessariamente mediada pelo SLE-2. Mesmo quando houve integração regional, com a pecuária, a descoberta do ouro ou a expansão da produção cafeeira, permaneceram contextos de multilinguismo, porém passam a

para as metrópoles, formar uma classe que vende sua força de trabalho e é capaz de comprar mercadorias produzidas na Europa. É nesse momento que a colonização, que é, ao mesmo tempo, de exploração e de povoamento, ganha um novo caráter (cf. seção 1.1.3).

¹⁹⁸ O movimento abolicionista brasileiro entra em uma nova fase organizativa na década de 1860, conseguindo aprovar a lei do sexagenário. Em seguida, diante do fato de que grande parte da população brasileira deixa de ter posses escravizadas que são centralizadas em São Paulo e em algumas outras regiões, organiza-se nacionalmente exigindo a abolição da escravatura que é conquistada em 1889 (cf. Vellozo e Almeida, 2019).

ser cada vez mais localizados e menos generalizados. Os locais ou redes comerciais que não faziam parte ou que eram subordinados diretamente ao SLE-2 tinham formas distintas de contato, produzindo, conseqüentemente, uma ecologia de multilinguismo específico para cada contexto.

Entendo, portanto, que o tráfico de escravizados foi o principal motor da diversificação linguística no espaço Atlântico. Os locais que se afastaram da grande rede comercial de pessoas, como ocorreu em quilombos e em São Tomé e em Cabo Verde após decadência da SLE-1, ou que foram periféricos a ela, como São Paulo, Maranhão e Grão-Pará, tiveram outras experiências em termos de multilinguismo e, quando alcançados pela “máquina mercante”, tiveram alterações no plano linguístico em direção a homogeneização.

Ao mesmo tempo, em um contexto de colonização, o tráfico de pessoas para terras brasílicas constituiu uma das principais ferramentas de difusão da língua portuguesa que, mais tarde, possibilitou a existência de processos de homogeneização linguística. O contexto de emergência de gramáticas híbridas nas terras brasílicas foi complexo, com línguas africanas, indígenas e europeias. Os escravizados falavam, ao mesmo tempo, as línguas maternas (línguas gbe, iorubá, quimbundo, umbundo, entre outras), as variedades que emergem do contato e a língua do colonizador e, diante de sua situação de dessocialização e de reificação, tornaram-se os principais difusores do português que emergiu como resultado da situação de contato. A homogeneização linguística em direção ao português, diferente de outros espaços portugueses no Atlântico, ocorreu em terras brasílicas de forma generalizada, principalmente com a ampliação da escravização e com a formação do *mulato*. Trata-se de um argumento importante para verificar as distinções entre o que ocorreu nas terras brasílicas de outras partes do Atlântico, tema que pretendo investigar em agendas futuras de estudo.

SLE -2: engenhos e plantations

Como apresentei, nas regiões de produção em larga escala, principalmente, os engenhos de açúcar, as plantações de tabaco, de algodão e, depois, de café, a força de trabalho africana tornava-se cada vez mais predominante passando a ser quase exclusiva.

Começando pelos engenhos de açúcar, para Lucchesi (2009, p. 47) a expansão da língua portuguesa no Brasil ocorre paralelamente à expansão da sociedade açucareira. Nesses locais, a principal língua falada pelos primeiros e maiores contingentes de escravizados africanos oriundos da África Central era, principalmente, o quimbundo.

Algumas hipóteses partem da compreensão de que havia uma seleção negativa, ou seleção linguística, no intuito de separar os escravizados de mesma origem em engenhos diferentes para que não se comunicassem (Mattos e Silva, 2000; Lima e Carmo, 2014, p. 12). Fato difícil de comprovar. Para Alencastro (2000, p. 144-152), essa separação, se houve, acontecia como resultado da organização das feiras angolanas e das correntes (*malungo*), não tendo uma intencionalidade necessária. Posso, no entanto, supor que a caracterização da origem poderia ser mais geográfica do que linguística. Caso fosse, possivelmente, no primeiro momento, não teria impacto linguístico, pois grande parte dos primeiros e maiores contingentes de escravizados vieram de uma mesma região e eram, em geral, falantes de línguas muito próximas (principalmente línguas do subgrupo bantu). Como bem demonstra Petter (2015, p. 21), se boa parte dos primeiros e maiores contingentes de escravizados provinha das mesmas regiões e portos, Benguela, Luanda e Cabinda, não teria como ter uma seleção linguística.

Outro fator difícil de compreender é que, caso exista essa seleção, seja linguística seja geográfica, é necessário supor que boa parte dos comerciantes dos dois lados do Atlântico conhecessem e diferenciavam as línguas e as variedades de quimbundo faladas na África Central. De fato, existem registros de que os padres, os comerciantes, os lançados, os *tongomaus*, os pombeiros, em Angola, na Guiné e em outras partes, conheciam diversas línguas e variedades, mas isso indica que a seleção não ocorreria no Brasil, mas no local de embarque, onde possivelmente a variabilidade de línguas e de origens fosse menor. Se essa separação ocorresse em Angola, os dados possivelmente seriam resgatados nos registros de viagens¹⁹⁹.

Parece que essa separação só seria interessante para esses comerciantes se houvesse reflexo no preço, tal como ocorre com o registro da idade e do sexo, como quantificado pela plataforma *Slave Voyages*. De fato, houve momentos em que há preferências pelos escravizados de Angola e outros momentos em que se dava preferência aos oriundos da Costa do Ouro ou da Costa da Mina, por exemplo. Segundo essa lógica, os comerciantes não separariam os escravizados de origens diferentes para evitar conflitos, pelo contrário, seria preferencial concentrá-los de acordo com os objetivos econômicos: minas para mineração, angola para plantação, e assim por diante. Essa lógica tem sentido e deve ter sido idealizada, mas historicamente não foi predominante, pois esses desejos estavam relacionados mais a

¹⁹⁹ Almeida (2014) resgata registros de escravizados trazidos ilegalmente após a proibição do tráfico, evidenciando diversidade de locais e de culturas. Era necessário ter intérpretes para reconhecer a diversidade, ao mesmo tempo, quando havia registro, os intérpretes ignoravam como os falantes se reconheciam. O registro sistemático em que os falantes declaravam qual língua falava só passa a existir no processo de tentativa de descrição das línguas do continente africano, após a revolução industrial. No seu estudo, Almeida (2014) reconhece que a diversidade poderia ser associada ao processo de interiorização da dominação colonial.

capacidade de ter a força de trabalho disponível do que nas justificativas culturais, raciais, geográficas ou linguísticas por trás disso.

Na Antiguidade clássica, agrônomos gregos e romanos descreveram as características mais favoráveis dos escravos, consoante suas etnias e suas culturas. Colonos e autoridades do Novo Mundo deixaram observações do mesmo teor sobre as etnias africanas. Seria interessante sistematizar as opiniões do passado e do presente, cotejando a preferência dos senhores tais por tais etnias com os fluxos predominantes do tráfico de escravos naquela sociedade, naquela conjuntura. (...) os escravos oriundos de Angola costumavam ser os mais trabalhadores, enquanto os da Costa da Mina (Adra e Calabar) pareciam “obstinados, maus, preguiçosos e difíceis de adaptar-se ao trabalho (...) Décadas mais tarde, no Suriname e noutros enclaves antilhanos de produção açucareira, os mesmos colonos holandeses se desinteressam dos angolanos, doravante considerados ineptos. Seguindo o movimento geral do tráfico para as suas áreas, eles passam a preferir os escravos da Costa do Ouro e da Costa dos Escravos, na área da Costa da Mina (Alencastro, 2000, p. 150).

Em síntese, parece-me plausível caracterizar a situação brasílica com base na hipótese de Arends (1995), reiterada também por Aboh (2015), de que não havia seleção sobre a origem dos falantes e tantas variedades linguísticas. Desse modo, algumas das ecologias linguísticas que se formaram foram constituídas de línguas geneticamente próximas, possibilitando a intercomunicação e a perpetuação de algumas dessas línguas até mesmo no período atual²⁰⁰.

Há vários registros históricos da recorrência do quimbundo no Atlântico, pois conhecer e descrever a língua foi um instrumento para a catequese e para a dominação colonial. Antes mesmo de chegar ao Brasil, o quimbundo já demonstrava sua hegemonia como língua de contato. Slenes (1998, p. 3) traz uma evidência histórica a partir dos registros do Frei Bernardo Maria Cannecattim, em 1805. O frei identifica que falantes de milúá, oriundos do Império Lunda, eram vendidos em Kassanje “aprendem a língua bunda [quimbundo] com maior facilidade do que qualquer outra língua” e, após longo transporte até chegar em Loango, “todos falam a língua bunda, signal evidente da muita correlação que estas línguas têm entre si”.

Outras evidências estão no território brasílico. A primeira gramática de quimbundo foi escrita nesse lado do Atlântico, pelo Padre Pedro Dias, da Companhia de Jesus, com revisão de Miguel Cardoso, natural de Angola e falante da língua. O autor conseguiu sistematizar e construir uma gramática ao entrar em contato com africanos nos portos do Rio de Janeiro e da

²⁰⁰ Algumas línguas (ou resquícios delas) continuam a ser usadas principalmente em atividades religiosas ou em comunidades de afro-brasileiros, como é o caso da língua de Cafundó (Petter, 1998). Muitos resquícios permanecem em músicas, atividades religiosas, rodas de capoeira, topônimos, nomes de ervas, nomes de comidas, demonstrando como parte do léxico foi incorporado no Brasil (Castro, Y., 2005).

Bahia. De acordo com o autor, 23 mil falantes dessa língua foram catequizados (Rosa, 2013, p. 25-31; Petter, 2015, p. 34; Petter e Cunha, 2015, p. 226-7).

(...) a obra de Dias constitui um duplo testemunho. Em primeiro lugar, ela testemunha o emprego corrente e habitual, no século XVII, no Brasil, de uma língua africana, o Kimbundu, falado por escravos originários de Angola, numa área geográfica extensa, não limitada apenas ao estado da Bahia. Os exemplos da gramática de Dias mostram claramente que se trata de uma língua em sua integralidade, próxima da que é falada atualmente em Angola. Não se trata, de maneira nenhuma, de um pidgin ou de uma língua mista. Isso é capital (Bonvini, 2008, p. 37 e 38).

Outros fatos históricos são resgatados por Petter (2006, p. 127), como a citação do Padre Antônio Vieira de que havia catequeses em língua de Angola em 1660, e por Lima (2017, p. 118), como o registro de vários padres falantes de quimbundo foram enviados de Angola para os principais colégios jesuítas brasílicos; e a existência de regulamento de 1586, expedido por Cristóvão Gouveia, que instituía:

Por serem as missões muito necessárias nesta terra e principal fim das fundações dos colégios, haverá sempre em cada colégio, pelo menos um padre de muita confiança, deputado pelo padre provincial, ao qual se dará um bom companheiro, para que **visite os engenhos e mais fazendas**, ao menos uma vez no ano, ainda que não sejam chamados; e será bom que ambos, quanto for possível, sejam **padres línguas**, e um deles pregador. E entendam que principalmente são enviados para ajuda das necessidades dos índios e negros de Guiné (Leite, 1938, tomo II, p. 306 *apud* Lima, 2017, p. 118, *grifo da autora*).

Para Evaristo (2021, p. 7089-94), as línguas africanas possivelmente eram línguas secretas, não sendo faladas na frente dos brancos que tinham medo de insurgências, proibindo qualquer manifestação cultural ou linguística de origem africana. Para Slenes (1998), analisando um período posterior, no século XIX, os africanos escravizados criaram a África que existia no Brasil, tanto em termos de costumes, de religiões e de línguas. Por meio do contato com pessoas escravizadas oriundas de locais diferentes, perceberam as semelhanças e diferenças linguísticas. Construindo espaços de solidariedade, descobriram e deram continuidade a expressões culturais, religiosas e linguísticas de seus locais de origem, como as cantigas, os lundus, as capoeiras, os jongos, os candomblés, as umbandas, entre outras. Para o autor (1998), as constantes chegadas de novos contingentes de escravizados renovava o sentimento de africanidade. Ao mesmo tempo em que falavam suas línguas, aprendiam mais

ou menos rapidamente o português regional, a depender da intensidade do contato²⁰¹. Slenes (1998) propõe que existia um contexto trilingue: (i) as línguas faladas por pequenas ou grandes comunidades de origem; (ii) a língua franca de base bantu; (iii) o português regional formado na situação de contato.

Não devemos subestimar a capacidade dos africanos de manterem vivas parte de suas identidades originais; contudo, na labuta diária, na luta contra os (des)mandos do senhor, na procura de parceiros para a vida afetiva, necessariamente eles haveriam de formar laços com pessoas de outras origens, redesenhando as fronteiras entre etnias (Slenes, 1998, p. 11).

Assumo a proposta de Slenes (1998) da existência de um contexto trilingue e acrescento que a koiné de língua portuguesa falada pelos colonizadores europeus não compartilha das mesmas características da gramática que emerge do contato com as línguas africanas, o que foi caracterizada por Slenes (1998) como português regional. Desenvolvo essa análise na seção 6.1, em que demonstro a complexidade da ecologia de contato da plantation açucareira que deu base para a emergência do português brasileiro.

Pode-se pressupor que, pelo menos no contexto da produção açucareira, principalmente na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, havia majoritariamente uma koiné de línguas bantu, principalmente do quimbundo, e uma gramática de português emergente do contato, além de outras línguas autóctones em menor proporção. Essa situação deve ter sido alterada com a chegada de escravizados africanos de outras localidades, ampliando o número de línguas, mas ainda assim tendo que escolher uma ou as duas versões majoritárias para comunicar-se.

Possivelmente, a língua portuguesa foi escolhida porque serviu como língua franca. Mufwene (2008), ao descrever a emergência de línguas crioulas, argumenta que o sistema socioeconômico da sociedade colonial, na sua fase inicial, era composto por propriedades agrícolas distantes e que a existência de línguas diferentes favorecia o uso da língua europeia como forma de comunicação

Portanto, era natural que a comunicação fosse feita por meio do uso da variedade da língua europeia dos colonos, o que alavancava o processo de aquisição dessa língua como segunda língua pelos não europeus. Ainda nessa fase inicial, os filhos dos escravos eram pouco expostos às línguas nativas de seus pais e provavelmente tinham mais interesse em aprender a se comunicar na língua vernácula que surgia (Negrão e Viotti, 2012, p.318).

²⁰¹ “Por exemplo, eles viviam em posses relativamente pequenas, tinham um contato freqüente com seus senhores (que em geral não eram absenteístas), trabalhavam em turmas sob as vistas freqüentes, senão constantes, de donos ou feitores livres, e tinham em torno deles uma população razoavelmente grande de pequenos agricultores e trabalhadores livres, brancos e mestiços” (Slenes, 1998, p. 15).

A partir do século XVIII, quando se desenvolve a produção de algodão, no Maranhão, ou de café em São Paulo, possivelmente já existia um largo processo histórico de contato linguístico nas regiões e, ainda que possibilitasse o multilinguismo, o português regional era, de forma mais evidente, a língua usada para comunicação de forma majoritária e que detinha algum grau de notabilidade, ou seja, a língua que era tolerada pelas pessoas que detinham as plantations ou que executavam atividades políticas, jurídicas e administrativas no processo colonizatório.

SLE-2: cidades, portos e mineração

Mas, seriam as línguas africanas faladas apenas nos engenhos?

Para Evaristo (2021, p. 7092), a língua de uso comum nas cidades no período colonial era o português. Argolo Nobre (2020, p. 50-1) assume que, nas cidades, por concentrar órgãos da administração colonial, o português era mais recorrente, mas alguns falantes usavam suas línguas maternas e a língua portuguesa. Para Argolo Nobre (2020), analisando a situação de Ilhéus, o tupinambá era tão recorrentemente usado nas costas brasílicas que deveria existir um contexto de multilinguismo com falantes de tupinambá, predominantemente, e alguns falantes de português e de tupinambá como L2. Ainda que faltem investigações e análises sobre a situação multilinguística nas cidades nos primeiros anos do período colonial, é possível considerar que havia registros de uso de línguas africanas nas cidades brasílicas, principalmente a partir do século XIX (Castro, Y., 2005).

Autores clássicos, como Nina Rodrigues e Renato Mendonça, supõem que o quimbundo teve status de língua geral, sendo vernacular e veicular (Lima, 2017, p. 111). Análise que tem sido corroborada por autores em estudos mais atuais (Lucchesi, 2017, p. 364; Lima, 2017, p. 117)²⁰².

Castro, Y., (2005, p. 38 e 39) registra que, no século XVIII, com a descoberta de minas de ouro e de diamante em Minas Gerais, em Goiás e na Bahia, ocorre a chegada de muitos falantes de línguas do subgrupo *gbe* (ewe, fon, gun), formando uma koiné de uso corrente principalmente na região de Vila Rica. Bonvini (2008, p. 39) retoma que é nesse contexto que Antonio da Costa Peixoto publica o seu manuscrito, *A obra nova da língua geral de mina*²⁰³.

²⁰² “Tratou-se, mais ainda, de uma língua geral, de uma língua de contato e comércio, cujo domínio seria estratégico por ser a partir dela que se organizavam as relações entre os distintos povos e agentes” (Lima, 2017, p. 117).

²⁰³ Bonvini (2008, p. 39-45) considera que, embora tenha grande presença de vocabulário fon, não se trata efetivamente de nenhuma língua materna, mas sim um falar veicular em estágio de pidginização.

Petter e Cunha (2015) demonstram que esse documento é importante pois revela: (i) a existência de uma gramática híbrida que emerge do contato de falantes de línguas gbe em território brasileiro; (ii) a situação econômica da escravização e do tráfico em que as línguas do Benin estão em evidência; (iii) a importância dos dados linguísticos de vocabulário, construções de frases e etc. Deve-se acrescentar a essa lista também que o manuscrito revela a possibilidade de europeus falarem línguas africanas. Castro, Y., (2014) também traz evidências historiográficas de que a presença desses povos ocorreu também em Pernambuco, na Bahia, no Rio de Janeiro e no Maranhão, a partir de registros em Arquivos Públicos, e até mesmo em Angola, participando da expedição que expulsou os holandeses de Luanda (cf. Castro, Y., 2014; e Silva, W., 2020, p. 124-45).

No século XIX, Nina Rodrigues (2004[1933], p. 142-50) identifica diversos falares e cantigas africanas na Bahia, principalmente de iorubá e línguas bantu, reconhecendo que tais línguas eram faladas ainda nos contextos urbanos pós-escravidão²⁰⁴. Com relação ao iorubá, Castro, Y. (2005, p. 51-5) relata que essa língua era descrita como tendo um certo tipo de prestígio por causa de suas tradições orais e pela possibilidade de alfabetização. A autora (2005, p. 51-5) considera importante observar a presença de falares de diversas línguas africanas em Salvador, caracterizando uma capital plurilíngue.

As poucas evidências que existem sobre o multilinguismo ou que foram estudadas, ajudam a compreender que a Coroa portuguesa e as Câmaras brasílicas tiveram que dar atenção à situação de multilinguismo, tentando impor o português como a língua de prestígio, a língua da metrópole, a língua usada para o comércio, para decisões políticas, jurídicas, a língua falada pelos proprietários dos engenhos e pelos funcionários públicos. Situação parecida ocorreu em Angola, onde o controle linguístico precisava ser feito nos espaços de poder jurídico, econômico e militar (Lima, 2017, p. 115-7).

Do ponto de vista dos proprietários de escravizados, as línguas desconhecidas poderiam representar ameaça e insegurança (Slenes, 1998, p. 10; Evaristo, 2021, p. 7093). Uma evidência disso são os registros de devassas de participantes de revoltas no século XIX. Entre as informações, foi necessário registrar a origem étnica, as línguas faladas e o grau de alfabetização. Algumas revoltas, inclusive, foram nomeadas pelo recorte etnocentrista, como a “Revolta dos Malês” (Reis, 2014). Outra evidência desse processo tem correlação com o valor de compra e de venda do escravizado que podia variar de acordo com a apropriação que tinha da língua. Uma evidência disso é a diferenciação entre boçais, ladinos e crioulos (Lima, 2017).

²⁰⁴ Castro, Y., (2005, p. 7) comenta que Nina Rodrigues registra em Salvador que alguns falantes ainda usavam um pequeno vocabulário de línguas *jeje-mina* (*fon*).

Tais caracterizações serviam também para identificar e recapturar escravizados que tentavam fugir. Com base em registros de jornais do século XIX em Pernambuco, Barros Pessoa (2000, p. 90) demonstra que, em termos quantitativos, boa parte dos escravizados sabia falar português e era possível observar uma escala do grau de apropriação da língua, entre o crioulo²⁰⁵ e o boçal.

boçal > um tanto boçal > ladino > bastante ladino > tão ladino que parece crioulo > crioulo

(Barros Pessoa, 2000, p. 90)

Lima (2017, p. 144-7) encontrou resultados muito semelhantes na análise de registros no Rio de Janeiro no século XIX. De 361 africanos que fugiram, 147 (40%) claramente eram descritos como tendo boas habilidades para falar português, 22 (6%) tinham sinais de que “ainda” estavam aprendendo o português, apenas 64 (17%) que eram descritos por ter dificuldade de falar português.

Do ponto de vista do escravizado, em uma situação colonial, falar a língua do colonizador português podia ser uma questão de sobrevivência e talvez pudesse trazer benefícios, como o tipo de trabalho a ser alocado, a possibilidade de se deslocar para outros lugares e até de conseguir sua alforria (Slenes, 1998, p. 10; Evaristo, 2021, p. 7093).

Além desses fatores necessários para a sobrevivência em contexto colonial, penso que, diante da constante chegada de novos africanos, da baixa taxa de natalidade e da baixa expectativa da vida, com altos índices de morte, possivelmente, a língua portuguesa era aprendida a partir do contato entre os próprios escravizados, em tempo rápido o suficiente para se perpetuar e ter mais registros de africanos que falavam português do que aqueles que tinham dificuldade de falar. Se houvesse alguma política linguística ou algum modo dos proprietários obrigarem a aquisição do português, haveria mais registros históricos dessas orientações ou das revoltas causadas por ela. Boa parte das pessoas escravizadas aprendeu a língua portuguesa porque tinha necessidade em fazer isso, visto que falar o português podia ser importante para sua sobrevivência, para seu deslocamento e para sua liberdade, conforme argumenta Slenes (1998, p. 10).

Cabe ressaltar que não existe um português único que chega às terras brasílicas. Além da existência de portugueses vindos de origens distintas, os africanos escravizados, antes mesmo de chegar aos portos brasílicos, já tinham contato com o português falado no Congo e em Angola, por comerciantes, por nobres, por padres, por diplomatas e, entre outros, por sobas

²⁰⁵ Barros Pessoa (2000) faz uso do termo para caracterizar a pessoa nascida em território brasileiro e, possivelmente, falante de português.

(Alencastro, 2000; Heywood e Thornton, 2007; Lima, 2017, p. 144-147). Evaristo (2021, p. 7092) lista um cenário linguístico com quatro variantes de língua portuguesa: (i) lusitana alta, falada por funcionários do governo e do clero; (ii) lusitana baixa, falada por aventureiros, degradados, portugueses de origem rural ou poucos escolarizados; (iii) o português falado como L2 por africanos; (iv) a língua portuguesa falada nas senzalas dos engenhos e aprendida por filhos de africanos nascidos no Brasil ou que chegaram como crianças e que aprendiam.

Em geral, o que se observa nos principais polos de contato do SLE-2 e, possivelmente, nas cidades, é a existência de uma ecologia de multilinguismo em que falar língua portuguesa já podia representar sinal de uma espécie de prestígio. Essa relação ganha dimensões maiores quando esses falantes migram para outras regiões do país, onde se encontram com outras formas de contato que ocorreram fora ou na periferia do núcleo do SLE-2.

Sertões e Agrestes

Unificada de forma periférica ao sistema escravagista, nos sertões e nos agrestes, principalmente nos entornos do Rio São Francisco, a produção de gado e de bens de consumo cresce na medida que os engenhos e as cidades precisam ser abastecidos, podendo suprir também o mercado com comerciantes de luso-africanos. A pecuária possibilitou a ampliação das fronteiras territoriais da colônia, tal como é discutido pela perspectiva clássica da historiografia brasileira (Prado Jr., 2020[1942]; Furtado, 2007[1959]). No entanto, essa perspectiva clássica também assumia que era inviável ter escravizados na pecuária pela possibilidade de fuga e pelos custos de produção. Novas análises trazem evidências que questionam os sujeitos por trás desse processo, identificando que os locais de pastagem foram majoritariamente desenvolvidos por força de trabalho escravizada indígena e, principalmente, africana. A relação entre os sertanejos e indígenas teve mudanças, iniciando com diplomacia e colaboração e passando ao genocídio e expulsão (Mott, 1979; Cabral, 1992; Alencastro, 2000, p. 340-5; Versiani e Vergolino, 2003; e cf. Osório (2005) e Teixeira da Silva (2013) para uma discussão historiográfica sobre o tema).

O uso de força de trabalho escravizada africana para atividades de pecuária se torna cada vez mais frequente com o aumento da oferta e os baixos preços. Nas propriedades do Piauí, a partir do final do século XVII, Mott (1979, p. 68) identifica que 48% a 55% da população era composta por africanos, e indígenas representavam 9%. Versiani e Vergolino (2003, p. 247-254) identificam que 40% dos escravizados de Pernambuco estavam fora da zona açucareira entre os séculos XVIII e XIX. Quanto à origem desses africanos, parece que, em geral, com

exceção das propriedades da Bahia²⁰⁶, havia preponderância de africanos da área bantu. Osório (2005, p. 10 e 15), por exemplo, resgata que, em propriedades das áreas do pampa gaúcho, no período de 1765 a 1825, 74% dos escravizados eram caracterizados como angolas, benguelas, cabinda, cassange, congo, rebolo, quiçamã, baca e moçambique, e 26% eram oriundos da África Ocidental, caracterizados como costa, mina, calabar, guiné, são tomé e cabo verde.

Na análise de inventários, Mott (1979), Osório (2005) e Teixeira da Silva (2013) observam que a grande maioria dos proprietários tinham até 5 escravizados, evidenciando uma forma de organização e de divisão do trabalho distinta da produção açucareira. Mott (1979), por exemplo, caracteriza as diferentes funções da produção pecuária, constituída por: vaqueiros, homens livres responsáveis pela criação de animais e pela gerência da propriedade; camaradas, cabras ou fábricas, possivelmente escravizados, que são subalternos aos vaqueiros. Soma-se ainda outras formas de trabalho como os de passadores, tangedores ou guias, homens livres e, por vezes, escravizados, que eram responsáveis pela condução e pela venda dos animais nas feiras.

Tais evidências demonstram que existia preponderância de força de trabalho escravizada nas atividades de criação e de abate de animais e as rotas terrestres, de algum modo, precisaram estabelecer contato com as cidades e locais de desembarque (e mais tarde com a região de produção aurífera), vendendo as mercadorias produzidas e trazendo cada vez mais escravizados para servir como força de trabalho.

Esses dados, recém-atualizados pela historiografia e pouco discutidos na linguística, ajudam a pensar cenários linguísticos que foram constituídos no contato entre diferentes povos nos sertões, nos agrestes, nos pampas entre outras áreas das terras brasílicas que, de modo periférico, integraram-se ao SLE-2. Possivelmente, a menor concentração de escravizados por propriedades e a dessocialização do escravizado facilitavam a escolha em adquirir a língua portuguesa como L2. Ao mesmo tempo, o afastamento geográfico dos principais espaços de produção de riquezas permitia a coexistência com línguas e com culturas indígenas e africanas. Posso supor a existência de um ambiente trilíngue, em um primeiro momento, com presença de falantes da koiné de língua portuguesa, das línguas indígenas e das línguas africanas, principalmente as línguas do grupo bantu. Em um momento posterior, boa parte da força de trabalho torna-se africana, o que modifica a ecologia linguística. Ao estabelecerem contato, emergem gramáticas híbridas que compartilham de traços e padrões que foram selecionados

²⁰⁶ Ainda que houvesse presença de escravizados africanos falantes de línguas bantu, possivelmente, havia, com mais frequência, a presença de africanos de outras regiões, pois os portos da Bahia tendiam a ter desembarque de escravizados da Costa do Ouro e da Costa dos escravizados (Osório, 2005).

por serem mais competitivos. Quando essas gramáticas entram em concorrência, a língua portuguesa pode ter sido mais competitiva pelo fato de que, pelo baixo número de escravizados por propriedades, era mais difícil constituir espaços de solidariedade que são importantes para a continuidade de expressões culturais, religiosas e linguísticas.

Maranhão e Grão-Pará e a língua geral amazônica

Alencastro (2000, p. 138-44) demonstra que na capitania do Maranhão e do Grão Pará, a economia girava em torno de atividades extrativistas de drogas do sertão, do cultivo de algumas especiarias e da canoagem fluvial, todas executadas com força de trabalho indígena. É nesse tipo de relação de trabalho forçado que emerge a koiné amazônica (ou Língua Geral Amazônica) que se espalha por meio da catequese e dos aldeamentos, alcançando o Grão-Pará e a extensão fluvial da região (Barros, Borges e Meira, 1996; Navarro, 2012). Não há evidências históricas objetivas que atestem como essa koiné foi constituída (para uma discussão sobre o tema, conferir Viotti e Negrão, 2012). Os aldeamentos e a catequese possivelmente cumpriram importante papel, visto a grande diversidade de línguas da região. Rodrigues (1983) retoma sermões de Vieira que listava mais de 150 línguas faladas apenas pelos povos que viviam próximos ao rio Amazonas, que eram diversas entre si e ininteligíveis.

A Coroa tentou ligar Maranhão ao tráfico de escravizados de Cabo Verde e da Guiné²⁰⁷. Em momentos diferentes, chegam escravizados africanos oriundos, em menor número, da região ocidental da África, possivelmente falantes de línguas como wolof, balanta, bijagó, mandinga, entre outras, e alguns da Costa do Ouro, possivelmente falantes de língua gbe, e da África Central, possivelmente falantes de línguas bantu (Alencastro, 2000, p. 138-44; Assunção, 2003, p. 34-8).

Entre o século XVII e XVIII, a economia continuava a ser basicamente extrativista, exportando drogas do sertão, como cravo, salsa, copaíba. Além disso, eram cultivados anil, cacau e tabaco. Os embates entre jesuítas e a Coroa promovem a expulsão da companhia do reino e do ultramar, expropriando os seus bens. Essa medida ocorre simultaneamente à

²⁰⁷ Alencastro (2000, p. 138-144) demonstra as transformações econômicas dos Estados do Grão-Pará e do Maranhão para que adentrassem ao sistema atlântico escravista. “Para enlaçar a economia amazônica à Metrópole, as autoridades deviam primeiro atá-la ao mercado africano” (Alencastro, 2000, p. 141). Houve uma iniciativa que não foi bem-sucedida. Em 1672, o Maranhão recebe o direito de importar escravizados angolistas com 2/3 de desconto, com a justificativa de reduzir o cativo de índios. Sete anos depois é fundada a Companhia do Estado do Maranhão, detendo o monopólio do tráfico, tendo a missão de levar 10 mil africanos por ano. A Companhia não conseguiu realizar esse feito, deflagrando a revolta maranhense de 1684, que prometia o retorno da escravização de indígenas.

proibição da escravidão dos indígenas, estímulo à agricultura comercial, implementação de subsídios fiscais, formação de uma nova empresa monopolista, ampliação ao trato de escravizados de Angola e de Guiné. Quando o tráfico de escravizados é proibido, no século XIX, os proprietários da região vendem boa parte dos escravizados africanos para as fazendas de café, no Sul, e retornam à exploração da força de trabalho indígena (Alencastro, 2000, p. 138-44).

Nos espaços territoriais já colonizados, posso supor a existência de um cenário de multilinguismo com pelo menos três koinés com características tipológicas distintas: uma de língua amazônica; outra de línguas africanas; e outra de língua portuguesa. No entanto, esse cenário parece ser restrito a alguns locais mais próximos das regiões portuárias ou de estabelecimentos produtivos, principalmente de algodão, anis e outras drogas do sertão. Quando o conflito entre holandeses e portugueses inviabiliza novas chegadas de africanos, os comerciantes locais voltam a fazer guerras justas, aumentando o contingente de escravizados falantes de línguas dos povos da terra que têm acesso prioritário à koiné amazônica.

As bandeiras e a interiorização da língua geral meridional

As bandeiras, geralmente associadas aos paulistas, constituíam outro espaço fora do circuito de escravizados luso-brasileiro, e caracterizam-se pela realização de expedições em busca de mais escravizados indígenas e de outras riquezas. Em geral, parece que eram falantes da koiné meridional²⁰⁸. Somam-se às bandeiras, falantes de línguas da família macro-jê, também chamados vulgarmente de *tapuia*, e falantes de guarani, outra língua da família tupi mais presente no sul. Esses eram aprisionados ou faziam parte das expedições que normalmente levavam intérpretes para tentar estabelecer comércio ou demais relações de contato (Rodrigues J., 1983).

O contexto de multilinguismo parece ser caracterizado pela existência de uma língua franca de comunicação, uma koiné, aparentemente falada por bandeirantes e por brasílicos e por indígenas aldeados, que coexistia com outras línguas indígenas e a língua portuguesa. Todas essas expedições dos bandeirantes possibilitam visualizar os processos de contatos linguísticos que foram estabelecidos, principalmente nos movimentos de interiorização, invadindo os sertões, ligando, por terra, partes da colônia e expandindo suas fronteiras.

²⁰⁸ Há vários registros históricos de que os bandeirantes não falavam português, ou eram políglotas (Rodrigues A., 1998). No entanto, há evidências de que tais bandeirantes, ao menos suas lideranças, eram também versados em língua portuguesa (Megali, 1998; Alencastro, 2000, p. 242-6).

Mocambos e Quilombos

Outros espaços que estavam dissociados do SLE-2 eram os mocambos (ou quilombos, terminologia que passa a ser usada no fim do século XVII), constituído por povos de diferentes origens e de grupos linguísticos que fugiam da opressão colonial e construía comunidades em locais mais remotos. Os mocambos eram territórios africanos no Brasil, tendo formas de organização social, política, militar e comercial similares ao que se observa em povos do continente africano. Existiram em diversas localidades, do Maranhão ao sul do país, e em momentos históricos distintos, com registros desde século XVI até o presente momento. As autoridades políticas portuguesas e brasileiras travaram disputas com esses territórios não apenas por serem espaços onde se concentraram fugitivos, mas também porque representavam um símbolo de novas fugas e de conflito contra a produção açucareira. Era necessário destruir tais espaços para servir de exemplo. No período aqui abordado, o mais famoso foi o Quilombo de Palmares (AL-PE), de antes de 1597 a, no mínimo, 1695, data da morte de Zumbi (Munanga, 1996; Gomes, 2005).

Palmares foi engendrado de práticas culturais variadas. Talvez predominassem os africanos de procedências linguística bantu, originários das áreas centro-ocidentais da África (Congo e Angola). Entretanto, a cultura dos palmaristas constituía-se em algo novo, no sentido das reinvenções. Certamente contou, de forma predominante, com africanos das regiões centrais e centro-ocidentais, não sendo impossível a participação deles também da região da Alta Guiné, também traficados nesse período. (Gomes, 2005, seção “imagens sobre Palmares”)

As expedições brasileiras enviadas levavam intérpretes e soldados falantes de quimbundo para estabelecer tratados de paz ou de rendição. Trata-se de uma evidência de que eram faladas línguas africanas, principalmente o quimbundo (Bonvini e Petter, 1998, p. 75; Lara, 2012). Não se pode excluir, no caso de Palmares, a possibilidade de contato linguístico com o holandês e com o português, pois os mocambos realizavam comércio de produtos de subsistência (Gomes, 2005). Possivelmente, forma-se uma koiné em Palmares, de línguas africanas, em que o português era secundário ou língua de comércio, não sendo de uso corrente.

Nesta subseção, relacionei a formação social brasílica no espaço Atlântico com a formação da ecologia de multilinguismo. Argumento que os povos escravizados falavam diversas línguas, formando, mantendo e conservando, na medida do possível, suas identidades culturais e hábitos. Entre essas línguas, cabe destacar as línguas do subgrupo bantu, do subgrupo

gbe e o iorubá. Essas línguas deixaram de ser faladas de forma mais generalizada no longo prazo de formação social brasileira, mas ainda sendo conservadas na condição de línguas secretas ou de línguas litúrgicas. Cada ecologia linguística teve sua formação e seu desenvolvimento caracterizados por suas particularidades. No contexto de multilinguismo generalizado, havia possibilidade de existir contextos plurilíngues. Esse contexto continua existindo até ocorrerem transformações nas relações produtivas.

Ao mesmo tempo, africanos escravizados, diante de duas estruturas sociais, a escravidão e o colonialismo, foram responsáveis pela emergência e pela difusão de uma gramática híbrida formada a partir da situação de contato em terras brasileiras, o PB. Como demonstrei no decorrer da seção 5.2.4, o SLE-2 condicionou mudanças sociais, políticas e linguísticas. Quando há a revolução industrial, ainda permanece o trabalho escravizado no Brasil, mas esse se transforma qualitativamente. Sob novas relações sociais de produção, ocorre um movimento centrífugo em que grandes contingentes de escravizados são deslocados para a região de exploração do café. É a partir desse momento que relações de trabalho se modificam e a forma como a língua portuguesa passa a ser imposta exige um novo formato.

“A nosso ver, para entender a formação do português brasileiro, precisamos, antes, buscar estreitar o diálogo com a história econômica e social do Brasil, especialmente a do período colonial” (Negrão e Viotti, 2012, p. 314). Conforme propõem as autoras citadas, a discussão realizada neste capítulo é importante para entender a formação social brasileira no espaço Atlântico e como esse processo teve impacto na constituição e na formação do PB.

6 A EMERGÊNCIA DE AÍ E DE LÁ COMO MARCADORES DE ESPECIFICIDADE NO PB: DADOS DE LÍNGUAS AFRICANAS

A pergunta central que orienta esta última seção da tese é: “Como *aí* e *lá* emergem com a função de marcar especificidade em contextos indefinidos no PB?”. Busco contribuir para propor uma adequação explicativa da emergência desses SpMs em contextos indefinidos, assumindo que é um dos resultados do contato do português com línguas africanas que ocorreu em terras brasílicas. Dois pressupostos principais me orientam a analisar a emergência sobre o prisma do contato:

- (i) a compreensão de que esse fenômeno não ocorre no PE e em outras línguas românicas. Martins (2010 e 2011) realiza a descrição dos usos de *lá* no PE e não observa a possibilidade de uso como SpMs. Pereira (2013), ao comparar os usos de *lá* no PB com os resultados da Martins (2010 e 2011), compreende que, entre as diferenças, está o uso de *lá* (e de *aí*) como SpM.
- (ii) a existência de literatura ampla sobre a emergência da especificidade em diversas gramáticas híbridas em que houve contexto de contato linguístico (Aboh, 2015; Lefebvre, 1998, Bickerton, 2016[1981], entre outros). Em estudo anterior (2019), constatei que falantes descendentes de africanos em diáspora que habitavam a comunidade quilombola afro-brasileira de Helvécia fazem uso de *lá* e de *aí* como SpMs. Ao comparar com dados de faixa etária, observei que o fenômeno existia em todas as faixas, até mesmo em dados de falantes de mais de 100 anos, permitindo pressupor que tais SpMs já eram usados desde o final do século XIX.

Demonstro que a especificidade precisa ser expressa fonologicamente por meio de categorias funcionais nas línguas gbe (Aboh, 2004 e 2015), nas línguas defoide (Ajíbóyè, 2005) e nas línguas bantu (Givón, 2001 e Choti, 2021). Essas categorias representam traços fortes e não-interpretáveis que fazem parte da interface sintático-discursiva. Por isso, foram selecionados em processo de competição e de seleção (Aboh, 2015). Defendo a tese de que a forma fonética de SpMs no PB foi resultado da reestruturação de advérbios locativos (*aí* e *lá*) da língua portuguesa para demarcar a intenção referencial do falante em denotar entidades em contextos indefinidos. A emergência desses SpMs ocorre porque o traço da especificidade é mais competitivo, pois está relacionado à interface sintático-discursiva (Aboh, 2015). Para licenciar o traço, *aí* e *lá* são concatenados em Top°. E, para que o traço de especificidade seja licenciado, os elementos do DP movem-se para SpecTopP, gerando a ordem encontrada no PB,

com SpMs (*aí, lá*) no final do DP. Esse movimento ocorre por *pied-piping*, como demonstrei na seção 4.4, o que não parece ser natural em línguas românicas no que tange o domínio nominal (Kenedy, 2007). Nas línguas gbe e no iorubá, há movimento por *pied-piping* que tem como evidência o fato da ordem do nome e dos modificadores ser um espelho do que ocorre em outras línguas, como o inglês. Argumento que as propriedades semânticas e sintáticas de *aí* e de *lá* são semelhantes às propriedades de SpMs das línguas gbe e do iorubá e, ao mesmo tempo, inovando na reconstrução de novos padrões sintáticos, assim como ocorre em todo tipo de contato linguístico, como Mufwene (2001) e Aboh (2015) evidenciam.

Para sustentar essa tese, é necessário traçar um percurso que envolve: (i) a apresentação da hipótese da competição e seleção (Mufwene, 2001, 2008; e Aboh, 2015); (ii) a exposição de dados de línguas africanas que fazem uso de SpMs e que foram faladas no Brasil, decorrente do sequestro e da escravização por meio das relações do Atlântico, principalmente línguas do subgrupo gbe, do subgrupo bantu e do subgrupo defoide; (iii) a caracterização de um *banco de traços* (ou *feature pool*) que foi acessado pelos falantes para seleção das propriedades mais competitivas; (iv) a hipótese de como deve ter sido o processo de emergência. Com exceção das duas últimas, cada etapa desse percurso indicado representa uma subseção.

Na primeira subseção, descrevo brevemente a bibliografia sobre a emergência de línguas por meio da situação de contato, sintetizando conceitos como pidgins, crioulos, contato, língua (Mufwene, 2001, 2002, 2008; DeGraff, 2003, 2005; Ansaldo e Matthews, 2007; Aboh, 2015; e Aboh e DeGraff, 2017), e, de forma mais aprofundada, a hipótese da competição e seleção (Mufwene, 2001 e Aboh, 2015). Apresento e assumo que *aí* e *lá* emergem como SpMs porque a especificidade é fenômeno da interface sintático-discursiva e, portanto, é mais competitivo do que outros (Aboh, 2015). Ao apresentar essa proposta, sistematizo seus pressupostos e suas análises com relação à seleção de traços de especificidade em outras línguas formadas por situação de contato.

Na segunda subseção, demonstro e discuto dados das principais línguas africanas que foram faladas no Brasil por pessoas sequestradas e submetidas à escravização e ao colonialismo, a saber, línguas do subgrupo gbe, do subgrupo defoide (mais especificamente o iorubá) e do subgrupo bantu. Nas línguas do grupo gbe e no iorubá, conforme demonstrei nos exemplos em (98), (99) e (100), há SpMs em posição de Top°. Em línguas do subgrupo bantu, é possível observar a existência de um pré-prefixo (ou aumento) que indica especificidade. Esse fenômeno parece ser constatado em línguas faladas por falantes escravizados que foram sequestrados e enviados para o Brasil, como o kicongo, quimbundo e umbundo. Apresento análises sobre a

estrutura dessas línguas com o objetivo de sistematizar um banco de traços que foi acessado pelos falantes que compuseram as comunidades de multilinguismo generalizado no Brasil.

Na terceira e última subseção, sistematizo um quadro com banco de traços que foram acessados pelos falantes de contextos multilíngues em territórios do Brasil. Desenvolvo a hipótese de que como a especificidade emergiu, buscando contribuir para uma adequação explicativa do fenômeno. Em seguida, discuto os limites para esta hipótese bem como uma agenda de estudos futuros.

6.1 GRAMÁTICAS HÍBRIDAS E A HIPÓTESE DA COMPETIÇÃO E SELEÇÃO

Assumo a hipótese da competição e seleção que defende que, no processo de contato entre línguas, os falantes são os principais agentes da emergência de uma nova gramática, pois são eles que selecionam traços que estão em competição, em um *banco de traços (feature pool)*, que é formado pelos traços fornecidos pelas línguas e pelas variedades que entram em contato. Os traços mais competitivos são selecionados e são reestruturados, tendo como resultado a emergência de uma gramática híbrida que se diferencia das línguas doadoras (Mufwene 2001; Aboh, 2015). Assumo também os pressupostos de Mufwene (2001, 2002, 2008), de DeGraff (2003, 2005), de Ansaldo e Matthews (2007), de Aboh (2015) e de Aboh e DeGraff (2017) de que:

- (i) o processo de contato de gramáticas ocorre em todas as línguas e não há nenhum excepcionalismo na formação de *crioulos* ou de *pidgins*;
- (ii) as gramáticas que emergem em situação de contato não fazem parte de um *continuum crioulo* em que o pidgin seja a forma inicial e o crioulo, a forma amadurecida;
- (iii) as línguas crioulas e as línguas pidgins são tão complexas quanto outras línguas humanas;
- (iv) a emergência de uma gramática híbrida é resultado das ações de falantes que selecionam as propriedades mais competitivas das línguas que servem como banco de traços, não ocorrendo falha de transmissão;
- (v) a gramática que emerge é resultado da reconstrução de traços e de padrões das línguas doadoras, desse modo, diferenciando-se delas.

Na primeira subseção, 6.1.1, a seguir, discuto esses pressupostos. Em seguida, na seção 6.1.2, desenvolvo a caracterização da hipótese da competição e seleção e, por fim, demonstro

como o fenômeno da especificidade é selecionado no crioulo haitiano (HC) e no crioulo surinamês (SC)²⁰⁹.

6.1.1 Crítica a pressupostos de abordagens excepcionalistas sobre línguas pidgin e línguas crioulas

Para Lefebvre (1998), Bickerton (2016[1981]), Siegel (2006), Holm (2004), Mühlhäusler (1982, 1986) e, entre outros, Lucchesi e Baxter (2009), pidgins são caracterizadas como uma etapa do desenvolvimento de línguas crioulas. As primeiras são desenvolvidas por falantes que já tinham uma língua constituída (L1) e servem como forma de comunicação para relações comerciais²¹⁰. Já as línguas crioulas são adquiridas como L1, tendo como dados primários um pidgin. Desse modo, pressupõe-se um ciclo vital da língua, em que o pidgin é uma fase inicial, o crioulo é uma fase desenvolvida e a descrioulização é o processo de processo de aproximação estrutural em relação à língua-alvo europeia ou, como afirma DeGraf (2005, p. 552), de definimento da língua. Tomando como base essas categorizações, diversas abordagens teóricas surgiram tentando explicar a emergência de línguas crioulas. A hipótese do Bioprograma, por exemplo, de Bickerton (2016[1981]) é universalista e pressupõe que os primeiros falantes nativos de uma língua crioula adaptaram e construíram uma sintaxe com o uso direto de mecanismos da faculdade da linguagem por causa de uma falha de transmissão²¹¹. Outro exemplo é a hipótese da Relexificação, de Lefebvre e Massam (1988), e de Lefebvre (1998 e 2008), que defendem uma perspectiva substratista, assumindo que os parâmetros e as

²⁰⁹ O crioulo surinamês é falado no Suriname e emerge a partir do contato de diversas línguas, principalmente as línguas do subgrupo gbe, do inglês, do francês e do português.

²¹⁰ Mühlhäusler (1982, 1986) descreve um *continuum* entre diferentes momentos do processo de pidginização desde a formação de um jargão até a expansão de um pidgin: Jargão > Pidgin instável > Pidgin estabilizado > Pidgin expandido. O *jargão* é caracterizado como a língua formada no contato abrupto da aquisição de L2 e apresenta apenas os elementos essenciais para a comunicação básica, tendo redução da estrutura gramatical da língua alvo; o *pidgin instável* é a língua que se forma a partir do jargão, tendo mais interações sociais, mas ainda limitada a situações básicas e, em termos linguísticos, tem muitas variações; o pidgin estável ocorre quando falantes de diferentes contextos passam a usar esse pidgin e há redução de variações; o pidgin expandido é resultado da manutenção da situação de contato, com essa língua sendo usada em funções interativas sociais mais amplas e, em termos linguísticos, passa por processo de recomposição gramatical, por transferência funcional ou por gramaticalização.

²¹¹ Para Bickerton (2016[1981], p. 42 - 45), o *pidgin* não pode ser considerado como uma língua, pois é, na verdade, uma versão simplificada de uma língua, usada pragmaticamente para contextos comunicativos. Pidgins são mais diversos porque há diferentes de línguas de substrato e de superstrato e porque os processos de contato são distintos (*plantation*, fortes, comércio). Enquanto isso, línguas crioulas são semelhantes, têm elementos gramaticais que são perdidos na falha de transmissão (como concordância de gênero e de número e morfologia verbal) e há gramaticalização de outros (focalização, artigos de especificidade, marcação de tempo, modo e aspecto por meio de morfemas não afixados, dupla negação, entre outros).

propriedades sintáticas e semânticas da gramática das línguas de substrato foram mantidas e foram reanalisadas com entradas lexicais das línguas de superstrato²¹².

Nesta tese, não desenvolvo essas abordagens e suas análises teóricas, pois entendo que, ainda que tenham divergências, partem de pressupostos (ou, mais exatamente como afirma Mufwene (2008), de *mitos*) excepcionalistas²¹³. Para esses estudos, pidgins e crioulos são línguas que surgem de maneira abrupta ou catastrófica e compartilham de semelhanças estruturais em oposição às línguas naturais, que se formam de maneira gradual e são mais complexas.

Em oposição aos pressupostos excepcionalistas, Mufwene (2001, 2002 e 2008), DeGraff (2003, 2005), Ansaldo e Matthews (2007), Aboh (2015) e Aboh e DeGraff (2017) assumem que toda língua natural envolve é formada por contato linguístico. Não há línguas puras que são formadas sem ter contato assim como uma mesma língua pode ter diversas expressões dialetais distintas. Cada indivíduo tem uma gramática internalizada, um *idioleto*, que compartilha de semelhanças e de diferenças com a gramática internalizada de um falante de uma mesma variedade em uma mesma comunidade. O falante, ao ter contato com dados de idioletos diferentes também precisa selecionar traços para constituir uma gramática internalizada. O contato é, portanto, o pressuposto da formação de qualquer língua humana. “*Code-mixing* ou, mais genericamente, contato linguístico ou dialetal é provavelmente mais central para a evolução normal da linguagem do que tem sido reconhecido pela linguística histórica e genética” (Mufwene, 2001, p. 20).

Para Mufwene (2001, 2002 e 2008), DeGraff (2005) e Aboh (2015), se existe alguma diferença entre línguas crioulas (ou similares) e demais línguas humanas, essa está centralmente relacionada à forma como se deu o contato, que envolve aspectos sócio-históricos particulares, maior quantidade de línguas e diferentes propriedades tipológicas. Como afirma Mufwene (2001, p. 7) “(...) a diferença diacrônica entre *koinés*, *crioulos* e outras novas variedades não reside no processo de reestruturação, mas nos números e tipos de línguas que entraram em contacto e, infelizmente, também nas identidades étnicas dos seus falantes típicos”²¹⁴.

²¹² Lefebvre (1998), sistematiza as semelhanças entre línguas pidgin e crioulas: são desenvolvidas em comunidades multilíngues; as comunidades têm maior participação de população de falante de línguas de substrato; o acesso à língua alvo é restrito; mudanças são abruptas; línguas crioulas são formadas em contextos de isolamento social e apresentam propriedades das línguas de substrato e de superstrato.

²¹³ Em estudo anterior, realizei a descrição dessas hipóteses e de outras hipóteses, como a Transmissão Linguística Irregular (Lucchesi, Baxter e Ribeiro, 2009) e descrevi como discutem a emergência de marcadores de especificidade (Paranhos, 2019).

²¹⁴ “(...) the diachronic difference between *koinés*, *creoles*, and other new varieties lies not in the restructuring process but in the numbers and kinds of languages that came in contact, and sadly also in the ethnic identities of their typical speakers” (Mufwene, 2001, p. 7).

Com relação aos aspectos sócio-históricos, Mufwene (2001, p. 7-11; e 2008, p. 74-93) demonstra que o desenvolvimento de línguas *pidgin* e de línguas crioulas parece estar em distribuição complementar. Enquanto os *pidgins* se concentram na costa da África ocidental e nas ilhas do pacífico, os crioulos surgem nas ilhas atlânticas da América e da África e em regiões do oceano Índico. Para o autor (2001), termo *pidgin* foi atribuído ao contato de ingleses em várias partes do processo colonizatório assim como o termo *crioulo* era usado para caracterizar descendentes de europeus e de indígenas na América. Locais em que há registros históricos de línguas crioulas não tiveram registros de *pidgins* ou vice-versa. O autor (2001 e 2008) demonstra que foram terminologias distintas usadas para caracterizar línguas que emergem de diferentes processos de colonização. Por exemplo, nos locais em que emergiram línguas crioulas, houve ocupação territorial, com grandes empreendimentos agrícolas, com uso de força de trabalho escravizada e com presença de uma minoria de europeus. Por outro lado, nos locais em que emergiram *pidgins*, a colonização foi iniciada com um modelo de comércio, com contatos esporádicos e com limitados contextos de comunicação com europeus²¹⁵.

Os aspectos sócio-históricos revelam também que são usadas para caracterizar línguas que emergem como resultado do contato mediado pela escravidão, reproduzindo abordagens racistas e foram adotadas pelos estudos da linguística sem reflexões sobre o tema.

O excepcionalismo crioulo começa com a bagagem epistemológica do próprio termo “Crioulo” (...). Essa bagagem excepcionalista, um legado dos pressupostos teóricos raciais que foram promovidos como parte integrante da *missão civilizadora* da Europa na África e nas Américas, foi arrastada à força através do tempo e do espaço e ainda é central para muitos trabalhos na crioulística contemporânea, independentemente da orientação teórica. (DeGraff, 2005, p. 537)²¹⁶

Quando os estudos linguísticos adotam e adaptam a terminologia para caracterizar estados diferentes das línguas formadas em contato, sendo o *pidgin* a fase inicial e o crioulo a fase amadurecida, criam uma abstração teórica que reproduz um ciclo vital que não tem nenhuma comprovação histórica. Soma-se ao fato de que há *pidgins expandidos* que não são consideradas línguas crioulas, mas são adquiridos como L1 e assumem diversas funções sociais, como os da Nigéria, de Camarões e de Papua-Nova Guiné (Mufwene, 2001, p. 8). Ou línguas

²¹⁵ Na seção 5.1.3, com base em Alencastro (2000), caracterizei o primeiro modelo de colonização como *atlântica* e o segundo como *portos de trato*.

²¹⁶ Creole Exceptionalism begins with the epistemological baggage that is entailed by the very term “Creole” (...). This exceptionalist baggage, a legacy of the race-theoretical assumptions that were promoted as part and parcel of Europe’s *mission civilizatrice* in Africa and the Americas, has been forcefully dragged across time and space, and it is still central to much work in contemporary creolistics, independent of theoretical orientation (DeGraff, 2005, p. 537).

que emergem da situação de contato com povos europeus, como o lingala e o sango, e não são consideradas nem crioulos nem pidgins (Mufwene, 2015, p. 138). Há também línguas crioulas que emergiram sem ter um pidgin que fornecesse os dados linguísticos primários (cf. DeGraff, 2005).

No que tange aos aspectos linguísticos, Mufwene (2001, 2002 e 2008), DeGraff (2003, 2005) e Aboh (2015) criticam as caracterizações que consideram línguas crioulas como mais simples do que as demais línguas humanas, ancorando-se normalmente em aspectos morfológicos. Os autores divergem dessa análise e demonstram que as línguas crioulas são tão complexas quanto outras línguas e a concordância morfológica não é parâmetro para caracterizá-las como menos complexas. De acordo com os autores, existem diversas línguas que têm menos relações de concordância por morfologia, nem por isso são ditas crioulas. Por trás dessa caracterização, há também um olhar racista que preconiza que os povos africanos escravizados são menos capazes de aprender uma língua. Fato que vai de encontro aos registros históricos de escravizados (ladinos) que falavam uma ou mais línguas europeias.

Mufwene (2001) e Aboh (2015) não descartam a possibilidade de usar o termo *línguas crioulas*, entendendo-as como o conjunto de línguas que emergiram e que tiveram traços doadores de línguas tipologicamente muito distintas. Eles demonstram que o olhar sócio-histórico está presente, pois outras línguas, como as línguas românicas, por exemplo, também emergiram do contato entre línguas tipologicamente distintas e nem por isso são caracterizadas como *crioulas*. Desse modo, o termo tem servido para distinguir as línguas que emergiram por causa de contato mediado pela escravização de povos africanos entre os séculos XVI e XIX, fase da expansão colonizatória de povos europeus.

Concordo com os autores e acrescento a necessidade de reconhecer o termo *crioulo* como uma identidade cultural e ideológica e, conseqüentemente, linguística que emerge do processo de *crioulização*. Ancorado nos estudos de Filho (2010) e de Knörr (2010 e 2014), assumo que a *crioulização* é um conjunto de valores, de moralidades, de perspectivas culturais e de costumes que se forma decorrente do contato entre os povos europeus e povos não-europeus (africanos, indígenas e, entre outros, asiáticos) durante os séculos XV e XIX. Em outras palavras, a *crioulização* só ocorre por causa da colonização e é a consciência social eurocêntrica transformada e adaptada pelo contato mediado por relações comerciais, escravagistas e colonizatórias²¹⁷. A partir de ações de agentes, essa consciência se coletiviza e

²¹⁷ Knörr (2014, p. 230-32) diferencia *crioulização* de *pidginização*. No primeiro, há etnização, forma-se uma nova identidade étnica. No segundo, não há – as identidades étnicas coexistem, podendo compartilhar de características sociais distintas, mas sem se diferenciar necessariamente de suas identidades originais. Em termos históricos, a autora considera que o primeiro processo é típico das relações coloniais e escravocratas enquanto o

pode ter caráter de *afirmação cultural* em que determinada população se reconhece como um extrato social, cultural e linguístico particular, diferenciando os grupos sociais *civilizados* dos *indígenas*.

Os participantes desse processo social criam novas representações culturais, no sentido de formas e de características culturais (modos de vida, música, religião etc.), e são submetidos coletivamente a um processo de etnicização. Eles desenvolvem uma nova identidade coletiva, cada vez mais baseada em um enraizamento compartilhado e em uma afiliação com um específico contexto cultural, histórico e local²¹⁸. A nova identidade compartilhada que emerge no curso da criouliização – que, dependendo das condições sociais dadas, pode variar em termos de grau de etnicização – é, portanto, o resultado de um novo senso de história e pertencimento compartilhados (Knörr, 2014, p. 25)²¹⁹.

Aqui é importante trazer uma problematização ao uso do termo CCA. Em terras brasílicas, em um primeiro momento, ocorreu um fenômeno que compreendo como *mistura de culturas*, possibilitando a emergência de expressões culturais novas, tal como Heywood e Thornton (2007) propõem e como apresentei na seção 5.2. No entanto, tomando o conceito de *criouliização* de Knörr (2014), talvez fosse mais adequado usar o termo Cultura Atlântica, retirando o Crioula, porque nem toda mistura de cultura possibilita a emergência de criouliização, já que é necessário que um grupo social assuma uma nova identidade que emerge com variados graus de etnicização. Se houve criouliização no Brasil, acredito que a formação do *mulato* parece se encaixar mais com essa possibilidade, pois essa nova identidade assume maior relevância nas terras brasílicas, principalmente a partir do século XIX. Alencastro (2000) demonstra que a existência do mulato singulariza o Brasil e o diferencia do que ocorre nos espaços de colonização portuguesa da África Central. A meu ver, a participação desse novo grupo social e racial nos espaços econômicos e políticos permite que se forme uma das bases para ampliação de processos de nivelamento linguístico nas terras brasílicas.

segundo tende a ocorrer contemporaneamente, em sociedades pós-coloniais, em que os diferentes grupos, em contexto multiétnico, conseguem manter comunicação com seus locais de origem.

²¹⁸ A autora também diferencia a criouliização da diáspora, que envolve um grupo que compartilha de uma origem em comum e tem um local como referência. Assim, um toma como referência um lar antigo e o outro se forma em um novo ambiente (Knörr, 2014, p. 34-35).

²¹⁹ The participants in this social process create new cultural representations in the sense of cultural forms and features (ways of life, music, religion, etc.), and they are collectively subjected to a process of ethnicization. They develop a new collective identity, which is increasingly based on a shared rootedness in and affiliation with the given cultural, historical and local context. The new, shared identity that emerges in the course of creolization – which, depending on the given social conditions may vary in terms of the degree of ethnicization – is thus the result of a new sense of shared history and belonging (Knörr, 2014, p. 25).

Nesta subseção, apresentei uma síntese das críticas feitas por Mufwene (2001, 2002 e 2008), por DeGraff (2003, 2005), por Ansaldo e Matthews (2007), por Aboh (2015) e, entre outros, por Aboh e DeGraff (2017) aos pressupostos excepcionalistas, que são tradicionalmente assumidos em estudos sobre contato linguístico. Demonstrei como os conceitos de crioulo e de pidgin são usados tradicionalmente na linguística e assumo que não têm correspondência com dados da realidade, não estão ancorados em estudos da história e da antropologia e são conceitos arbitrários que carregam traços etnocêntricos e racistas. Na próxima subseção, apresento a hipótese da Competição e da Seleção, que parte de outros pressupostos para entender a emergência de uma língua.

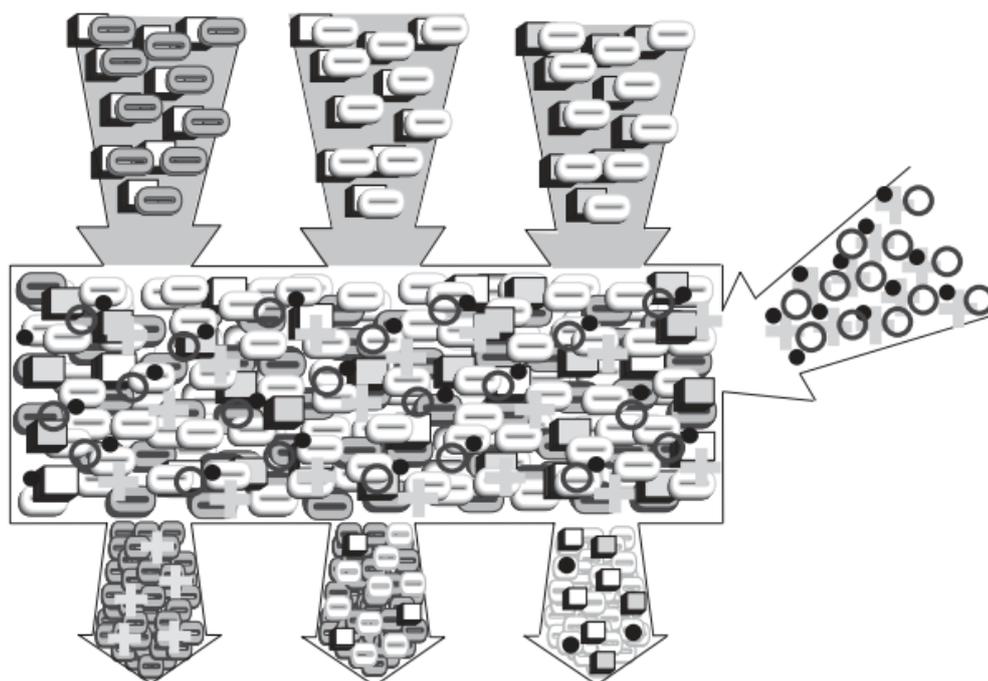
6.1.2 A hipótese da competição e da seleção: convergência e interfaces

Nesta subseção, apresento a hipótese da competição e da seleção de Mufwene (2001, 2015) e de Aboh (2015). Tal hipótese parte das premissas de que o processo de emergência de gramáticas híbridas não é abrupto e de que os principais agentes desse processo são os falantes que, independentemente de suas vontades, selecionam as propriedades e traços das línguas que estão em contato. Como resultado, formam-se gramáticas híbridas que compartilham características morfofonológicas e sintático-semânticas tão complexas quanto qualquer outra língua humana e que só podem ser explicadas por um processo que envolve a combinação de características linguísticas distintas. “Argumenta-se que a língua emergente nunca é uma réplica de qualquer um dos sistemas de origem; em vez disso, envolve recombinações híbridas de características concorrentes” (Aboh, 2015, p. 11)²²⁰.

De acordo com Mufwene (2001), no processo de contato típico de contexto de criouliização, os falantes têm acesso a traços de diferentes línguas doadoras em termos tipológicos. Forma-se um banco de traços extremamente complexo, que reúne traços das línguas doadoras que se reciclam e se recombina com novas propriedades geradas da criatividade humana. O contato acontece, primeiramente, no âmbito individual, na mente da pessoa que está em contexto de multilinguismo. Em seguida, por convergência, os falantes selecionam os traços mais comuns para constituir uma língua-E que é partilhada entre seus membros. Como resultado, emergem novas gramáticas híbridas particulares que se diferenciam das línguas doadoras. O processo é representado no diagrama em (227), a seguir:

²²⁰ “It is argued that the emergent language is never a replica of any of the source systems; rather it involves hybrid recombinations of competing features” (Aboh, 2015, p. 11).

(227)



(Mufwene, 2001, p. 6)

Mufwene (2001) descreve o diagrama em (227) sendo composto de três partes: *inputs* (ou *entradas*); *outputs* (ou *saídas*) e um banco de traços. Os inputs são numerosos e diferentes e representam as diversas línguas que entraram em contato. As três setas de cima representam as variedades de uma mesma língua e a seta diagonal as variedades externas, representando o contato com línguas com outras características tipológicas. Se não existissem os *inputs* diagonais, apenas os superiores, haveria um processo de koinezação, “nada mais é do que a reestruturação de uma língua num novo dialeto a partir do contato de seus dialetos pré-existentes ou, por extensão, o desenvolvimento de uma nova variedade linguística a partir do contato de línguas genética e tipologicamente relacionadas” (Mufwene, 2001, p. 6)²²¹. O retângulo entre as setas representa o banco de traços, que é individual e está na mente do falante, formando uma língua-I em que as propriedades de todas as línguas são reunidas e reestruturadas. As setas para baixo representam os resultados do contato, a emergência de gramáticas híbridas particulares após o processo de competição e de seleção.

Mufwene (2001) ressalta que o diagrama não representa adequadamente o processo de contato e de emergência de uma gramática híbrida porque: (i) nem todos os módulos são

²²¹ “(...) koinéization is but the restructuring of a language into a new dialect out of the contact of its preexisting dialects or, by extension, the development of a new language variety out of the contact of genetically and typologically related languages” (Mufwene, 2001, p. 6).

afetados da mesma forma na reestruturação; o módulo da morfonologia, por exemplo, pode ser reestruturado de modo mais amplo do que o da sintaxe; (ii) nem todas as propriedades que emergem são provenientes das línguas doadoras porque há processos de mudança e de inovação.

A minha posição básica é que durante o desenvolvimento de uma língua-I, pelo menos parte do sistema associado a uma língua comunitária é desfeita e refeita de modo que não reproduz necessariamente a língua original ou a língua alvo. Cumulativamente, essas recriações podem constituir um novo sistema comunitário diferente da língua alvo. A divergência que resultou dessa reestruturação é caracterizada como uma mudança (Mufwene, 2001, p. 27-8).²²²

Para entender como os falantes elegem um traço em detrimento do outro, Mufwene (2001) faz uso do conceito de competição, que é o processo de ranqueamento que os falantes fazem sobre determinados traços, e de seleção, que é a escolha de um traço em detrimento do outro. São processos mentais e individuais, que tem como resultado a formação de um idioleto. Ao estabelecer contato entre idioletos, ocorre um segundo processo de seleção, pois os traços mais congruentes, que são mais frequentes ou salientes, são selecionados pela comunidade. “Durante a formação desses crioulos, as alternativas mais comuns ou frequentes, mais salientes, mais regulares ou mais transparentes foram favorecidas em detrimento das alternativas menos comuns ou frequentes, menos salientes, menos regulares ou opacas (...)” (Mufwene, 2001, p. 57)²²³.

Um fator importante de seleção de traços que competem em uma mesma comunidade é o princípio fundador. Mufwene (2001, p. 28-9, 42 e 59-62) destaca que traços mais competitivos podem ser aqueles que já faziam parte da primeira gramática que emerge como resultado do contato das primeiras comunidades que se formaram. O autor observa ainda que alguns traços desvantajosos podem ter sido selecionados por três condições: (i) reintrodução por mutação; (ii) favorecimento por novas condições sócio-históricas na ecologia linguística; (iii) alteração significativa de extratos populacionais para que esses traços não sejam selecionados. Para o autor, o primeiro fator é raro de acontecer, mas envolve a reinterpretação de traços que já não tinham sido selecionados. Os dois últimos fatores ajudam a explicar como uma gramática

²²² “My basic position is that during the development of an I-language at least part of the system associated with a communal language is undone and redone in ways that do not necessarily replicate the original or the target. Cumulatively such recreations may amount to a new communal system that is different from the target. The divergence which has resulted from such restructuring is characterized as a change” (Mufwene, 2001, p. 27-8).

²²³ “During the formation of these creoles, the more common or frequent, the more salient, more regular, or more transparent alternatives were favored over the less common or frequent, the less salient, the less regular, or the opaque alternatives in the disjunctive pool of morphosyntactic features.” (Mufwene, 2001, p. 57).

híbrida se formou em uma comunidade fundadora e seus traços não foram selecionados pelas novas ecologias que se formaram, pois os fatores externos à linguagem ou novas remessas populacionais alteraram a relação de competitividade dos traços, favorecendo a seleção de traços da língua europeia.

Conforme demonstrei no capítulo 5, o tráfico de escravizados para as terras brasílicas ocorreu de modo ininterrupto por mais de três séculos, trazendo contingentes populacionais tanto da África como da Europa, a depender das vantagens econômicas. A taxa de mortalidade de escravizados era alta e a demanda era suprida por meio do tráfico de novos contingentes de pessoas. Tomando como base a proposta de Mufwene (2001), as comunidades fundadoras constituíram as primeiras gramáticas híbridas em terras brasílicas e seus traços tinham a tendência de ser selecionados pela comunidade e de serem reestruturados com a chegada de novos contingentes populacionais e de novas situações políticas e econômicas. No entanto, essas constantes mudanças na ecologia de contato, possivelmente, dificultavam a emergência de uma gramática híbrida, comum a escravizados e a colonizadores. Com a longa duração de contato, possivelmente, o português foi sendo imposto e seus traços foram selecionados como resultado de uma relação violenta e colonizatória. Essa pode ser uma das razões da aparente semelhança entre o português do Brasil (PB) e o português de Portugal (PE) caso se compare com outras línguas que emergiram como resultado do contato.

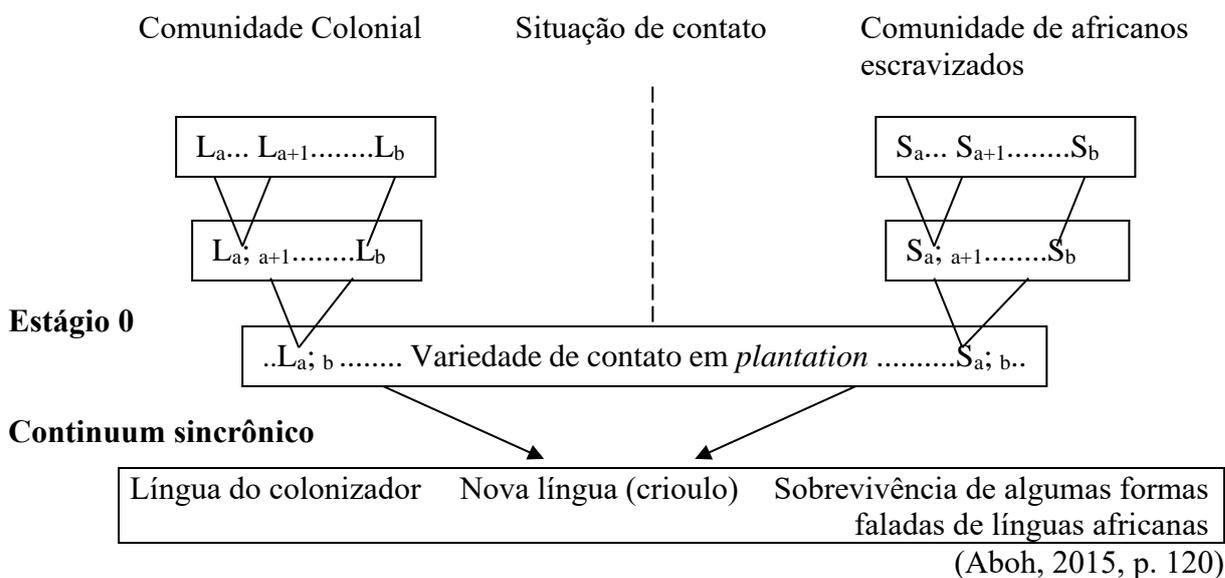
Aboh (2015) faz uso da hipótese da competição e da seleção de Mufwene (2001) e delimita o objetivo de compreender quais fatores operam na seleção de traços em um contexto de contato linguístico.

(...) estou assumindo, junto com Mufwene, que o contato acontece primeiro no nível dos falantes individuais, na mente do aprendiz, que desenvolve um idioleto específico. A seleção cumulativa de propriedades semelhantes entre os idioletos leva, por convergência, a uma língua comum, isto é, uma Língua-E (Aboh, 2015, p. 115)²²⁴.

O autor (2015, p. 115-9) critica o mito de que falantes escravizados não seriam capazes de se compreenderem e demonstra que a situação de contato é bem mais complexa do que descrito por teorias excepcionalistas, propondo o esquema em (228):

²²⁴ “I’m assuming, along with Mufwene, that contact first happens at the individual speakers’ level, in the mind of the learner, who develops a specific idiolect. Cumulative selection of similar properties across idiolects leads, by convergence, to a communal language, that is, an E-language” (Aboh, 2015, p. 115).

(228)



Em (228), representa-se quatro estágios do contato entre diferentes línguas em uma sociedade colonial. O autor (120-1) supõe uma ecologia de contato de plantation no contexto caribenho. No primeiro estágio, no quadro à esquerda, o conjunto $\{L_a, L_{a+1} \dots L_b\}$ representam as variedades de línguas faladas pelos colonizadores europeus. No box da direita, o conjunto $\{S_a \dots S_{a+1} \dots S_b\}$ representa as línguas faladas por povos africanos submetidos à escravização. No estágio subsequente, são representadas as koinés formadas no contato ocorrido na sociedade colonial. De um lado, as koinés das variedades linguísticas europeias ($\{L_a \times L_b\}$) e do outro, as koinés que emergem entre falantes de línguas africanas ($\{S_a \times S_b\}$). No estágio 0, existem três gramáticas híbridas, sendo que uma emerge da situação de contato entre a koiné europeia e a koiné africana. No continuum sincrônico, continuam existindo a variedade colonial europeia, uma nova língua que emerge do contato linguístico e algumas formas de línguas africanas, normalmente associadas a atividades litúrgicas ou comunidades secretas. “O que isto significa é que a competição e a seleção entre as variedades lexificadoras e de substrato foram mediadas frequentemente na variedade oriunda do contato em plantation, que evoluiria no crioulo como um vernáculo comunitário” (Aboh, 2015, p. 120)²²⁵.

Aboh (2015, p. 121) acrescenta ainda que: (i) os contingentes de novos africanos escravizados que eram forçados a trabalhar na *plantation* (chamados de *boçais*), não abandonavam suas línguas, a menos que já houvesse uma variável completamente estável e

²²⁵ “What this means is that competition and selection between the lexifier and substrate varieties was often mediated in the nascent plantation contact variety, which would evolve into the creole as a communal vernacular” (Aboh, 2015, p. 120).

integrada na ecologia; (ii) a população crioula que nasce como escravizada na sociedade colonial executou um papel importante para aculturação de boçais, possivelmente sendo monolíngue. Em outras palavras, o autor (2015, p. 221-2) assume a análise da emergência gradual de uma língua vernacular do contato e que, durante seu processo de estabilização, há o direcionamento contra as línguas africanas faladas pelas populações escravizadas e o incentivo à formação de grupos monolíngues de falantes, a depender da ecologia linguística²²⁶.

Com relação aos componentes que envolvem o processo de competição e de seleção, Aboh (2015, p. 134) constata que Mufwene (2001) não desenvolve como esse fenômeno ocorre na mente do falante. O autor (2015, p. 136) assume que há diferença entre fatores de língua-E, que estão relacionados ao contexto de determinada ecologia linguística, e os fatores de Língua-I. Os primeiros podem ajudar a compreender por que uma variante é escolhida em detrimento de outra, enquanto os segundos contribuem para o entendimento da estrutura morfossintática da língua escolhida como língua funcional. Há um processo de competição e de seleção no nível da Língua-I que envolve recombinação de traços. Desse modo, a sintaxe é livre porque não é condicionada por fatores externos. A conclusão dessa análise é formalizada em (229), a seguir.

(229) A recombinação de características (morfo)sintáticas é livre (isto é, não sujeitas fatores ecológicos externos)

(Aboh, 2015, p. 136)

Em outras palavras, enquanto fatores ecológicos restringem a competição e a seleção de variantes no *input*, eles não determinam diretamente como essas variantes são combinadas no componente sintático. (...) Isso equivale a dizer que a competição e a seleção acontecem em dois níveis: a estruturação do *input* e a combinação de variantes selecionadas do *input* em um sistema sintático coerente (Aboh, 2015, p. 136 e 137).²²⁷

Para Aboh (2015, p. 137), é necessário responder as seguintes questões: “por que uns traços são selecionados em detrimento de outros e por que são combinados de formas diferentes?”. O autor (2015, p. 154) argumenta que, ainda que todas as propriedades das línguas

²²⁶ Aboh (2015, p. 123-131) evidencia, a partir de registros históricos e linguísticos, como *La grammaire Abregée* e como *Lingoa geral de Mina*, de Antonio da Costa Peixoto, a existência de registros de falares africanos em diversos espaços colonizados por europeus (Cf. Silva, W., 2020). Comprova que o mito de que as línguas africanas desapareceram de imediato em uma *plantation* é falso. Evidencia também o uso e a descrição do crioulo haitiano por missionários e por autoridades oficiais, assim como em outros tipos de registros, como cartas e petições. Desse modo, observa um incentivo dos colonizadores para um monolinguismo, mesmo que seja de uma língua crioula.

²²⁷ “In other words, while ecological factors constrain the competition and selection of variants in the input, they do not directly determine how these variants are combined together in the syntactic component. (...) This amounts to saying that competition and selection happen at two levels: the structuring of the input, and the combination of variants selected from the input into a coherent syntactic system” (Aboh, 2015, p. 136 e 137).

doadoras sejam potencialmente passíveis de serem selecionadas no processo de experiência linguística, a recombinação não ocorre de modo aleatório. Tomando como base estudos de aquisição de L2, argumenta que os traços relacionados às interfaces (por exemplo, sintaxe-morfologia, sintaxe-semântica, morfologia-fonologia) parecem ser mais competitivos do que outras propriedades formais.

Entre as diversas evidências da seleção de relacionados à interface, diante dos objetivos desta tese, é importante apresentar as análises sobre a emergência de SpMs no Crioulo Haitiano (HC), como exemplificado em (230), a seguir:

(230) a. Wosiyòl manje [DP kowosòl a].²²⁸

morcegos comer graviola SpM [+DEF; +ESP]

“Morcegos comem a graviola (específica)”

b. [DP pè-a]

Padre=SpM [+DEF; +ESP]

“O padre (específico)”

c. [DP Fam ki vini wè-u la].

mulher que vier ver-vocês SpM [+DEF; +ESP]

“A mulher que veio visitar vocês”.

(Aboh, 2015, p. 10, 176 e 181)

No exemplo em (230a), no HC, o uso de *(l)a* denota a intenção do falante em denotar uma graviola definida e específica que pode ser familiar ao falante e é ancorada no contexto discursivo. Em (230b), o marcador de especificidade *(l)a* é pós-nominal e indica um padre definido e específico. Em (230c), há uma construção relativa com verbo no modo indicativo e o DP deve ter leitura específica e definida. No HC, o marcador é definido e específico e é sempre pós-nominal, até mesmo em construções relativas²²⁹. A emergência desse elemento ocorre como resultado da seleção de traços mais competitivos das línguas doadoras, caracterizando um fenômeno que não é igual, embora tenham semelhanças, nem às línguas gbe, nem ao francês, como pode ser observado, respectivamente, nos exemplos de (231) a (234).

²²⁸ Dados retirados de DeGraff (1992, p. 105).

²²⁹ Para marcação de plural, é usado o *yo* que, ao não coocorrer com *la*, também pode indicar definitude, atuando como um numeral.

(231) a. Àxwlé d̀ù [DP gbàdó ló]. [gungbe]

Andorinha comer milho DET [+DEF; +ESP]

“Andorinhas comeram o milho (específico)”.

b. [DP Le pretre] represente l’Eglise. [francês]

DET [±DEF; ±ESP] padre representar DET Igreja

“O padre representa a Igreja.”

(Aboh, 2015, p. 10 e 178)

De acordo com Aboh (2015), no gungbe, em (231a), o DP tem um determinante pós-nominal que demarca a intenção do falante em denotar um milho definido e específico. No francês, em (231b), DET é pré-nominal e o DP é ambíguo, podendo indicar padres, em termos genéricos, ou um padre determinado e específico, ou um padre determinado e não específico. Há muitas distinções entre o francês e o crioulo haitiano, ao comparar em (231b) e em (230), é possível observar, por exemplo, ordens diferentes do DP, representadas em (232):

(232) a. núcleo nominal > [relativa] > SpM [HC]

b. DET > nome > [relativa] [francês]

(Aboh, 2015, p. 181)

No francês, o determinante é pré-nominal e a relativa é realizada após o nome. No HC, a relativa é realizada após o nome, mas o SpM é pós-nominal.

Ao comparar os dados em (230a) com os dados em (231a), Aboh (2015) observa que os determinantes do HC e do gungbe são pós-nominais e valoram traços de definitude e de especificidade ([+DEF; +ESP]). Embora haja muitas semelhanças entre os dois marcadores, ((*la*), do HC, e *ló*, do gungbe), Aboh (2015) identifica que o (*la*) congrega traços que são também do francês, como ter a mesma forma fonética do reforçador *la* e a impossibilidade de ocorrer antes de nomes próprios ou com pronomes pessoais²³⁰, diferente do gungbe, como exemplificado em (233) em (234):

²³⁰ A forma fonética do *l(a)* é resultado da recombinação do reforçador *la*, do francês, que passa a marcar especificidade em contextos definidos. Com relação às distinções semânticas e pragmáticas, entre outras diferenças, estão: i) nas línguas gbe é possível ter referência com ocultamento da identidade epistêmica por meio de implicaturas pragmáticas enquanto isso não ocorre no HC; ii) não há um determinante para indicar [-DEF; +ESP], como ocorre nas línguas gbe. Por isso, Aboh (2015, p. 182-4) caracteriza que HC tem um marcador e não exatamente um determinante, como há no gungbe.

- (233) A. Aimé Césaire $d\grave{o}$ xó kpó Sarkozi kpó.
 Aimé Césaire dizer palavra com Sarkozi com
 “Aimé Césaire falou com Sarkozi”
- B. Bé mì kà sè $d\grave{o}$ [_{DP} Aimé Césaire ló] kú?
 WH vocês ter ouvir que Aimé Césaire DET [+DEF; +ESP] morrer
 “Vocês foram informados que Aimé Césaire morreu?”
- (234) a. Aimé Césaire pale ak Sarkozi. Men, mwen tande [_{DP} Aimé Césaire (*la)] mourí.
 Aimé Césaire falar com Sarkozi mas eu ouvir Aimé Césaire DET [+DEF; +ESP] morrer
 “Aimé Césaire falou com Sarkozi, mas eu acabei de ouvir que Aimé Césaire morreu.”
 (Aboh, 2015, p. 183)

Aboh (2015) demonstra que, no gungbe, em (233A), há um contexto em que o nome próprio, Aimé Césaire, foi introduzido sem coocorrência com artigo e depois, em (233B), é retomado em coocorrência com *ló*, indicando a intenção de denotar um DP definido e específico. No HC, em (234), o nome próprio mencionado pela segunda vez não pode coocorrer com o *la*. No que tange à estrutura do DP, há outras semelhanças entre o DP do HC e do Francês, como a posição dos adjetivos, sendo realizados depois ou antes dos nomes.

Segundo o autor (2015), tanto o determinante que marca definitude e especificidade das línguas gbe quanto o determinante de definitude do francês têm capacidade potencial de serem selecionados em um processo de competição, contudo há diferenças de interface. No francês, não há SpMs preenchidos fonologicamente, e, desse modo, a marcação da especificidade é puramente sintática, enquanto, nas línguas gbe, existe um determinante que compartilha traços semânticos e pragmáticos. Por envolver mais propriedades da interface sintático-discursiva, há recombinação de traços e *(l)a* emerge como SpM no HC em contextos definidos. Com relação a possibilidade de existir adjetivos pré e pós-nominais no HC, poderia ser explicada pela diferença de como essa classe se configura entre as línguas: nas línguas gbe, há lexemas específicos que atuam como adjetivos para descrever cores, formatos, tamanhos e boa parte dos outros adjetivos são formados a partir da derivação de verbos; no francês, há mais lexemas para descrever qualidades, que concordam em gênero e em número, possibilitando, assim, mais interface, e, conseqüentemente, tendem a ser selecionados no processo de competição e de seleção.

Uma língua com gramática híbrida que emergiu a partir do contato de línguas europeias (do inglês, do francês, do português) com línguas africanas, como as línguas gbe, é o Crioulo Surinamenho (SC). Segundo Aboh (2015), essa língua possui um SpM que se diferencia das

línguas doadoras: i) é encontrado somente antes do nome; ii) pode variar em número; iii) indica [+DEF; +ESP]; não se assemelha foneticamente aos itens dêiticos presentes nas línguas doadoras europeias. Exemplos do SC estão em (235).

- (235) a. Kofi, teki [DP a bana] tya gi mi.
 Kofi pegar DET banana [+DEF; +ESP] trazer dar mim.
 “Kofi, pegue a banana (específica) e me dê.”
- b. Kofi, teki [DP den bana] tya gi mi.
 Kofi pegar DET bananas [+DEF; +ESP] trazer dar mim.
 “Kofi, pegue as bananas (específicas) e me dê.”
- c. Kofi, teki [DP bana] tya gi mi.
 Kofi pegar banana [-DEF; -ESP] trazer dar mim.
 “Kofi, pegue banana e me dê.”

(Aboh, 2015, p. 186-7)

Aboh (2015) demonstra que, no SC, em (235a), o uso do *(n)a* indica a intenção do falante em denotar uma banana específica, definida e singular. Em (235b), o falante demarca a intenção de referenciar bananas, no plural, fazendo uso do SpM *den*. Quando há BN, o DP só pode ser interpretado como [-DEF; -ESP], podendo ter leitura genérica e não marcada para número. Diferente do HC e das línguas gbe, o SC reúne dois traços (especificidade e número) em um único morfema (*a* ou *den*). Em termos sintáticos, esses marcadores ocupam sempre a posição pré-nominal até mesmo em contexto com relativas, diferente do que ocorre no gungbe e no HC. No inglês, o determinante ocupa a posição inicial e as relativas ocupam a posição final do DP e não há SpMs. Ao comparar os dados do SC com o inglês, Aboh (2015, p. 187-8) chega à conclusão de que a emergência de SpMs no SC é justificada pelos traços fortes relacionados a interfaces que existem nas línguas gbe, mas não no inglês. Contudo, a morfossintaxe do inglês operou mais fortemente na formação sintática do NP do SC, ao se comparar com a relação do Francês com o HC. Isso ocorre porque o sistema de marcação de plural do inglês tem características distintas do sistema de pluralização do francês.

Ainda que SC e HC tenham configurações fonológicas, morfológicas e sintáticas diferentes, os traços relacionados às interfaces tendem a ser selecionados. O que há de comum nas línguas que emergem é a existência de padrões de competição e de seleção que foram usados pelos falantes das línguas, selecionando os traços relacionados às interfaces. As diferenças entre as duas línguas podem ser explicadas por inúmeros fatores. Seriam necessários estudos

comparativos, dados das línguas africanas, de línguas europeias, entre outras demandas, que extrapolam os limites desta tese. Aqui, tento trazer hipóteses das práticas concretas de uso da língua que foram realizadas por falantes africanos (e outros) e que possibilitaram a emergência de uma gramática híbrida no contexto de contato. Desvendar o processo envolve aproximações, hipóteses e análises que são parte do fazer científico.

Nesta seção, com base em Mufwene (2001), entre outros, iniciei descrevendo as críticas aos pressupostos excepcionalistas da emergência de línguas crioulas, demonstrando que essas são tão complexas quanto qualquer outra língua humana e que os povos africanos são aptos para aprender uma ou mais línguas. Demonstrei que as abordagens excepcionalistas partem de premissas racistas e etnocêntricas, sem nenhuma comprovação histórica. A única diferença entre línguas crioulas e outras línguas humanas, além dos marcadores sócio-históricos e raciais, é que a ecologia linguística que deu base para as primeiras é complexa porque envolve diversas línguas doadoras, de diferentes características tipológicas e em diferentes quantidades de falantes.

Ao apresentar a hipótese da competição e da seleção, fiz uso dos estudos de Mufwene (2001) e de Aboh (2015), expus que a emergência de uma nova língua se dá inicialmente no âmbito individual (língua-I) e depois no âmbito coletivo (língua-E). O falante seleciona, individualmente e mentalmente, os traços mais competitivos de um banco de traços formados pelas propriedades das línguas doadoras. Assumi a proposta de Aboh (2015) de que os traços relacionados à interfaces (semântico-discursiva, sintático-fonológico, entre outros) são mais competitivos do que outros, contribuindo para a emergência de uma língua-I. Os falantes de uma ecologia linguística entram em contato e recombina e reestruturam sua gramática individual, possibilitando a emergência de uma língua-E, resultado de processo longo e gradual em que há convergência de traços, ou seja, aqueles que são mais repetitivos e salientes se sobressaem e passam a ser usados pelos membros de determinada ecologia.

Com relação ao processo de seleção de traços da interface, exemplifiquei com dados de SpMs do HC e do SC, que emergem pela transferência de traços das línguas doadoras. As línguas do grupo gbe têm um SpM pós-nominal que estabelece relações da interface sintático-discursiva e por isso são propensos a serem selecionados. As línguas europeias têm mais adjetivos, fazem uso de artigos pré-nominais que tendem a marcar definitude. A língua que emerge recicla traços das línguas doadoras, inovando e, por isso, têm propriedades que se diferenciam das línguas doadoras e de outras línguas que emergem como resultado do contato.

6.2 O USO DE SPMS NAS PRINCIPAIS LÍNGUAS AFRICANAS QUE FORAM FALADAS NO BRASIL

No primeiro momento desta seção, proponho uma representação para descrever as línguas que estiveram em contato no Brasil, tomando como referência a situação da ecologia linguística dos engenhos²³¹. Com base nas discussões realizadas na seção 5, demonstro como é complexo o quadro de contato que foi estabelecido no Brasil, tentando delinear as transformações que ocorreram em outros estágios. Em seguida, apresento dados das línguas africanas que foram faladas no Brasil, principalmente as línguas do subgrupo gbe, do subgrupo defoide (mais especificamente o iorubá) e do subgrupo bantu. Demonstro que há SpMs nessas línguas que podem ocupar posições pré-nominais, como nas línguas do grupo bantu, ou posições pós-nominais, como no iorubá e nas línguas gbe. Exponho estudos sobre esses dados e busco investigar como esses marcadores podem ter sido importantes para a emergência da especificidade no PB.

Na grande produção açucareira, principalmente em territórios como na Bahia, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, demonstrei que as primeiras comunidades foram formadas com a força de trabalho indígena escravizada e, só depois, foi acrescentada a força de trabalho africana escravizada. Esse primeiro contato entre indígenas, de diferentes localidades, e o português possibilitou a emergência de uma koiné portuguesa, de uma koiné bantu, possivelmente com maior participação do kikongo, e de uma língua geral, fruto do contato com portugueses em aldeamentos²³². A comunidade fundadora, nos termos de Mufwene (2001), foi formada por indígenas, portugueses e, em quantitativo menor, por africanos escravizados, tendo esses três grupos linguísticos.

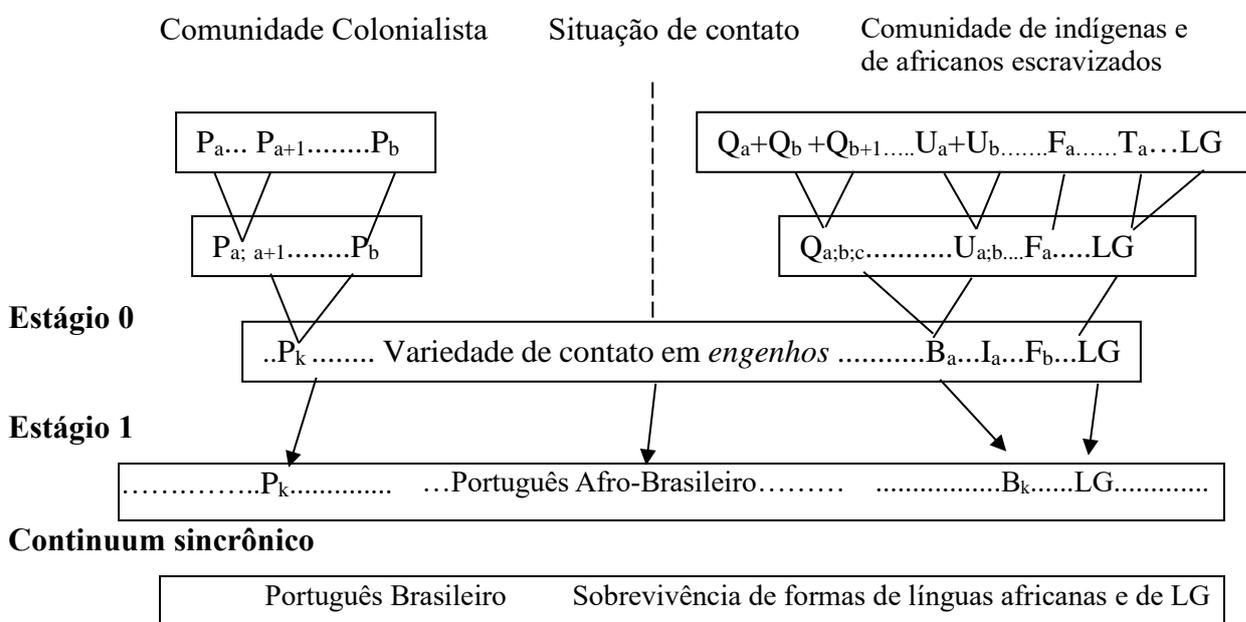
Apenas os dois últimos continuaram existindo com a ampliação do tráfico, pois o vínculo bilateral entre as duas margens do Atlântico possibilita a renovação constante de falantes africanos, reduzindo cada vez mais o espaço da língua geral. Concomitantemente, em menores proporções, falantes de português de outras localidades, como as ilhas atlânticas, buscando lucros, mudam-se para as terras brasílicas. Boa parte das evidências da forma como o engenho se organizava nas terras brasílicas, por pelo menos três séculos, foi estruturado nesses

²³¹ Escolho destrinchar a ecologia dos engenhos porque as esferas de produção agrícola são mais discutidas na literatura, focando principalmente nas plantations. Reconheço que essa ecologia não abarca a totalidade dos contatos linguísticos que ocorreram em terras brasílicas.

²³² Ainda que seja muito importante, não represento aqui dados de línguas indígenas porque o objetivo é entender a participação das línguas africanas no contato e como doaram traços para a emergência do PB, especificamente, de SpMs. Parece-me ser uma agenda importante para futuros estudos.

principais grupos linguísticos. Eu trouxe evidências de contexto em que línguas africanas, principalmente, as línguas bantu, eram faladas cotidianamente, como a construção de gramática, a preocupação de autoridades com os falares africanos e a formação e participação de missionários línguas em engenhos açucareiros. Corroboro com a análise de Slenes (1998) de que nos engenhos, possivelmente, existiam quatro grupos linguísticos: (i) falantes de línguas africanas autóctones, em menor proporção; (ii) falantes de português regional que emergia no contexto de contato; (iii) koiné de língua bantu, com principal suporte no quimbundo; (iv) koiné de falantes portugueses. Represento, com base em Aboh (2015), essa primeira ecologia em (236), a seguir:

(236)



Na representação em (236), a comunidade de colonizadores é composta por falantes de língua portuguesa de diversas localidades ($P_a; P_{a+1}; P_b$)²³³. Esses diferentes falares formam uma koiné de língua portuguesa. No box da direita, registro as comunidades de africanos escravizados e de povos indígenas. Entre as línguas e variantes faladas, represento as koinés de quimbundo (Q_a, Q_b, Q_{b+1}), de umbundo (U_a, U_b), de fon (F_a), de tupinambá (T_a) e de língua geral (LG)²³⁴. No estágio 0, represento o primeiro momento da situação contato direto entre

²³³ Acrescento que, nos primeiros estágios da colonização, alguns desses tinham o português como L2 ou ainda faziam uso de sua língua materna.

²³⁴ A língua geral, que emerge como resultado do contato de diversos povos tupi e a koiné portuguesa, torna-se uma das línguas que faz parte desse contexto multilíngue. Na representação, de forma redutora e passível de erro, trato como uma língua indígena só para demonstrar que participa dessa ecologia de modo diferente da língua portuguesa.

falantes desses grupos linguísticos. Do lado esquerdo, está em constituição uma koiné de língua portuguesa (P_k) e, do lado direito, as koinés de línguas do subgrupo bantu (B_a) e de língua geral (LG), além de falantes de outras línguas em números menores, como de iorubá (I_a), fon (F_b), mandinga, hauçá, entre outras²³⁵. Os participantes desse contato desenvolvem individualmente procedimentos de seleção de traços relacionados a interfaces que estão em competição que, ao convergirem, possibilitam a emergência de uma variante de contato específica da ecologia. No estágio 1, um momento hipotético posterior ao estágio 0, represento o que parece ter sido recorrente: a) na esquerda, a estabilização de uma koiné portuguesa que se reorganiza com a chegada de novos contingentes populacionais das posses lusitanas, tendo cada vez mais caráter de um português regional; b) na direita, a continuidade de línguas africanas, indígenas e da língua geral²³⁶; c) no centro, a emergência de uma variante de português que emerge como resultado do contato. No continuum sincrônico, há o português brasileiro, que, após longo processo de contato, emerge com características diferentes das línguas doadoras; e formas e expressões de línguas africanas e de línguas indígenas e de língua geral continuam a existir para nomear ervas, topônimos, atividades religiosas, animais, entre outros.

O quadro em (236) não tem o objetivo de dar conta da totalidade das formas de contato que ocorreram nos engenhos brasileiros, mas retrato do que, em geral, deve ter acontecido. Cabe destacar que o português e as línguas africanas faladas nesse período não são iguais às formas atuais. Ainda que possam compartilhar de semelhanças, as línguas mudam o tempo todo. Diante do contexto colonial, houve preocupação em registrar dados do português clássico em quantidades e qualidades muito distintas dos registros de línguas africanas. Outro ponto a destacar, exclusivamente relacionado às línguas africanas, é que outras participaram do processo de contato em momentos e em situações diferentes, que se alteraram a depender de como os mercados de escravizados estavam sendo organizados no outro lado do Atlântico. É provável que outras koinés tenham se formado a partir de falantes de iorubá e de falantes de

²³⁵ Cabe destacar que, em registros de inventários de engenhos, há possibilidade de identificação da origem de parte dos africanos, permitindo pressupor a diversidade de procedências. Os estudos que se dedicam ao tema, localizam a presença de falantes de línguas gbe e de iorubá, principalmente nas plantations de café, a partir do século XVIII. Por exemplo, Lucchesi e Baxter (2023) identificam que, na Fazenda Mantandon, em Helvécia, havia 23 escravizados africanos das seguintes etnias: nagô; gêge; monjolo; benguela; moçambique; e cabinda. Na fazenda Krull, dos 33 escravizados africanos, “com as seguintes características: origens não-identificadas (4), nagô (14), cabinda (5), congo (3), hauçá (2), Benim (1), calabar (1), moçambique (1), rebôla (1), gêge (1)”. Os autores consideram que “Embora os escravos do grupo linguístico kwa predominassem em algumas fazendas, em outras fazendas predominavam escravos do grupo linguístico banto”.

²³⁶ Assumo que traços das línguas africanas são competitivos por causa da continuidade e da ampliação do tráfico, enquanto os das línguas indígenas e da língua geral tendem ao desaparecimento, cada vez tendo menos funções comunicativas nessa ecologia. É o momento em que fatores sociais interferem na frequência e na competitividade de uma ecologia linguística. Soma-se a esse processo a participação de falantes que continuaram a falar suas línguas maternas, cada vez em contextos mais restritos.

línguas gbe, principalmente. Em alguns espaços, como na produção aurífera no século XVIII ou na urbanização de Salvador e de Recife no século XIX, essas koinés contribuíram, de forma mais significativa, para a emergência de versões de português afro-brasileiro e de português regional.

Neste momento, pretendo dar foco às línguas africanas que estiveram em contato com o português entre o século XVI e o século XIX, a saber: I) as línguas do subgrupo gbe; II) as línguas do subgrupo defoide, principalmente o iorubá; III) as línguas do subgrupo bantu, principalmente o quimbundu, o umbundo e o kicongo. Nas próximas subpartes, descrevo essas línguas, em suas formas contemporâneas, iniciando pelas línguas gbe, porque a sistematização de Aboh (2004 e 2015) me serve como guia para descrever as principais propriedades estruturais que podem ter sido mais competitivas para emergência de SpMs no PB. Em seguida, exponho descrições do iorubá e o uso de SpMs. Por fim, apresento dados das línguas do subgrupo bantu e da marcação da especificidade. Todas essas línguas doaram traços para

emergência do PB de formas e em locais diferentes, aqueles que foram mais frequentes e salientes foram selecionados.

6.2.1 As línguas gbe

Os povos gbe têm como referência ancestral a cultura Aja-Tado. Por causa de disputas territoriais, migram para áreas da costa atlântica, à direita da chamada Costa do Ouro. Devido ao processo de partilha colonizatória do continente africano, as línguas gbe são faladas por povos que atualmente habitam diferentes países, como Gana, Togo, Benin e Nigéria, principalmente, em áreas costeiras. São línguas consideradas isolantes e fazem parte do tronco nigero-congolês, que pertence ao grupo kwa. São divididas em cinco subgrupos: Vhe (ex. ewebhe ou jeje); Gen (ex. gengbe ou mina); Ajá (ex. ajagbe); Phla-phéra (ex. aladá); e Fon (ex. fongbe, gungbe). Os falares gbe compartilham características linguísticas que possibilitam traçar um ancestral comum, tais como: o uso de tons (alto x não alto), a diferenciação de morfemas funcionais por meio de tons; a ordem nominal núcleo-modificadores; a ordem SVO (em orações com tempo não imperfeito); a ausência de morfologia no núcleo nominal; o uso de categorias funcionais para marcar foco, tempo, aspecto, caso e, entre outras, a especificidade (Aboh, 2004, 24-75; 2015, p. 41-8).

Ainda que os registros diacrônicos de línguas africanas sejam menos numerosos, houve registro de dados das línguas gbe em dois documentos: (i) *La doctrina christina*, de 1654, um documento bilíngue em espanhol e em adra formulado por missionários capuchinhos com o

intuito de catequização; (ii) *La Grammaire Abrégée*, de 1730, um manual, em francês com traduções da língua falada na região de Uidá, com intuito de ensinar aspectos linguísticos para navegadores e para comerciantes de escravizados (Aboh, 2015, p. 47-50). Aboh (2015, p. 49-51) analisa os dois documentos e afirma que as línguas modernas gbe compartilham de traços muito parecidos com a versão diacrônica, concluindo que ocorre estabilidade desde o século XVII. Há padrões que são observados contemporaneamente e diacronicamente no âmbito lexical e morfossintático, como a posição de palavras interrogativas em coocorrência com marcadores de foco e a serialização verbal.

Com relação à estrutura do DP, destaco as seguintes propriedades das línguas gbe: (i) a realização de determinantes que marcam especificidade em posição pós-nominal, podendo coocorrer com marcadores de número; (ii) o uso de BNs, podendo indicar escopo amplo; (iii) o fato de núcleos nominais ocuparem a posição inicial e modificadores serem pós-nominais.

Com relação à primeira propriedade, já apresentei exemplos em (98) e (99), retomados aqui como (237) e (238):

- (237) a. [DP távò ló lɛ́]
 mesa DET [+DEF; +ESP] NUM
 “as mesas (específicas)”
- b. [DP távò dɛ́ lɛ́]
 mesa DET [-DEF; +ESP] NUM
 “umas mesas (específicas)”
- c. *Kɔ́kú xò [DP távò dɛ́ ló]
 Kuku comprou mesa DET [-DEF; +ESP] DET [+DEF; +ESP]
 “Kuku comprou uma a mesa (específica)”
- (238) a. xwé ló [gungbe]
 b. xwé ó [fongbe]
 c. àxwé á [gengbe]
 d. àfé a [ewegbe]
 casa DET [+DEF; +ESP]
 “a casa (específica)”

(Aboh, 2004, p. 31 e 77)

Como demonstrei nos exemplos em (98) e (237), no gungbe, *ló* e *dɛ́* marcam especificidade em contextos definidos e indefinidos, respectivamente. Esses determinantes são

pós-nominais e o marcador de número, *lé*, é posterior aos determinantes. Esse padrão se repete também em outras línguas do grupo gbe, como demonstrado no exemplo em (99) e em (238).

O uso de BNs nas línguas gbe, como o gungbe, pode ser interpretado como tendo leitura definida, indefinida ou genérica, a depender do contexto, como nos exemplos em (239).

(239) a. [DP *Átòké*] *nò d̀̀ k̀̀r̀̀òs̀̀ól̀̀ù.*

morcego HAB come graviola

“morcego come graviola.”

(Aboh, 2015, p. 178)

b. *K̀̀òk̀̀ú m̀̀òn [DP *táVò c̀̀è*] b̀̀ò d̀̀ò é̀̀m̀̀í ná x̀̀ò [DP *táVò*].*

Koku viu mesa minha e disse ele vai comprar mesa [-DEF; -ESP]

“Koku viu minha mesa e disse que vai comprar uma mesa (qualquer).”

(Aboh, 2004, p. 76-7)

Em (239a), a sentença pode ter várias interpretações porque tem um BN. Pode-se indicar morcegos genéricos que comem graviola, um morcego indefinido ou um morcego definido. Em (239b), o contexto ajuda a identificar a interpretação do uso de BN. No primeiro DP, em coocorrência com possessivo, só é possível leitura definida, indicando uma mesa que não é específica, mas o segundo DP com BN só pode ter leitura indefinida e não-específica. Para marcar especificidade nas línguas gbe, é necessário ter a realização fonética dos determinantes, como exemplificado em (237) e em (238).

Com relação à ordem do núcleo e dos modificadores, o nome ocupa a primeira posição e é seguido pelos modificadores, conforme exemplo em (240), a seguir:

(240) a. *K̀̀òk̀̀ú x̀̀ò [DP *táVò d̀̀àx̀̀ó x̀̀óx̀̀ó à̀̀t̀̀ò̀̀n é̀̀h̀̀è l̀̀ó l̀̀é]**

Kuku comprou mesa grande velha três DEM DET [+DEF; +ESP] NUM

“Kuku comprou essas três grandes mesas velhas”

(Aboh, 2004, p. 78)

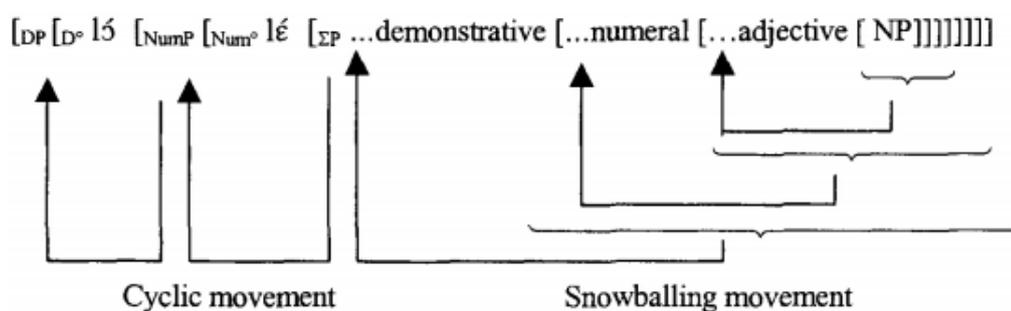
Em (240), o nome, *táVò*, ocupa a primeira posição do DP e é acompanhado por adjetivos, pelo numeral, pelo demonstrativo, pelo determinante *l̀̀ó* e pelo marcador de número plural *l̀̀é*. Aboh (2004, p. 77-8) demonstra que as línguas gbe seguem uma ordem da estrutura nominal que é um espelho de outras línguas, como inglês, tal como representado em (80d), retomado em (241), a seguir:

- (241) 0 modificadores à esquerda e 3 à direita
 N-Adj-Nral-Dem (ex. selepet, iorubá)

(Aboh, 2004, p. 92)

Tomando como base a hierarquia de projeções, o autor (2004) propõe que há operações de *move* de dois tipos: movimentos cíclicos na periferia esquerda; movimentos de *snowballing* de projeções para realizar concordância nominal, conforme representado em (242):

(242)



(Aboh, 2004, p. 94)

Em (242), Aboh (2004, p. 93-94) representa três movimentos de *pied-piping*, configurando operações de *snowballing* que ocorrem para licenciar condições do núcleo nominal com o sistema flexional das línguas gbe. Em seguida, a projeção funcional ΣP se move ciclicamente para SpecNumP e depois para SpecDP para valorar, respectivamente, traços de número e de especificidade²³⁷. O movimento em cadeia para posições da periferia à esquerda ocorre nas línguas gbe e é resultado da necessidade de falante exprimir especificidade (ou outras propriedades discursivas), demarcando um fenômeno da interface sintático-discursiva.

Assumo a hipótese de Aboh (2015) de que a especificidade, portanto, é selecionada em processo de competição e de seleção. Após descrição dos dados das línguas gbe modernas, cabe trazer a análise dos registros diacrônicos da língua geral de mina (LGM), que foi falada no Brasil no período da produção aurífera no século XVIII. O registro dessa língua foi realizado por Antonio da Costa Peixoto na obra *Lingoa geral de Mina*, em que traduz expressões de falantes de línguas gbe no Brasil, conforme seção 5.3. Ainda sobre a LGM, Silva, W. (2020, p.

²³⁷ Aboh (2015) reafirma essa análise, mas modifica as projeções. Se os itens se movem para marcar especificidade, então propõe que a projeção responsável por marcar esse traço é TopP.

155-157 e 253) demonstra que a língua foi formada em situação de contato e, após análise dos dados, reconhece que Costa Peixoto era bom conhecedor da língua que falava, tinha compreensão de sua estrutura e de seu funcionamento.

Sobre a estrutura nominal da LGM, Silva, W. (2020, p. 211-9) analisa o uso de adjetivos e observa padrões semelhantes às línguas gbe modernas. No que tange ao uso dos determinantes, o autor (2020, p. 217) observa que não há determinante pós-nominal na LGM. Pondero que, ao observar os dados de LGM sistematizados por Silva, W. (2020), de modo não sistemático, o pronome pessoal *hé* (ou *he* ou *hi* para o singular ou *é* ou *e* para o plural) parece exercer outra função ao coocorrer com nomes²³⁸, pois tende a ser pós-nominal e a ocupar a posição final do DP, como represento nos dados em (243), a seguir:

(243) a. alichou hinhô²³⁹

[DP alichou hi] nhô
 caminho 3sg ser_bom
 “O caminho está bom”

b. a siche hécû

[DP asi che hé] cû
 mulher minha 3sg morreu
 “A minha mulher morreu”

(Silva, W., 2020, p. 217-8, 221-2)

Em (243a), Silva, W. (2020, p. 218) descreve um contexto em que há declarações sobre determinada estrada que tem a propriedade de estar boa. O pronome de terceira pessoa, *hi*, ocorre posteriormente ao nome, em um contexto em que a estrada é definida e específica. Em (243b), o falante indica que sua mulher morreu com o uso do *hé* após o nome e o possessivo. Tende-se a acreditar que a interpretação seja uma mulher definida e específica. É possível pressupor que o *hé* atua como um determinante indicando [+DEF; +ESP], tal como ocorre nas línguas gbe? Acredito que é preciso ter melhores análises e os dados em (244) parecem

²³⁸ Silva, W. (2020) apresenta diversos exemplos do uso de *he*, com outras funções como demonstro adiante.

²³⁹ Na primeira linha dos exemplos, há a forma como foram representados por Costa Peixoto em seu livro *Lingoa geral de Mina*. Na segunda linha, há uma separação das categorias lexicais e funcionais que foi realizada por Silva, W. (2020) e adaptada por mim e suas respectivas glosas são apresentadas na terceira linha. Na quarta linha, a tradução que está entre aspas foi realizada pelo próprio Costa Peixoto.

evidenciar a possibilidade de uso de *hé* em contextos em que não há marcação de especificidade²⁴⁰.

(244) a. mesessim efim aquachepou

[DP me sessim e] fim aqua che pou
 pessoa vender-RED 3pl roubar dinheiro meu todo
 “Os canhambolas furtaram-me o meu ouro todo”

b. nhi matim aguhédim hã

nhi ma tim [DP aguhé] dim hã
 1sg NEG ter dinheiro agora NEG
 “Eu não tenho ouro agora”

c. hi hà bouno hé nachuhé acrí susû

[DP hihàbouno hé] na chu [DP hé acrí] susû
 europeu 3sg HAB bater/punir 3sg escravo(?) muito
 “Os brancos castigam muito os escravos”

(Silva, W., 2020, p. 217-8, 221-2, 227 e 264)

No exemplo em (244a), um falante relata que seu dinheiro foi roubado por “canhambolas”²⁴¹, fazendo uso de um nome, *me*, de um adjetivo, *sessim*, e *e* é realizado na posição final, é flexionado em número para indicar plural. Tomando como referência a tradução de Costa Peixoto, não parece ser uma situação em que se trata de ex-escravizados definidos e específicos. Em (244b), o falante expressa que não tem dinheiro, *aguhé*²⁴², e o DP está em posição de objeto, o que contribui para argumentar que esse elemento ocupa uma posição interna ao DP e não faz parte da estrutura sentencial. Ao mesmo tempo, não parece ter sentido de especificidade. O exemplo em (244c), provavelmente, representa a fala de um africano escravizado relatando que era habitual que brancos batessem em escravizados, fazendo uso do marcador de habitualidade *na*, que precede o verbo *chu*, bater ou punir. Chama a minha atenção que nesse último exemplo há dois DPs: o primeiro tem a presença de *hé* que ocorre após o

²⁴⁰ Para me aproximar de uma análise mais concreta dos usos de *he* dentro do DP, seria necessário recorrer ao texto original para investigar se o falante faz referência a entidades específicas (ouro ou brancos) ou não-específicas.

²⁴¹ Silva, W. (2020) localiza que *sessim* é uma reduplicação do verbo *sìsà*, do fongbe, indicando *pessoa à venda*, e traduz como pessoas à venda. O autor observa a escolha de Costa Peixoto por usar o termo *canhambolas* como uma referência à *quilombolas*.

²⁴² Comparando (243b) com (244a), parece que *hé* foi acrescentado a *agua* (ou *aqua*).

nome. No segundo DP, *hé* é pré-nominal e o DP ocorre na posição de objeto. Quando o DP está na posição de objeto e há uso de *hé*, (244b) e (244c), não parece ter sentido de especificidade.

Cabe destacar que Silva, W. (2020, p. 277-8) analisa *he* como um item que pode ter várias funções, atuando como pronome, como marcador de interrogativa de sujeito ou como pronome resumptivo, como represento, respectivamente, nos exemplos em (245):

(245) a. *hémácóbihā*

[DP *hé*] má có bi hā

3sg NEG ADV ser_cozido NEG

“Ainda não está feito.” (literalmente: isso ainda não está cozido não)

b. *menu hé já*

[DP *menu*] hé já

quem 3sg vir

“Quem é que vem aí?”

c. *dopo, hématim numréhā*

[DP *dopo*] hé ma tim num ré hā

bolsa 3sg NEG ter coisa nenhum NEG

“As algibeiras não têm nada.”

(Silva, W., 2020, p. 265, 279 e 287)

Silva, W. (2020) demonstra a possibilidade de *hé* ser usado como pronome, como demonstrado no exemplo em (245a), em que indica uma comida que ainda não está cozida. Em (245b), *hé* é posterior à palavra WH, *menu*, e é um vestígio do movimento do sujeito para posição não-argumental. Quando há construção de interrogativa de um objeto do verbo, *hé* não precisa ser expreso. Em (245c), para Silva, W. (2020, p. 282-90), *hé* pode ser também pronome resumptivo, sendo realizado sempre entre o NP e o VP, pressupondo um movimento de topicalização. Um argumento em defesa dessa análise é que Costa Peixoto tentou representar a topicalização com o uso da vírgula. Eu tendo a concordar com a análise de Silva, W. (2020) e acredito que os exemplos em (244) também evidenciam a possibilidade de *hé* possa atuar como um pronome resumptivo, que evidencia o movimento do constituinte para uma posição de topicalização. Mas, para tentar provar que a ponderação de *hé* pode exercer outra função, como marcador pós-nominal, os seguintes argumentos precisariam ser testados e provados como verdadeiros, por meio de um análise sistematizada: (i) a possibilidade de *he* figurar em posição pós-nominal quando o DP está em posição de objeto, o que dificulta compreendê-lo como

tópico, como exemplifiquei em (244b)²⁴³ e (244c); (ii) a possibilidade de ocorrer duas vezes em uma mesma sentença, como exemplifiquei em (244c); (iii) a possibilidade de existir topicalização sem marcação de tópico, como parece ocorrer nos exemplos em (246), a seguir:

(246) a. *nhimatim gamrufi*

nhi ma tim [DP gam] ru fi
 1sg NEG ter balança aqui lugar
 “Eu não tenho aqui balança”

b. *gam matim hã*

[DP gam] ma tim hã
 balança NEG ter NEG
 “Não tenho balança”

(Silva, W., 2020, p. 266 e 269)

Em (246a), *gam*, balança, é complemento do verbo *tim* e é posterior a ele. Em (246b), parece haver topicalização de *gam* para a posição inicial, mas o marcador de tópico, *he*, não é expresso. Cabe ressaltar que, de acordo com Silva, W. (2020), o verbo *tim* utilizado em (246a) e em (246b) não têm o mesmo estatuto. Na primeira sentença, trata-se de um verbo com o sentido de posse, que é transitivo; na segunda sentença, o verbo é intransitivo e tem sentido existencial. Quando o verbo é usado com sentido existencial, o objeto pode anteceder o verbo, fato que ocorre também em (245c), diferenciando-se pelo fato de que a topicalização parece ter sido evidenciada com uma vírgula e com o pronome resumptivo (*he*).

Dos três argumentos apresentados, o segundo e o terceiro parecem ser mais frágeis. Caso a ponderação que fiz de que *hé* pode ser também um item pós-nominal que faz parte da estrutura do DP possa ser comprovada, ainda sim é difícil pressupor que esse item seja um SpM. Essa pressuposição teria de se ancorar na semelhança com as línguas *gbe*, pois o conteúdo informacional do tópico é semelhante ao da especificidade, veiculando informações dadas no contexto ou por pressuposição. Assim, haveria um processo de transferência de traços que possibilitaria e emergência de *he* como um marcador de especificidade pós-nominal. De todo modo, cabe mais investigações para entender qual função semântica que *hé* exerce no DP, caso esteja no DP.

²⁴³ Cabe mencionar que, para Silva, W. (2020), não há segmentação de *hé* do lexema *aguhé*.

Nesta seção, descrevi a estrutura e os usos de SpMs em línguas do subgrupo gbe. Demonstrei que, nessas línguas, há artigos que marcam especificidade e se diferenciam quanto à definitude. Esses determinantes são pós-nominais, sendo realizados após todos os seus modificadores, exceto o marcador de número. Assumi a análise de Aboh (2004 e 2015) de que é necessário ter movimentos do tipo *pied-piping*, por *snowballing*, para que os constituintes tenham a ordem [N–Adj–Nral–Dem]. Em seguida os constituintes são movidos ciclicamente para a posição de SpecNum e SpecTop para licenciar traços de número e de especificidade.

Em seguida, analisei dados da LGM, a koiné registrada no Brasil que emergiu do contato da ecologia linguística aurífera a partir do estudo de Silva, W. (2020). Considerei que é possível que haja um elemento pós-nominal na LGM que tem semelhanças com o que se observa nas línguas gbe. É necessário ter maiores investigações sobre o tema, mas a possibilidade de que esse traço seja realizado LGM fornece pistas mais concretas de que *aí* e *lá* podem ter emergido no PB como resultado do contato linguístico com línguas gbe.

Na seção a seguir, analiso como os SpMs ocorrem nas línguas defoide, como o iorubá. Acredito que, junto com as línguas gbe, também forneceram traços para a emergência de SpMs no PB.

6.2.2 O iorubá e as línguas defoide

Os povos que falam línguas defoides ocupam diversas áreas entre os países atuais de Togo, Benin, Gana e Nigéria. As fontes orais resgatam que são povos que se reconhecem como originados de Ile-Ifé que migraram para outras regiões, daí o termo defoide (èdè (língua) de ifé) (Ogbeifun, 2021). As línguas mais faladas desse grupo são as ioruboides. No entanto, o uso do termo *iorubá* para representar esse contingente populacional é assunto de divergência. De acordo com Johnson (1960 [1921]), os povos iorubás ocupavam diversas cidades que tinham formas administrativas próprias, mas que partilham de uma origem e de linguagem comum. Para Law (1977) e para Adediran (1984), o uso da terminologia para designar uma etnia comum passa a existir apenas no século XX. Antes, os diversos grupos tinham tradições e formações culturais diferentes, não partilhando de uma identidade única e foram caracterizados de muitas formas distintas, como nagô, olúkumi e ketu.

Ogbeifun (2021) registra que a divisão dialetal do iorubá foi assunto de vários estudos, sendo cotidianamente assumida a proposta de que há 5 divisões dialetais: i) do Noroeste, tais como àwòrì, èkó, egbádò, oyo, ònkà, osun, ìbòlo, ìgbómìnà; ii) do Nordeste, como ìyàgbà, ọwe,

ijùmú e oworo; iii) da parte Central, de ife, èkìtì, ìjesà, e mobà; iv) do Sudoeste: sábee, ife (togo) e kétu (ànágó); v) do Sudeste, ìjebú, egba, ìlàjẹ, oṅdó, ikále, owo e obà ìkàre.

As línguas defoide compartilham de características tipológicas semelhantes às línguas gbe, tais como: uso de tons para marcação sintática; são isolantes; têm ordem Nom-Mod; há preferência pela ordem SVO; entre outras, fazem uso de categorias funcionais para marcar foco, tópico e especificidade (Adesola, 2005; Ajíbóyè, 2005). Aboh e Essegbey (2010, p. 1-11) descrevem os diversos estudos que buscaram estabelecer ancestrais comuns entre as línguas kwa, como as línguas gbe, e as variedades de iorubá. Na seção 5.3, apresentei registros de que falares defoide em terras brasílicas ocorreram desde o primeiro momento, mas intensificaram-se a partir do século XVIII.

No âmbito da estrutura nominal, observam-se propriedades semelhantes entre as línguas gbe e defoide, como: o uso de BNs para indicar definitude, indefinitude e genericidade; o uso de SpMs; a posição pós-nominal que modificadores ocupam. Mas, é possível observar que há distinções. Iniciando pelos SpMs, demonstrei em (100), retomado em (247), que no iorubá *kan* e *náà* são pós-nominais e marcam especificidade e saliência, respectivamente.

- (247) a. Mo rí [DP ajá kan]
 Eu vi cachorro DET [-DEF; +ESP]
 “Eu vi um cachorro (específico)”
- b. Mo rí [DP ajá náà]
 Eu vi cachorro MS [+DEF; +ESP]
 “Eu vi um/o cachorro (específico)”

(Ajíbóyè, 2005, p. 185)

Nos exemplos em (247), Ajíbóyè (2005, p. 185-6) caracteriza *kan* como um SpM que é realizado em contexto indefinidos em que não há familiaridade, [-DEF], e *náà* como um marcador de saliência (MS) que ocorre apenas em construções [+DEF], em que o falante e o ouvinte pressupõem a referência, podendo ter sido mencionado anteriormente.

Ajíbóyè (2005, p. 187-93) compara o uso de *kan*, do iorubá, com o uso de *dé*, do gungbe, e observa que há muitas similaridades, pois ambos marcam especificidade em contextos indefinidos. No entanto, *kan* não se opõe a outro determinante de especificidade que marca definitude como ocorre no gungbe, por que: quando o DP é definido, é necessariamente específico também.

Com relação a *náà*, Ajíbóyè (2005) caracteriza algumas diferenças entre o determinante de especificidade das línguas gbe, como é o caso de *ló*, do gungbe, e o MS do iorubá, tais como: (i) a possibilidade de acrescentar leituras em contextos definidos e específicos a depender da focalização do DP; (ii) a possibilidade de coocorrer com pronomes indefinidos em contextos focalizados, ampliando o seu escopo; (iii) a possibilidade de coocorrer com *kan* e com demonstrativos. O autor conclui que *náà*, diferente do determinante pós-nominal das línguas gbe, é um MS.

Iniciando pela capacidade de *náà* acrescentar outras leituras ao DP, Ajíbóyè (2005) lista que há três: (i) de unicidade; (ii) de adição; (iii) de identidade. Represento essas funções em (248)²⁴⁴, a seguir:

- (248) a. [DP Ajá náà] ni ó lè gbó mi.
cachorro MS[+DEF;+ESP] FOC ele capaz latir me
“É o cachorro (específico) o único que pode latir para mim.” [unicidade]
- b. Mo rí [DP ajá náà].
Eu ver cachorro MS[+DEF;+ESP]
“Eu vi o mesmo cachorro (específico).” [identidade]
- c. [DP Ajá náà] rí mi.
cachorro MS[+DEF;+ESP] ver me
“O cachorro (específico) também me viu.” [adição]
- (Ajíbóyè, 2005, p. 201)

Ajíbóyè (2005) descreve que, em (248a), há uma relação de unicidade pressupondo um contexto em que só pode existir um único cachorro que é reconhecido pelo falante e pelo ouvinte. A existência do marcador de foco, *ni*, é responsável pela vinculação da unicidade. Em (248b), o MS é usado para expressar uma relação de identidade, pressupondo que é idêntico a um referente já mencionado anteriormente. Em (248c), o uso de *náà* revela intenção em adicionar uma informação de adição.

Ajíbóyè (2005, p. 207-11) demonstra que, quando o referente é pressuposto como familiar e único, como nomes próprios, *náà* pode coocorrer e atribuir noções distintas a depender da existência do marcador de foco, conforme represento em (249):

²⁴⁴ Além disso, *náà* só pode ser realizado em contextos singulares, demarcando sua leitura como um marcador de saliência como um fenômeno típico de propriedades pragmáticas (Ajíbóyè, 2005, p. 220).

(249) a. [DP Kéhindé náà] wá níbè!

Kéhindé MS_[+DEF; +ESP] be em-lá

Leitura aceitável: “Kéhindé também está lá!” [adição] ou “Kéhindé mesmo está lá!” [identidade]

Leitura não aceitável: de unicidade “Kéhindé é o único que está lá”.

b. [DP Olú náà] ni ó lè pa ajá.

Olú MS_[+DEF; +ESP] FOC ele capaz matar cachorro

Leitura aceitável: “É Olú o único que é capaz de matar o cachorro.” [unicidade] ou “É Olú mesmo capaz de matar o cachorro.” [identidade]

Leitura não aceitável: “Olú também é capaz de matar o cachorro.” [adição]

(Ajíbóyè, 2005, p. 207 e 209)

Em (249a), *náà* coocorre com nome próprio e não há focalização, permitindo duas leituras: de adição e de identidade. Ao coocorrer com nome próprio em um DP focalizado, o MS só pode atribuir leitura de unicidade e de identidade, mas não pode atribuir leitura de adição, conforme representado em (249a). Para Ajíbóyè (2005), as alterações de sentido por meio da focalização é um dos argumentos que permite compreender que *náà* é um marcador de saliência.

Outro argumento demonstrado por Ajíbóyè (2005, p. 212-4) é que *náà* pode coocorrer com pronome indefinido *ɛnikéni* (*alguém*) em contexto em que há focalização, como represento em (250):

(250) a. *[DP ɛnikéni náà] kò sí nílé.

Alguém MS_[+DEF; +ESP] NEG está em-casa

“Ninguém (definido e específico) está em casa.”

b. Òótó ni, [DP ɛnikéni náà] ni ó lè wá.

verdade ser alguém MS_[+DEF; +ESP] FOC ele capaz vir

“É verdade, alguém de todos (específico) pode me atender.”

(Ajíbóyè, 2005, p. 212-3)

Para o autor (2005), em (250a), a sentença é agramatical porque não é possível que um pronome indefinido coocorra com um MS, já que exige contextos definidos e específicos ou com alteração de escopo. No entanto, quando há focalização do DP com o uso de *ni*, é possível que *ɛnikéni* coocorra com *náà*, como exemplificado em (250b). Nesses casos, a interpretação é de que se trata de “alguém de um grupo específico”. Ajíbóyè (2005, p. 212-4) considera que há

uma mudança do domínio do pronome indefinido quando ocorre focalização, deixando de ter escopo amplo para ter escopo restrito.

Por fim, *náà* é considerado como um MS porque pode coocorrer com *kan* e com os demonstrativos, *yíi* ou *yen*, (Ajíbóyè, 2005, p. 215-7), como represento em (251):

(251) a. [NP + SpM + MS] *com focalização*

[_{DP} Ajá kan náà] ni mo rí.

cachorro SpM_[-DEF; +ESP] MS_[+DEF; +ESP] FOC eu vi

Leituras possíveis: “É o mesmo cachorro (específico) que eu vi.” [identidade] ou “É o único cachorro que eu vi.” [unicidade]

Leitura não possível: “É o cachorro também que eu vi.” [adição]

b. [NP + DEM + MS] *com focalização*

[_{DP} Ajá yíi náà] ni mo rí

cachorro DEM MS_[+DEF; +ESP] FOC eu vi

Leituras possíveis: “É esse mesmo cachorro (específico) que eu vi.” [identidade] ou “É esse único cachorro que eu vi.” [unicidade]

Leitura não possível: de adição “É esse cachorro também que eu vi.”

c. [NP + DEM + MS] *sem focalização*

Mo rí [_{DP} ajá yíi náà]

eu vi cachorro DEM MS_[+DEF; +ESP]

Leituras possíveis: “É esse mesmo cachorro (específico) que eu vi.” [identidade] ou “É esse cachorro também que eu vi.” [adição]

Leitura não possível: “É esse único cachorro que eu vi.” [unicidade]

(Ajíbóyè, 2005, p. 215-7)

De acordo com Ajíbóyè (2005, p. 215-7), em (251a), há coocorrência entre o SpM, *kan*, e o MS, *náà*, em contexto de focalização²⁴⁵, indicando uma referência definida e específica. Ao DP é atribuída a leitura de identidade e de unicidade, mas não é possível ter leitura de adição, conforme representado nas traduções. Em (251b), o DEM, *yíi*, coocorre com o MS, *náà*, e o DP é focalizado, podendo atuar com a função de marcar leitura de identidade e de unicidade. No exemplo em (251c), não há focalização e a coocorrência de *yíi* com o *náà* permite leitura definida e específica, podendo indicar leitura de unicidade e de adição. Os exemplos em (251)

²⁴⁵ O SpM, *kan*, e o MS, *náà*, também podem coocorrer sem que haja focalização, tendo os mesmos sentidos observados em (251a).

são capazes de explicitar que *kan* e *náà* são elementos que coocorrem e não ocupam a mesma posição sintática e têm funções diferentes na estrutura nominal. Acrescento que *náà* ocupa a posição final quando coocorre com DEM e com SpM²⁴⁶.

Após demonstrar as propriedades de *kan* e de *náà*, que atuam como SpMs no iorubá, sendo o primeiro um DET e o segundo um MS, para os objetivos desta tese, é importante entender como é a estrutura do DP nessa língua e quais semelhanças e diferenças compartilham com as línguas gbe, por meio da análise de três fenômenos: (i) o uso de BN; (ii) a marcação de plural; (iii) a posição dos modificadores no DP.

Começo pelo BNs que, no iorubá, apresentam semelhanças com o que ocorre nas línguas gbe, podendo ter interpretações ambíguas (genérica, indefinida ou definida). Essa ambiguidade é condicionada a partir de três fatores: o tipo de verbo; a posição sintática; a ligação discursiva (Ajíbóyè, 2005, p. 137-84), como exemplificado em (252).

- (252) a. Tayé fèràn [DP ajá]
 Tayé gostar cachorro
 “Tayé gosta de cachorros (genéricos)”
- b. Tayé rí [DP ajá]
 Tayé ver cachorro [-DEF; -ESP]
 “Tayé viu um cachorro”
- c. Tayé gbé [DP ajá]
 Tayé carregar cachorro [+DEF; +ESP]
 “Tayé carregou o cachorro”

(Ajíbóyè, 2005, p. 3)

Ajíbòyè (2005) demonstra que, em (252a), o DP está em posição de objeto e é interpretado com o sentido genérico porque o verbo é estativo. Quando o BN está em posição de sujeito, não pode ter interpretação genérica se o verbo tiver leitura de estado temporário. Quando o verbo indica um evento, como em (252b), o BN na posição de objeto só pode ser interpretado como indefinido. O uso de BN para indicar uma referência definida, como em (252c), só ocorre se houver um contexto discursivo que permita essa interpretação.

Com verbos estativos, como *fèràn* (gostar), para que haja interpretação indefinida, é necessário que o *kan* seja realizado, como em (253):

²⁴⁶ Ajíbóyè (2005, p. 218-9) propõe que *kan* é um núcleo de D e que *náà* é uma adjunção de DEMP.

- (253) Mo fẹ̀ràn [DP ajà kan]
 Eu gostar cachorro DET [-DEF; +ESP]
 “Eu gosto de um cachorro (específico).”

(Ajíbóyè, 2005, p. 150)

De acordo com Ajíbóyè (2005), em (253), há uma o verbo estativo, *gostar*, que tem como complemento um DP com *kan*, por isso, indica indefinidade e especificidade.

O autor (2005) demonstra que, para que haja leitura genérica com verbos que indicam eventos, é necessário que seja acrescentado um marcador de genericidade (MG), *máa-n*, como em (254):

- (254) a. Mo jẹ [DP egungun]
 Eu comer OSSO [-DEF; -ESP]
 “Eu comi um osso (não-específico)”
 b. Mo máa-n jẹ [egungun]
 Eu GEN comer osso
 “Eu como ossos (genérico).”

(Ajíbóyè, 2005, p. 159)

Em (254a), o autor (2005) evidencia que o BN é realizado após um verbo dinâmico e por isso o DP é interpretado com o sentido indefinido e não específico. Em (254b), é acrescentada a partícula *máa-n*, um marcador de genericidade, e o verbo dinâmico passa a selecionar como complemento um DP com interpretação genérica.

Ajíbóyè (2005 e 2010) demonstra também que, no iorubá, quando há marcação de número, deve ser feito o uso de numerais ou de quantificadores, como representado em (255). Outra possibilidade é fazer uso do pronome de terceira pessoa do plural, que atua como marcador de número, como exemplifico em (256), a seguir.

- (255) a. Mojí rí [DP ejó] lónà oko
 Mojí ver cobra no_caminho fazenda
 “Mojí viu uma cobra / cobras no caminho dela para a fazenda.”
 b. Mo ra [DP iwé pùpó]
 eu comprar livro muitos
 “eu comprei muitos livros.”

- c. Mo ra [DP ìwé méji]
 eu comprar livro dois
 “eu comprei dois livros.”

(Ajíbóyè, 2005, p. 222, 228 e 229)

No iorubá, segundo Ajíbóyè (2005), BNs são ambíguos, podendo ter leitura singular e plural, como representado em (255a). A sentença pode ter duas leituras: como um DP indefinido, não específico (*uma cobra*); ou como plural (*cobras*). Em (255b) e (255c), as sentenças têm sentido plural porque são acrescentados um quantificador, *pùpó*, e um numeral, *méji*, respectivamente. Ambos são pós-nominais.

- (256) a. [DP àwòn iṣu yẹn]
 NUM inhome DEM
 b. [DP iṣu wòn-yẹn]
 inhome NUM_DEM
 c. [DP àwòn iṣu wòn-yẹn]
 NUM inhome NUM_YEN
 “aqueles inhames”

Ajíbóyè (2005) argumenta que, em (256a), o pronome de terceira pessoa do plural, *àwòn*, atua como um marcador de plural dentro do DP e é realizado em coocorrência com o nome, *iṣu*, e o demonstrativo de distância, *yẹn*. O autor (2005) afirma que *àwòn* é pré-nominal, mas sua cópia, *wòn-*, é pós-nominal e pode se afixar ao modificador, como em (256b). Em (256c), NUM é pré-nominal e sua cópia, *wòn-*, não é apagada, mantendo-se afixada ao modificador. A existência de um marcador de plural no iorubá que pode ser pós-nominal ou pré-nominal, tendo duas formas diferentes (*àwòn* e *wòn-*), é uma propriedade que diferencia essa língua das línguas gbe, descritas na seção 6.2.1²⁴⁷.

Ainda com relação às propriedades estruturais do iorubá, como demonstrei em (80d) e (241), retomado como (257), adjetivos, numerais e demonstrativos ocorrem após o nome.

²⁴⁷ Na seção 6.3, retomo as semelhanças e diferenças entre essas línguas para constituir um quadro de traços, buscando sistematizar um quadro com possíveis traços que fizeram parte do banco de traços que possibilitou a emergência de um SpM no PB.

(257) 0 modificadores na esquerda e 3 na direita
N–Adj–Nral–Dem (ex. selepet, iorubá)

(Aboh, 2004, p. 92)

Já exemplifiquei a possibilidade de numerais serem posteriores ao nome, em (255c). Também demonstrei como DEM são posteriores, como em (251a), (251b), (255d) e (256). Em (258), a seguir, exemplifico a posição pós-nominal de adjetivos, estruturas genitivas e relativas.

(258) a. [DP Ajá dúdú] jẹ egungun
cachorro preto comer osso

“O cachorro preto comeu um osso.”

b. [DP ère ti Kúnlé]
estátua GEN Kúnlé

“estátua de Kúnlé”

c. [DP ère tí Kúnlé ni]
estátua que Kúnlé possuir

“estátua que Kúnlé possui”

(Ajíbóyè, 2005, p. 15, 88 e 128)

No exemplo em (258a), Ajíbóyè (2005) descreve que o adjetivo, *dúdú*, é realizado após o nome, *ajá*. Em (258b), o possuidor é pós-nominal e é indicado por um marcador de genitivo que tem tom médio, *ti*, significando que a estátua é de Kúnlé. Em (258c), há uma construção relativa que é pós-nominal, o marcador de relativização é identificado pelo tom alto, *tí*, e indica que Kúnlé possui a estátua. Diante desses exemplos, Ajíbóyè (2005, p. 20) assume a proposta de Aboh (2004) para descrever a estrutura sintática do iorubá, compreendendo que há movimento de *pied-piping*, de sucessivas projeções, caracterizando um *snowballing*. No entanto, cabe fazer uma diferenciação: parece que, apesar das semelhanças, no iorubá, as relativas ocorrem posteriormente ao marcador de especificidade, *kan*, e ocupam a posição final do DP, como exemplifico em (259).

(259) a. [DP Owó náà [C jẹ ti Bùnmi]]
dinheiro MS [+DEF; +ESP] é que Bùnmi

“o dinheiro mesmo que é de Bùnmi”

b. Ó ñ wá [DP àga kan [C tí ó máa ñ jókòó lé]].

ele PROG buscar cadeira DET [-DEF; +ESP] que ele HAB PROG senta ela

“Ele está procurando por uma cadeira (específica) que ele (habitualmente) senta nela”.

(Ajíbóyè, 2005, p. 128 e 189)

Ajíbóyè descreve que as relativas ocupam a posição final do DP, como representado em (259a). O nome ocupa a posição inicial, sendo seguido pelo MS *náà* e pelo verbo *jé* que inicia uma relativa de predicativo do sujeito e a construção relativa é posterior ao MS. De modo semelhante, em (259b), o nome, *àga*, e o DET, *kan*, antecedem à relativa, indicando uma cadeira indefinida e específica que a pessoa está procurando. A possibilidade de relativas ocorrerem depois do SpM é atestada no iorubá, mas não ocorre nas línguas gbe.

Nesta seção, apresentei exemplos de uso de SpMs no iorubá. Descrevi o comportamento de *kan* e de *náà* e demonstrei como Ajíbóyè (2005) fez a comparação com dados das línguas gbe. Enquanto *kan* tem comportamento semelhante à *dé ló*, *náà* é diferente de *ló*, atuando como um MS que é preferencialmente usado em sentenças [+DEF; +ESP], mas pode ocorrer também em sentenças [-DEF; +ESP], alterando o escopo do referente. Com relação às propriedades estruturais do DP, no iorubá, BNs são susceptíveis a fatores que modificam sua interpretação (posição do DP, tipo de verbo, tipo de vinculação discursiva), mas aparentam ter semelhanças com as línguas gbe, pois não são livres para marcar [±DEF; ±ESP]. Com relação aos marcadores de plural, no iorubá, *àwòn* é pré-nominal, porque se move de uma posição mais baixa e deixa vestígio, caracterizando um fenômeno diferente do que é observado nas línguas gbe, que têm um marcador pós-nominal, *lé*. Outra propriedade que tem semelhanças com as línguas gbe é a estrutura do DP, no entanto, as relativas ocupam a posição final enquanto os SpMs são pós-nominais, mas ficam entre o núcleo e a relativa.

Como demonstrei a partir do estudo de Ajíbóyè (2005), as propriedades do sintagma nominal do iorubá em relação aos SpMs apresentam muitas semelhanças, que foram descritas por Aboh (2015) para as línguas gbe.

Possivelmente, o iorubá teve papel importante para a emergência de *ái* e de *lá* como SpMs em contextos indefinidos, visto que as seguintes propriedades que demonstram as semelhanças entre o PB e o iorubá: (i) a realização fonética do SpM para indicar a intenção referencial do falante em denotar uma entidade específica; (ii) a existência de um SpM forte em contextos indefinidos, *kan*, que não pode coocorrer com demonstrativos; (iii) a possibilidade de coocorrência com pronome indefinido, alterando a relação de escopo do indefinido; (iv) a

necessidade de movimento por *pied-piping* de NP e seus modificadores, exceto a relativa, para checagem de traços de especificidade; (v) a posição intercalada do SpM entre a relativa e o NP, podendo ser antecedido pelos demais modificadores do nome.

Como apresentei na seção 5.3, a escravização de falantes de iorubá se tornou quantitativamente mais recorrente nas terras brasílicas a partir do século XVII. Seria possível que já houvesse SpMs antes da vinda dos maiores contingentes populacionais de falantes defoides? Quais pistas poderíamos ter? Se o iorubá teve participação na emergência de SpMs não deveria ter também em outros fenômenos relacionados às interfaces? Nesta tese, não será possível responder a essas questões, mas parecem-me importantes para futuros estudos.

Acredito que compreender a participação das línguas do grupo bantu ajuda a observar como as ecologias de contato que se desenvolveram no Brasil são extremamente complexas, pois as línguas bantu também têm SpMs. Apresento evidências na seção a seguir.

6.2.3 As línguas do subgrupo bantu

O termo bantu é utilizado para descrever um conjunto de mais de 555 línguas faladas²⁴⁸ por uma população superior a 350 milhões de indivíduos (Bostoen e de Velde, 2019). Os falantes de línguas bantu espalharam-se pela parte subsaariana do continente africano ainda no século XI D.C. Há falantes de línguas bantu desde o atual Camarões, à leste, até o atual Quênia, à Oeste, chegando até a África do Sul, totalizando mais de 20 países do continente (Ngunga, 2004). Entre as principais propriedades linguísticas, estão: terem sistema tonal denso (tons altos e baixos); serem línguas aglutinantes; possuírem rico sistema de classes nominais; terem a tendência a ser SVO; terem livre alterações de ordem de constituintes condicionada por propriedades pragmáticas; e, entre outras, terem um padrão de ordem nominal rígido em que o núcleo é seguido por seus modificadores (Ngunga, 2014; Bostoen e de Velde, 2019).

As classificações das línguas bantu são diversas, mas a proposta mais recorrentemente utilizada é de Guthrie (1971)²⁴⁹ que as agrupa em zonas (A, B, C, D, E, F, G, H, K, L, M, N, P, R e S) e subdividem-nas em grupos codificados por dezenas (10, 20, 30), com base em critérios genealógicos e geográficos. São organizadas em unidades levando em consideração a

²⁴⁸ Existem variações no número de línguas bantu conforme métodos utilizados por diferentes estudos. Enquanto Guthrie (1971) menciona 440 línguas, Maho (2003) aponta 660, e assim por diante. Essas divergências surgem por causa da emergência de novas línguas e da complexidade em distinguir entre línguas e dialetos. (cf. Bostoen e de Velde, 2019).

²⁴⁹ Ngunga (2014) e Philippon e Grollemund (2019) demonstram algumas arbitrariedades na proposta de Guthrie (1971), como o fato de estabelecer algumas zonas extremamente heterogêneas como partes de uma mesma origem genealógica, como, por exemplo, as línguas da zona S.

compreensão mútua (11, 12, 13), podendo incluir números ou letras em maiúsculo para distinguir variações.

No que tange às propriedades nominais e a relação com a interface discursiva das línguas bantu, há diversos estudos sobre o uso de um aumento (ou pré-prefixo (PPF)) ²⁵⁰ que pode marcar definitude e especificidade (Bokamba, 1971; Hyman e Katamba, 1993; Katamba, 2003). Mas, outros estudos tentam demonstrar que o PPF é usado quando há intenção do falante marcar apenas especificidade (de Velde, 2019; Choti, 2021)²⁵¹.

Blois (1970, p. 96), Progovac (1993, p. 255-8), Hyman e Katamba (1993, p. 210-24), Katamba (2003, p. 107), Kimambo (2016, p. 42-44), de Velde (2019, seção 3), Choti (2021, p. 60), e Ndomba e Chipalo (2021, p. 42) demonstram que várias línguas do subgrupo bantu fazem uso de PPF, como dzamba (C322), kinande (JD42), hunde (JD51), rundi (JD62), runyambo (JE21), haya (JE22), massaba (JE31), ekegusii (JE42), nata (JE45), kagulu (G12), nyiha (M23B), nyakyusa (M31A), bemba (M42), tonga (M64), entre outros, zulu (S42)²⁵². Nos exemplos em (260), do dzamba, e em (261), do luganda, demonstro o uso de PPF²⁵³.

(260) a. Moibi anyɔlɔki ondaku.

[DP mo-ibi [-DEF]] a-nyɔ-lɔki ondaku

C11-chefe entrou em-casa

“Um chefe entrou na casa.”

b. Omoibi anyɔlɔki ondaku

[DP o-mo-ibi [+DEF]] a-nyɔ-lɔki ondaku

PPF-C11-chefe entrou em-casa

“O chefe entrou na casa.”

(Bokamba, 1971, p. 220)

²⁵⁰ Katamba (2003, p. 107-8) diverge das análises que consideram o PPF como um artigo. Para ele, trata-se de uma caracterização errônea, pois, diante de sua variabilidade de usos não pode ser entendido como um artigo definido como fazem alguns estudos que tentam comparar com as línguas europeias.

²⁵¹ Em um caminho diferente, Ström e Miestano (2020) argumenta que as propriedades semânticas de PPF podem variar de uma língua para outra, como é o caso do subgrupo Nguni (S40), que aparenta não ter marcação de especificidade e nem de definitude.

²⁵² De acordo com de Velde (2019, seção 3.3), as línguas do grupo bantu que não têm PPF são, principalmente, as faladas nas zonas Noroeste, possivelmente das zonas A, B e C. Segundo o autor (2019), parece que a existência do aumento em dzamba é resultado de uma inovação. Diante da presença constante de PPF nas línguas bantu, alguns estudos tentam traçar como o fenômeno foi representado fonologicamente no proto-bantu (cf. Blois, 1970; e de Velde, 2019).

²⁵³ Nos exemplos das línguas bantu, os tons foram usados conforme os autores representam. Na primeira linha, indico a construção sem a separação morfológica, na segunda linha, expresso a separação morfológica e o DP e, na terceira linha, a glosa dos exemplos. Represento o PPF (ou aumento) com a sigla, as classes com o número (C11 = classe 1) e os numerais com NUM.

Bokamba (1971) analisa os usos do aumento em dzamba e considera que sua ausência, em sentenças negativas não topicalizadas, torna o DP indefinido e não específico, como em (260a), enquanto a presença marca definitude e especificidade, como em (260b). Além disso, os DPs com PPF são topicalizados e, quando são realizados com adjetivos ou com relativas, marca definitude e especificidade.

Para Hyman e Katamba (1993) e Katamba (2003), PPF marca definitude e especificidade, como representado por meio do uso de negação e de demonstrativos, em (261), da língua luganda:

(261) a. Tèbááwà báànà bítábó

tè-bááwá [DP (*a-)bá-ànà (*e-)bítábó [-DEF; -ESP]]

NEG-eles-deram (*PPF-)C12-criança (*PPF-)C12-livro

“Eles não deram livros infantis nenhum.”

b. Yàgúlà bitábó (bìnó)

yà-gúlà [DP bì-tábó (bì-nó)]

ele-comprou C18-livro (C18-esse)

“Ele comprou (esses) livros.”

(Hyman e Katamba, 1993, p. 224)

Hyman e Katamba (1993) analisam as propriedades morfossintáticas do PPF em luganda e demonstram que DPs sem PPF só podem ocorrer em sentenças com negação, como em (261a), tendo o sentido de “nenhum”, [-DEF; -ESP]. Outra opção é verificada em contexto de focalização, podendo coocorrer com demonstrativos²⁵⁴, como exemplifiquei em (261b) com sentido definido e específico.

Com relação às propriedades morfossintáticas, Katamba (2003) observa que o PPF sempre antecede o nome e pode variar em classe, como em (262), a seguir:

(262) a. Òmúlimi ómúnéné ómúkâddé ómû agenda!

[DP ò-mú-límí ó-mú-néné ó-mú-kâddé ó-mû] à-Ø-gênda

PPF-C11-fazendeiro PPF-C11-gordo PPF-C11-velho PPF-C11.NRAL ele-PRES-ir7

“O fazendeiro velho gordo, ele está indo!”

²⁵⁴ PPF apenas ocorre com demonstrativos que indicam proximidade do ouvinte (Hyman e Katamba, 1993).

a'. *Múlimi múnéné múkâddé ómû agenda!

[_{DP} mú-limi mú-néné mú-kâddé ó-mû] à-Ø-gênda
 C11-fazendeiro C11-gordo C11-velho PPF-C11.NRAL ele-PRES-ir

b. ênkóbé énnéné énkâddé émû égênda!

[_{DP} è-nkóbé é-n-néné é-n-kâddé é-mû] é-Ø-gênda!
 PPF-C19-babuíno PPF-C19-gordo PPF-C19-velho PPF.C19-NRAL ele-PRES-ir

“O babuíno gordo velho, ele está vindo!”

(Katamba, 2003, p. 107 e 108)

Katamba (2003, p. 107 e 108) afirma que o PPF *ò-* (~*é-*) não pode ser comparado com um artigo e é usado para estabelecer relações de foco, de definitude e de especificidade, como representado em (262a). Cabe ressaltar que o PPF antecede todos os elementos do DP, com uma cópia de tom alto, e que a ordem do DP é [PPF NP ADJ NRL DEM]. Quando o PPF é realizado apenas no numeral, a sentença se torna agramatical, como em (262a'). Em ganda, na classe 9, o PPF assume outra forma, *é-*, como representado em (262b).

A noção de que o PPF marca definitude é mais controversa do que a possibilidade de marcar especificidade. Para de Velde (2019, seção 3.2.4), boa parte das descrições das línguas bantu realiza a tradução dos exemplos em francês ou em inglês, tratando como um fenômeno que ou marca definitude ou pode marcar definitude ou indefinitude. Mas, faltam evidências de que PPF marque definitude. “O papel do aumento como um marcador de especificidade (ou referencialidade) em línguas nas quais substantivos sem aumento podem contrastar com substantivos aumentados foi demonstrado de forma mais convincente” (de Velde, 2019, seção 3.2.4). Para o autor, a diferença de sentido causada pelo uso da negação, como representado em (261a) e em (261b), é um argumento que comprova que PPF marca especificidade.

Givón (2001) considera que, na verdade, PPF marca especificidade, como representado em (263), com dados do bemba.

(263) a. aafwaayile ukusoma icitabo.

a-a-fwaay-ile u-ku-soma [_{DP} i-ci-tabo]
 PPF-ela-querer-PAS PPF-C115-ler PPF-C17-livro

“Ela queria um/o livro para ler (específico).”

b. aafwaayile ukusoma icitabo.

a-a-fwaay-ile u-ku-soma [DP ci-tabo]

PPF-ela-querer-PAS PPF-CI15-ler CI7-livro

“Ela queria um livro para ler (não-específico).”

c. taaasomene icitabo.

ta-a-a-som-ene [DP i-ci-tabo]

NEG-PPF-ela-ler-PAS PPF-CL7-livro

“Ela não leu o livro.”

*“Ela não leu um livro.”

d. taaasomene icitabo.

ta-a-a-som-ene [DP ci-tabo]

NEG-PPF-ela-ler-PAS CL7-livro

“Ela não leu um livro (não-específico).”

(Givón, 2001, p. 453-4)

Givón (2001) analisa que PPF marca especificidade, pois seu uso em sentenças declarativas afirmativas permite a leitura de uma referência específica que pode ter leitura definida ou não, conforme representado em (263a). Se a sentença estiver na negativa, como em (263c), PPF é introduzido com a intenção de denotar uma entidade definida e específica. Quando não é realizado no DP, como em (263b) e (263d), o DP é indefinido e não-específico. Para Givón (2001, p. 443-7), PPF é um SpM, podendo ter leitura definida ou não, a depender do contexto sintático.

Outro estudo que aponta importante evidência de que há marcação de especificidade com o uso de PPF é o de Choti (2021). Partindo da compreensão de Lyons (1999) de que a especificidade está relacionada ao conhecimento do falante e ocorre em contextos indefinidos, o autor (2021) analisa dados de haya e de ekegusii e demonstra que o PPF pode ocorrer em diversos tipos de construções nominais, como em coocorrência com genitivos, com nomes compostos, com modificadores como adjetivos, relativas e pronomes. No entanto, não é possível fazer uso de PPF em: (i) construções nominais em que há coocorrência com nome próprio e com nome relacional único (mãe, pai); (ii) construções nominais com a classe de palavras locativas ou temporais; (iii) sentenças interrogativas; (iv) vocativos; e (v) e em provérbios. Represento os usos de nomes relacionais, de interrogativas e de negação com topicalização, nos exemplos de (264) a (266), dados da língua haya:

- (264) ausência de PPF em coocorrência com nomes próprios
- a. tata
pai
- b. *o-tata
PPF-pai
“pai”
- (265) ausência de PPF em interrogativas
- a. Mwana ki?
mw-ana ki
C11-criança qual
- b. *Omwana ki?
o-mw-ana ki
*PPF-C11-criança qual
“Qual criança?”
- (266) presença de PPF com topicalização em sentença negativa
- omwana takaimukile
[DP o-mw-ana] takaimukile
PPF-C11-criança ela-não-PAS-acordar
“A criança, ela não acordou.”

(Choti, 2021, p. 54, p. 64-6)

Choti (2021, p. 62) defende que PPF é um marcador de especificidade com base nos seguintes argumentos: (a) impossibilidade de ser usado em contextos como vocativos ou sentenças com coocorrência de nomes próprios e de nomes relacionais únicos (pai, mãe), que são inerentemente específicos e definidos, como exemplificado em (264b); (b) impossibilidade de ser usado em sentenças interrogativas, que exigem que o falante não conheça a referência, como em (265b); (c) possibilidade de ocorrer em sentença negativa com a topicalização do DP; nesse contexto, a negação opera apenas sobre a referência, como em (266), em que o DP tem sentido [-DEF; +ESP], diferente do que se observa em (261a) quando o DP tem sentido [-DEF; -ESP]. Concordo com a análise de Choti (2021) de que PPF é um SpM e o exemplo em (264) fornece uma evidência para comprovar esse argumento²⁵⁵.

²⁵⁵ Tomando como base Giusti (1997), Choti (2021, p. 78-80) considera que PPF é, na verdade, um DET que marca especificidade, pelas seguintes razões: (a) é dependente no nome e, nas línguas bantu, é afixado; (b) é fonologicamente fraco e assume a forma de um monossílabo; (c) tem poucas formas para singular e plural; (d)

Como demonstrei na seção 5, o vínculo bilateral entre as duas margens do Atlântico, que perdurou por mais de três séculos, foi responsável pelo deslocamento forçado de enorme contingente populacional de escravizados sequestrados para as terras brasílicas, principalmente de falantes de línguas do grupo bantu. Possivelmente, poucos falantes de luganda, de kinande, de kagulu e, entre outras, de nata foram sequestrados e trazidos para o Brasil. O vínculo mais duradouro foi com África Central, mais especificadamente, nos territórios que hoje fazem parte de Angola e do Leste da República Democrática do Congo. Há registros históricos da presença de africanos no Brasil que eram falantes de línguas bantu, principalmente, quimbundu (H20), kicongo (H10) e umbundo (R10).

A partir da classificação de Hammarström (2019), o grupo quimbundo tem quatro unidades distintas: I - H21, com duas (sub)variedades inteligíveis, quimbundu (ou mbundu): (H21A) e kimbamba (ou njinga) (H21B)²⁵⁶; II - H22, kisama; III - H23, kibala (ou libolo) e haka; e IV - H24, songo. O grupo kicongo é mais numeroso e é composto por 6 unidades: I - H10, que tem duas principais variedades, kituba (ou kikongo-kituba²⁵⁷) (H10A) e monokutuba (H10B); II - H11, bembe, kenge e yari e mais as subvariantes ghangala (H111), kamba (H112A) e dondo (H112B); III - H12, vili; IV - H13, kunyi e a subvariante sunde (H131); V - H14, yombe, kakongo e ndingi; VI - H15, mboka e cimbalá; VI - H16, com as variedades kisicongo (H16A), manyanga (H16B), bwende (H16E), laadi (H16F), zombo e mpangu (H16H). As línguas umbundo pertencem a outra zona, na parte ao sul de Angola, e é dividida em três agrupamentos: I - R11, umbundo (ou m'bundo ou ovimbundu); R12 - ndombe; R13 – nyaneka e mwila; R13 - khumbi (ou nkumbi), que comporta duas subvariantes, ndongwena (R215) e kwankwa (R216).

Desde o início do contato com esses povos, os portugueses documentaram e registraram costumes, hábitos e suas línguas. O processo de registro gráfico da língua já tinha sido feito por viajantes, principalmente topônimos, antropônimos, títulos honoríficos e termos religiosos. Durante o processo de ocupação territorial, jesuítas, capuchinhos e outras irmandades católicas receberam terras e dízimos. A atividade de catequização era feita com o auxílio da língua, sendo necessária sua descrição. Ainda que haja registros, são poucos os estudos dedicados à sistematização e à análise linguística tendo o prisma de abordagens contemporâneas. O que se

varia em número e em gênero (ou classe); (e) é usado para marcar especificidade e artigos não necessariamente marcam definitude.

²⁵⁶ Angenot, Kempf e Kukanda (2011) listam nove principais variedades do quimbundo (H21): mbaka; ntemo; puna; jinga; kadi; mbamba; sende; dembo e lwangu.

²⁵⁷ Mufwene (2001) caracteriza o kikongo-kituba como uma variante que emerge do contato com portugueses no continente africano.

pode afirmar é que essas línguas compartilham de semelhanças estruturais e têm PPF (Chatelain, 1889; Blois, 1970; Sommer, 2003).

As línguas principais com que o kimbundu confina – o kixikongo ao norte, as línguas kioko e luanda ao leste e umbundo ao sul – não são, por consequência, tão diferentes d’ele e entre si (...). Observámos, porém, que as línguas com que o kimbundu tem mais analogia, são os seus vizinhos imediatos, o kixicongo, (...) e o umbundo, (...) e o kinyika (...) (Chatelain, 1889, xiv do Prefácio).

Chatelain (1889) demonstra que, no quimbundo, *o* antecede os nomes de todas as classes nominais, como exemplifico em (267):

(267) a. Batulenu o mienge

batul-enu [DP O-mi-enge]
cortar-IMP-PLU PPF-C14-cana de açúcar
“Cortem as canas de açúcar.”

b. Zangula o inama.

zangul-a [DP O inama]
levantar-IMP-PLU PPF-C16-perna
“Levante as pernas.”

(Chatelain, 1889, p. 2)

Chatelain caracteriza *o* como um artigo e traz vários exemplos sobre seu uso como em (267a), em que antecede *mienge* (canas de açúcar), e em (267b), em que antecede *inama* (pernas). Diante de classes diferentes, *o* é invariável.

No kixicongo, também há PPF, conforme demonstro em (268).

(268) a. omuntu

o-mu-ntu
PPF-C11-pessoa
“pessoa”

b. edinkondo

e-di-nkondo
PPF-C15-banana
“bananas”

(Blois, 1970, p. 101)

No kisicongo, o PPF é variável, podendo ter uma forma com *o*, para a maioria das classes, e outra forma com *e*, na classe 6. Para Blois (1970, p. 114), PPF marca definitude, mas o autor reconhece o uso de PPF em contextos indefinidos²⁵⁸. Com usos de dados de Ndonga (1995, p. 436), Pal e Araujo (2015) demonstram que, no kisicongo, a existência de PPF é responsável também pela atribuição de foco, como exemplificado em (269):

(269) a. òmwán(á) òléléè.

[DP ò-mw-án(á)] ò-léléè

PPF-C11-criança ela-dormir-PERF

“A criança dorme.”

“É a criança que dorme.” (Lit: “Uma criança dorme.”)

(Ndonga, 1995, p. 436)

Pal e Araujo (2015) descrevem que, no kissicongo, ao fazer uso do PPF, o falante demarca uma entidade definida e específica, conforme representado em (269a). Quando não há uso de PPF, o DP é focalizado, tendo uma leitura de informação nova que foi acrescentada, portanto, uma leitura indefinida.

No umbundo, de acordo com Sommer (2003), há PPF, como demonstrado em (269), a seguir.

(270) a. o úmútu

o-ú-mú-tu

PPF-C11-pessoa

“a/uma pessoa”

(Sommer, 2003, p. 570 e 571)

No exemplo em (270), de acordo com Sommer (2003, p. 570 e 571), o aumento *o-* no umbundo é invariável antes de consoantes e, antes de vogais, recebe um tom flutuante.

Seria possível pressupor que PPF marca especificidade? Diante das discussões e dos dados apresentados nesta seção, assumo que PPF atua como um SpM nas línguas bantu, tal como tem sido discutido na literatura sobre o tema (Givón, 2001; de Velde, 2019; Choti, 2021).

²⁵⁸ O autor (1970, p. 132) demonstra que em luganda, em shi, em ruindi e em xhosa, há uso de PPF em contextos indefinidos, como em *Banpa erikabo* (“Eles me deram um presente”), do luganda.

Assumo que a análise feita do uso de PPF como SpM para o bamba e para o haya, respectivamente nos exemplos de (263) a (266), também se aplica para dados do quimbundo, do kisicongo e do umbundo, em (267), (268) e (270)), respectivamente. Considero que essa generalização pode ser feita porque são línguas que têm características tipológicas parecidas e estiveram em contato entre si muito antes da chegada de europeus. Ressalto que outras propriedades precisam ser melhor investigadas para entender a relação do PPF com outros itens do DP, como: (i) a possibilidade de coocorrência com DEM; (ii) a leitura do DP quando não há PPF, que parece indicar leitura indefinida e não-específica. Se já é difícil fazer uma afirmação categórica sobre o status desses elementos tomando como base os estudos contemporâneos, mais difícil ainda é caracterizar o uso deles diacronicamente. Na gramática do quimbundo, de Dias (1667, p. 33), há menção à existência de um PPF que é descrito como um som gutural, mas o autor não desenvolve a caracterização e, a partir dos exemplos, é difícil depreender alguma análise passível de teste sobre as relações semânticas e pragmáticas.

Observo que as línguas bantu apresentam semelhanças em relação às línguas gbe e às línguas defoide, tais como: (i) a estrutura do DP é semelhante entre as línguas, em que o núcleo nominal ocupa a posição inicial e os demais modificadores são pós-nominais, caracterizando a existência de movimentos do tipo *pied-piping*; (ii) é possível que o SpM coocorra com demonstrativo. Entre as diferenças, estão: (i) o fato de serem línguas aglutinantes; (ii) a inexistência de marcadores de número com lexemas separados.

Com relação às propriedades sintáticas do PPF, nos exemplos de todas as línguas bantu, de (261) a (270), ocupa sempre a primeira posição, ao contrário do que ocorre nas línguas gbe e no iorubá. Por quê? Em primeiro lugar, acredito que as línguas bantu fornecem evidência de que o traço é tão forte e tão competitivo como nas línguas gbe e nas línguas defoide, já que é concatenado em uma posição fixa no DP, no caso das línguas bantu, é sempre pré-nominal. Em segundo lugar, diferente das línguas gbe e das línguas defoide, não ocorre o movimento de uma projeção para SpecTopP porque os seus traços são licenciados de outra forma. Qual? Possivelmente o PPF é gerado na posição mais abaixo e se move, por *snowballing*, junto com as projeções de modificadores, por fim sendo extraído e concatenado para a posição de Top°. Uma evidência em defesa de que há movimento é porque, em algumas línguas, essa cópia é apagada, como no quimbundo, em (267), no kissicongo, em (268), e no umbundo, em (270); enquanto em outras, como o luganda, em (261b), (262a) e (262c), ela é mantida; (ii) é concatenado diretamente em Top° e realiza o licenciamento de seu traço por sonda e as cópias são representações da força desse traço e por isso concordam com o núcleo nominal. Não é meu

intuito desenvolver sobre o tema nesta tese, porque entendo que é necessário realizar maiores investigações.

Na seção 6.2, realizei a exposição de dados de línguas nígero-congolesas do subgrupo gbe, do iorubá, pertencente ao subgrupo defoide, e do subgrupo bantu. Nas línguas gbe e no iorubá, há evidências e estudos da existência de SpMs que atuam como determinantes ou como MS em posição rigidamente pós-nominal (Ajíbóyè, 2005; Aboh, 2004 e 2015). A presença desses SpMs possibilita que traço seja marcado positivamente, podendo ter oposição de relações de definitude. São marcadores invariáveis e com propriedades semânticas e discursivas. Em seguida, demonstrei estudos e análises que consideram que, em línguas do subgrupo bantu, há um SpM que pode ser variável ou não, ocupando a posição pré-nominal (PPF), que antecede os demais modificadores (Givón, 2001; De Velde, 2019; Choti, 2021). Parece que sua presença tende a demarcar uma entidade específica. Acredito que essa generalização pode ser ampliada para as línguas do subgrupo bantu que foram faladas no Brasil, principalmente o quimbundo, o kicongo e o umbundo, pois também têm um SpMs pré-nominal. Na seção a seguir, discuto os resultados aqui listados e traço um quadro comparativo com dados do PB e das línguas africanas, tendo como suporte a proposta de Aboh (2015) de que traços relacionados a interfaces são mais fortes e tendem a ser selecionados.

6.3 A EMERGÊNCIA DE AÍ E LÁ COMO MARCADORES DE ESPECIFICIDADE NO PB A PARTIR DO CONTATO LINGUÍSTICO COM LÍNGUAS AFRICANAS

Iniciei a Seção 6 com a questão que orientou a análise desenvolvida aqui, a saber “Como *aí* e *lá* emergem como marcadores de especificidade em contextos indefinidos no PB?”. Assumi o caminho de tentar explicar a emergência do fenômeno como resultado do contato com línguas africanas que foram faladas no Brasil. Nesta seção, começo fazendo uma retomada dos temas discutidos e construo sínteses para atingir uma adequação explicativa. Em seguida, reorganizo a questão que me guiou em outras três: (i) “Por que SpMs emergem no PB?”; (ii) “Por que *aí* e *lá*?”; (iii) “Por que em contextos indefinidos?”. Ao responder essas questões, apresento os limites e os caminhos para futuros estudos.

Iniciei a seção 6.1 apresentando a crítica aos pressupostos excepcionalistas da emergência de gramáticas em contexto de contato, tomando como referência os estudos de Mufwene (2001, 2002 e 2008), de DeGraff (2003, 2005), de Ansaldo e Matthews (2007), de Aboh (2015) e de Aboh e DeGraff (2017).

Em um primeiro momento, descrevi a hipótese da competição e da seleção, de Mufwene (2001), apresentando conceitos como *feature pool* e convergência. Em seguida, fiz a exposição das adaptações de Aboh (2015), demonstrando que os traços mais competitivos estão relacionados a interfaces. Como evidências, no HC e no SC, houve a emergência de SpMs em contextos definidos, que compartilhavam de distinções com relação à posição sintática e à fusão com marcador de número. Essas diferenças podem ser explicadas pelos fatores ecológicos, tanto de ordem externa quanto interna à língua. A descrição de dados do HC e do SC foi feita por Aboh (2015) e é importante para traçar um quadro comparativo com a emergência de SpMs no PB.

Na seção 6.2, demonstrei que as línguas faladas por africanos escravizados no Brasil marcam a especificidade por meio de categoria funcional que precisa ser fonologicamente realizada. Essa ocupa a posição de Top^o. Entre as evidências estão: i) a existência de traços sintáticos-discursivos; e ii) a posição rigidamente fixa no DP, podendo ocupar o final do DP, como nas línguas gbe e no iorubá, ou o início, como nas línguas bantu.

Conforme demonstrei, as línguas gbe, defoide e bantu compartilham de mais semelhanças do que de diferenças com relação à estrutura nominal. Entre as semelhanças, estão: (i) o uso de BN para atribuir noções genéricas; (ii) a restrição de uso de BN para leituras [_{±DEF}; _{±ESP}]; (iii) a representação fonológica de SpMs em contextos [_{±DEF}]; (iv) a inexistência de artigos indefinidos que têm correspondência com o numeral *um*; (v) a inexistência de artigo definido; (vi) a impossibilidade de SpM se fundir com artigo definido; (vii) demonstrativos são pós-nominais e não são marcados para especificidade; e (viii) a ordem do DP [N - ADJ - NRAL - DEM - REL], sendo necessário movimento de *pied-piping*. As línguas do grupo bantu se diferenciam das línguas gbe e do iorubá porque são línguas aglutinantes, têm um PPF que antecede o N e os modificadores, não têm um marcador de plural separado, sendo aglutinado ao N e não foi possível compreender se DEM marca definitude. As línguas gbe se diferenciam do iorubá e das línguas bantu porque o marcador de número é posterior ao nome e ao SpM e porque a construção relativa ocupa a posição intermediária entre o SpM e o N.

Na análise realizada por mim sobre o PB, nas seções 3 e 4, demonstrei que: (i) BNs são usados em contextos genéricos e podem, contextualmente, ter leitura [_{±DEF}; _{±ESP}]; (ii) *ái* e *lá* são SpMs usados em contextos indefinidos; (iii) artigo definido e demonstrativo tendem a marcar definitude; (iv) a ordem do DP é antecedita pelo determinante, possessivos, e adjetivos podem ser pré-nominais e pós-nominais, enquanto as relativas ocupam a posição final do DP; (v) na coocorrência com *ái* ou com *lá*, SpMs, a relativa ocupa a posição final e todos os outros modificadores se movem para a posição anterior, exceto quando há focalização. Caracterizei

como um movimento do tipo *pied-piping*, que ocorre dentro do domínio do DP. Esse tipo de construção não parece ser comum em línguas românicas.

No Quadro 10, a seguir, sistematizo os resultados analisados nesta seção e reúno também os dados do Quadro 1 e do Quadro 3 relacionados ao PB.

QUADRO 10: Uso de SpMs e suas propriedades sintáticas nas línguas gbe, nas línguas defoide e nas línguas bantu²⁵⁹

Contextos de realização de SpMs e propriedades	Línguas doadoras			Gramáticas emergentes		
	GUN	IOR	QUIM	PB	HC	SC
Uso livre de BN em NP genérico	+	+	+	+	+	+
Uso livre de BN em NP específico (in)definido	-	-	+ ¹	- ²	+	+
SpM definido	+	+	+	-	+	+
SpM indefinido	+	+	+	+	-	-
Numeral <i>um</i> marca indefinido específico	-	-	-	+	+	+
Artigo marca definitude	-	-	-	+	-	-
Demonstrativo marca definitude e especificidade	-	-	-	+	-	-
SpM definido é fundido com marcador de número	-	-	-	+	-	+
Marcador de plural separado	+	+	-	-	+	-
SpM singular antes do N	-	-	+	-	-	+
SpM plural antes do N	-	-	+	-	-	+
N antes do SpM (singular)	+	+	-	+	+	-
N antes do SpM (plural)	+	+	-	+	-	-
N antes do marcador de número	+	-	-	-	+	-
N antes do SpM que precede o marcador de número	+	-	-	-	% ³	-
Sentença relativa antes de SpM (singular)	+	-	-	-	+	-
Sentença relativa antes de marcador de número	+	-	-	-	+	-

²⁵⁹ As línguas do subgrupo gbe estão representadas pelo gungbe (GUN); as línguas do subgrupo defoide, pelo iorubá (IOR); e as línguas do subgrupo bantu, pelo quimbundo (QUIM). A marcação de traços do GUN, do HC e do SC foi feita por Aboh (2015, p. 190-1).

Sentença relativa antes de SpM que precede um marcador de número	+	-	-	-	? ⁴	-
SpM (sing/plur) antes de relativas	-	+	+	+	-	+
Adjetivo antes de N	-	-	-	+ ⁵	+	+
N antes de Adjetivo	+	+	+	+	+	+
Numeral antes de N	-	-	-	+	+	+
Numeral depois de N	+	+	+	-	-	-
Demonstrativo antes de N	-	-	-	+	-	+
Demonstrativo depois de N	+	+	+	-	+	+
Possessivo antes de N	-	-	-	+ ⁶	-	+
Possessivo depois de N	+	+	+	+ ⁷	+	-

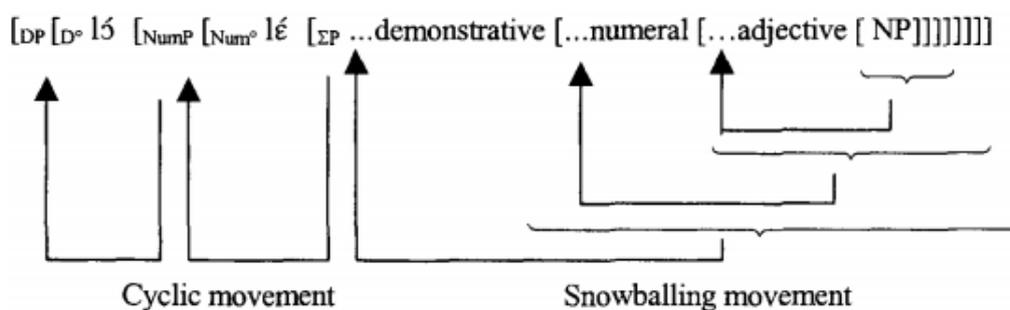
Fonte: Elaboração do autor com base em Aboh (2015, 190-1).

Legenda: 1 - exceto em negativas; 2 – com exceção de contexto existencial; 3 – representação de Aboh (2015) para indicar que há variação; 4 – representação de Aboh (2015) para indicar dúvida; 5 - apenas adjetivo qualificativo; 6 - apenas com artigo definido; 7 - em coocorrência com artigo indefinido, com demonstrativo e com pronomes indefinidos.

Diante desse quadro, **por que *aí e lá* emergem como SpMs no PB?** Defendo que esse processo ocorre a partir dos seguintes argumentos:

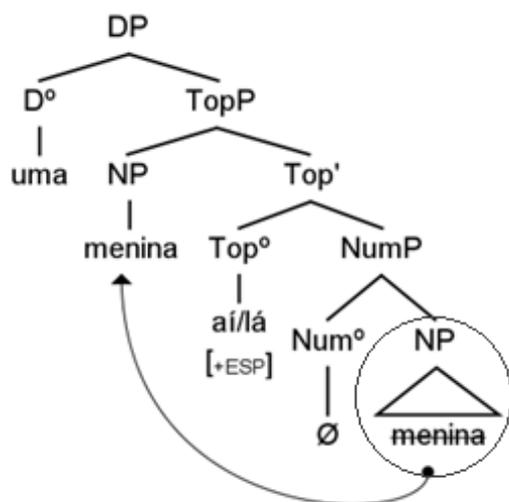
- a) O primeiro argumento é de ordem histórica. O PB emergiu como resultado de contato com línguas africanas, indígenas e europeias em um contexto de multilinguismo complexo que perdurou mais de três séculos bilaterais. Entre as línguas africanas faladas nas terras brasílicas, as principais foram as línguas bantu, as línguas gbe e as línguas defoides.
- b) O segundo argumento está relacionado à descrição. Dois fatores foram analisados nas línguas analisadas, um relacionado às propriedades semânticas e pragmáticas e outro, às propriedades sintáticas. Nas línguas africanas analisadas e no PB, há categorias funcionais que são fonologicamente expressas no DP pelo falante com intenção de denotar uma entidade ancorada no universo do discurso. Caracterizei esses elementos como SpMs e reconheci que podem ter formas descritivas diferentes a depender da língua (artigo, pré-prefixo, morfema, etc). Com relação às propriedades sintáticas, corroboro com a análise de Aboh (2015) de que SpMs ocupam a posição de Top° e amplio essa análise para o iorubá, para as línguas bantu e para o PB. Para licenciar o traço, há duas estratégias: I) ou licenciamento por movimento do SpM em todas as projeções até Top° ou por sonda, como parece ocorrer nas línguas bantu; II) ou por operação de *pied-piping* de todas as projeções de concordância para o SpecTopP, como caracterizado para as línguas gbe, em (242), retomado como (271), para o iorubá e para o PB, em (199), retomado como (272).

(271)



(Aboh, 2004, p. 94)

(272) [uma menina aí/lá]



- c) O terceiro argumento é de âmbito teórico-metodológico da literatura de contato linguístico. Defendo que a expressão de especificidade por meio de sua representação fonológica é um fenômeno relacionado à interface sintático-discursiva e por isso tende a ser selecionada no processo de competição e de seleção característico de ecologia de contato de línguas tipologicamente distintas (podendo não o fazer por condições ecológicas externas). A emergência de SpMs no HC e no SC são evidências desse processo (Aboh, 2015). O PB também emerge como resultado de situação de contato de línguas tipologicamente distintas e houve a seleção do traço forte de Top° que exige a expressão fonológica de uma categoria funcional da especificidade.
- d) O quarto, é comparativo, observando as semelhanças entre o PB e as línguas africanas. Defendo que as propriedades de *aí* e de *lá* como SpMs no PB são semelhantes ao que ocorre nas línguas gbe, no iorubá e nas línguas bantu, porque têm categorias funcionais para expressar especificidade. Nas línguas gbe, no iorubá e no PB, há SpMs em contextos indefinidos e há necessidade de ocorrer operação de *pied-piping* para a posição de SpecTopP. No PB e no iorubá, os SpMs antecedem as construções relativas e podem coocorrer com pronomes indefinidos, alterando o escopo do pronome indefinido. As línguas bantu, possivelmente, pela amplitude do contato nas terras brasílicas forneceram padrões importantes para constituição do DP no PB, tais como o uso de BNs e de reforçadores. As primeiras gramáticas híbridas, hipoteticamente, partilhavam de padrões da interface sintático-discursiva que, com a ampliação do contato com falantes de iorubá e de línguas gbe, permitiram

a emergência de SpMs. O resultado dos primeiros contatos linguísticos, portanto, formaram uma base importante para a emergência de SpMs em um momento posterior.

A segunda questão a ser respondida é “**Por que *aí* e *lá*?**”. Defendo que, na emergência do PB, a forma fonética de *aí* e de *lá* é reestruturada como SpM e passa a ocupar a posição de Top° porque têm propriedades relacionadas a interfaces fono-morfológica e sintático-discursiva.

Em primeiro lugar, *aí* e *lá* têm semelhanças fonológicas com SpMs das línguas gbe (*lɔ* e *dɛ*), do iorubá (*náà*²⁶⁰ e *kan*) e das línguas bantu (*o-*), porque são monossilábicos ou dissilábicos. Acrescento que são tônicos e podem ter sido selecionados por isso²⁶¹. Além disso, no âmbito morfológico, *aí* e *lá* são invariáveis tal como ocorre nas línguas gbe e no iorubá. Essas semelhanças morfo-fonológicas podem ter sido importantes para a seleção desses elementos, já que são tão competitivos quanto os SpMs das línguas africanas.

Em segundo lugar, *aí* e *lá* são mais competitivos por causa de suas propriedades sintático-discursivas. Elementos dêiticos podem ser usados de forma mais ampla do que a situacionalidade, permitindo propriedades como tempo, dêixis discursiva, anaforicidade e identificação recognitiva (Himmelman, 1996; Levinson, 2018)²⁶². Também tendem a ser adquiridos com mais rapidez no processo de aquisição de L2, são usados com grande frequência e são recursos importantes para gramaticalização de novos itens (Levinson, 2018). Outra propriedade de itens dêiticos é a possibilidade de atuar com outras funções na sentença, como demonstra Martins (2010 e 2011) e Pereira (2013), no PE e no PB, *lá* pode indicar decorrência (“*lá vai a chave*”), marcar negação metalinguística (“*Maria lá sabe cozinha*”), entre outras. O *aí* também é usado com outras funções, como marcador discursivo (“*Aí eu disse para ela*”), como descrito por Martelotta, Votre e Cezário (1996). Uma evidência que pode ajudar a compreender esse fenômeno é que, em outras línguas formadas pela emergência de contato, determinantes e SpMs emergem de elementos dêiticos, como, por exemplo, parece ocorrer no crioulo de Cabo Verde, com o uso de *kel* (que emerge da forma do demonstrativo *aquele*) (Alexandre e Hagemeyer, 2007) ou no crioulo mauriciano, com uso de *la* (que emerge da forma do reforçador do francês *la*) (Guillemin, 2007, 2010 e 2011).

²⁶⁰ Ressalto que, pela descrição de Ajíbóyè (2005), *náà* é um MS, não exatamente um SpM.

²⁶¹ Agradeço a Prof^a. Dr^a. Esmeralda Negrão por fazer essa sugestão (comunicação individual).

²⁶² Em (272), a seguir, demonstro exemplos desses usos em dados de fala de uma comunidade rural afro-brasileira.

Em termos sintáticos, quando *aí* e *lá* são reforçadores, ocupam a posição final do DP, como núcleos em uma posição mais baixa que o TopP. Retomo o exemplo de (172), como (273)²⁶³:

- (273) a. #Eu vi [DP *um menino aí/lá*].
 b. #Eu vi [DP *esse menino aí*].
 c. #Eu vi [DP *aquele menino lá*].

Em (273a) *aí* e *lá* podem ser usados com o mesmo sentido com uma leitura específica. Em (273b) e em (273c), *aí* reforça o contraste de proximidade do ouvinte e *lá*, o de distância do ouvinte e do falante, atuando como reforçadores. Assim como ocorre com SpMs, reforçadores são pós-nominais e ocupam o núcleo de uma posição sintática abaixo do TopP, responsável pela indicação de contraste, possivelmente o Foc°. Reforçadores e SpMs apresentam semelhanças de posição sintática porque são recursos pragmáticos que estão relacionados à periferia esquerda do DP. Do mesmo modo, são fenômenos relacionados à interface sintático-discursiva, portanto, são mais competitivos no processo de emergência de uma gramática híbrida que foi formada como resultado de contato linguístico.

A terceira pergunta a ser respondida é **“Por que *aí* e *lá* não emergiram como SpMs em contextos definidos?”**. Defendo que o traço de realização fonológica de [-DEF; +ESP] das línguas gbe e do iorubá era tão competitivo quanto o traço de [+DEF; +ESP]²⁶⁴. Mas, o primeiro emergiu no PB com uso de *lá* e de *aí* porque foi mais competitivo, possibilitando que fosse selecionado em uma koiné de línguas africanas e, conseqüentemente, emergisse como um traço de variantes do PB. Como ocorre nas línguas românicas, como apresentei na Seção 1, o uso de indefinido é ambíguo quanto à leitura específica, o que favorece a emergência de um traço de outra língua que soluciona a ambigüidade. Em contextos definidos, esse traço não emergiu porque a marcação de especificidade (ou leitura atributiva) pode ocorrer no português de várias formas, como com a coocorrência com demonstrativos, com nomes próprios e com possessivos pré-nominais.

²⁶³ Como demonstrei, a leitura adverbial e dêitica precisa ter uma alteração da entonação da sentença com uma pausa AÍ/LÁ.

²⁶⁴ Ao analisar os dados do HC e do SC, demonstrados na seção 6.1, Aboh (2015) sugere que a emergência de SpMs ocorreu em contextos definidos porque o traço [+ESP] é mais forte do que o traço [-ESP]. No PB, a emergência ocorreu em contextos indefinidos, então não me parece que há distinção entre a força desses traços.

Iniciando pelos demonstrativos, há possibilidade de coocorrência, mas *aí* e *lá* emergem como reforçadores porque os traços de deiticidade foram mais competitivos, já que envolvem mais propriedades da interface sintático-discursiva. Houve a inovação de um traço que indica contraste dêitico, como nos exemplos em (273b) e (273c), o reforçador denota uma entidade específica que pode ser identificada como próxima ao ouvinte. Uma evidência desse processo é encontrada na análise de Ribeiro e Cyrino (2011), que descrevem dados de uma informante da comunidade afro-brasileira de Helvécia que faz uso sistemático de apenas um único demonstrativo (*esse*) que, para marcar relações de contraste, faz uso de reforçadores (*aqui*, *ali*, *aí*, *lá*). Em estudo de dissertação, eu (Paranhos, 2019) observei que, nessa comunidade, há dois sistemas de deiticidade: um composto por um único demonstrativo (*esse*) e outro com mais de um demonstrativo (*esse* e *aquele*) e os reforçadores são usados sistematicamente para estabelecer contraste. Além dos usos contrastivos, observei também que a coocorrência com demonstrativos e reforçadores pode ocasionar em leituras discursivas, anafóricas ou recognitivas, respectivamente exemplificados em (274), a seguir:

(274) a. CIRC2: Eu num tô falano não. Tou falano com Dona Luz.

INF: Hum! Ocê é a favô que você vai ficá na sua casa de lá, né? Eu não sei... Num tô gostano d[_{DP} isso **aí**] não! Ocê vei suntá conversa! (HV-B)

b. Irmõe, ieu teve três. Três não, X'eu vê... Luceno, Roseno, Normélio, Ozébi, Livrino... [_{DP} Esses **aí**] que era meu irmão. (HV-13)

c. Que, s'eu tivé uma pé de canela em casa, fáí vez... canela, é cravo, 'cê faz café mesma coisa, inda é mais gostoso que [_{DP} aquele **lá** de pó]. (HV-22)

(Paranhos, 2019, p. 140, 142 e 144)

Em (274a), o demonstrativo *isso* coocorre com reforçador *aí* e retoma todo um discurso mencionado anteriormente, não sendo uma retomada de átomos, mas do conjunto do que foi dito, caracterizando um uso discursivo. Em (274b), a informante HV-13 retoma entidades mencionadas anteriormente, que são os seus irmãos que morreram, e faz o uso do demonstrativo em coocorrência com reforçador. Em (274c), há um uso recognitivo com uso do demonstrativo *aquele* e do reforçador *lá* e a informante tenta inserir uma informação não mencionada anteriormente e nem localizada deiticamente, mas que pode ser inferida pelo conhecimento de mundo do ouvinte, um tipo de bebida (de canela e de cravo ou de café) mais gostoso do que um tipo em pó.

Nesses contextos, a deiticidade envolve outras propriedades pragmáticas, evidenciando ser mais competitiva, mas, ao mesmo tempo, para ser realizada desse modo, é necessária a coocorrência com demonstrativos que ocupam uma posição anterior e marcam especificidade, conforme demonstrei em (146), retomado como (275):

- (275) a. *Ele quer se casar com [DP essa menina [que seja ruiva e com sardas]].
 b. Ele quer se casar com [DP essa menina [que é ruiva e com sardas]].

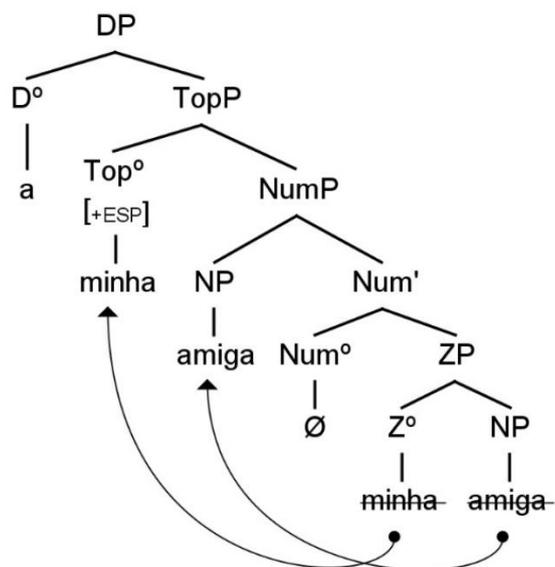
Ao coocorrer com demonstrativos, independentemente da existência de reforçadores, demonstrativos são marcados para especificidade, são relacionados à interface sintático-discursiva e são selecionados na emergência da nova gramática. Ao serem selecionados, bloqueiam a emergência de SpMs em contextos definidos.

Ao discutir sobre os possessivos, na Seção 3.5, assumi que, ao serem realizados em posição pré-nominal com artigos definidos, marcam especificidade e ocupam a posição de Top^o, como demonstrei em (149), retomado aqui como (276).

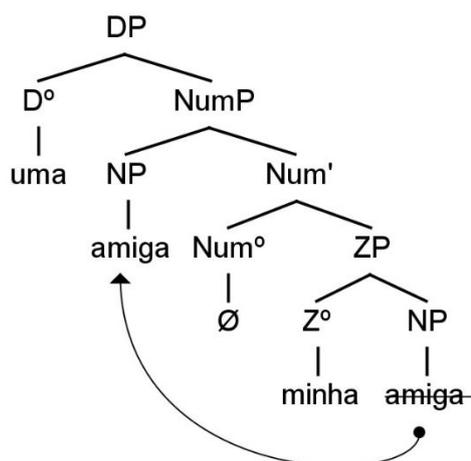
- (276) a. Pedro quer se casar com [DP a minha amiga [que é loira e com sardas]].
 a'. Pedro quer se casar com [DP *a minha amiga [que seja loira e com sardas]].
 b. Pedro quer se casar com [DP uma amiga minha [que é loira e com sardas]].
 b'. Pedro quer se casar com [DP uma amiga minha [que seja loira e com sardas]].

A diferença de gramaticalidade entre o uso de possessivos em coocorrência com artigos definidos, em (276a) e (276a'), e com artigos indefinidos em (276b) e (276b') é decorrente da posição que o demonstrativo ocupa. Quando é pré-nominal, é marcado para especificidade e por isso o verbo da relativa precisa estar no modo indicativo. Quando é pós-nominal, permite ter interpretação específica ou não-específica e, por isso, a construção relativa pode ter o verbo no modo indicativo e subjuntivo. Retomo, em (277) e em (278), as representações dos usos de possessivos em posição pré-nominal e em posição pós-nominal, respectivamente:

(277) [a minha amiga]



(278) [uma amiga minha]



Em termos comparativos, tanto o PB como o PE se diferenciam de outras línguas românicas, como o francês, por um lado, e o espanhol, o catalão e o italiano por outro, porque é possível ter o uso de possessivos pós-nominais e pré-nominais e porque há coocorrência com artigos. No francês, o possessivo é sempre pré-nominal, marca definitude e não pode coocorrer com determinantes, como exemplificado em (279), enquanto no italiano, são pré-nominais, não são marcados para definitude e podem coocorrer com artigos, como exemplificado em (280).

(279) *le / un / chaque / ce mon livre
 DET_[+DEF] / DET_[-DEF] / cada / DEM meu livro

- (280) il / un / ciascun / questo mio libro
 DET_[+DEF] / DET_[-DEF] / cada / DEM meu livro
 “o/um/cada/esse livro”

(Castro, A., 2006, p. 3-4)

Castro, A., (2006) demonstra que, no francês, em (280), o possessivo não pode coocorrer com artigos definidos, com artigos indefinidos, com quantificadores e com demonstrativos porque ocupam a mesma posição sintática e indicam definitude. No italiano, o possessivo também antecede o nome, mas pode coocorrer com artigo definido, com artigo indefinido, com quantificador e com demonstrativo²⁶⁵. O português (PE e PB) se diferencia das demais línguas românicas porque pode ocorrer em posição pré-nominal e em posição pós-nominal e porque o uso do artigo é opcional.

Em termos diacrônicos, a especialização de usos dos possessivos passa a existir na passagem para o português clássico. No português medieval, conforme demonstra Brito (2003, p. 514), os possessivos podiam ser realizados em posição pré-nominal e pós-nominal, como demonstro em (281).

- (281) a. O seu homem
 b. A calça sua
 c. Huu nosso meniho
 e. Huu seu rei deles

(Brito, 2003, p. 514)

Em (281a), o possessivo *seu* é pré-nominal e coocorre com artigo definido. Em (281b), embora haja coocorrência com artigo definido, o possessivo é pós-nominal. Em (281c), o possessivo é pré-nominal e coocorre com artigo indefinido. No exemplo em (281d), o artigo indefinido coocorre com possessivo pré-nominal e há redobro, com realização pós-nominal.

Para Brito (2003, p. 511), há variantes do PE em que o possessivo ocupa a posição pré-nominal em contexto indefinido (por exemplo, *uma minha amiga* (cf. (148))). A autora caracteriza como uma construção que faz parte de uma gramática conservadora, tal como ocorre no português medieval, e o DP tem interpretação específica. Essa análise dá suporte para compreender que a posição pré-nominal de possessivos possibilita uma leitura específica, em

²⁶⁵ Castro (2006, p.4) demonstra que o possessivo pode ocorrer pós-nominalmente, mas necessariamente tem sentido de foco ou de contraste.

contextos definidos ou indefinidos. Além disso, Shei (2009) resgata a análise de Silva, G. (1982), que constata que em dados diacrônicos, a coocorrência entre artigo e possessivo permite leitura específica.

Há leve diferença semântica entre os exemplos ‘seu livro’ e ‘o seu livro’. O primeiro pode ser parafraseado como ‘um dos seus livros’ enquanto o segundo tenderá a ser interpretado como ‘esse seu livro específico’. O uso do artigo está ligado à questão da especificidade. Quando o falante destaca apenas um dentro de um conjunto de elementos possuídos, há maior especificidade e o uso do artigo é maior (Silva, G., 1996, p. 125 *apud* Shei, 2009).

Parece-me que os demonstrativos e possessivos bloquearam a emergência de SpMs em contextos definidos porque foram selecionados na emergência da gramática híbrida. A seleção desses elementos ocorreu porque foram mais competitivos, já que têm traços relacionados à interface sintático-discursiva e indicam dêixis, no caso dos demonstrativos, e posse, no caso dos possessivos.

Nesta seção, após retomar e sistematizar as discussões realizadas, respondi à três questões no intuito de verificar a validade da minha tese que é SpMs emergem no PB como resultado do contato linguístico com as línguas africanas faladas no Brasil, principalmente as línguas gbe e o iorubá. Para entender por que houve emergência de SpMs, listei quatro tipos de argumentos: (i) um histórico; (ii) um descritivo; (iii) um teórico-metodológico; e (iv) um comparativo. Para entender por que *aí* e *lá* foram reestruturados como SpMs, defendi que, por serem elementos dêiticos, há propensão para serem selecionados e reestruturados em processo de competição e seleção. Para entender por que só houve emergência apenas em contextos indefinidos, defendi a especificidade poderia emergir tanto em contextos definidos como em indefinidos, porque as línguas gbe e o iorubá têm SpMs nesses contextos. Assumi que os demonstrativos e os possessivos no português bloqueiam e bloquearam a emergência de SpMs em contextos definidos porque marcam especificidade, ocupam a posição de Top^o e têm mais propriedades relacionadas à interface sintático-discursiva, indicando, respectivamente, dêixis e posse.

Acredito que as análises feitas neste estudo fornecem pistas para atingir uma adequação explicativa da emergência de SpMs no PB. Um passo importante para verificar a validade da proposta é analisar, sob a ótica da competição e seleção (Mufwene, 2001; Aboh, 2015) dados da emergência da especificidade em línguas formadas pelo contato com o português e com as línguas africanas, como o crioulo de Cabo Verde, Crioulo de São Tomé, entre outros. Acredito que a análise desses dados pode ajudar a traçar hipóteses mais eficazes sobre como a língua

portuguesa, em sua versão clássica, estabeleceu contato com outras línguas e possibilitou a emergência de propriedades nominais do DP e, conseqüentemente, de SpMs.

Entre os limites para minha análise, falta a este estudo uma compreensão sobre a especificidade no português clássico e nas línguas indígenas. Entendo que esse esforço envolve uma agenda de estudos que ultrapassa os limites e os objetivos dessa tese. Coloco-me à disposição para dar continuidade ao estudo das línguas africanas e seus vínculos com a formação do PB bem como a contribuir para que outras e novas análises se desenvolvam nesse sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção, retomo as perguntas formuladas para compreender possíveis caminhos de repostas e sistematizo as sínteses das discussões desenvolvidas nas seções anteriores. O objetivo é reunir os resultados para argumentar em defesa da tese de que os SpMs do PB emergem como resultado da competição e da seleção de traços, que tendem a ser selecionados porque envolvem fenômenos da interface sintático-discursiva (Aboh, 2015).

Na primeira seção, iniciei realizando questionamentos sobre o que é a especificidade, suas propriedades e como as teorias analisam o fenômeno. No decorrer da seção, assumi a proposta de Von Stechow (2002, 2011 e 2019) e de Ionin (2006) de que a especificidade é marcada pela intenção do falante em ancorar um referente no discurso e o ouvinte ser capaz de reconhecer essa função de ancoragem. Assumi uma teoria referencial da especificidade e sintetizei como as diferentes abordagens teóricas definem o fenômeno. Concordo com Von Stechow (2002, 2011 e 2019) e com Ionin, Ko e Wexler (2004) ao afirmarem que o fenômeno pode ocorrer tanto em contextos indefinidos como em contextos definidos. Partir dessa abordagem teórica permitiu-me ter uma descrição contundente do uso de SpMs no PB e também forneceu pistas para entender como o fenômeno é realizado em outras línguas.

Na segunda seção, realizei questionamentos relacionados a como as línguas demarcam a especificidade no domínio nominal. Formulei questões também sobre a relação entre artigos, demonstrativos e especificidade. Respondi os primeiros questionamentos demonstrando que há diversidade nas formas de expressão da especificidade. Com relação ao uso de artigos e de demonstrativos, não houve contribuição significativa para entender o fenômeno, mas permitiu compreender que a deiticidade, nas línguas românicas, está associada também à especificidade, fato que ajuda a entender por que SpMs no PB não emergiram em contextos definidos.

Na terceira seção, não desenvolvi questionamentos porque o objetivo central era analisar o PB com base nos pressupostos que assumi e que discuti na segunda seção. A partir da análise, construí um quadro que possibilitava identificar a estrutura do DP. Retomei parte desses dados para construir um quadro comparativo na Seção 6.3, onde discuti e defendi a minha tese.

Na quarta seção, formulei questionamentos que me levaram a analisar como SpMs foram descritos no PB e analisei como esses elementos coocorrem com artigos indefinidos, BNs, pronomes indefinidos e modificadores. Observei as semelhanças de como o fenômeno se manifesta em línguas africanas, principalmente as línguas gbe e as línguas bantu, a partir de representações em árvores para descrever as operações de *move* por *pied-piping*.

Na quinta seção, parte de uma única questão: “Como as relações econômicas, sociais, políticas culturais e linguísticas ajudam a compreender a emergência do PB?”. Demonstrei os processos históricos relacionados ao desenvolvimento de um Sistema Atlântico Escravista (SLE-2) que determinou transformações culturais, sociais, religiosas e, entre outras, linguísticas, tanto nas terras brasílicas como em partes do continente africano. As diversas porções de terra que eram separadas pelo oceano passaram, de modo desigual e combinado, por relações estruturais como a escravidão e o colonialismo. Em termos humanitários e linguísticos, a consequência foi o rapto e o tráfico de milhões de pessoas que chegaram às terras brasílicas e que continuaram a usar suas línguas. Ao mesmo tempo, por meio desse sistema, a língua portuguesa falada no Brasil emerge e se difunde pelo território.

Na sexta seção, trouxe um questionamento central “Como *aí* e *lá* emergem com a função de marcar especificidade em contextos indefinidos no PB?”. Descrevi a teoria da competição e da seleção, demonstrei dados de uso de SpMs em línguas que emergem a partir do contato e em línguas africanas que foram faladas no Brasil, principalmente as línguas do subgrupo gbe, do subgrupo iorubá e do subgrupo bantu. Dividi essa pergunta em três partes e defendi a tese de que, na gramática emergente, os falantes selecionaram positivamente o traço de especificidade por meio de sua representação fonológica com *aí* e *lá* porque era um traço forte e relacionado à interface sintático-discursiva.

Organizo os resultados deste estudo em três tópicos: (i) as sínteses produzidas a partir da exposição de estudos sobre os temas que atravessam o uso de SpMs no PB, nas línguas africanas, entre outras; (ii) as análises e as descrições sobre o comportamento semântico, pragmático e sintático de SpMs no PB; (iii) a tentativa de explicação de como *aí* e *lá* emergem como SpMs no PB.

Para defender essa tese, exponho e sintetizo:

- (a) a bibliografia sobre a especificidade em línguas humanas a partir de suas vinculações teóricas, principalmente relacionadas à contextos indefinidos (Seção 1);
- (b) as evidências em defesa da hipótese do DP, da periferia esquerda do NP, do paralelismo sintático entre DP e CP e da relação entre TopP e especificidade (Seção 2);
- (c) os estudos e as análises sobre a estrutura do DP no PB e sobre a coocorrência com SpMs (Seção 3, 4.1 e 4.2);
- (d) as análises sobre o papel da escravidão e do colonialismo para constituir uma estrutura de escravização em terras brasílicas que perdurou mais de três séculos e

foi responsável pelo tráfico forçado de falantes de línguas africanas para o Brasil (Seção 5.1 e 5.2);

- (e) as evidências históricas da existência de um contexto de multilinguismo generalizado nas terras brasílicas, as diferentes ecologias formadas nesse processo e quais línguas participaram desse processo (Seção 5.3);
- (f) as análises da hipótese da competição e seleção de gramáticas híbridas que emergem como resultado do contato entre línguas tipologicamente diferentes (Seção 6.1);
- (g) os dados de línguas africanas que estiveram em contato no contexto de escravização de pessoas em terras brasílicas, principalmente as línguas do subgrupo gbe, as línguas do subgrupo defoide, mais especificadamente o iorubá, e as línguas do subgrupo bantu (Seção 6.2).

Com relação aos resultados e análises descritivas relacionados a fatores semânticos, pragmáticos e sintáticos de *aí* e de *lá* como SpMs no PB, descrevo que:

- (a) são usados para estabelecer relações semânticas, pragmáticas e discursivas e por isso são categorias funcionais da interface sintático-discursiva (Seção 4.2)
- (b) apresentam a possibilidade de leitura ambígua a depender do tipo de estrutura em que são concatenados, podendo ser advérbio, reforçador ou SpM (Seção 4.2.1);
- (c) refletem a intensão do falante em ancorar uma referência pressuposta como única e o ouvinte tem a capacidade de identificar a função de ancoragem (Seção 4.2.2);
- (d) ocorrem em contextos indefinidos, indicando uma referência que não foi estabelecida no discurso, mas que é pressuposta como específica por meio da ancoragem (Seção 4.2.2);
- (e) estabelecem relações pragmáticas como notabilidade, demarcando propriedades que o falante tem a intenção de destacar. No PB, essas implicaturas pragmáticas podem ter sentido de indiferença, vagueza ou depreciação e são canceladas a depender do contexto (Seção 4.2.2);
- (f) marcam especificidade e atribuem subtraços de *tipo*, ao coocorrer com nomes massa, ou de grau, ao coocorrer com nomes abstratos (Seção 4.4.1);
- (g) podem coocorrer com pronomes indefinidos e a especificidade pode ser cancelada ou pode ser mantida tendo alteração do escopo (Seção 4.4.1);
- (h) coocorrem com BN e atribuem subtraço de tipo para nomes contáveis (Seção 4.4.1)
- (i) são concatenados em Top^o e, para licenciar seus traços, há operação de *pied-piping* em que categorias funcionais são movidas para posições de SpecTopP (4.4.2);

- (j) coocorrem com possessivos, adjetivos e outros modificadores que são movidos, por *pied-piping*, com o N, para posição de SpecTopP;
- (k) coocorrem com relativas restritivas com verbo no modo indicativo e não ocupam a posição final da sentença porque não há necessidade da estrutura relativizada ser movida para SpecTopP (Seção 4.4.2);
- (l) não coocorrem com possessivos em contextos definidos e demonstrativos porque esses ocupam a posição e Top^o e indicam especificidade (Seção 3.4, 3.5 e 6.3);

Com relação aos aspectos da emergência do PB e da teoria da competição e da seleção, apresento propostas de:

- (a) cenários de ecologias linguísticas que existiram no contexto de multilinguismo generalizado, bem como as línguas e os participantes desse processo (Seção 5.3)
- (b) representação da complexidade da ecologia de contato prototípica do SLE-2 que desencadeou a emergência de uma gramática híbrida, o PB (6.1);

Com relação a tentativa de alcançar uma adequação explicativa da emergência de *aí* e *de lá* como SpMs no PB, defendo que:

- (a) a emergência de um traço funcional que exige a realização fonológica de Top^o é resultado do contato com línguas africanas e foi selecionado porque tem propriedades da interface sintático-discursiva (Seção 6.3)
- (b) a forma desse traço emergiu com a reestruturação de *aí* e *de lá* porque são invariáveis, tônicos e são elementos dêiticos, que são usados com recorrência na aquisição de L2, e porque estabelecem relações semântico-pragmáticas (Seção 6.3);
- (c) a emergência de SpMs ocorreu em contextos indefinidos e foi bloqueada em contextos definidos porque outros elementos marcam especificidade, como demonstrativos e possessivos, e foram selecionados porque têm mais propriedades da interface sintático-discursiva (Seção 6).

Espero que esta tese possa contribuir para continuidade de futuros estudos que respondam a questões que aqui são trazidas. Ao assumir o fazer científico como processo, reconheço os limites temporais, físicos e intelectuais que direcionam este estudo para um recorte que não consegue responder a todas as questões que coloca.

Com uma análise investigativa e comparativa, os resultados obtidos com este estudo podem ajudar na compreensão do português no contexto de contato no espaço Atlântico e na

formação de línguas de contato, em geral. Ao mesmo tempo, especificamente no que tange ao PB, os resultados deste estudo contribuem no entendimento de como a situação de contato foi importante emergência de uma gramática que compartilha traços que são diferentes do português europeu.

REFERÊNCIAS

- ABNEY, Paul S.. *The English noun phrase in its sentential aspect*. Cambridge: MIT Press, 1987. 234 p.
- ABOH, E. O.. *From the Syntax of Gungbe to the Grammar of Gbe*. Sierre: Editions à la CarteSA, 1999. 366 p.
- ABOH, E. O.. *The morphosyntax of complement-head sequences: Clause structure and word order patterns in Kwa*. New York: Oxford University Press, 2004. 375 p.
- ABOH, E. O.. The Morphosyntax of the Noun Phrase. In: ABOH, E. O.; ESSEGBEY, J.. *Topics in Kwa syntax*. Londres e Nova York: Springer, 2010. p. 11-38.
- ABOH, E. O.. *The emergence of hybrid grammars: language contact and change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. 367 p.
- ABOH, E. O.; ANSALDO, U.. The role of typology in language creation: A descriptive take. In: ANSALDO, U.; MATHEW, S. M.; LIM, L. (ed.). *Deconstructing Creole*. Amsterdam: Benjamins, 2007, p. 39-66.
- ABOH, E. O.; DEGRAFF, M.. A Null Theory of Creole Formation Based on Universal Grammar. In: ROBERTS, I.. *The Oxford Handbook of Universal Grammar*. Oxford: Oxford Handbook Online, 2017, p. 401-458.
- ABUSCH, D. The scope of indefinites. *Natural Language Semantics*, v. 2, n. 2, p. 83-135, 1994.
- ADAMU, M.. Os Haussa e seus vizinhos do Sudão central. In: NIANE, D. T.. *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 298-336.
- ADEDIRAN, B. Yoruba ethnic groups or a yoruba ethnic group? A review of the problem of ethnic identification. *África, Revista do Centro de Estudos Africanos da USP*, São Paulo, nº 7, p. 57-70, 1984.
- ADESOLA, O.. *Yoruba: a grammar sketch: version 1.0*. Rutgers University, 2005. Disponível em: <<http://www.africananaphora.rutgers.edu/downloads/casefiles>>. Acesso em: 11 de fev. 2024.
- AJÍBÓYÈ, O.. *Topics on yorùbá nominal expressions*. 2005. 310 f. Tese (Doutorado em Filosofia) University of British Columbia, 2005.
- AJÍBÓYÈ, O.. Plural Marking in Yoruba and English and Its Pedagogical Implications. *Sintagma*, n. 22, p. 17-36, 2010.
- ALENCASTRO, L. F. de. A economia política dos descobrimentos. In: NOVAES, A.. *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 193-207.
- ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: A formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

ALENCASTRO, L. F. de. Os africanos e as falas africanas no Brasil. In: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F. R. (Orgs.). *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009, p. 15-25.

ALENCASTRO, L. F. de. As três eras do Atlântico Sul. *Revista USP*, São Paulo, n. 123, p. 13-28, out./nov./dez., 2019.

ALEXANDRE, N. M. P.; HAGEMEIJER, T.. Bare nouns and the nominal domain in Santome. In: BAPTISTA, M.; GUERÓN, J. (ed.). *Noun Phrase in Creole languages: a multi-faceted approach*. Amsterdam: John Benjamin, 2007. p. 37-59.

ALEXIADOU, A.; HAEGEMAN, L.; STAVROU, M.. *Noun Phrase in the Generative Perspective*. Berlin: Gruyter, 2007.

ALONSO-OVALLE, L; MENÉNDEZ-BENITO, P.. Modal indefinites. *Natural Language Semantics*, v. 1, n. 18, p. 1-31, 2010.

ALMEIDA, M. A. L. de. Trafico de Africanos para o Brasil (c. 1560-c.1850 In: LIMA, I. S.; CARMO, L. do. (org.). *História Social da Língua Nacional 2: Diáspora africana*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2014, v. 1, p. 353-363.

ALTMAN, C.. Retrospectivas e Perspectivas da Historiografia Lingüística no Brasil. *Revista Argentina de Historiografia Linguística*, v. 1, p. 115-136, 2009.

ANDERSON, P.. *Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

ANGENOT, J.; KEMPF, C. B.; KUKANDA, V.. Arte da Língua de Angola de Pedro Dias (1697) sob o prisma da Dialektologia Kimbundu. *Papia*, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 231-252, 2011.

ANSALDO, U.; MATTHEWS, S.. Deconstructing creole: the rationale. In: ANSALDO, U.; MATHEW, S. M.; LIM, L. (ed.). *Deconstructing Creole*. Amsterdam: Benjamins, 2007.

ARENDS, J.. The socio-historical background of creoles. In: ARENDS, J.; MUYSKEN, P.; SMITH, N. (ed.). *Pidgins and creoles: An introduction*. Amsterdam: Benjamins, 1995, p. 15-24.

ARISTOTELES. *Política*. Tradução: Antonio Campelo e Carlos Gomes. Lisboa. Vega Universidade, Ciências Sociais e Políticas. 1998. 664 p.

ARGOLO NOBRE, W.. Ultrapassagem de barreira linguística e cooptação de mão de obra no sul da Bahia: primeiros anos de colonização portuguesa (1500-1549). *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 17 n. 4, 2020.

ASSUNÇÃO, M. R.: Maranhão, Terra Mandinga. In: NUNES, I. M. de A.. *Olhar, Memória e Reflexão sobre a gente do Maranhão*. São Luís: Comissão Maranhense de Folclore, 2003.

BAKER, M. C.. *Incorporation: A Theory of Grammatical Function Changing*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1988.

BAKER, M. C.. Thematic Roles and Syntactic Structure. In: HAEGEMAN, L.. *Elements of*

Grammar: Handbook of Generative Syntax. Dordrecht, The Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1997. p. 73-137.

BANDEIRA, M.. *Reconstrução fonológica e lexical do protocrioulo do Golfo da Guiné*. 2017. 437 p. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BAPTISTA, M.. On the syntax and semantics of DP in Cape Verdean Creole. In: BAPTISTA, M.; GUÉRON, J. (eds.). *Noun Phrases in Creole languages*. A multi-faceted approach. Philadelphia: John Benjamins, 2007. p. 61-105.

BARROS, M. C. D. M.; BORGES, L. C.; MEIRA, M.. A língua geral como identidade construída. *Revista De Antropologia*, n. 39, v. 1, p. 191-219, 1996.

BARROS PESSOA, M.. *Os modos de falar do escravo nos anúncios de jornal*. Trabalho apresentado no III Seminário para a História do Português Brasileiro, realizado na UNICAMP. n.º. 20 – 2º semestre de 2000 – Rio de Janeiro.

BARROS PESSOA, M.. *Formação de uma variedade urbana e semi-oralidade: O caso de Recife*. Recife: UFPE, 2003. p. 335 p.

BASSO, R. M.; ILARI, R.. Estativos e suas características. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, UFMG, v. 4, n. 1, p. 15-26, 2004.

BEZERRA, N. R. . Dimensões da escravidão na África: a Baía de Biafra em perspectiva. *Revista Metis: história & cultura*, v. 10, n. 19, p. 71-80, 2011.

BELLETTI, A.. Inversion as focalization. In: HULK, A.; POLLOCK, J.Y. (eds.). *Subject Inversion in Romance and the Theory of Universal Grammar*. Oxford University Press: Oxford, UK; New York, NY, USA, 2001, p. 60-90.

BELLETTI, A.. Aspects of the low IP area. In: RIZZI, L. (ed.). *The Structure of IP and CP. The Cartography of Syntactic Structures*. v. 2. Oxford University Press: Oxford, UK; New York, NY, USA, 2004, p. 16-51.

BERNSTEIN, J. B.. Demonstratives and reinforcers in Romance and Germanic languages. *Lingua*, v. 102, p. 87-113, 1997.

BERNSTEIN, J. B.. The DP hypothesis: Identifying clausal properties in the nominal domain. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (ed.), *The handbook of contemporary syntactic theory*. Oxford: Blackwell, 2001, 536-561.

BERTHET, M. A.. Reflexões sobre as roças em São Tomé e Príncipe. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 25, p. 331-351, jul./dez. 2012.

BEVILÁQUA, K.. Uma investigação sobre os sintagmas nominais nus e a distinção contável-massivo no Português Brasileiro. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 321-333, jan./abr. 2015.

BHATTACHARYA, T.. Specificity in the Bangla DP. In: SINGH, R.; DASGUPTA, P., MOHANAN, K. (eds). *The Yearbook of South Asian Languages and Linguistics*. Berlin, New York: De Gruyter Mouton, 1999 (republicação em 2010). p.71-100.

- BICKERTON, D.. *Roots of language*. Berlin: Language Science Press, 2016[1981]. 305 p.
- BIVAR MARQUESE, R. de. A história global da escravidão atlântica: balanços e perspectivas. In: BIVAR MARQUESE, R. *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Intermeios. 2020.
- BIVAR MARQUESE, R; MARQUES, L.. de. Ouro, Café e Escravos: O Brasil e a ‘assim chamada acumulação primitiva’ In: BIVAR MARQUESE, R.(ed.). *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: Ensaio de História e Historiografia*. São Paulo: Intermeios, 2020. p. 105-132.
- BLOIS, K. F de. The augment in the Bantu languages, *African Linguistics*, n. 4, p. 85-165, 1970.
- BOKAMBA, G. D. Specificity and definiteness in Dzamba. *Studies in African Linguistics*, n. 3, v. 2, p. 217-238, 1971.
- BONVINI, E.. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: FIORIN, J. L.; PETTER, M.. *África no Brasil: A formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 15-62.
- BONVINI, E.; PETTER, M. Portugais du Brésil et langues africaines. *Langages*, v. 32, n. 130, p. 68-83, 1998.
- BOSTOEN, K.; de VELDE. M. V.. Introduction. In: de VELDE. M. V.. *The Bantu Languages*. ed. 2. Londres e New York: Routledge, 2019.
- BOXER, C. R.. O ouro da Guiné e o Presto João (1415-1499). In: BOXER, C. R.. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981[1969], p. 39-58.
- BRITO, A. M. Os possessivos em português numa perspectiva de sintaxe comparada. *Revista Faculdade de Letras - "Línguas e Literaturas"*, Porto, v. 20, n. 2, p. 495-522, 2003.
- BUARQUE DE HOLANDA, S.. *Raízes do Brasil*. 27 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CABRAL, M. do S. C.. *Caminhos do Gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão*. São Luis: SIOGE, 1992.
- CALDEIRA, A. M.. Mestiçagem, estratégia de casamento e propriedade feminina no arquipélago de São Tomé e Príncipe nos séculos XVI, XVII e XVIII, *Arquipélago*, v. 11-12, n. 2, p. 49-72, 2008.
- CAMPBELL, R.. Specificity operators in SpecDP. *Studia Linguistica*, v. 50, n. 2, p. 161-188, 1996.
- CAMPOS, F. de; DOLHNIKOF, M.. *Atlas da história do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1993. 80 p.
- CASTRO, A.. Possessivos e artigo definido expletivo em PE e PB. *Veredas-Revista de Estudos Linguísticos*, v. 10, n. 1 e 2, 2006.

- CASTRO, Y. P. de. *Falares Africanos na Bahia* (um vocabulário Afro-Brasileiro). Rio de Janeiro: Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda., 2005. 366 p.
- CASTRO, Y. P.. A língua mina-jeje no Brasil, uma língua negroafricana documentada em Vila Rica no sec. XVIII. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. do. (org.). *História Social da Língua Nacional 2: Diáspora africana*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2014, p. 61-72.
- CÉSAIRE, A.. *Discurso sobre o colonialismo*. Portugal: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.
- CHATELAIN, H.. *Grammatica elementar do kimbundo ou lingua de Angola*. Genebra: Typ. de Charles Schuchardt, 1888-1889.
- CHOMSKY, N.. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1970.
- CHOMSKY, N.. *The Minimalist Program*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- CHOTI, J.. The augment in Haya and Ekegusii. In: SIBANDA, G.. et al. *Descriptive and theoretical approaches to African linguistics: Selected papers from the 49th Annual Conference on African Linguistics*, Berlin: Language Science Press, 2021, p. 47–72.
- CHUNG, S.; LADUSAW, W. A. *Restriction and Saturation*. The Cambridge: The MIT Press, 2004.
- CINQUE, G. On the evidence for partial N movement in the Romance DP. In: CINQUE, G. *et al* (ed.). *Paths Towards Universal Grammar*. Georgetown: Georgetown University Press, 1994, p. 85-110.
- CINQUE, G.. *Adverbs and functional heads: a cross-linguistic perspective*. New York: Oxford University Press, 1999.
- CINQUE, G.. Deriving Greenberg's Universal 20 and Its Exceptions. *Linguistic Inquire*, v. 36, p. 315-332, 2005.
- CINQUE, G.. *The Syntax of Adjectives: A Comparative Study*. Cambridge: The MIT Press, 2010.
- CYRINO, S; ESPINAL, M. T.. Bare nominals in BP: more on the DP/NP analysis. *Natural Language and Linguistic Theory*, 2014.
- CISSOKO, S. M.. Os Songhai do século XII ao XVI In: NIANE, D. T.. *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 211-236.
- CONFESSOR, F. W.. *Aí, lá, ali e aqui: Gramaticalização de um paradigma emergente no domínio funcional da especificação nominal*. 2013. 198 p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal 2013.
- COSTA e SILVA, A.. da. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2003.
- CURTIN, P. D.. *The Atlantic Slave Trade: a Census*. Madison: Wisconsin U. P., 1969.
- DANTAS, B. G.; SAMPAIO, J. A. L.; CARVALHO, M. R. G.. Os povos indígenas no

Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, M. C. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 431-456.

DEGRAFF, Michel. *Creole grammars and acquisition of syntax: The case of Haitian Creole*. Pennsylvania : University of Pennsylvania, 1992.

DEGRAFF, M.. *Language creation and language change: Creolization, diachrony and development*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.

DEGRAFF, M.. Against creole exceptionalism. *Language*, v. 2, n. 79, p. 391-410, 2003.

DEGRAFF, M.. Linguists' most dangerous myth: The fallacy of Creole Exceptionalism. *Language in Society*, v. 34, n. 4, p. 533-591, 2005.

DIAS, Pedro, S.J. *Arte da lingua de Angola, oeferecida [sic] a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãe, amp; Senhora dos mesmos/ Pretos*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade. Anno 1697. Edição fac-similar: Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2006.

DICK, M. V. P. A.. O Português do Brasil no Período Colonial. *Cadernos do CNLF (CiFEFil)*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 133-146, 2002.

DIESSEL, H.. *Demonstratives: form, function, and grammaticalization*. Philadelphia: Amsterdam, 1999. 218 p.

DIESSEL, H.. Distance contrasts in demonstratives. In: DRYER, M. S.; HASPELMATH, M. *The world atlas of language structures online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. 2013.

DIMITROVA-VULCHANOVA, M.; GIUSTI, G.. Fragments of Balkan Nominal Structure. In: ALEXIADOU, A.; WILDER, Ch. (ed.). *Possessors, Predicates and Movement in the Determiner Phrase*, Amsterdam, Benjamins, 1998, p. 333-360.

DOBROVIE-SORIN, C.; PIRES DE OLIVEIRA, R.. Reference to Kinds in Brazilian Portuguese Definite Singulars vs. Bare Singulars. In: GRØNN, A.. (ed). *Proceedings of SuB12*. Oslo: ILOS, 2008. p. 107-121.

DONNELLAN, K. S.. Reference and definite descriptions. *Philosophical Review*, v. 75, n. 3, , p. 281-304, 1966.

DU BOIS, W. E. B.; GATES JR, H. L.. *The Souls of Black Folks*. Oxford University Press on Demand, 2007.

EBERT, C.; ENDRISS; C.; HINTERWIMMER, S.. Embedding Topic-Comment Structures Results in Intermediate Scope Readings. In: SCHARDL, A.; WALKOW, M.; ABDURRAHMAN, M. (ed.). *Proceedings of NELS 38*, Ottawa: GLSA, 2009. p. 246-258.

ENÇ, M.. The semantics of specificity. *Linguistic Inquiry*, n. 22, p. 1-25, 1991.

ENDRISS, C.. *Quantificational Topics - A Scopal Treatment of Exceptional Wide Scope Phenomena*. Dordrecht: Springer. 2009.

ESPINAL, M. T.; McNALLY, L.. Bare nominals and incorporatin verbs in Catalan and Spanish. *Journal of Linguistics*, v. 47, p. 87-128, 2006.

ESPINAL, M. T.; CYRINO, S.. A syntactically-driven approach to indefiniteness, specificity and anti-specificity in Romance. *Linguistics*, n. 58, p. 535-570, 2022.

EVARISTO, J.. Linguicídio africano no Brasil. *Forum linguístico*, Florianópolis, v.18, n.4, p. 7086-7097, out./dez. 2021.

EYZAGUIRRE, P. B.. The Ecology of Swidden Agriculture and Agrarian History in São Tomé (Écologie de l'essartage et histoire agricole de São Tomé). *Cahiers d'Études Africaines*, v. 26, n. 101/102, p. 113-129, 1986.

FALCO, M.. Specificity: the syntax/semantics mapping: A research project. Ms. *Center for Mind/Brain Sciences (CIMEC)*, University of Trento. 2002. Disponível em: <<http://www.ciscl.unisi.it/gg60/papers/falco.pdf>> Acesso em: 07 de ago. 2023.

FANON, F.. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, F.. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUfba, 2008.

FARKAS, D.. *Semantics: Primes and universals*. Oxford: Oxford University Press, 1981.

FARKAS, D.. Specificity and scope. In: NASH, L.; Tsoulas, G.. *Actes du Premier Coloque Langues & Grammaire*. Paris: Université de Paris VIII VIII, 1994, p. 119 -37.

FAUSTO, B. *História do Brasil: História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias*. São Paulo: Edusp, 1996.

FAUSTINO, D. M.. A práxis e a “consciência política e social” em Frantz Fanon. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 34, p. 158-173, 2015.

FERRAZ, L.I. *The creole of São Thome*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1979

FILHO, W. T.. The Creole Idea of Nation and its Predicaments: The Case of Guinea-Bissau. IN: KNÖRR, J.; FILHO, W. T.. *The powerful presence of the past: Integration and Conflict along the Upper Guinea Coast*. Koninklijke Brill: Leiden, 2010. p. 157-185.

FLORENTINO, M.. Aspectos do tráfico negreiro na África Ocidental (c. 1500-c. 1800). In: FRAGOSO, J. L.; GOUVÊA, M. de F.. *O Brasil Colonial [recurso eletrônico]*: v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 175-212.

FODOR, J.. *The language of thought*. Cambridge: Harvard University Press, 1970.

FODOR, J.; SAG, I.. Referential and Quantificational Indefinites. *Linguistics and Philosophy*, v. 5, p. 355-398, 1982.

FRAGOSO, J.. Prefácio - Conexões atlânticas, capitalismo, rentismo e sobrenatural. In: Mathias, C. L. K. et al. *Ramificações ultramarinas: sociedades comerciais no âmbito do Atlântico luso – Século XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2017. p. 9-25.

- FRAGOSO, J.; KRAUSE, T.. Sistemas atlânticos e monarquias na época moderna: anotações preliminares. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, F. (Orgs.). *O Brasil Colonial II (1580-1720)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2016, p. 7-47.
- FRANCISCO, J. M.. Política e religião no reino do Congo (séculos XV – XVI): dom Afonso I o rei “convertido”. *Temporalidades – Revista de História*, UFMG, ed. 35, v. 13, n. 1, p. 316-335, jan./jun. 2001.
- FRASCARELLI, M.; HINTERHÖLZL, R. Types of topics in German and Italian. *On Information Structure, Meaning and Form*, 2007, p. 87-116.
- FRENCH, H. W.. *Os reinos perdidos da África*. Folha de São Paulo. Publicado em: 01 set. 2019. Disponível em: <<https://www.quatrocincom.com.br/br/resenhas/historia/os-reinos-perdidos-da-africa>>. Acesso em: 28 de nov. de 2022.
- FREYRE, G. . *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000 [1933].
- FURTADO, C.. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007[1959].
- GARFIELD, R.. *A history of São Tomé Island 1470–1655: the key to Guinea*. San Francisco: Mellen Research University Press. 1992.
- GIVÓN, T. *Syntax: An Introduction*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins. 2001.
- GIUSTI, G.. Is there a FocusP and a TopicP in the Noun Phrase Structure? *Working Papers in Linguistics*, v. 6, n. 2, p. 105-128, 1996.
- GIUSTI, G.. The categorial status of determiners. In: HAEGEMAN, L. (ed.). *The new comparative syntax*. London: Longman, 1997, p. 95-123.
- GIUSTI, G.. The Functional Structure of Noun Phrases: A Bare Phrase Structure Approach. In *Functional Structure in DP and IP. The Cartography of Syntactic Structures*. CINQUE, G. (ed.). Oxford; NY: Oxford University Press. v. 1, p. 54-90, 2002.
- GIUSTI, G.. At the Left Periphery of the Romanian Noun Phrase. In: COENE, M.; TASMOWSKI, L. (Ed.). *On Space and Time in Language*, Cluj: Clusium, 2006. p. 23-49.
- GOMES, F.. *Palmares: Escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. São Paulo: Contexto, 2005.
- GOMES, A. de F. R.. Small Clauses nominais e estruturas equativas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 49, n. 1, p. 39-48, 2007.
- GREEN, T.. *Brokers of Change: Atlantic Commerce and Cultures in Pre-Colonial Western Africa*. Londres: British Academy. 2012.
- GREEN, T. *A fistful of shells: West Africa from the rise of the slave trade to the age of revolution*. Chicago: Chicago University Press, London, 2019.
- GRIMSHAW, J.. *Argument Structure*; Cambridge : MIT Press, 1990.

- GUARDIANO, C.. I dimostrativi e il domínio nominale. Note per una lettura parametrica. In: *In: CONVEGNO DELLA SOCIETÀ DI LINGUISTICA*, 42., 2008, Roma. *Anais...* Roma: Italiana, 2008. v. 2, 28 p.
- GUARDIANO, C.. The syntax of demonstratives: A parametric analysis. In: *COLLOQUIUM ON GENERATIVE GRAMMAR*, n. 19., 2009, Vitoria-Gasteiz. *Anais...* Vitoria-Gasteiz: [S.n.], 2009.
- GUARDIANO, C.. *Demonstratives and the structure of the DP*. In: *SYNTAXLAB*, , 2011, Cambridge. *Anais...* Cambridge: [S.n.], 2011.
- GUILLEMIN, D.. Definiteness and specificity in Mauritian Creole: a syntactic and semantic overview. In: BAKER, P.; FON SING, G.. *The making of Mauritian Creole*. London: Battlebridge Publications, 2007. p. 63-91.
- GUILLEMIN, D.. *Change in noun denotation triggers a new determiner system: The case of Mauritian Creole*. In: *CONFERENCE OF THE AUSTRALIAN LINGUISTIC SOCIETY*, 2010. 34 p. Disponível em: <https://www.academia.edu/1571185/Change_in_Noun_Denotation_Triggers_a_New_Determiner_Determiner_System_The_Case_of_Mauritian_Creole>. Acesso em: 22 set. 2016.
- GUILLEMIN, D.. Mauritian la vs. Seychellois i: Traces of French vs. Bantu influence?. In: *Society of Pidgin & Creole linguistics*, 2011. 19 p. Disponível em: <https://www.uni-giessen.de/en/faculties/f05/engl/ling/confs/spcl/index_html/docs/Guillemmin>. Acesso em: 15 dez 2023.
- GUTHRIE, M.. *Comparative Bantu: an introduction to the comparative linguistics and prehistory of the Bantu languages*. Vols. 1–4. Farnborough: Gregg Press, 1971.
- HAGEMEIJER, T.. Initial vowel agglutination in the Gulf of Guinea creoles. In: ABOH, E.; SMITH, N. (ed.). *Complex processes in new languages*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company. 2009. p. 29-50.
- HAMMARSTRÖM, H.. An inventory of Bantu languages. In: de VELDE, M. V. *The Bantu Languages*. ed. 2. Londres e New York: Routledge, 2019.
- HASPELMATH, M.. *Indefinite Pronouns*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- HAWKINS, J. A.. *Word order universals*. New York: Academic Press. 1983.
- HECK, F. *On pied-pipin: Wh-movement and Beyond*. Berlin and New York: Mouton de Gruyter. 2008.
- HEGEL, G.W.F.. *Fenomenologia do espírito*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.
- HEIM, I.. *The Semantics of definite and indefinite noun phrases*. 1982. 263 p. Tese (Doutorado em Filosofia). University of Massachusetts, Amherst, 1982.
- HEIM, I.. Definiteness and indefiniteness. In: von HEUSINGER, K.; MAIENBORN, C.; PORTNER, P. *Semantics: An international Handbook of Natural Language Meaning*, v. 2, Berlin: De Gruyter, 2011. p. 1025-1058.

HEYWOOD, L. M.. Central Africans and cultural transformations in the American diaspora. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002. p. 91-113.

HEYWOOD, L. M.; THORNTON, J. K.. *Central Africans, Atlantic creoles, and the foundation of the Americas, 1585–1660*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007. 370 p.

HIMMELMANN, N. P.. Demonstratives in narrative discourse: a taxonomy of universal uses. In: FOX, B (org.). *Studies in anaphora*. Philadelphia: John Benjamins, 1996. p. 205-254.

HOLM, J.. *An introduction to pidgins and creoles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 282.

HYMAN, L. M.; KATAMBA, F. X. The augment in Luganda: Syntax or pragmatics? In: MCHOMBO, S. A. (ed.). *Theoretical aspects of Bantu grammar*. Stanford: CSLI, 1993. p. 209-256.

IHSANE, T. e ; PUSKÁS, G.. Specific is not definite. *Generative Grammar in Geneva*, v. 2, p. 39-54, 2001.

IONIN, T.. This is definitely specific: Specificity and definiteness in article systems. *Natural Language Semantics*, v. 14, n. 2, p. 175-234, 2006.

IONIN, T.; KO, H.; WEXLER, K.. Article Semantics in L2 Acquisition: The Role of Specificity. *Language Acquisition*, Oxford, v. 12, n. 1, p. 3-69, 2004.

JACKENDOFF, R.. *X Syntax: A Study of Phrase Structure*. Cambridge: MIT Press, 1977.

JOHNSON, S.. *The history of the Yorubas: from the earliest times to the benning of the british protectorate*. Nigeria Bookshops: Lagos, 1960 [1921].

KAMP, H.; BENDE-FARKAS, A.. *Specific Indefinites: Anchors and Functional Readings*. Stuttgart: Ms. Stuttgart, 2006.

KARTTUNEN, L.. *What Do Referential Indices Refer to?* Santa Monica: RAND Corporation. 1968.

KARTTUNEN, L.. Discourse referents. In: Proceedings of the 1969. Conference on Computational Linguistics. Sãnga Säby: Suécia, 1969. Reimpresso em: McCAWLEY, J. (ed.) *Syntax and Semantics 7: Notes from the Linguistic Underground*. NY: Academic Press, 1976. p. 363-385.

KATAMBA, F.. Bantu nominal morfophology. In: NURSE, Derek; PHILIPPSON, Gérard. *The Bantu Languages*. Londres e New York: Taylor & Francis, 2003. p. 103-120.

KAYNE, R. S.. *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge: MIT Press, 1994.

KENEDY, E. *A antinaturalidade de pied-piping em orações relativas*. 2007. 237 p Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007.

KENEDY, E.. *Aspectos estruturais da relativização em português: uma análise baseada no modelo raising*. 2002. 158f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

KIPRÉ, P.. Das lagoas da Costa do Marfim até o Volta. In: NIANE, D. T.. *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 360-377.

KIMAMBO, G. E.. *The acquisition of (in)definiteness in English as a foreign language by Tanzanian L1 Swahili secondary school learners*. 2016. 334 p. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculty of Arts and Social Sciences at Stellenbosch University, Stellenbosch , 2016.

KLEIN, H.S. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, SP, v. 17, n. 2, p. 129-149, maio/ago.1987.

KNÖRR, J.; FILHO, W. T.. Introduction. In: KNÖRR, J.; FILHO, W. T.. *The powerful presence of the past: Integration and Conflict along the Upper Guinea Coast*. Leiden: Koninklijke Brill, 2010. p. 1-25

KNÖRR, J.. Out of Hiding? Strategies of Empowering the Past in the Reconstruction of Krio Identity. In: KNÖRR, J.; FILHO, W. T.. *The powerful presence of the past: Integration and Conflict along the Upper Guinea Coast*. Leiden: Koninklijke Brill, 2010. p. 205-230.

KNÖRR, J.. Creole Identity in Postcolonial Context. In: KNÖRR, J.. *Creole Identity in Postcolonial Indonesia*. Nova York: Berghahn Books, 2014.

KRATZER, A.. Scope or pseudoscope? Are there wide-scope indefinites? In: ROTHSTEIN, S. (ed.). *Events and Grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1998. p. 163-196.

KRIPKE, S.. Speaker's reference and semantic reference. *Midwest Studies in Philosophy*, n. 2, p. 1-40, 1977.

LAENZLINGER, C.. A View of the CP/DP-(non)parallelism from the Cartographic Perspective. *Languages*, v. 2, n. 18, p. 1-24, 2017.

LANGE, D.. Reinos e povos do Chade. In: NIANE, D. T.. *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 267-297.

LAGE, N. M.. *As estruturas DP-ser-DP no português brasileiro*. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

LARA, S. H.. Palmares e as autoridades coloniais: dimensões políticas de uma negociação de paz. Seminário. 2012. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/LaraSHPalmaresautoridades.pdf>; Acesso em: 19 dez 2023.

LAW, R.. *The Oyo Empire, c. 1600- c. 1836: a West African imperialism in the era of the slave trade*. Oxford: Clarendon Press, 1977.

LEDGEWAY, A. *From Latin to Romance: Morfosyntatic Typology and Change*. New York: Oxford University Press. 2012.

- LEFEBVRE, C.. *Creole genesis and the acquisition of grammar: the case of Haitian creole*, Cambridge: Cambridge University Press, 1998. 479 p.
- LEFEBVRE, C.. Reply to McWhorter's: 'Hither and thither in Saramaccan Creole. *Studies in Language*, v. 32, p. 196-205, 2008.
- LEFEBVRE, C.; MASSAM, D.. Haitian Creole syntax: A case for DET as head. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, v. 3, n. 2, p. 213-243, 1988.
- LEONETTI, M.. Specificity and object marking: The case of Spanish and Catalan. *Journal of Linguistics*, n. 3, p. 75-114, 2004.
- LEVINSON, S. C. Introduction: demonstratives: patterns in diversity. In: LEVINSON, S. C. et al. *Demonstratives in Cross-Linguistic Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press. 2018. p. 1-42.
- LIMA, I. S.. Escravidão e comunicação no mundo atlântico: em torno da "língua de Angola", século XVII. *História Unisinos*, v. 21, n. 1, jan/abr. 2017.
- LIMA, I. S.; CARMO, L. do. Apresentação. LIMA, I. S.; CARMO, L. do (Org.) *História social da língua nacional 2: diáspora africana*. Rio de Janeiro: Faperj; Nau, 2014.
- LOBO, T.. A questão da periodização da história da linguística do Brasil. In.: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês (org.): *Razões e emoção: Miscelânea em homenagem a Maria Helene Mira Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003. p. 395-409.
- LONGOBARDI, G.. Reference and Proper Names: A Theory of N-Movement in Syntax and Logical Form. *Linguistic Inquiry Monograph 23*. Cambridge: MIT Press, 1994.
- LOPES, R.E.V.. Against a unified analysis for bare nouns in Brazilian Portuguese. In: GOING ROMANCE-Twenty-first Symposium on Romance Linguistics, 2007, Amsterdam. *Abstracts...* Amsterdam: Universidade de Amsterdam, 2007. p. 23-24.
- LUCCHESI, D.. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- LUCCHESI, D.. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *DELTA*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 347 -382, 2017.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A.. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-124.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-124.
- LUCCHESI, D.; BAXTER, A.. A comunidade de fala de Helvécia-BA. Disponível em: <<https://vertentes.ufba.br/Helvecia.html>>; Acesso em: 16 jun. 2023.
- LY-TALL, M.. O declínio do Império de Mali. In: NIANE, D. T.. *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 193-210.

LYONS, J.. *Linguistic semantics: An introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MACLARAN, R.. *The Semantics and pragmatics of the English demonstratives*. 1982. Tese (Doutorado em Filosofia) - Cornell University, New York, 1982.

MAHO, J. F.. A Classification of the Bantu Languages: An Update of Guthrie's Referential System. In: NURSE, D.; PHILIPPSON, G.. *The Bantu Languages*. London; New York: Routledge, 2003. p. 639-651.

MARQUES, L.. O ouro brasileiro e o comércio anglo-português de escravos. In: RÉ, H.; SAES, L.; VELLOSO, G. (ed.). *História e historiografia do trabalho escravo no Brasil: novas perspectivas*. São Paulo: Publicações BBM, 2020a. p. 87-124.

MARQUES, L.. Unidades de análise, jogos de escalas e a historiografia da escravidão no capitalismo. In: SALLES, R.; MUAZE, M. (ed.). *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020b, p. 53-74.

MARTELOTTA, M. E.; RÊGO, L. H. R. do. O uso do discurso direto em duas crônicas de Machado de Assis. In: *Anais do IV Encontro Nacional da Anpoll*. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 257-267.

MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M.. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MARTINS, A. M.. Negação metalinguística (lá, lá e agora). In: BRITO, A. M.; SILVA, F.; VELOSO, J.; FIÉIS, A.; *Actas do XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: Associação Portuguesa de Linguística, 2010, p. 567-587.

MARTINS, A. M.. Deitic locatives, emphasis and metalinguistic negation. IN: GALVES, C.; CYRINO, S.; LOPES, R.; SANDALO, F.; AVELAR, J.. *Diacronic Syntax: Parameter Theory and Language Change*. Oxford University Press, 2011. 39 p.

MATTOS E SILVA, R. V.. Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas revisitados, *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, v. 1, n. 25/26, p. 253-283, 2000.

MATTOS e SILVA, R. V.. De fontes sócio-históricas para a história social linguística do Brasil: em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.). *Para a história do português brasileiro*, v. 2: primeiros Estudos. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 275-302.

MATTOS e SILVA, R. V.. Línguas Pluricêntricas e a questão das Línguas Crioulas. In: SILVA, Augusto S. da; TORRES, Amadeu; GONÇALVES, Miguel (orgs). *Línguas Pluricêntricas: Variação linguística e dimensões sociocognitivas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2011. p. 197-204.

MATTOSO, K.. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense. 2003[1982].

MEGALI, H.. Filologia Bandeirante. *Itinerários*, n. 13, 1998, p. 11-34.

MEIRA, S.; GUIRARDELLO-DAMIAN, R.. Brazilian Portuguese: Non-contrastive exphoric use of demonstratives in the spoken language. In: LEVINSON, S. C. et al.

Demonstratives in Cross-Linguistic Perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 116-33.

MELATTI, J. C.. *Índios do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2014.

MOREIRA, C. B.. *Princípio de ligação Sintaxe/Semântica: Construções estativas*. 2000. 93 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

MOSEL, U.; HOVDHAUGEN, E.. *Samoan Reference Grammar*. Oslo: Scandinavian University Press, 1992.

MOTT, L. R. B.. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí Colonial. *Revista de Antropologia*, São Paulo, n. 22, p. 61–78. 1979.

MUAZE, M.; SALLES, R.. Introdução. SALLES, R.; MUAZE, M. (ed.). *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020, p. 19-23.

MUFWENE, S. S.. *The ecology of language evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. 274 p.

MUFWENE, S. S.. Competition and selection in language evolution. *Selection*, v. 3, n.1, p. 45-56, 2002.

MUFWENE, S. S.. *Language evolution: Contact, competition and change*. London, UK: Continuum, 2008.

MUFWENE, S. S.. Pidgin and Creole Languages. In: WRIGHT, J. D.. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. 2 ed., v. 18. Oxford: Elsevier, 2015, p. 133-145.

MÜHLHÄUSLER, P.. *Etymology and Pidgin and Creole Languages*. Proceedings and Publications of the Philological Society, v. 80, n. 1, p. 99-118, 1982.

MÜHLHÄUSLER, P.. *Pidgin & Creole Linguistics*. Londres: Basil Blackwell, 1986.

MÜLLER, A.. Nomes nus e o parâmetro nominal no Português Brasileiro. *Revista Letras, Curitiba*, n. 58, jul./dez., p. 325-337, 2002.

MUNANGA, K.. Origem e histórico do quilombo na África. *Revista Usp*, São Paulo, n. 28, p. 56-63, dez./fev, 1995/1996.

NAVARRO, E. de A.. O último refúgio da língua geral no Brasil. *Estudos Avançados (USP. Impreso)*, v. 26, p. 245-254, 2012.

NDOMBA, R. G.. nP Rising in Bantu Languages: Evidence from Augmented Nominals. Kioo cha Lugha, *Journal of the Institute of Kiswahili Studies*, v. 19, n. 1, p. 40-65, 2021.

NDONGA, M.. *Systématique grammaticale du kisikongo (Angola)*. Thèse de doctoral. Paris: Universidade René Descartes, 1995.

NEGRÃO, E. V.; VIOTTI, E.. Em busca de uma história linguística. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 309-342, jul./dez., 2012.

NEGRÃO, E. V.; VIOTTI, E.. Brazilian Portuguese as a transatlantic language: Agents of linguistic contact. *InterDISCIPLINARY Journal of Portuguese Diaspora Studies*, v. 3, n. 1, p. 135-154, 2014.

NGUNGA, A.. *Introdução à linguística Bantu*. Maputu: Imprensa Universitária, 2004.

NIANE, D. T.. Mali e a segunda expansão manden. In: NIANE, D. T.. *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 133-192.

NOGUEIRA, L. F. V.. Expectativa de vida e mortalidade de escravos: Uma análise da Freguesia do Divino Espírito Santo do Lamim - MG (1859-1888). *Histórica* (São Paulo. Online), n. 51, dez., p. 1-7, 2011.

NOLL, V.. *O português brasileiro: formação e contrastes*. São Paulo: Globo, 2008. 400 p.

OGBEIFUN, A. F. *The Verb Phrase of usen dialect of yoruba*. 2021. Tese (Doutorado em Filosofia) - Departamento de Linguística e Línguas Africanas da Universidade de Ibadan, 2021.

OLIVEIRA, J. P. de. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. In: FRAGOSO, J. L.; GOUVÊA, M. de F.. *O Brasil Colonial* [recurso eletrônico]: v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 127-174.

OLIVEIRA, M. de; PEREIRA, H. B.. PB do século XIX: uma brasiláfrica linguística?. In: LOBO, T et al. *Para a história do Português Brasileiro: Volume VI: novos dados, novas análises*. Tomo II. Salvador: Edufba, 2006. p. 595-608.

ONEA, E.; GEIST, L. Indefinite determiners and referential anchoring. *Internacional Review os Pragmatics*, n. 3, 2011.

OSÓRIO, H.. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. Apresentação realizada na: *II Jornada de História Regional Comparada*, Porto Alegre: PUCRS, 1-16. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H4-09.pdf>; Acesso em: <02 de jan. 2024>.

PAL, D. C.; ARAUJO, P. P.. *Sintaxe e Semântica*. In: PETTER, M.. *Introdução à Linguística Africanas*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 159-192.

PARAGUASSU, N. da R.; MÜLLER, A.. A distinção contável-massivo nas línguas naturais. *Revista Letras*, Curitiba, n. 73, p. 169-83, 2007.

PARANHOS, R. A.. *Aqui, ali, aí e lá no DP no português rural afro-brasileiro de Helvécia-BA*. 2019. 186 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

PARTEE, B.. Opacity, coreference, and pronouns. *Synthese*, [local?], v. 21, p. 359-385, 1970.

PARTEE, B.. Noun phrase interpretation and type-shifting principles. *Studies in Discourse Representation Theory and the Theory of Generalized Quantifiers*. Dordrecht: Foris Publications, 1987. p. 115-143.

PARTEE, B. H.; MEULEN, A. ter; WALL, R. E.. *Mathematical methods in linguistics*. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1990.

PATTERSON, O.. *Slavery and Social Death: a comparative study*. Harvard University Press: Cambridge/Londres. 1982. 542 p.

PEREIRA, B. K.. *A sintaxe cartográfica de 'lá' no português brasileiro: um estudo da periferia esquerda*. 2011. 254 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

PERINI, M. A.. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

PERSON, Y.. Os povos da costa – primeiros contatos com os portugueses – de Casamance às lagunas da costa do Marfim. In: NIANE, D. T.. *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 337-359.

PESETSKY, D.. Wh-in-situ: Movement and unselective binding. REULAND, E.; ter MEULEN, A. (ed.). *The Representation of (In)definiteness*. Cambridge: The MIT Press, 1987. 98-129 p.

PETTER, M. M. T.. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, S. A.; MOTTA, J.; MATOS e SILVA, R. V. (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.

PETTER, M. M. T. Línguas especiais, línguas secretas: na África e no Brasil. *Revista da ANPOLL*, São Paulo, Humanitas, USP, 4: 185-202, 1998.

PETTER, M.; ARAUJO, P. P. Linguística Africanas: passado e presente. PETTER, M.. *Introdução à Linguística Africana*. São Paulo: Contexto, 2015.

PETTER, M. M. T.; CUNHA, A. S. A.. *Línguas africanas no Brasil*. In: PETTER, M.. *Introdução à Linguística Africana*. São Paulo: Contexto, 2015.

PHILIPPSON, G.; GROLLEMUND, R.. Classifying Bantu languages. In: De VELDE. M. V. *The Bantu Languages*. ed. 2. Londres e New York: Routledge, 2019.

PIRES DE OLIVEIRA, R.. Qualquer e o conceito de livre-escola. *DELTA*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 251-277, 2005.

PIRES DE OLIVEIRA, R.. Uma história dos nominais nus: o Português Brasileiro e as línguas indígenas brasileiras. *Revista Letras*, Curitiba, v. 104, n. 1, p. 164-185, jul./dez. 2021.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; ROTHSTEIN, S.. Bare singular noun phrases are mass in Brazilian Portuguese. *Língua*, v. 121, p. 2153-2175, 2011.

POLANYII, K.. Ports of Trade in Early Societies. In: DANTON, G.(ed). *Primitive, Archaic, and Modern economies*. Boston: Beacon Press, 1971. p. 238-260.

PORTNER, P.. Topically and (non-)specificity in mandarin. *Journal of Semantics*, v. 19, n. 3, p. 275-287, 2002.

PORTNER, P.; YABUSHITA, K.. The semantics and pragmatics of Topic Phrases. *Linguistics and Philosophy*, n. 21, p. 117-157, 1998.

PORTNER, P.; YABUSHITA, K.. Specific indefinites and the information structure theory of topic. *Journal of Semantics*, n. 18, p. 271-297, 2001.

PRADO JR., C.. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.

PRIM, C de S.. *A sintaxe dos adjetivos em Português Brasileiro*. 2015. 175 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

PROGOVAC, L.. Non-augmented NPs in Kinande as negative polarity items. In: MCHOMBO, S. A. (ed.). *Theoretical aspects of Bantu grammar*. Stanford: CSLI, 1993. p. 257-270.

QUER, J.. *Mood at the Interface*. The Hague: Holland Academic Graphics, 1998.

QUER, J.. Interpreting mood. *Probus*, n. 13, v. 1, p. 81-111, 2008.

RADFORD, A.. *Syntactic Theory and the Structure of English: A Minimalist Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

REINHART, T.. Quantifier scope: How labor is divided between QR and choice functions. *Linguistics & Philosophy*, n. 20, p. 335-397, 1997.

REIS, J. J.. Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 68-115, jan./jun., 2014.

RIBEIRO, I.. *O sistema de definitude e de referencialidade de uma falante afrobrasileira idosa*. In: Encontro Brasileiro de Estudos Crioulos e Similares, Salvador, 2010.

RIBEIRO, I.; CYRINO, S.. A estrutura do DP no crioulo de Cabo Verde e no PB de afro-descendentes. *Revista Letras*, v. 84, n. 2, 2011.

RINKE, E.. A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português, *Estudos de lingüística galega*, Universidade de Santiago de Compostela, n. 2, p. 121-139, 2010.

RIVERO, M. L.. Referential properties of Spanish noun phrases. *Language*, v. 1, n. 51, p. 32-48, 1975.

RIZZI, L.. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, L. (ed.). *Elements of Grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1997. p. 281-337.

RODNEY, W.. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. São Paulo, Boitempo, 2022[1972].

RODRIGUES, A. D.. As Línguas Gerais Sul-americanas. *Papia: Revista de Crioulos de Base Ibérica*, Brasília: Thesaurus Editora/UNB, v. 2, n. 4, p. 6-18, 1996.

RODRIGUES, A. D.. O conceito de língua indígena no Brasil. *Línguas e Instrumentos Linguísticos (I): Os primeiros cem anos (1550-1650) na Costa Leste*. Campinas: Pontes, 1998.

p. 159-78.

RODRIGUES, A. D.. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 57, n. 2, 2005.

RODRIGUES, A. D.. As Outras Línguas da Colonização do Brasil. 500 anos de História Linguística do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra, Mattos & SILVA, Rosa Virgínia (orgs.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 143-161.

RODRIGUES, N.. *Os africanos no Brasil*. 8.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2004 [1933].

RODRIGUES, J. H.. *A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial*. *Humanidades*, v. 1, n. 4, p. 22-41, 1983.

ROSA, M. C.. *Uma língua africana no Brasil Colônia de Seiscentos: o quimbundo ou língua de Angola na Arte de Pedro Dias S. J.*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

ROSA, M. C.. *Pera saberem pronunciar o que acharem escrito: ler quimbundo, língua estrangeira, no século XVII*. Tese (Progressão docente para a Classe E, denominada Professor Titular) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2015.

ROSA, M. C.. O quimbundo em cinco testemunhos gramaticais. *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, n. 56, p. 55-114, 2019.

RUSSELL, B.. *On Denoting. Mind*. New Series. v. 14, n. 56, p. 479-493. NY: Oxford University Press, 1905. Disponível em: <[http://www.uvm.edu/~lderosse/courses/lang/Russell\(1905\).pdf](http://www.uvm.edu/~lderosse/courses/lang/Russell(1905).pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2023.

RYDER, A. F. C.. Do rio Volta aos Camarões. In: NIANE, D. T.. *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 378-413.

SALLES, R.. A segunda escravidão e o debate sobre a relação entre capitalismo e escravidão. ensaio de historiografia. In: SALLES, R.; MUAZE, M. (ed.). *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020, p. 27-52.

SANTOS, I. L. dos. *História da África e do Brasil Afrodescendente*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

SANTOS, C. C. S. dos. *O futuro do subjuntivo em orações relativas no Português Brasileiro*. 2019. 99 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SARTRE, J. P.. Prefácio. In: FANON, F.. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 3-21.

SÆBØ, K. J.. Designing speech acts in dialogue systems. *Dialogue & Discourse*, v. 4, n. 1, p. 81-105, 2013.

SCHMITT, C.; MUNN, A.. Against the nominal mapping parameter: Bare nouns in Brazilian Portuguese. In: TAMANJI, P.; HIROTANI, M.; HALL, N.. *Proceedings of NELS*, n. 29, p. 330-53, 1999.

SCHWARZ, B. Indefinites in verb ellipsis. *Linguistic Inquiry*, v. 35, n. 2, p. 344-353, 2004.

SCHWARTZ, S. B.. *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, S. B.. O Nordeste açucareiro no Brasil colonial. In: FRAGOSO, J. L.; GOUVÊA, M. de F.. *O Brasil Colonial: v. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 353-372.

SEIBERT, G.. Creolization and Creole Communities in the Portuguese Atlantic: São Tomé, Cape Verde, the Rivers of Guinea and Central Africa in Comparison. IN: Green, T.. *Brokers of Change: Atlantic Commerce and Cultures in Pre-Colonial Western Africa*. Londres: British Academy. 2012. p. 28-51.

SEIBERT, G.. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Divergências Históricas e Identitárias. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 49, p. 41-70, 2014.

SHEI, A. O artigo definido frente a pronomes possessivos na literatura brasileira do Século XIX. *Revista da Abralin*, v.8, n.2, p.15-44, jul./dez. 2009.

SIEGEL, J.. Links between SLA and Creole Studies: past and present. In: LEFEBVRE, C.; WHITE, L.; JOURDAN, C. (ed.). *L2 acquisition and Creole Genesis: dialogues*, Amsterdam, v. 19, n. 1, p. 15-46, 2006.

SILVA, E.. Povos indígenas no nordeste: mobilizações sociopolíticas, afirmações étnicas e conquistas de direitos. *Crítica e sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v. 7, n. 1, p. 147-172, 2017.

SILVA, G. M. de O.. *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, G. M. de O.. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, G. M. de O.; SCHERRE, M. M. P. (orgs.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.119-145.

SILVA, L. L. da. *A manifestação das noções de ignorância e de conhecimento no português brasileiro: os casos de algum e (um) certo*. 2012. 143 p. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, W. S. da. *A língua geral de mina e o ciclo do ouro: um capítulo da história dos contatos no Brasil*. 2020. 327 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SLAVE VOYAGES. Tráfico Transatlântico de Escravos: Estatísticas. Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>>; Acesso em: 08 jan. 2022.

SLENES, R. W.. "Malungu, ngoma vem!": África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 12, p. 48-67, 1998.

SOMMER, G.. Western Savanna (K, R). In: NURSE, D.; PHILIPPSON, G.. *The Bantu Languages*. Londres e New York: Taylor & Francis, 2003. p. 566-571.

STRÖM, E. B.; MIESTANO, M.. The use of the augment in Nguni languages with special reference to the referentiality of the noun. In: MARTEN, L. et al. *Morphosyntactic Variation in Bantu*. Oxford: Oxford University Press, 2020.

SZABOLCSI A.. The Possessor that Ran Away from Home. *Linguistic Review*, v. 3, n. 1, p. 89-102, 1983.

SZABOLCSI, A.. The Noun Phrase. In: KIEFER, F.; KISS, K. É. (ed). *The Syntactic Structure of Hungarian: Syntax and Semantics Series*, n. 27. San Diego: Academic Press, 1994. p. 179-274.

TAVARES, M. A.. Um especificador aí. *DELTA*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 209-235, 2001.

TAVARES, M. A.. Gramaticalização do aí como especificador de sintagmas nominais indefinidos: a questão dos mecanismos de mudança. *Revista Letras*, Curitiba, n. 58, p. 211-223, 2002.

TAVEIRA DA CRUZ, R.. A estrutura dos nominais nus e a incorporação semântica no Português Brasileiro. In: PIRES de OLIVEIRA, R.; MEZARI, M. P.. *Nominais nus: um olhar através das línguas*. Campinas: Mercado das Letras, 2012. p. 93-120.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C.. Pecuaría e formação do mercado interno no Brasil-colônia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 5, n. 1, p.120-156, 2013.

THORNTON, J. K.. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 436 p.

TOMICCH, D.. *Pelo prisma da escravidão: Trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

TRAVAGLIA, L. C.. *O aspecto verbal no Português a categoria e sua expressão*. 5 ed. Uberlândia: EDUFU, 2016.

TROVÃO, J. R.. *Evolução político-administrativa do Estado do Maranhão*. São Luís: IMESC, 2010. Disponível em: <<https://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/territoriais/85>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

VANSINA, J.. A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados. In: NIANE, D. T.. *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. 623-654.

de VELDE. M. V.. Nominal morphology and syntax. In: de VELDE. M. V.. *The Bantu Languages*. ed. 2. Londres e New York: Routledge, 2019.

VELLOZO, J. C. de O.; ALMEIDA, S. L. de. O pacto de todos contra os escravos no Brasil Imperial. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 2137-2160, 2019.

VERSIANI, F. R.; VERGOLINO, J. R. O.. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 33, n. 2, p. 353-393, 2003.

Von HEUSINGER, K.. Specificity and Definiteness in sentence and discourse structure. *Jornal of Semantics*, n. 19, p. 245-274, 2002.

Von HEUSINGER, K.. Specificity. In: von HEUSINGER, K.; MAIENBORN, C.; PORTNER, P. *Semantics: An international Handbook of Natural Language Meaning*, v. 2, Berlim, De Gruyter, 2011, p. 1025-1058.

Von HEUSINGER, K.. Indefiniteness and Specificity. In: GUNDEL, J.; ABBOTT, B. (ed.). *The Oxford Handbook of Reference*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. 144 p.

WILLIAMS, E.. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WINTER, Y.. Choice functions and the scopal semantics of indefinites. *Linguistics & Philosophy*, n. 20, p. 399-467, 1997.

WOOD, E. M.. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

XAVIER, G. do C.; KENEDY, E.; OLIVEIRA, K. de. Estudo formal dos verbos de ligação: natureza sintática e representação no módulo mental. *Cadernos CESPUC de Pesquisa Série Ensaio*, n. 33, p. 112-139, 2018.

ZIMMERMANN, T. E.. On the proper treatment of opacity in certain verbs. *Natural Language Semantics*, n. 1, 149-179, 1993.